

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA:
Uma contribuição para o estudo das cidades.

HENRIQUE VITORINO SOUZA ALVES

UBERLÂNDIA
2013

HENRIQUE VITORINO SOUZA ALVES

**URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA:
Uma contribuição para o estudo das cidades.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Beatriz Ribeiro Soares.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Programa de Pós-Graduação em Geografia



HENRIQUE VITORINO SOUZA ALVES

URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA: UMA CONTRIBUIÇÃO
PARA O ESTUDO DAS CIDADES

Professora Dr^a. Beatriz Ribeiro Soares - UFU

Professor Dr. Adailson Pinheiro Mesquita – UNIUBE

Professora Dr^a. Maria Eliza Alves Guerra - UFU

Data: 02 / 09 de 2013

Resultado: Aprovado com Louvor

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

A474u Alves, Henrique Vitorino Souza, 1982-
2013 Urbanização contemporânea: uma contribuição para o estudo das
 cidades / Henrique Vitorino Souza Alves. – 2013.

219 f. : il.

Orientadora: Beatriz Ribeiro Soares.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia,
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Urbanização - Teses. 3. Cidades e vilas
modernas - Teses. I. Soares, Beatriz Ribeiro. II. Universidade Federal de
Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

A criança não sabe que o verbo
escutar não funciona para cor, mas
para som. / Então se a criança muda
a função de um verbo, ela delira. /
E pois. (Manuel de Barros)

RESUMO

Longe de perder a importância em tempos de globalização e de comunicações eletrônicas, a cidade confirmou sua posição fundamental em todas as dimensões da totalidade social. Mesmo em áreas não-urbanizadas vemos a influência das decisões tomadas nas cidades, especialmente daquelas que concentram as sedes de grandes empresas multinacionais. Deste modo, com a constante e crescente urbanização do planeta, a busca por centros urbanos adequados é imprescindível para uma existência satisfatória do homem. Por essa razão, este trabalho procura apresentar um quadro geral da Urbanização Contemporânea e do papel que as cidades vêm desempenhando na celebrada Sociedade da Informação, a fim de que possa oferecer àqueles que se ocupam do fenômeno urbano informações básicas para que possam atuar de modo satisfatório no contexto presente. Partindo de uma caracterização dos principais aspectos da Sociedade Contemporânea, buscamos apresentar a trajetória recente da urbanização ocidental, enfatizando quais processos e fenômenos são característicos das cidades na contemporaneidade, tendo como finalidade a correta percepção da realidade urbana – especialmente, a brasileira.

Palavras-chave: urbanização contemporânea, cidade contemporânea.

ABSTRACT

Far from losing its importance in the times of globalization and electronic communication, the city has confirmed its central position in all dimensions of the social totality. Even in non-urban areas, one can see the influence of decisions taken inside the cities, especially in those that concentrate multinational companies' headquarters. Thus, with the constant growing of the urbanization throughout the planet, the struggle for appropriate urban centers is indispensable for a satisfactory existence of the human being. Hence, this work tries to bring forward a general picture of the Contemporary Urbanization and the role that cities have been playing within the Informational Society, in order to offer to those who work with urban phenomena some basis to act satisfactorily in the present context. From a characterization of the main features of the Contemporary Urbanization, we pursue showing the recent path of the west urbanization, emphasizing which processes and phenomena are unique to contemporary cities. We do this in order to achieve a correct perception of the present urban reality – especially, the Brazilian one.

Key words: contemporary urbanization, contemporary city.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Croquis de proposta de Le Corbusier para o Rio de Janeiro: autopistas sobre extensos edifícios lineares.....	22
Figura 2: Densidade da Rede de Transportes (2012).....	48
Figura 3: Posicionamento das aeronaves comerciais no mundo às 9:14 a.m. (Brasília) no dia 19 de março de 2013.....	49
Figura 4: Quadrinho sobre CEO.....	63
Figura 5: Uma visão alternativa do mundo.....	68
Figura 6: Bairro pobre de Londres (Rua Dudley). Gravura de Gustave Doré (1872).....	87
Figura 7: Plano de Idelfonso Cerdá para Barcelona, Espanha (1859).....	92
Figura 8: Uma cidade contemporânea. Proposta urbana de Le Corbusier para a Era da Máquina (1922).....	109
Figura 9: Gentrificação: quadrinho de Will Eisner.....	136
Figura 10: Cidade ambulante (Walking City). Proposta de Ron Herron.....	151
Figura 11: Disco ilustrando nível de troca de fluxos entre diversas cidades, agrupadas por proximidade geográfica.....	184
Figura 12: Brasil: graus de urbanização.....	188

LISTA DE FOTOS

Foto 1: Autoestrada em Detroit, EUA.....	22
Foto 2: Avenida Champs-Élysées. Paris.....	23
Foto 3: Le parkour. Leituras alternativas do espaço urbano.....	27
Foto 4: Primavera Árabe. Protesto em Cairo no dia 25 de janeiro de 2011.....	61
Foto 5: Traçado da área de origem de Uberaba.....	76
Foto 6: Bairro Alto, Lisboa: Urbanismo Português Renascentista.....	77
Foto 7: Royal Crescent. Bath, Inglaterra.....	85
Foto 8: Buenos Aires, Argentina.....	86
Foto 9: Garath, cidade-satélite de Düsseldorf (1959).....	96
Foto 10: Garath, cidade-satélite de Düsseldorf (1959).....	96
Foto 11: Burgplatz, Dusseldorf: desenho típico da segunda metade do século XIX.....	97
Foto 12: Burgplatz, Dusseldorf: desenho típico da segunda metade do século XIX.....	97
Foto 13: Bairro periférico inglês, segundo regulamentos de 1875.....	101
Foto 14: Subúrbio norte-americano típico. Colorado Springs, EUA.....	102
Foto 15: Nova Iorque na década de 1950. Fotografia de Vivian Maier (1926-2009).....	106
Foto 16: Superquadra em Brasília. Plano de Lúcio Costa (1956).....	112
Foto 17: Wall Street: centro financeiro da cidade. Nova Iorque, EUA.....	116
Foto 18: Shopping center e estação de trem de alta velocidade em Lille, França.....	125
Foto 19: Irvine, uma Edge City no estado da Califórnia, EUA.....	127
Foto 20: O Show de Truman. Filme rodado no condomínio fechado Seaside.....	157

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Brasil: proporção da População Urbana em relação à População Total.....	174
Tabela 2: Brasil: evolução populacional total e urbana entre 1980 e 2010.....	174
Tabela 3: Brasil: taxas médias geométricas de crescimento anual (%), segundo as classes do tamanho dos municípios (número de habitantes): 2000-2012.....	176
Tabela 4: Brasil: evolução das populações agrícola e rural.....	177
Tabela 5: Brasil: concentração das Sedes das Grandes Corporações por Estado em 1998 (por receita operacional líquida).....	181

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BLOG – Contração da expressão em inglês *Web Log*
CIAM – Congrès Internationaux d'Architecture Moderne
CEO – Chief Executive Officer
CBD – Central Business District
CNN – Cable News Network
CRM - Customer Relationship Management
DARPA – Defense Advanced Research Projects Agency
FNRU – Fórum Nacional de Reforma Urbana
GPS – Global Positioning System
K7 – Sigla popular para fita cassete (do inglês Compact Cassette)
MCMV – Minha Casa, Minha Vida
NASDAQ – National Association of Securities Dealers Automated Quotations
ONG – Organização Não-Governamental
TAM – Táxi Aéreo Marília
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TCP/IP – Transmission Control Protocol (TCP) e Internet Protocol (IP).
TV – Television
RPM – Revoluções por Minuto
VHS – Video Home System

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. CIDADE E SOCIEDADE	19
1.1. A cidade – um território privilegiado.....	19
1.2. O que é uma cidade? Transformações locais, manifestações globais.....	24
1.3. A sociedade contemporânea e as redes.....	35
1.3.1. Sociedade Pós-Moderna, Pós-Industrial ou em Rede?	41
1.3.2. A tecnologia informacional e a Sociedade em Rede.	43
1.3.3. A cultura na Sociedade em Rede.	49
1.3.4. A economia informacional – e global.....	66
1.3.5. A Sociedade em Rede.....	71
2. AS CIDADES NA SOCIEDADE EM REDE.....	74
2.1. O fio de prumo não é cultural.....	74
2.2. A cidade e a revolução industrial.....	77
2.2.1. A Cidade Industrial Primitiva.....	84
2.2.2. A Cidade Pós-Liberal	91
2.2.3. A Cidade Industrial Consolidada (ou a cidade no século XX).....	95
2.3. A cidade na contemporaneidade.....	113
2.3.1. Novas morfologias e novos modos de habitar.....	120
2.3.2. A cidade da cultura e a imagem fabricada.....	130
2.3.3. A Cidade Contemporânea.....	140
2.4. Profusão de teorias sobre o fenômeno urbano.....	143
2.4.1. Teorias para a cidade industrial	146
2.4.2. As propostas e interpretações recentes	153
2.4.3. A nova crise do Urbanismo Formal.....	160
3. URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL.....	166
3.1. Urbanização brasileira anterior a 1940-50.....	168
3.2. Urbanização brasileira após 1940-50	173
3.3. Quadro geral da urbanização contemporânea no Brasil	180
3.4. A Cidade Brasileira Contemporânea	189
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	198
REFERÊNCIAS.....	214

INTRODUÇÃO

A cidade, desde seu surgimento, polarizou o território ao seu redor. Ela também sempre foi – e ainda é – um elemento protagonista no desenvolvimento das condições de existência material e social do homem. Este trabalho reconhece a cidade como um lugar privilegiado para a invenção, a troca de informações, para o encontro, os afetos, os medos, os embates e as coadunações. A cidade tem sido um fenômeno natural das sociedades complexas, mesmo que seja fruto da intencionalidade das mesmas – como se todas sempre decidissem pela cidade como forma necessária à organização e ocupação do território. Ela é uma expressão da luta pela sobrevivência do homem assim como da materialização de seus valores, crenças e modos de vida.

Sendo a cidade tão relevante, os profissionais que dela se ocupam, quer em sua produção, quer buscando compreendê-la devem portar-se como quem se ocupasse da vida alheia, porém enquanto organizadores e criadores dos espaços em que as pessoas vivem e não, é claro, no sentido pejorativo da expressão. Sabemos que a cidade é uma construção coletiva, não se restringindo à ação dos técnicos e acadêmicos, mas é realizada por uma dada sociedade em um determinado momento. Todavia, a atividade dos profissionais da cidade tem se tornado cada vez mais presente nos diversos setores da vida: em prefeituras e órgãos de planejamento público, em empresas de consultorias, em ONG's etc. Deste modo, é fundamental que o profissional que se ocupa da cidade tenha um adequado conhecimento das relações presentes na transformação do espaço natural em território humano, tendo como ênfase a cidade.

Assim, quer queiramos estudar, planejar ou desenhar cidades na contemporaneidade é imprescindível conhecermos as novas forças econômicas globais, as transformações recentes nas relações entre os governos e os agentes privados, as transformações do capitalismo mundial e, na outra escala, também devemos compreender como estes aspectos mais gerais se concretizam em cada contexto. Principalmente, precisamos encarar a cidade não como sendo mera materialização de fenômenos globais mas sim, o lugar da própria gênese e desenvolvimento dos mesmos.

Em face da relevância da cidade, nosso anseio é que todos os cidadãos compreendam os mecanismos fundamentais de produção do espaço urbano e as inter-relações entre seus principais sistemas. Ainda estamos por presenciar uma sociedade onde tais conhecimentos constem dos currículos do ensino fundamental e médio. Porém, para os indivíduos e instituições que se ocupam diretamente da organização espacial da sociedade, a compreensão da cidade na contemporaneidade é requerimento indispensável. Por mais que se insista, a proposição de modelos abstratos e universais, cujos desenhos fascinantes inspiraram tantas realizações, continua sendo rechaçada enquanto *modus operandi* do Urbanismo, em função do reconhecimento de que cada contexto é único, como atestam suas peculiaridades físicas, culturais, políticas e econômicas. Não que modelos espaciais sejam inviáveis, mas o Urbanismo Contemporâneo reconhece que, sem uma compreensão correta da real situação de um território, é bastante perigosa a proposição de intervenções urbanísticas ou de novas políticas territoriais.

Por isso, em nossa pesquisa é central a ideia de que as decisões da sociedade, especialmente através da esfera governamental são essenciais para o sucesso das cidades. Mais do que a solução técnica, mas o modo como os recursos – humanos, ambientais, econômicos e técnicos – serão empregados é que produzirão boas cidades. Os objetivos devem ser corretos e não apenas os meios de gestão e intervenção urbana.

Para que possamos decidir a cidade que necessitamos – e desejamos – é preciso, antes de tudo, compreender como ela atingiu sua situação presente, como seus sistemas e processos funcionam, qual cidade queremos produzir e, com igual importância, necessitamos compreender adequadamente a realidade recente. É a partir desta inquietação que a presente pesquisa foi idealizada.

Assim, este trabalho objetiva desenvolver uma pesquisa teórico-conceitual sobre os aspectos definidores da Urbanização Contemporânea, no contexto da globalização. Buscamos nesta pesquisa alcançar uma generalização acerca dos principais aspectos que as regiões mais incluídas nas redes econômicas globais apresentam e quais deles tornam as cidades atuais distintas das anteriores. Especificamente, objetivamos oferecer uma contribuição para os profissionais que se ocupam da produção e gestão do território, apresentando reflexões gerais sobre a Sociedade em Rede e sobre as cidades na Era da Informação. Além disso, com a compreensão das características gerais da urbanização e das cidades neste início de século almejamos apresentar ainda um breve quadro da situação urbana nacional, dando ênfase à ocorrência dos novos fenômenos urbanos nas cidades brasileiras. Em terceiro lugar, buscamos ainda esboçar uma agenda para o Urbanismo brasileiro das próximas décadas.

Entre as obras pesquisadas para a realização desta dissertação, destacamos o trabalho de Manuel Castells em sua trilogia sobre a Sociedade em Rede (Castells, 1999), especificamente, o primeiro volume da mesma. Nesta obra, este sociólogo catalão nos apresenta uma vigorosa, abrangente e precisa descrição da totalidade social da Era da Informação, não deixando de fora inclusive suas implicações para as cidades e para a percepção do espaço e do tempo na era da realidade virtual e do aceleração dos transportes e da produção de conhecimento, tendo como eixo norteador a afirmação da globalização da economia e o predomínio da topologia em rede das organizações e processos sociais contemporâneos.

Reforçam as leituras sobre a Sociedade em Rede, as reflexões igualmente relevantes encontradas em Jameson (2007), Mandel (1982), Harvey (2006) e Lyotard (2007), que discorrem sobre cultura, arte, economia, tecnologia e território no contexto recente mundial, especialmente a partir das intensas transformações econômicas e políticas ocorridas desde finais da década de 1960. Jameson (2007) e Lyotard (2007) apresentam reflexões filosóficas sobre os temas da cultura e do capitalismo, trabalhando as transformações na comunicação e na dimensão simbólica decorrentes das reestruturações do modo de produção e das novas relações entre tais áreas e a economia. Já de Mandel (1982), selecionamos suas reflexões sobre as reestruturações no capitalismo e suas relações com as ações políticas dos governos em prol de viabilizarem a operação do que tal autor chama de Capitalismo Tardio. Finalmente, nossa leitura sobre a Sociedade em Rede se completa com a aguçada percepção em Harvey (2006), sobre como o capitalismo vem transformando o espaço urbano e o papel que a cultura tem prestado neste processo.

Na análise sobre os fenômenos urbanos da Cidade Contemporânea, além dos autores citados anteriormente, algumas pesquisas específicas sobre cidade e urbanização foram bastante importantes para o desenvolvimento da dissertação. Em primeiro lugar, destacamos os conceitos apresentados em Muñoz (2008), especialmente pelo caráter generalista de seu trabalho. Trata-se de um trabalho recente, mas endossado por dois grandes pesquisadores do assunto: Ignasi de Solà-Morales, que orientou o autor em suas pesquisas e Saskia Sassen, que escreveu o prefácio desta obra. O próprio Francesc Muñoz também tem se destacado no contexto catalão e europeu em relação à pesquisas sobre Urbanização Contemporânea.

Cooperaram com as contribuições de Muñoz (2008), os trabalhos de Bourdin (2011), Secchi (2006; 2009) e Vázquez (2004). As duas obras de Bernardo Secchi contribuíram para a percepção das transformações pelas quais a cidade no século XX passou, especialmente como ela respondeu à Era Industrial e adentrou na Era da Informação, pondo em relevo as continuidades e rupturas entre os séculos XIX e o XXI. Já o trabalho apresentado em Vázquez

(2004) é importante enquanto reunião das principais interpretações sobre a Cidade Contemporânea; e apenas isto já é uma enorme contribuição para as reflexões atuais sobre a urbanização, uma vez que atualmente as interpretações sobre a cidade têm sido produzidas profusamente e causam algumas dificuldades para quem deseja se situar em relação às pesquisas sobre urbanização. Em terceiro lugar, acrescentamos a recente obra de Alain de Bourdin, (BOURDIN, 2011), onde este pesquisador aponta para o início de um novo momento para a prática do planejamento de cidades, assim como indica alguns objetivos para que o Urbanismo possa obter resultados superiores aos do aclamado Planejamento Estratégico, consagrado em Barcelona e exaurido em Dubai.

Em relação às reflexões sobre o contexto brasileiro, lançamos mão da pesquisa em Santos (1996) a fim de apresentarmos um quadro geral da história do processo de urbanização nacional, com ênfase no século XX, que testemunhou a industrialização e a urbanização do país. Juntamente com Santos (1996), foram fundamentais ainda Egler (2001), Maricato (1996, 2001), Arantes, Maricato e Vainer (2009) e Villaça (1998). A pesquisa de Egler (2001) contribuiu com uma outra periodização e sistematização das fases da urbanização brasileira, complementado a já proposta em Santos (1996). Já as obras Maricato (1996, 2001), Arantes, Maricato e Vainer (2009) e Villaça (1998) juntas apresentam as questões fundamentais da problemática urbana brasileira (a Crise Urbana), assim como discorrem em detalhes sobre o modo como a situação presente se formou, dando destaque para o mercado imobiliário e sua relação com a gestão urbana no Brasil.

Finalmente, outros trabalhos importantes foram consultados embora tenham sido empregados de modo secundário em nossa pesquisa. Isto não quer dizer que em nossa avaliação seus resultados sejam inferiores aos demais, mas foi a fim de evitarmos um trabalho ainda mais extenso que não apresentamos com mais profundidade reflexões preciosas de outros autores, como nos casos de Sassen (2001), Santos (2008), Choay (2010), Debord (1997), Jacobs (2000), Feldman (2001) ou Castells (1983). Inclusive, certas obras clássicas ficaram de fora, por motivos semelhantes; por outro lado, elas estão presentes de modo indireto, uma vez que os trabalhos selecionados por nós as trazem consigo enquanto referências fundamentais, como no caso das reflexões sobre pós-modernidade de Jean Baudrillard ou sobre o Direito à Cidade, citado em nossas Considerações Finais, cuja ideia essencial vem de livro homônimo de Henry Lefebvre e que permeia boa parte dos trabalhos selecionados nesta dissertação. Na finalização da dissertação foi importante a periodização proposta em Villaça (1999) sobre as fases do Planejamento Urbano no Brasil, a partir das quais tecemos nossas Considerações Finais sobre

a Urbanização Contemporânea, a Crise Urbana Brasileira e o esboço de uma agenda para a Cidade Brasileira Contemporânea.

Em face dos trabalhos arrolados anteriormente, mais do que produzir resultados inéditos ou reflexões pioneiras, desejamos apresentar nesta dissertação uma introdução à Urbanização Contemporânea, especialmente dirigida àqueles que se ocupam da produção da cidade brasileira, sejam os que planejam, os que pesquisam ou os que constroem.

Do ponto de vista metodológico, nossa pesquisa consistiu na realização de uma reflexão teórica o tema da Urbanização Contemporânea. A partir da seleção dos trabalhos anteriormente citados foram feitas análises textuais das obras consideradas, confrontando as conclusões e propostas de interpretação apresentadas nas mesmas, de modo a construir um quadro abrangente tanto das características e processos definidores das cidades na contemporaneidade quanto das ideias e teorias recentes sobre a cidade e a urbanização do território nas últimas décadas. Para este intento, adotamos o método de abordagem dedutivo, partindo dos aspectos gerais apresentados pelos autores consultados em direção à realidade brasileira, embora não tenhamos aprofundado a ponto de analisar um objeto mais concreto – como uma cidade ou uma pequena rede urbana – de modo mais detido. O método dedutivo, que estabelece uma conexão descendente entre as generalizações e os casos particulares, nos permitiu examinar os diferentes posicionamentos encontrados nas referências arroladas sobre o assunto, destacando seus pontos acordes.

Mesmo que este trabalho objetive colaborar para a reflexão sobre a cidade, em especial ele se apresentou como um momento singular na trajetória acadêmica de seu autor. Oriundo das Engenharias e do curso de Arquitetura, a realização de uma pesquisa a partir da Geografia, sob orientação de uma geógrafa, foi bastante relevante e permitiu que os olhares destes três campos disciplinares fossem relacionados entre si e, conforme nos esforçamos, conciliados. Assim, não nos parece possível situar as reflexões presentes aqui em nenhum dos três campos apenas – sem contar das contribuições fundamentais de trabalhos oriundos da Sociologia e da História, presentes na dissertação. E isto não foi mero acaso em nossa abordagem, mas sim um caminho conscientemente tomado por nós, pois partimos da consideração de que a cidade possui inúmeras facetas e que o Urbanismo deve ser considerado enquanto uma reunião de saberes, teorias e práticas sobre a cidade e o território; mais do que uma disciplina parcial, entendemos o Urbanismo enquanto a interseção entre quaisquer práticas e área do conhecimento e a cidade (SECCHI, 2006).

Esta dissertação está estruturada em três capítulos, organizados segundo uma lógica simples, visando facilitar a compreensão do assunto. A partir do reconhecimento de que não se

pode compreender a organização territorial de modo desconectado da totalidade social, situamos no primeiro capítulo uma reflexão preliminar sobre a relação entre sociedade e espaço, destacando o papel das cidades enquanto mediadora entre o homem e o meio ambiente, entre a cultura e a natureza. Com esta reflexão intentamos lançar o fundamento principal de todas as considerações ulteriores, até o fim da pesquisa. No restante do primeiro capítulo discorremos sobre as características definidoras da Sociedade Contemporânea, a partir dos trabalhos citados anteriormente, tendo sempre em vista o relacionamento da realidade social com a produção do espaço urbano.

No segundo capítulo, buscamos alcançar uma síntese do que propusemos chamar de Cidade Contemporânea. Assim, embora reconhecendo que trata-se de algo bastante perigoso, em função da extrema variedade de contextos sociais e ambientais, o fizemos a fim de se poder praticar a ciência, que é realizada a partir da produção de conceitos, hipóteses e sínteses, que objetivam produzir explicações coerentes e verificáveis de um dado objeto de estudo. Aqui, a atenção se desloca do âmbito sociológico e econômico do primeiro capítulo a fim de se ater aos aspectos espaciais da Sociedade Contemporânea, especialmente visando apresentar uma identidade da cidade hodierna. Para isto foi fundamental nossa delimitação espaço-temporal, partindo da Revolução Industrial Europeia e das transformações que Sociedade Industrial produziu no espaço urbano.

No terceiro capítulo as reflexões dos dois anteriores são confrontadas com a realidade brasileira. É neste momento que a pesquisa se aproxima da realidade para a qual foi pensada de modo mais direto: a Cidade Brasileira. Embora tenhamos selecionado a Urbanização Contemporânea de modo abrangente para esta dissertação de mestrado, o fizemos tendo em vista a própria realidade nacional, a partir de uma abordagem dedutiva em que os caracteres apontados nos capítulos precedentes estão presentes, de forma contextualizada, no Brasil. Além disso, consideramos também o fato de que certos elementos presentes na realidade brasileira podem não ocorrer em toda parte. O objetivo deste capítulo foi a apresentação da realidade contemporânea das cidades brasileiras, apresentada em conexão com certos eventos do passado recente da urbanização do país.

Finalmente, encerramos o trabalho com algumas considerações e desdobramentos pertinentes a partir das ideias apresentadas ao longo dos três capítulos da dissertação. No fechamento do texto, apresentamos os desafios da Urbanização Brasileira Contemporânea, especialmente em seus aspectos políticos e de planejamento. Ainda, em nossas considerações finais afirmamos a necessidade da produção de uma agenda para a Cidade Brasileira no século

XXI, além de apontarmos também alguns itens que, segundo nossa percepção, deveriam estar presentes em tal projeto para o futuro de nossas cidades.

1. CIDADE E SOCIEDADE

“A cidade real é constituída de gente e não de concreto.”
- Edward L. Glaeser.

1.1. A cidade – um território privilegiado.

Agrupamento e cooperação, conflitos e diferenças. Esses parecem ser os poucos componentes que estão presentes em todas as sociedades humanas, independente de cultura, localização ou tempo. A cidade ainda é a criação suprema da civilização, mesmo que nem sempre tenha sido o fenômeno mais abundante ao longo da história. De fato, apenas no século XXI pôde-se afirmar que mais da metade da população mundial é urbana. Por outro lado, não se espera que tal tendência de crescimento da urbanização do planeta irá se alterar nos próximos anos, tornando o momento atual ímpar em toda a história. Compreender a natureza da cidade, independente do contexto e, ao mesmo tempo, em cada situação específica, é condição básica para o exercício do Urbanismo – e, lutar pela qualidade das cidades, é ponto indiscutível da agenda política contemporânea. Por Urbanismo, compreendemos aqui mais do que uma disciplina científica, mas sim uma reunião de sistematizações, modelos, saberes e práticas sobre a construção e a transformação das cidades, desde suas primeiras manifestações até o presente momento. O Urbanismo não é, portanto, apenas um instrumento para a gestão ou para a intervenção urbana – tal instrumento é o Planejamento Urbano. Ele é considerado neste trabalho como um modo de pensamento e ação sobre o território; um saber sobre a cidade, inclusivo e multidisciplinar (SECCHI, 2006).

Conforme Glaeser (2011), boa parte dos grandes avanços da civilização têm sua gênese relacionada, de algum modo, a um aglomerado urbano: a escrita, surgida nas primeiras civilizações e em suas cidades-estado, como na Mesopotâmia; a imprensa de Gutemberg, desenvolvida em Mongúcia, na Alemanha; ou a Internet, nos laboratórios de algumas universidades norte-americanas. O poder das cidades não advém simplesmente de uma forma adequada ou de arquiteturas extraordinárias, mas do modo como seus habitantes se organizam,

lidam com seus conflitos e cooperam entre si, baseado na troca de ideias, informações, artefatos e serviços. Assim, é o contato entre seres humanos, mediado pelo ambiente construído, o aspecto fundamental da história e do progresso da técnica e do conhecimento. Uma vez que a cidade tem sido um produto social fundamental na realização das aspirações das sociedades que a produziram, é indispensável compreender suas relações essenciais, suas dinâmicas espaciais e sua relação com os processos sociais correspondentes.

Embora seja fato que nas cidades a tecnologia, o conhecimento sobre a natureza e a reflexão filosófica têm sido acumulados e tenham experimentado algum tipo de evolução, por outro lado, não podemos falar de uma evolução moral global e linear, uma vez que esta apresenta um padrão errante – talvez o mais preciso seria afirmar que esta não possui um padrão histórico identificável de crescimento, ou seja, não se verifica a existência de correlação entre urbanização e questões morais. O século XX, pleno de avanços no conhecimento, presenciou duas guerras mundiais, o Holocausto e o bombardeio nuclear de Hiroshima e Nagasaki. Não apenas estes eventos singulares, mas as profundas desigualdades da sociedade industrial não corroboraram com a ideia de que o avanço intelectual e técnico resultaria em avanço moral, pondo em cheque as esperanças iluministas da Modernidade. Porém, organizar os espaços da urbanização é uma questão moral – quer os organize em função do capital, quer os construa tendo como foco a totalidade da sociedade, o que é, para nós, sempre desejável.

A cidade tem sido estudada a partir de diversos olhares e, neste trabalho, sua **dimensão espacial** será o principal objeto das reflexões. Claro que, como já dito, é preciso compreender sua relação com a totalidade social e a história, uma vez que o ambiente construído não é um fenômeno aleatório, espontâneo ou alheio às transformações em cada sociedade. De fato, entendemos a cidade como sendo uma expressão do homem em sociedade, como extensão e manifestação da civilização: acima de tudo, ela é política, histórica e espacial. Assim, consideramos que “a cidade, enquanto uma forma característica de organização do espaço pelo homem, expressa materialmente uma sociedade sobre um território” (HARVEY, 1971 apud CORRÊA, 1997; p. 121). Ela não é um artefato estranho ao homem, mas um objeto cultural¹ e, portanto, parte fundamental da sociedade que a produz.

¹ Em discussões recentes sobre patrimônio e preservação, tem sido proposta a proteção de *paisagens culturais*: aquelas onde a paisagem é considerada como sendo constituída por seus elementos naturais, artificiais e, ainda, não-materiais, tais como expressões artísticas, religiosas, folclóricas etc. Em 1º de julho de 2012 a cidade do Rio de Janeiro foi a primeira do mundo a ser considerada patrimônio mundial, pela Unesco, sob a classificação de Paisagem Cultural Urbana (BRITO; TEIXEIRA, 2012).

Compreender, a partir de um pretenso olhar científico, as relações entre forma urbana e sociedade, é uma pesquisa de tradição recente e que se consolidou nas primeiras décadas do século XX. Desde os estudos pioneiros da Escola de Chicago nos anos de 1930, diversos campos disciplinares têm contribuído para esta compreensão: a Sociologia, a Geografia, a Biologia, a Arquitetura, a História, a Economia, a Psicologia e outros. Dentre outros aspectos, tais estudos contribuíram para a compreensão de que a cidade é expressão material e espacial de uma sociedade, por excelência o lugar da vida em contextos urbanos. Ela centraliza, concentra e possibilita a existência de diversos processos sociais que, por sua vez, a produzem e modificam. Portanto, ela não é apenas um resultado, uma consequência ou um artefato passivo em relação às atividades e seres que abriga, mas também se relaciona ativamente com os mesmos e, por isso, certas ações podem lhe ser atribuídas: ela condiciona, reforça, influencia, induz, limita, direciona, diferencia, segrega etc. A partir da década de 1960, diversos estudos buscaram compreender estas relações, tanto sobre a percepção e apreensão do espaço urbano pelas pessoas, quanto estudos sobre forma, comportamento e funções urbanas. Obras como *A imagem da Cidade* (1960) de Kevin Lynch ou *Morte e Vida de Grandes Cidades* (1961) de Jane Jacobs, abriram novos caminhos na pesquisa sobre o espaço e a subjetividade, sobre as influências do ambiente construído nas relações sociais, nos comportamentos e no indivíduo. Nesta direção investigou-se, por exemplo, a percepção do espaço urbano pelos cidadãos, as consequências para a vida urbana tanto da implementação de certas estruturas, como as autoestradas, quanto os efeitos nocivos de algumas regras urbanísticas, como o zoneamento progressista² (Figura 1 e Foto 1).

2 O termo 'progressista' aqui é empregado para se referir ao conjunto de teorias urbanísticas surgidas na virada do século XX que propunham modelos tecnicistas e que celebravam a nova era da máquina, como as teorias de Le Corbusier, Walter Gropius e outros arquitetos. Em Choay (2010) encontra-se uma útil sistematização e periodização das diversas teorias do urbanismo, até as suas primeiras revisões a partir dos anos de 1960, como veremos no capítulo 2.

Figura 1 – Croquis de proposta de Le Corbusier para o Rio de Janeiro: autopistas sobre edifícios lineares.



Fonte: LE CORBUSIER, 2004, p. 237.

Foto 1 – Autoestrada em Detroit, EUA.



Fonte: Página de internet Wallpaperweb.

Disponível em: <http://www.wallpaperweb.org/wallpaper/buildings/detroit-highway-view_6299.htm>.

Acesso em: 15 abr. 12.

Outros ramos de pesquisa foram percorridos, como a orientação e a legibilidade espaciais, a paisagem urbana, as tipologias da cidade tradicional, os transportes, a análise marxista das relações de classe, teorias de planejamento, o Desenho Urbano, a paisagem e

outros. A grandiosa reforma de Paris sob Napoleão III, efetuada pelo barão Georges-Eugène Haussmann, exemplifica a relação entre forma urbana e outras instâncias: foi um desenho que não ignorou suas relações com o desenvolvimento econômico, a especulação fundiária, a mobilidade urbana, o controle social, a segregação socioespacial, a paisagem ou até mesmo a propaganda imperial. Embora seja bastante relevante a pesquisa sobre o desenho de espaços urbanos de qualidade – ambiental, social, estética etc –, a questão central sempre será compreender as relações de domínio e poder que constroem as cidades. Assim, mesmo que o desenho de Haussmann condicione comportamentos e relações sociais, acima de tudo ele é uma realização política da França Imperial do século XIX (vide Foto 2).

Foto 2 – Avenida Champs-Élysées. Paris.



Fonte: Página de internet HDwallpapers.

Disponível em: < http://www.hdwallpapers.in/champs_elysees_paris_france-wallpapers.html >.

Acesso em: 29 nov. 2012

Ainda que a cidade, enquanto materialidade influencie uma sociedade, antes disso, ela a abriga, sendo pela totalidade social produzida. O geógrafo Roberto Lobato Corrêa, através de alguns lembretes metodológicos, reforça a necessidade de que o espaço urbano deve ser apreendido como sendo simultaneamente fragmentado, justaposto, articulado, reflexo da sociedade, condicionante social, campo simbólico e, finalmente, como campo de lutas (CORRÊA, 1997). É a partir desta multiplicidade de relações entre o suporte físico e os

processos sociais de uma sociedade que buscaremos compreender os aspectos essenciais do fenômeno urbano no contexto atual.

1.2. O que é uma cidade? Transformações locais, manifestações globais.

Falar de cidade é falar da história humana. Como alguns autores propõem, a cidade, do ponto de vista morfológico e territorial, pode ser comparada a um relicário de objetos, espaços e ideias, que nasceram em momentos pretéritos, mas que continuam a existir ao longo do tempo, tornando-se palco das ações do momento presente (GOITIA, 1992). As formas urbanas são criações espaciais visando realizar diversos objetivos: sobrevivência, produção, domínio político, representações culturais, interesses econômicos ou até a aplicação de teorias urbanísticas.

Se, por um lado, a investigação do espaço urbano não deve prescindir das questões anteriormente colocadas, ela sempre lidou com a dificuldade de se conceituar de modo abrangente e objetivo seu objeto de estudo principal: a cidade. A tarefa de definir um assentamento humano como cidade, produzindo um conceito universal para descrevê-la é muito mais complexa do que a mera identificação imediata de que alguém se encontra em uma cidade e não em outro tipo de assentamento. Diferentes estudiosos, nas diversas disciplinas do conhecimento, têm proposto definições distintas, cada uma a partir de seu olhar parcial – da História, da Economia, da Geografia, da Arquitetura etc.

Nos diversos conhecimentos parciais encontramos definições clássicas: para o geógrafo francês Vidal de la Blache, a cidade é uma organização da natureza pelo homem a fim de que seus desejos e necessidades sejam satisfeitos. Aristóteles, em suas reflexões sobre política, afirmou que a cidade é um certo número de cidadãos, relacionando-a com a existência de indivíduos que possuem direitos e que podem decidir sobre a pólis. O sociólogo Lewis Mumford, discípulo³ de Patrick Geddes, afirmou que a cidade é a forma ou o símbolo de uma sociedade integrada, não sendo apenas um aglomerado humano que modifica o ambiente natural, mas que o altera de modo orientado e em cooperação. Alberti, o arquiteto renascentista, por sua vez entendia a cidade como uma grande obra de arquitetura e que suas edificações deveriam manifestar a solidez das instituições humanas nelas abrigadas (GOITIA, 1992). Louis Wirth escreveu em *Life in the City* que “cidade é uma relativamente grande e densamente

3 Conforme Peter Hall, Mumford não foi exatamente um discípulo, mas simplesmente conheceu alguns *insights* de Geddes e os transformou em uma teoria urbana (HALL, 1995).

concentrada aglomeração de indivíduos heterogêneos que vivem sob condições de anonimato, relações impessoais e controle indireto” (FERRARI, 1984, p. 23). Tricart cita Chabot em *Les Villes*, dizendo que “a cidade é, antes de tudo, definida por suas funções e por um gênero de vida, ou, mais simplesmente, por uma paisagem que reflete, ao mesmo tempo, essas funções, esse gênero de vida e os elementos menos visíveis, mas inseparáveis da noção de cidade: passado histórico ou forma de civilização, concepção e mentalidade dos habitantes” (FERRARI, 1984, p. 23). Manuel Castells, dentre outras características, entende a cidade enquanto lugar do domínio e da gestão, mesmo que não seja um lugar de produção (CASTELLS, 1983). Ainda, poderíamos acrescentar outras visões, como a econômica, em que o comércio e a produção estarão sempre de algum modo vinculados à existência de cidades, seja em sua gênese ou no momento impreciso de ser medir quando um mero vilarejo torna-se uma cidade.

A própria gênese de nosso objeto de estudo é de difícil esclarecimento. Em relação às primeiras cidades conhecidas, há certo consenso em afirmar que nasceram em função da existência de centros religiosos proeminentes em alguns territórios (Lynch, 1999). Essa função cerimonial provavelmente tenha sido o principal elemento catalisador no desenvolvimento das primeiras cidades, em oposição a formas de organização social e, consequentemente, espacial, menos complexas, cuja divisão das funções era por gênero e idade, com as famílias constituindo unidades sociais autossuficientes, possuindo direito próprio, hierarquia própria, religião própria, produção própria e território próprio. Por alguma razão – talvez defesa, talvez sobrevivência ou semelhanças culturais e étnicas – certos grupos familiares se associaram e seus líderes passaram a governar uma estrutura social maior e mais complexa em termos sociais; a religião teria sido o elemento que possibilitou tal união (FUSTEL DE COULANGES, 2009). Porém, embora em suas primeiras manifestações as aglomerações urbanas possam ser entendidas como territórios estruturados em função e através, primordialmente, da religião, o comércio tem sido desde as primeiras cidades uma atividade indutora da urbanização e da concentração populacional. Assim, uma vez criada, a cidade se multiplicou – especialmente através do processo de colonização. Deste modo,

(...) se as primeiras cidades se formaram pela confederação de pequenas sociedades constituídas anteriormente, isso não quer dizer que todas as cidades que conhecemos tenham sido formadas da mesma maneira. Uma vez encontrada a organização municipal, não era mais necessário que para cada nova cidade se recomeçasse o mesmo caminho longo e árduo (FUSTEL DE COULANGES, 2009, p. 149).

Portanto, em algum momento no 4º milênio a.C. a organização municipal foi produzida, lançando o alicerce dos centros urbanos contemporâneos e sua relação com seus territórios circundantes. Esses fundamentos podem ser distinguidos através de algumas características básicas: o surgimento da distinção funcional entre território urbano e rural, a divisão social do trabalho, a hierarquia de classes, a produção, o comércio e o desenvolvimento da dimensão pública da vida – administração, leis, tributos e espaços coletivos. Não se trata aqui de propor tais caracteres como sendo definidores de uma cidade. Por outro lado, ao longo da história tem se observado que as aglomerações urbanas têm apresentado variações destes mesmos aspectos.

Finalmente, mais do que definir com precisão o momento e o processo formativo de suas primeiras ocorrências, a investigação das origens permite reconhecer alguns elementos constantes, independente do lugar e do tempo, embora não busquemos delimitar um conceito, leis imutáveis ou algum tipo de constituição platônica do que seria uma aglomeração urbana. Admite-se que possam ter existido cidades que não apresentaram algum dos elementos citados ou que, pelo menos, possam vir a existir. As manifestações urbanas contemporâneas que serão examinadas neste trabalho permitem, inclusive, vislumbrar a possibilidade de transformações radicais em certos elementos muitas vezes tidos como constantes ao longo da civilização.

Embora certas características marcantes da contemporaneidade ainda não estivessem presentes ou eram embrionárias nas cidades que cada um dos pensadores citados anteriormente experimentou, tais definições são valiosas, pois apontam, em último lugar, para a complexidade irreduzível do fenômeno urbano. Com isso, toda leitura será inevitavelmente incompleta, mesmo em face aos diversos conhecimentos parciais, como se a verdadeira essência do artefato urbano estivesse inexoravelmente um passo à frente, apesar de todos os esforços conceituais – como sendo mais do que a simples soma de suas diversas interpretações. Além disso, uma definição contemporânea corre sempre o risco de não descrever adequadamente as aglomerações urbanas de contextos anteriores – ou posteriores.

Não sendo de modo algum negativa, a constatação deste limite é rica e tem possibilitado a abertura de novos caminhos de pesquisa. Um exemplo é a incorporação de leituras a partir de olhares que não se apresentam como científicos, embora sejam lentes de observação válidas, como a literatura, as artes visuais ou até certos esportes, como o *le parkour*⁴ ou o *skate* (foto 3). Conforme Decandia (2003), é preciso

4 O *le parkour* é um esporte de origem francesa, cuja tradução literal seria *o percurso*. Seu praticante, ou *traceur*, busca realizar um trajeto pela cidade vencendo obstáculos do modo mais rápido e direto possível, através de saltos, rolamentos e escaladas. Do ponto de vista deste trabalho, tal esporte nos oferece outras leituras do espaço

(...) redescobrir o potencial cognitivo das linguagens poéticas, metafóricas, relegadas pela predominância do saber científico ao âmbito do não-racional, indistinto, individual, não-objetivo. Finalmente, não atribuindo importância à distinção entre o interior e o exterior, mas, sobretudo, assumindo a consciência de que nenhuma construção científica pode ser um reflexo da realidade, mas sim uma representação, um modelo (DECANDIA, 2003, p.195).

Foto 3 – Le parkour. Leituras alternativas do espaço urbano.



Fonte: Página de internet Le Parkour Brasil. LE PARKOUR, 2012.

A prática da errância, conforme Jacques (2008), é um exemplo destes novos caminhos que a pesquisa urbana tem proposto. Como alternativa ao diagnóstico urbano e ao planejamento do espetáculo, a autora propõe a utilização do corpo humano como instrumento de leitura do espaço – a Corpografia. Essa visa estudar os movimentos dos corpos condicionados pela forma urbana na qual transitam. Não se ocupa, portanto, das representações, dos signos ou nem mesmo das cartografias da cidade. Ela busca padrões corporais de ação, podendo contribuir com a prática do Urbanismo ao revelar as corpografias preexistentes em uma área que sofrerá intervenções, assim como compreender as preexistências espaciais inscritas na experiência corporal do cidadão. Enquanto o urbanista propõe possibilidades de uso e apropriação dos espaços – desde criações fortemente condicionadas até espaços mais livres e abertos a usos

urbano, envolvendo percursos alternativos, espaços pouco acessados ou agregando novas utilizações para o mobiliário urbano, para a cobertura das edificações e outros (LE PARKOUR, 2012).

diversos –, o errante é aquele que experimenta a cidade através da prática voluntária de ações e percursos, sem necessariamente produzir uma representação cartográfica. A errância busca tornar visível o diálogo entre o corpo e o espaço.

Interessante também são as descrições de cidades imaginárias em Calvino (1990). Nesta obra de literatura, o autor oferece uma experiência de leitura múltipla do espaço urbano, onde Marco Polo conta ao imperador tártaro Kublai Kahn, em um encontro imaginário, como são as diversas cidades de seu império, sendo que em cada descrição o viajante apresenta mais uma caricatura do que uma descrição objetiva daquelas. A fala de Ítalo Calvino, através de Marco Polo, pode ser tomada como tipológica para os estudos urbanos recentes, pondo em destaque que a realidade é lida em camadas ou por temas.

Pensar nestas novas possibilidades de incremento do saber só é possível a partir do momento em que se considera que nosso objeto de estudo é multifacetado e possuidor de complexidade que transcende o tradicional experimento científico cartesiano. Para nós, Marco Polo está sempre falando de uma única cidade, pois cada descrição pode ser tomada como sendo uma leitura parcial do mesmo objeto. Conforme propõe Secchi (2006, p.43), a própria atividade de reflexão e produção de cidades – o Urbanismo –, é entendida como

(...) um saber, mais do que (...) uma ciência; um saber relativo aos modos de construção, à contínua mudança e melhoramento do espaço habitável e, em particular, da cidade. Situado entre estudo do passado e imaginação do futuro, entre verdade e ética, esse saber foi construído lentamente, como acumulações sucessivas, acompanhando de perto práticas artísticas, construtivas e científicas, das quais não pode ser separado. (...) Um saber é como um *patchwork*, feito de peças próximas umas às outras e com várias origens e histórias; as várias épocas acrescentaram e utilizaram algumas peças mais do que outras. Um saber finca suas raízes no passado, está sujeito a mudanças contínuas, acréscimos e subtrações, mais do que a revoluções. Pelo menos é assim para o urbanismo.

Ou ainda, conforme Lyotard (2004, p.36)

(...) pelo termo saber não se entende apenas, é claro, um conjunto de enunciados denotativos; a ele misturam-se as ideias de saber-fazer, de saber-viver, de saber-escutar etc. Trata-se então de uma competência que excede a determinação e a aplicação do critério único de verdade, e que se estende às determinações e aplicações dos critérios de eficiência (qualificação técnica), de justiça e/ou de felicidade (sabedoria ética), de beleza sonora, cromática (sensibilidade auditiva, visual) etc. O saber é aquilo que torna alguém capaz de proferir ‘bons’ enunciados

denotativos, mas também ‘bons’ enunciados prescritivos, avaliativos (destaques do autor).

De fato, a proposição de que o Urbanismo seja uma atividade exclusivamente científica (CHOAY, 2010) contribuiu para uma limitação da compreensão de seu objeto de estudo, assim como relegou à margem das reflexões importantes práticas e saberes desenvolvidos em momentos anteriores à invenção do método científico ou da própria proclamação do Urbanismo como sendo ciência (DECANDIA, 2003). Portanto, é fundamental para uma melhor compreensão das cidades e também para a prática de sua produção, encará-lo como um saber. Se a cidade permite diversas aproximações, leituras e abstrações, é bastante pertinente que o seu estudo também seja polivalente, alargando sua pretensão científica original e suas possibilidades de prática (DECANDIA, 2003; SECCHI, 2006).

Além da consideração dessas lentes marginais e da complexidade inerente ao fenômeno, as interpretações acadêmicas da cidade são hoje extremamente abundantes. Uma profusão de conceitos são propostos, alguns redundantes, outros radicais, porém cada um a partir de sua ênfase própria: morfologia, cultura, imagem, tecnologia, economia, meio ambiente etc. Em um endereço eletrônico na Internet denominado *Parole*, criado por Gruppo A12, Udo Noll e Peter Scupelli, é possível explorar um vasto dicionário eletrônico de pesquisas sobre o assunto. Publicado durante a 7ª Exibição Internacional de Arquitetura da Bienal de Veneza (realizada em 2000), o *Parole* atualmente relaciona mais de 900 definições de cidades e fenômenos urbanos. Nesta lista constam nomes como Kevin Lynch, Ítalo Calvino, Jane Jacobs, François Ascher ou David Harvey. Uma rápida inspeção nesta base de dados nos permite encontrar conceitos como: metápolis, *web city*, *free city*, *glossity*, a superquadra de Lúcio Costa ou ainda siglas como NIMBY⁵. Além dos conceitos, *Parole* ainda oferece dados como autor, ISBN, local de publicação, imagens e links para as páginas pessoais dos autores, talvez tornando-se um dos principais pontos de partida para pesquisas sobre o assunto (GRUPPO A12, 2012).

Para além das definições, as cidades foram e ainda são o lócus, por excelência, das transformações sociais, das inovações tecnológicas e organizacionais, das disputas por territórios, da produção de riquezas, dos interesses e conflitos de classe. Principalmente, a atividade comercial e o exercício do domínio estão intimamente ligados à intensidade da urbanização de qualquer território – o feudalismo e o ressurgimento urbano em fins da Idade Média na Europa testemunham nesta direção. O centro urbano tem sido um estabelecimento

⁵ ‘Não no meu jardim’, do inglês Not In My BackYard, tradução nossa.

privilegiado para o encontro, o controle, a cooperação e a troca. A centralização de pessoas, de bens e do poder tem sido fundamental para o sucesso das cidades e das civilizações que as produziram.

Foi na cidade que a escravidão foi abolida, assim como o sufrágio universal foi instaurado. Ela não é naturalmente boa ou má, mas as consequências da reunião de pessoas são amplificadas nela. Holocaustos e guerras também aumentaram em escala e em poder de destruição. Mais do que uma exterioridade, ela potencializa o homem – como se fosse uma extensão de seu corpo, parafraseando Marshall McLuhan. Assim, o território transformado, mais que produto, é parte essencial da sociedade que o habita. Não há sociedade sem território, mesmo que nem todos seus processos dependam de uma localização geográfica. A cidade, este lugar central extraordinário, é uma extensão dos homens em sociedade. Se o artifício e a cultura são naturais ao homem, o território transformado é uma dimensão integrante da constituição do homem, enquanto indivíduo e ser social.

Mesmo no longo período anterior à Primeira Revolução Industrial a cidade era predominantemente o lugar do exercício do poder e das trocas. Cidades-estado ou impérios urbanos floresceram na Antiguidade: na Mesopotâmia, ao longo do mar Egeu, no extremo oriente, ou ao longo do Nilo. A escrita e certas formas de organização municipal se desenvolveram em alguns poucos centros urbanos primitivos, mas seus desdobramentos transformaram e permitiram a circulação de ideias que se tornariam os próprios fundamentos das transformações futuras da civilização.

Embora em alguns momentos e em muitos povos as cidades foram escassas, ou mesmo inexistentes, nas civilizações em que foram erigidas, frequentemente observamos desenvolvimentos superiores de técnicas e conhecimentos sobre o cosmos – astronomia, matemática, construção etc. Não buscamos pesquisar aqui as razões que levaram certos povos a erigir cidades, mas apenas observar certas características relacionadas a esta forma de assentamento.

Não afirmamos tampouco que a vida urbana é superior, em termos culturais, mas sim que tradicionalmente ocasiona mais trocas e produção de ideias; por extensão, produz formas mais complexas de organização e de tecnologia. Isso se confirma com a notória relação entre a existência de cidades e a escrita, enquanto que em povos tribais a oralidade costuma ser predominante. Interessante ainda é o fato de que nas civilizações urbanas o cosmopolitismo também é frequente e, com isso, a tendência à miscigenação ou ao domínio cultural ocorre em maior intensidade do que naqueles povos de tradição tribal – que tendem a ser culturalmente mais isolados e estanques.

Na América do Sul, por exemplo, podemos contrapor o cosmopolitismo do Império Inca, absorvendo tradições culturais distintas dos povos dominados, ao predomínio da manutenção das peculiaridades observadas nas nações tribais existentes na floresta Amazônica. No primeiro houve grande troca de conhecimentos, mas também o desaparecimento de culturas. A força produtiva da cidade e sua maior densidade populacional podem facilitar a sobrevivência de um povo, mas também ocasionam danos ambientais superiores aos causados por um assentamento de características tribais. Ironicamente, diversos povos tribais amazônicos ainda estão vivos, enquanto a grande civilização Inca se tornou objeto de estudo da arqueologia.

Embora este trabalho se ocupe da cidade e das características desta forma de organização, não significa que as civilizações urbanas serão sempre mais justas ou ambientalmente equilibradas. A ideia oposta também deve ser rechaçada: a desurbanização não é tomada como uma situação intrinsecamente superior – contrariando qualquer pensamento rousseauiano que porventura tais considerações possam suscitar. Nas cidades da Antiguidade surgiram a escrita e diversas outras invenções que contribuíram para o avanço das condições materiais e do conhecimento do universo pelo homem. Por outro lado, a crescente urbanização mundial também tem contribuído para a intensificação da depredação do planeta, tornando a solução da equação urbanização x recursos naturais um dos principais problemas contemporâneos.

Com a Primeira Revolução Industrial intensificou-se a urbanização do planeta, a partir da Inglaterra. Além de mudanças quantitativas – mais pessoas, mais mercadorias, mais problemas – houveram transformações profundas nas sociedades, em sua relação com o território e também em suas relações sociais e produtivas. Tais transformações reforçaram na cidade a função de gestão e domínio, à medida em que ela se industrializou. Principalmente, a grande novidade é que naquele momento a produção também passou a acontecer em território urbano – a fábrica. Progressivamente, o modo de vida urbano e o assentamento do tipo cidade tornaram-se a regra em diversos territórios (MUNFORD, 1998).

A cidade se popularizou e, com ela, os produtos da industrialização, o aumento das escalas – territoriais, de produção e de consumo –, o aumento na velocidade da disseminação de ideias, de invenções e de epidemias. A máquina a vapor, a eletricidade, a fábrica e o fordismo foram desenvolvidos em cidades; porém, os novos processos sociais que se desenvolveram a partir destas invenções inauguraram uma nova etapa na civilização, expressa pelo capitalismo

e pela industrialização, extrapolando seus territórios de origem e também o próprio ambiente urbano, alterando cada vez mais a superfície e a atmosfera terrestre⁶.

Uma Segunda Revolução⁷, em função de inovações nas tecnologias de informação e comunicação, também permitiu novas transformações nas cidades e na vida urbana, desde a segunda metade do século XX. Os avanços nas telecomunicações, com o rádio, a televisão e, principalmente, com a criação das redes de computadores permitiram que as redes sociais e territoriais – que sempre existiram – assumissem o protagonismo na formação da nova realidade socioespacial contemporânea, onde a cidade, em rivalidade com os Estados Nacionais, tem se transformado na unidade básica de relações cada vez mais horizontais, descentralizadas e globais (CASTELLS, 1999).

No campo econômico, as medidas neoliberais impostas aos governos pelas poderosas corporações transnacionais, sob a ideologia da globalização, foram o grande motor que contribuiu para o fortalecimento e a preponderância das relações em rede entre as diversas cidades ao redor do mundo, eclipsando as barreiras nacionais erguidas ao longo da Modernidade e reduzindo a seguridade social construída desde o segundo pós-guerra (CASTELLS, 1999; MANDEL, 1982).

Nessa nova estrutura social, a cidade viu reforçada sua função de lugar das decisões e inovações organizacionais, políticas e econômicas. Novamente, os desenvolvimentos que possibilitaram tais processos surgiram nos próprios centros urbanos e permitiram transformações em escala mundial e em todas as dimensões da existência humana.

Na contemporaneidade, em que as diferenças e a pluralidade não são apenas reconhecidas, mas celebradas – e mercadejadas –, torna-se ainda mais hercúlea a tarefa de se definir o que é uma cidade, ou sua expressão contemporânea. Na verdade, melhor seria falar da cidade na contemporaneidade, uma vez que na urbanização atual existem diversas temporalidades sobrepostas, de acordo com as seleções realizadas pelos atores dirigentes da economia global, a todo tempo incluindo ou excluindo certas regiões das redes de produção e poder. Assim, podemos encontrar localizações não industrializadas, excluídas das redes

6 Ou não seriam os sinais eletromagnéticos de comunicação, os aviões ou a poluição do ar, transformações atmosféricas oriundas de inovações tecnológicas nascidas em sociedades urbanas?

7 Ou Terceira, conforme diversas classificações. Nessas, o que aqui denominamos Primeira Revolução Industrial (ou apenas Revolução Industrial) engloba duas revoluções, conforme outras classificações: a primeira se refere ao desenvolvimento da produção movida pela máquina a vapor na Inglaterra e a segunda à sua difusão para outros países e ao desenvolvimento da eletricidade e da química nos processos industriais originados com a máquina a vapor. A terceira seria a Revolução Informacional, termo que será adotado neste trabalho, conforme o item 1.3. a seguir.

internacionais, sem acesso às infraestruturas de saneamento ou de transportes e comunicação avançados, assim como localizações extremamente contemporâneas, como Nova Iorque ou Tóquio, plenas de serviços avançados, em especial aqueles ligados ao turismo, à cultura e ao mercado financeiro. Sabemos que todas são contemporâneas, do ponto de vista temporal, porém há distâncias gigantescas no grau de participação na chamada sociedade global pós-industrial⁸.

Como destaca Muñoz (2008), não podemos compreender a situação atual sem a constatação de que há dois tempos coexistindo, o tempo real e global da simultaneidade das telecomunicações e o tempo histórico, vivido em cada localidade do planeta. Diante disso, a pesquisa contemporânea sobre o urbano se torna bastante relevante, uma vez que, devido aos incrementos nas TIC's, observa-se em algumas áreas do planeta, de desenvolvimento econômico avançado, uma proliferação de características da vida urbana para além das cidades, introduzindo novas morfologias e arranjos econômicos nas pesquisas urbanas.

Em cada contexto onde cidades foram construídas elas inevitavelmente alteraram a região que as abrigou, do ponto de vista espacial, funcional e simbólico. Quando certas porções são diferenciadas sob a forma de cidades, ao mesmo tempo o campo se define, de modo que não faz sentido falar de um como sendo separado do outro, pois se definem enquanto complementares entre si. Nesta relação dialética, o centro urbano predominantemente tem assumido a função de governo, controlando o território no qual se insere. A vida também passou a ser dividida segundo este par, entre a vida no espaço rural e no urbano. Mais do que as influências locais, as principais transformações, ideias e criações nascidas nestas aglomerações possibilitaram o desenvolvimento das estruturas sociais predominantes em escala global.

Reiterando nosso argumento, responder o que é uma cidade, tendo em vista suas diversas manifestações e papéis ao longo do tempo, não é tarefa simples. Ainda, a mera existência de um conceito abrangente e atemporal não necessariamente possibilitará que reflexões produtivas sejam possíveis ou que ações pertinentes para a transformação da realidade sejam facilitadas. Porém, compreender a cidade como um relicário permite compreendermos sua forma presente como sendo o resultado de acúmulos ao longo do tempo, como transformações imbricadas entre configurações sociais pretéritas e o ambiente que elas habitaram.

Compreender a relação entre sociedade, tecnologia e território é fundamental para se propor transformações na realidade. Embora os desenvolvimentos técnicos não determinem de

8 Edward Soja afirma que o prefixo 'pos' é impreciso para definir as características da sociedade desde finais do século XX. Principalmente, são considerados inadequados pelo autor os termos pos-industrial, pos-urbano ou pos-capitalista (SOJA, 2000 APUD MUÑOZ, 2008).

modo causal uma certa forma urbana, por outro lado a tecnologia disponível em cada lugar e tempo são fundamentais para materializar certos tipos de estruturas – e não outros. A sociedade produz e se expressa no território, mediada pelas possibilidades construtivas conhecidas – são essas que irão viabilizar os processos sociais e expressar materialmente as demandas, crenças, hábitos e os conflitos presentes em cada contexto.

A cidade é, portanto, uma dimensão integrante de uma sociedade, materializada conforme a tecnologia disponível em cada momento para cumprir certos objetivos – é um processo espacial e histórico, nunca um objeto estático (exceto em cidades fantasmas). O território pode ser também comparado a um palimpsesto⁹, pois “sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto novos como velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial” (SANTOS, 2008, p. 67).

A mera aglomeração de pessoas em cidades não produz, por si só, inovações tecnológicas ou organizacionais. A história das civilizações mostra que as instituições políticas são fundamentais nas transformações sociais, nas revoluções e na aplicação das inovações de modo orientado, visando o alcance de objetivos próprios – aumentos na produtividade, desenvolvimento social ou domínio político e ideológico. As invenções que possibilitaram transformações sociais e o desenvolvimento socioeconômico de certos povos não surgiram em muitas cidades e nem em todos os casos elas foram aplicadas de modo eficiente na produção ou nos demais processos sociais (CASTELLS, 1999).

Portanto, definições absolutas sobre cidade não são suficientes para compreendê-la. Mais do que a busca por um conceito, objetivamos aqui conhecer os processos e as características que as aglomerações urbanas assumiram e que ainda assumem na contemporaneidade a fim de que se possa transformá-las de modo a satisfazer, de modo consciente e justo, as demandas de uma dada sociedade.

O conhecimento da cidade contemporânea só é possível a partir de aproximações, pois admitimos que sua realidade última sempre permaneça um passo adiante. Conforme o caminho que se aproxima, uma outra face se revela. A própria ação investigativa é uma forma de conhecimento da cidade, seja enquanto movimento do corpo na cidade, seja a investigação do geógrafo ou o próprio ato projetivo do arquiteto, do engenheiro e do construtor informal. Este trabalho, neste sentido, é uma atividade urbanística, pois lida com saberes e reflexões sobre os

9 Um palimpsesto é um pergaminho reutilizável, escrito e apagado através de raspagens, permitindo novas inscrições. Conforme (CORBOZ, 1998 APUD SECCHI, 2006) as diversas gerações têm escrito, apagado, reescrito e deixado marcas no território do planeta, principalmente, cidades.

processos definidores das cidades. Diante disso, as melhores definições talvez sejam aquelas que entendam a cidade enquanto território peculiar de aglomeração de pessoas e de troca de bens – materiais ou não –, onde constantemente a sociedade humana, através da técnica, se realiza no espaço. Assim, a sociedade se manifesta territorialmente em cidades, mas não apenas. O que pretendemos destacar nesta introdução é o papel da cidade enquanto lugar privilegiado da inovação, do domínio e da cultura, localidades das quais se originam influências que extravasam seus limites, alcançando não só outros centros urbanos, mas também toda a extensão do planeta e, cada vez mais, até territórios extraterrenos, tais como a lua, o espaço sideral ou os planetas vizinhos.

1.3. A sociedade contemporânea e as redes.

“É claro que a tecnologia não determina a sociedade. (...) A tecnologia é a sociedade.”
Manuel Castells.

Parafraseando Manuel Castells, a cidade é a sociedade, é parte dela ou, no mínimo, realiza suas demandas territoriais. Por isso, conhecer a totalidade social que a produz deve ocupar posição central no Urbanismo, pois o espaço urbano nunca é arbitrário. Desde a primeira metade do século XX diversos outros conhecimentos parciais têm sido trazidos ao corpo do saber urbano¹⁰, ampliando seus limites para além das questões espaciais e técnicas propostas desde final dos noventa.

Não pretendemos delimitar os assuntos do Urbanismo ou diferenciá-lo de outras áreas de estudo, mas simplesmente reconhecer que ele se alimenta de pesquisas em diversos campos acadêmicos, sendo por elas sustentado e, ao mesmo tempo, transcendendo tais contribuições ao considerar também conhecimentos, tradições e práticas que não são científicos, mas relacionados à produção de cidades: sua delimitação se dá justamente na comunicação com qualquer pesquisa ou saber que se refira ao urbano e isto, paradoxalmente, dificulta a demarcação do seu território especulativo, embora seu objeto de estudo seja sempre o mesmo.

Necessariamente, é preciso estudar o espaço urbano considerando suas relações com os processos sociais em cada contexto – especialmente os econômicos. Como exemplo, a

¹⁰ Referimos aqui ao Urbanismo enquanto novo ramo do conhecimento científico, proposto com as teorias urbanas e reflexões suscitadas pela Revolução Industrial Europeia, no século XIX (CHOAY, 2010). Neste trabalho, como já mencionado, a definição de Urbanismo vai além do proposto em Choay (2010), entendendo-o como um saber anterior à revolução científica ou industrial, e que considera as práticas, tradições e modelos urbanos desenvolvidos nas diversas sociedades urbanas e em cada momento histórico – incluindo também a definição considerada em Françoise Choay (SECCHI, 2006).

morfologia urbana, enquanto estudo específico da materialidade da cidade torna-se sem sentido se não forem levadas em conta questões econômicas, políticas, jurídicas ou culturais, pois

A forma (física) do espaço é uma realidade para a qual contribuiu um conjunto de fatores socioeconômicos, políticos e culturais. Sem dúvida que a economia, ou as condições socioeconômicas de produção do espaço, se refletem profundamente na sua forma. (...) Mas a forma urbana é também, ou deverá ser, o resultado da produção voluntária do espaço. Entendo por voluntário um processo que, tomando em conta os objetivos do planejamento (...), os organiza e resolve utilizando os conhecimentos culturais e arquitetônicos sobre esse mesmo espaço e materializando-os através da sua FORMA (LAMAS, 2011, p. 26, destaque do autor).

Assim, a próxima questão é compreender as características definidoras da sociedade contemporânea, especialmente seus aspectos que têm influenciado de modo intenso as cidades. Não se trata apenas de atribuir-lhe um nome, mas de compreender quais elementos individualizam a situação presente em relação aos momentos anteriores e, a partir deles, compreender melhor o fenômeno urbano hodierno.

Assim como não buscamos anteriormente um conceito conciso sobre cidade, mas aproximações a partir de breves considerações sobre alguns temas centrais – aglomeração, território, trocas, técnica, produção e domínio –, também aqui evitaremos a simples descrição da sociedade, mas suas principais características serão visitadas a partir de alguns teóricos cujas reflexões apresentam pertinência reconhecida entre as pesquisas urbanas recentes. Obviamente, suas nomenclaturas serão citadas e referidas, acima de tudo, com o objetivo de facilitar a compreensão e o diálogo destas observações com outros trabalhos. Em especial, a pesquisa de Manuel Castells sobre a Era da Informação formará o referencial teórico fundamental para este assunto (CASTELLS, 1999). Além desse, outros trabalhos complementarão o assunto desta seção do capítulo, especialmente Jameson (2007), Lyotard (2004) e Mandel (1982).

Porém, antes de discorrer sobre as características definidoras da sociedade hodierna, uma ressalva sobre as classificações e sistematizações da história. A historiografia tradicional dividiu a história do homem em períodos homogêneos que não correspondem à totalidade das situações sociais coexistentes no globo em cada instante – além disso, a ideia de uma Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna e Contemporânea foi construída a partir de uma visão progressista da história, onde as sociedades estariam evoluindo ao longo do tempo e, acima de tudo, em direção à civilização ocidental europeia. Tais sistematizações foram construídas tomando certos eventos e processos que ocorreram em regiões ou sociedades

específicas mas que, de algum modo, repercutiram de modo a extravasar seu contexto. Assim, mesmo que falemos em uma Sociedade Medieval ou Moderna, estas classificações não podem ser aplicadas a todos os povos sobre a face do planeta durante a Idade Média ou Moderna, respectivamente; nem nos permite afirmar que a Sociedade Medieval foi inferior à Moderna.

Por herança do imperialismo dos últimos séculos, a história mundial oficial é, de fato, aquela dos países europeus e, mais recentemente, dos Estados Unidos da América. Um exemplo familiar é a bibliografia das instituições de ensino brasileiras, que confirmam e reproduzem esta situação – nos próprios currículos universitários, como no caso dos cursos de Arquitetura, são mais numerosas as histórias da cidade, da arte ou da arquitetura cujo conteúdo é predominantemente europeu e, desde o século XIX, também norte-americano. Claro que devido ao poderio destas nações e também à posição do Brasil enquanto ex-colônia europeia, é imprescindível conhecer estas histórias e pontos de vista, mas compreendendo-os enquanto construções históricas parciais, seleções e generalizações.

Assim a noção iluminista de História, baseada na ideia do progresso da civilização guiada pela razão, impôs lentes e filtros para a leitura dos fatos e documentos do passado. Um exemplo é a exaltação do período denominado por Antiguidade Clássica, assim como a exacerbação dos pontos negativos do período de tempo classificado como Idade Média na Europa. Em Mumford (1998) são colocados em questão alguns lugares comuns sobre o período medieval e apresentados diversos aspectos em que esta sociedade foi superior ao tradicional renascimento cultural e artístico do século XVI, mostrando que as trevas não estiveram restritas ao período medieval e nem que a luz foi propriedade exclusiva da Modernidade. Finalmente, a prática da historiografia sempre foi mais intensa entre os países centrais do capitalismo atual, o que também explica o maior volume de trabalhos referentes àqueles povos e territórios.

Além de parciais e eurocêtricas, tais classificações não abarcam a totalidade das estruturas sociais coexistentes em cada momento: durante o feudalismo europeu havia em outros continentes sociedades tribais e também impérios urbanos de dimensões territoriais consideráveis. A própria Era da Máquina não testemunhou a industrialização de todos os Estados nacionais – o Brasil se industrializou no século XX, enquanto que a China experimenta tal processo¹¹. Do mesmo modo, falamos sobre o advento da Sociedade em Rede. O problema continua o mesmo: como incluir certos povos tribais nesta expressão? De fato, o conceito pode

11 Afirmar que o Brasil se industrializou não significa dizer que todo o Brasil é industrial, assim como dizê-lo urbanizado não exclui a existência grandes territórios não urbanizados, como no semiárido nordestino ou na Amazônia.

até incluí-los, mas apenas por negação – enquanto sociedades excluídas da maioria das redes globais, relegadas intencionalmente à margem da aldeia global.

Nossas reflexões partem sempre da compreensão das limitações das sistematizações e reconhecem a complexidade superior da realidade, quer seja da cidade ou da sociedade que lha corresponda. Inevitável e ironicamente o recorte deve ser feito: a sociedade referida aqui corresponde a uma abstração que inclui contextos específicos – especialmente o europeu, o norte-americano e, no terceiro capítulo, o brasileiro.

Por outro lado, o alargamento do alcance dos transportes e dos meios de comunicação atuais têm levado as características a serem aqui expostas aos confins do globo e integrado sociedades bastante diversas, tornando os recortes e as sistematizações menos excludentes do que aquelas realizadas para descrever as sociedades do passado. A tradição marxista, assim como seus teóricos mais recentes, tem produzido um esforço intelectual persistente no sentido de desvelar os construtos ideológicos dos grupos dominantes do capitalismo e, com isso, outras histórias e reflexões estão sendo construídas, tendo como ponto de vista os explorados, os excluídos e os vencidos. Além disso, o próprio marxismo também já é denunciado enquanto discurso sobre a história e não como sendo a verdadeira realidade da mesma. Denúncias assim são típicas do pensamento relativista dos últimos anos. Fim da ressalva.

Embora não se possa dizer que uma sociedade acaba e outra surja de modo repentino, é possível localizar no tempo alguns eventos, processos e inovações que catalisaram profundas e rápidas transformações nas sociedades contemporâneas. Veremos ainda que, quanto mais incluída no sistema econômico global uma determinada região estiver e quanto maior for a sua influência econômica e política, mais explícitos os fenômenos relacionados ao tempo presente tendem a se manifestar ali.

Nesta exposição das características fundamentais da sociedade contemporânea serão consideradas três dimensões de análise: a tecnológica, a cultural e a econômica, objetivando-se compreender como estas se relacionam no que se considera uma nova manifestação da vida humana em sociedade – ou, uma nova sociedade. Aliado a esta caracterização, buscamos apresentar um sucinto histórico da Revolução Informacional¹², a fim de apresentar a natureza peculiar da nova tecnologia e facilitar a compreensão do assunto.

Especialmente do ponto de vista econômico, a situação atual é melhor compreendida tendo em vista as transformações que ocorreram com a Sociedade Industrial, cujo nascimento se considera como tendo ocorrido em meados do século XVIII na Inglaterra – o início da

12 Ou Terceira Revolução Industrial /Tecnológica/Digital/Informacional.

Revolução Industrial¹³. Durante o modo de desenvolvimento industrial o fator crucial para a produção de excedente era o acesso às fontes de energia: quanto mais uma empresa, cidade ou nação tinha acesso e manipulava com mais eficiência as fontes de energia, maior era seu poder econômico e político. A Inglaterra foi a primeira nação a se utilizar das novas tecnologias, que amplificaram as forças físicas do homem, na manipulação de matérias-primas e confecção de produtos industriais, tornando-se uma potência industrial. A Revolução Industrial não eclodiu em solo inglês por acaso, como simples consequência do advento da máquina a vapor, mas foi resultado de decisões políticas e da aplicação consciente e orientada da tecnologia.

Em um segundo momento da Revolução Industrial (ou Segunda Revolução Industrial), os centros de inovação e poder passaram a se localizar também em outros países, como na Alemanha e nos EUA. O motor elétrico, assim como a geração e a distribuição de eletricidade passaram a ser os elementos chave da expansão do capital industrial nesta etapa. É possível observar que fatores semelhantes tornaram algumas localidades inglesas em pontos de grande inovação tecnológica no século XVIII e localidades alemãs, japonesas e norte-americanas em novos centros da inovação e produção industrial no século XIX¹⁴. As cidades, como já afirmado no início do capítulo, foram sempre o lugar protagonista de tais acontecimentos (CASTELLS, 1999; MANDEL, 1982).

Após um período de grande expansão quantitativa e qualitativa, tanto geográfica quanto produtiva, o capitalismo industrial, no segundo pós-guerra, tinha alcançado seus limites em termos de consumo e de aumento da produção de excedente. Com isso, as corporações e certas nações capitalistas passaram a buscar soluções para a continuidade deste modo de produção, ou seja, para que as taxas de produção de excedentes continuassem a crescer e que a detenção privada dos meios de produção e suas consequentes relações de classe também se mantivessem. Assim, o sistema produtivo mundial, apoiado pelos Estados, experimentou transformações profundas, viabilizadas pelo emprego das inovações tecnológicas desenvolvidas desde meados do século XX. Este momento foi marcado por diversas crises, durante os anos de 1970 e, em paralelo, por mudanças na organização das empresas (flexibilização, fusões e

13 Ou Primeira Revolução Industrial.

14 Tais situações são também chamadas de *meios de inovação*: localizações (especialmente cidades) onde há forte interação entre sistemas de descobertas e de aplicações tecnológicas. Atualmente, o Vale do Silício é o grande exemplo de meio de inovação, onde a presença de empresas de alta tecnologia, instituições de ensino e pesquisa científica, apoio governamental, incentivo à inovação e a própria presença de indivíduos brilhantes faz com que um ciclo virtuoso seja criado e, cada vez mais, outras tecnologias surgem e mais empresas e pesquisadores são atraídos a se transferirem para o Vale do Silício. Interessante que, mesmo com a Internet e a possibilidade de se fazer parte de redes de pesquisa de abrangência mundial, o contato pessoal – formal e, especialmente, informal – tem sido um dos elementos fundamentais no sucesso ou fracasso do surgimento de meios de inovação. (AYDALOT, 1985 APUD CASTELLS, 1999).

multinacionalidade), nas relações trabalhistas (desregulamentação e precarização) e nos mercados nacionais (desregulamentação, globalização e uniformização de regras econômicas e de gestão pública).

Os desenvolvimentos na microeletrônica, na computação e nas telecomunicações viabilizaram a expansão global da atuação das grandes corporações, fazendo com que, gradativamente, diversos países e regiões passassem a funcionar de modo integrado e interdependente. A informação e sua manipulação tornaram-se os recursos chave para a produção de excedente e, conseqüentemente, as empresas e os Estados passaram a fomentar uma verdadeira corrida de desenvolvimento e pesquisa tecnológica informacional. Com a popularização destas inovações e sua convergência¹⁵, cada vez mais a sociedade é informatizada, computadorizada e sua comunicação se dá mediada por dispositivos tecnológicos conectados às redes (CASTELLS, 1999).

Em paralelo a tais transformações, novos debates entraram em cena no mundo Ocidental: críticas ao capitalismo imperialista, às guerras, assim como o início das reivindicações ambientais e das minorias. A gradativa expansão das redes informacionais e a crescente universalização do acesso a ela, não apenas viabilizaram novos caminhos para as corporações ou a globalização da economia, mas também passaram a mediar os processos de comunicação entre as instituições e entre os indivíduos – quer sejam nas relações profissionais, nas transações econômicas, nas discussões políticas em ambiente virtual ou simplesmente nos bate-papos eletrônicos. Novas mídias e novas modalidades de comunicação foram desenvolvidas. Nesta nova sociedade, a informação tem sido seu novo combustível e a Internet o seu motor fundamental.

Na Era da Informação, a indústria não desapareceu, mas tornou-se informacional, assim como a agropecuária. Nas cidades e no campo as pessoas carregam seus telefones e *tablets* conectados à Internet, tornando a experiência do espaço e do tempo totalmente nova: o aumento da eficiência dos meios de transporte organizados em redes (baseadas nas novas TIC's) tornaram as distâncias menores e, acima de tudo, as redes de telecomunicação acrescentaram o tempo real – instantâneo – à experiência cotidiana do homem. A própria cultura tornou-se uma *commodity* (HARVEY, 2006) e a calça jeans norte-americana é produzida na China.

15 Por convergência se refere à integração entre as tecnologias, como no caso do computador, que é constituído por elementos da microeletrônica – em suas placas – e das telecomunicações – com sua conexão à Internet.

1.3.1. Sociedade Pós-Moderna, Pós-Industrial ou em Rede?

Diversos autores¹⁶ têm se ocupado em analisar as principais características econômicas, estéticas, sociológicas e culturais do momento presente. Manuel Castells diz que se trata de uma Sociedade em Rede. Outros termos têm sido empregados, tais como: Sociedade Pós-Industrial (Daniel Bell), Sociedade Pós-Moderna (Jean-François Lyotard) e Sociedade do Espetáculo (Guy Debord). Consideramos necessária uma pequena reflexão sobre a denominação que empregaremos a fim de designar a sociedade atual.

Em suma, entendemos que considerar pós-moderna tal sociedade, implica considerar que a Modernidade foi superada, fato que certos autores discordam, como o filósofo Lyotard (JAMESON, 2007) ou o arquiteto Peter Eisenman (NESBITT, 2006). Além disso, considerá-la sob esta denominação estar-se-ia enfatizando seus aspectos culturais, enquanto superação da Modernidade – incluindo questões estéticas, sociológicas e políticas. Como há divergências sobre a validade da superação de todas as características e anseios da Modernidade, entende-se tomar a sociedade contemporânea como sendo Pós-Moderna, traz consigo um debate que, embora relevante, se relaciona de modo apenas indireto aos objetivos deste trabalho. Além disso, o uso irrestrito, por sua popularização, do termo pós-moderno, tem tornado sua designação bastante variada, reduzindo sua capacidade de comunicação precisa e esvaziando a pretensão inicial de seu emprego (JAMESON, 2007).

A rejeição por nós em usar a expressão pós-industrial, não se deve apenas ao seu emprego indiscriminado, mas devido ao intenso debate envolvendo a partícula *pós* durante o final do século passado. Como já comentado, Edward Soja afirma que tal partícula não deve ser utilizada junto aos termos urbano, industrial ou capitalista (pós-urbano, pós-industrial e pós-capitalista). Para Soja, tal emprego pode sugerir um tipo de urbanismo ou de espaço à margem, ou além, do urbano, da industrialização ou do capitalismo (SOJA, 2000 apud MUÑOZ, 2008). Em verdade, a nova cidade é justamente uma das manifestações das transformações pelas quais o capitalismo industrial passou, tanto em sua estrutura produtiva quanto em seus lugares protagonistas – as cidades.

Além disso, o adjetivo industrial se refere apenas ao modo de desenvolvimento de uma dada sociedade, caracterizando precisamente seu objeto: o modo de desenvolvimento onde a produtividade está baseada na capacidade de produção industrial, derivada do aumento de

¹⁶ Entre os mais referidos nas ciências humanas estão Zygmunt Bauman, Jürgen Habermas, Fredric Jameson, Edward Soja, Manuel Castells, Saskia Sassen, Peter Hall, Jean-François Lyotard, Jean Baudrillard, Guy Debord, Henry Lefebvre, Daniel Bell ou Ernest André Gellner.

escala e dos custos baixos de energia e matéria-prima. Por modo de desenvolvimento, entende-se “os procedimentos mediante os quais os trabalhadores atuam sobre a matéria para gerar o produto, em última análise, determinando o nível e a qualidade do excedente” (CASTELLS, 1999, p.34). Portanto, o termo pós-industrial aponta para uma mudança de modo de desenvolvimento, mas não deixa claro para qual. Castells utiliza, em seu lugar, o adjetivo informacional, na tentativa de apontar o novo modo de desenvolvimento dominante, onde a produtividade não é consequência do acesso favorável às fontes de energia ou matéria-prima, mas depende do acesso às – e do domínio das – tecnologias de informação, de comunicação e de geração de conhecimentos. Se um novo modo de desenvolvimento surgiu, porque não utilizar uma adjetivação mais explícita? Assim, a sociedade contemporânea possui sua base material constituída pelas tecnologias da informação, passando de uma economia industrial para uma informacional.

Castells porém, utiliza um termo ainda mais amplo, não se referindo apenas ao aspecto produtivo desta sociedade, mas a toda sua estrutura social: a Sociedade em Rede. Será este o termo empregado ao longo de nossa pesquisa. O primeiro e principal motivo desta escolha deriva de sua abrangência e clareza em relação ao que busca significar, especialmente porque afirmá-la *em rede*, aponta para diversas direções: organização produtiva, relações sociais e laborais, base material, estrutura territorial, redução de hierarquias verticais etc.

Redes sempre existiram – redes políticas, como no império Inca, redes comerciais, como na rota da seda, redes produtivas, como nos burgos medievais. Não só em tempos remotos, mas também no modo de desenvolvimento industrial, onde a hierarquia vertical foi dominante, certas empresas e instituições de pesquisa se organizaram em rede, como a indústria de cadeiras Thonet ou o instituto Pasteur, conforme De Masi (2005). Portanto, não estamos nos referindo ao surgimento da organização sob a forma de rede. De modo geral, não apenas as sociedades humanas, mas a vida orgânica, em suas diversas expressões, também se organiza em estruturas do tipo rede – como nas redes neurais ou nos formigueiros. Não se trata da novidade da rede, mas de como a sociedade tem se organizado, em todo e cada aspecto, predominantemente segundo esta lógica.

O ponto fundamental é que as tecnologias da informação e da comunicação, assim como os incrementos na eficiência dos transportes, têm permitido que a organização em rede seja predominante na estrutura social contemporânea, como se estivessem liberando todo o potencial desta topologia tão recorrente na natureza e na cultura. Uma das características fundamentais para que a rede seja tão abundante é o fato de que a nova tecnologia facilita as conexões horizontais, reduzindo ou até mesmo eliminando a necessidade de pontos centrais

mediadores das conexões. Como são tecnologias de comunicação, rapidamente todas as atividades humanas vão sendo cada vez menos organizadas segundo hierarquias e estruturas verticalizadas e centralizadoras.

Em segundo lugar, colocar a ênfase em como ela se organiza, permite que ela seja empregada quer se considere características da Modernidade ou da pretendida Pós-Modernidade, assim como evita restringir tal adjetivação à cultura, ao modo de produção ou de desenvolvimento econômico. E isto é bastante importante, pois na contemporaneidade existem localidades¹⁷ não industriais ou se industrializando, mas inseridas no processo de globalização através das redes globais. De fato, não importa se certa localidade possui parque industrial primitivo ou se sofreu desindustrialização, nem se é um paraíso natural convertido em *resort* de luxo ou possui diamantes, petróleo ou produção de cocaína – o que importa é o papel e a relevância econômica de cada localidade, transformando-as em nós mais ou menos importantes na variedade de redes existentes.

O termo Sociedade em Rede permite também reflexões sobre a comunicação, os laços e as instituições sociais na contemporaneidade. Com as redes, dois amigos se comunicam pelo *Facebook*, em tempo real não importando que um esteja na avançada Londres e o outro em um pequeno vilarejo no interior do Uzbequistão, na Ásia Central. Não só com relação a tais exemplos, mas o fato de o termo *rede* expressar uma topologia e não os conteúdos que organiza, torna-o capaz de abarcar os diversos conteúdos sociais da multiplicidade de vozes e reivindicações características da atualidade, cada vez mais permitindo que indivíduos se organizem e se articulem em torno de temas comuns, como aqueles de caráter étnico, político, religioso ou de gênero (CASTELLS, 1999).

1.3.2. A tecnologia informacional e a Sociedade em Rede.

Antes de comentar sobre os principais caracteres da Sociedade em Rede, é necessário compreender também o que é uma rede. De modo direto, uma rede é um conjunto de nós interconectados. Um nó pode ser quase qualquer coisa, dependendo da rede a qual se refere: uma cidade, uma pessoa, um mercado consumidor, uma bolsa de valores, um banco de dados ou um aeroporto. A função do nó é armazenar e processar os fluxos da rede. Entre os nós circulam os fluxos, cuja qualidade depende da natureza de cada rede – capital financeiro, informações militares, programas de televisão etc.

17 Tais como certas regiões da China ou Índia. Por outro lado boa parte da África continuará e se aprofundará em sua exclusão e miséria, conforme diversos prognósticos (CASTELLS, 1999).

Com a crescente digitalização da informação, cada vez mais todo tipo de informação tem sido convertida em sinais eletrônicos, fazendo da convergência tecnológica – e das redes – uma das grandes características materiais da sociedade contemporânea: especialmente, na Internet circulam informações digitais de diversas naturezas (vídeo, áudio e texto), assim como informações de outras redes – como no caso dos sistemas de telefonia. O sucesso da rede, enquanto arquitetura preferencial das relações contemporâneas de poder, de produção ou culturais se explica, conforme Manuel Castells, no fato de a rede ser uma estrutura extremamente flexível, podendo assumir geometrias complexas e variáveis no tempo com extrema facilidade, através de operações de conexão/desconexão de nós e da universalidade dos protocolos de comunicação das redes – possibilitando a conexão entre diferentes nós e diferentes redes.

Assim, em um contexto capitalista baseado na inovação, na globalização e na concentração descentralizada, a estrutura em rede conseguiu reunir características fundamentais para a viabilidade do modo de produção capitalista na contemporaneidade: a rede é flexível, aberta à expansões e contrações ilimitadas, assim como pode absorver inovações com grande facilidade. Além disso, a rede também consegue viabilizar outros aspectos, como a crescente demanda por flexibilidade e adaptabilidade de pequenas e grandes empresas, dos trabalhadores, dos grupos que lutam por identidade em meio a valores culturais em permanente desconstrução e reconstrução, dentre outros (CASTELLS, 1999).

Portanto, por Sociedade em Rede, Manuel Castells intenta se referir à predominância, na estrutura social hodierna, do modelo em forma de rede em todas as atividades humanas, característica que foi possibilitada por certas inovações tecnológicas surgidas entre as décadas de 40 e 70 do século XX no território norte-americano, em sua maioria. Especialmente, foram as inovações na microeletrônica, na computação e na telecomunicação que permitiram, através de sua crescente convergência, que as diversas atividades humanas passassem a se realizar mediadas por redes de comunicação, armazenamento e processamento de dados.

Embora haja inumeráveis redes, a Internet tem sido o motor fundamental desta nova sociedade. A rede mundial de computadores, juntamente com as diversas outras redes vinculadas a ela, está possibilitando a formação de uma nova economia, de novas formas de gestão, de comunicação, assim como de uma nova cultura e novas instituições político-administrativas. A sociedade se transforma e a tecnologia oferece as possibilidades de materialização e desenvolvimento para as mutações sociais: a tecnologia da informação viabilizou a nova sociedade ao possibilitar que as diversas atividades humanas se alterassem

pelos próprios homens segundo as formas possíveis pelas inovações tecnológicas. A sociedade é modificada por escolhas políticas.

Como já mencionado, a estrutura em rede se difere das estruturas hierárquicas tipicamente industriais pelo fato de ser predominantemente horizontal. As tecnologias do período anterior não permitiam tais arquiteturas organizacionais, mas apenas estruturas fechadas em si mesmas, de geometria vertical e piramidal: no vértice os elementos de gestão e controle e, na base, incontáveis operários (no caso de uma indústria). Com as novas tecnologias, os contatos diretos entre quaisquer dois nós se tornaram a regra.

Castells afirma que este caráter descentralizado e pouco hierarquizado tem duas causas. Em primeiro lugar, as primeiras redes formadas nos EUA surgiram por iniciativa do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, através de sua Agência de Pesquisa Avançada (DARPA). Um dos objetivos deste órgão era que fosse desenvolvido uma rede de comunicação militar invulnerável a ataques nucleares; para isso, foi idealizada uma rede sem controle centralizado, mas onde as rotas de comunicação seriam definidas ao longo e em qualquer ponto da rede, evitando que o inimigo pusesse interromper todo o sistema através da destruição de seu centro – idealmente, a rede não possui um centro.

A outra causa do caráter não hierárquico, descentralizado e horizontal da rede vem de uma orientação de contracultura existente na mente de boa parte de seus desenvolvedores norte-americanos, que buscavam desenvolver tecnologias que dispensassem a comunicação mediada por sistemas principais, centralizadores.

Além disso, como muitos possuíam objetivos utópicos de uma comunicação livre, seus criadores divulgavam suas ideias abertamente e vendiam seus equipamentos a preço de custo. Ainda hoje diversos desenvolvedores disponibilizam gratuitamente softwares que realizam as mesmas atividades que os vendidos nas lojas pelo mundo.

Assim, a horizontalidade e a possibilidade de realizar conexões com qualquer ponto de uma rede faz com que este tipo de organização seja bastante flexível, aberta a infinitas geometrias e permissiva em relação aos conteúdos que seus diversos e autônomos usuários queiram compartilhar. Através da popularização dos dispositivos de comunicação em rede, tais tecnologias têm se tornado parte integrante de todos os aspectos da vida, a ponto de até as geladeiras se conectarem ao supermercado e realizarem compras de modo automático, mediante programação prévia.

Além da tecnologia da informação, conhecer os impactos dos avanços nos sistemas de transportes também possui relevância na compreensão da Sociedade em Rede. Se as informações não encontram mais barreiras nas distâncias, podendo ser transmitidas em tempo

real para qualquer parte do planeta, a situação é distinta, em relação ao movimento de pessoas, artefatos ou matérias-primas. Até o presente momento, a ciência ainda não conseguiu realizar o sonho humano do tele transporte, embora alguns experimentos já especulam sobre tal possibilidade.

Deixando a ficção científica de lado, os sistemas de transporte têm experimentado crescente evolução desde a Revolução Industrial. Tais desenvolvimentos permitiram que os níveis de produção em cada revolução tecnológica pudessem ser viabilizados, tanto pela possibilidade de transportar grandes quantidades de matéria-prima até os locais de sua utilização quanto na distribuição de sua massiva produção até seus mercados finais. Ainda, os transportes permitiram que os trabalhadores morassem cada vez mais distantes de seus locais de trabalho – e das áreas mais valorizadas da cidade – sem prejuízo para a indústria, uma vez que os sistemas de transporte urbano coletivo permitiram que a mão de obra fosse deslocada desde sua origem até seus destinos dentro das imensas cidades industriais. Os bondes, os caminhões, os ônibus e os trens foram os grandes protagonistas do transporte terrestre nas duas primeiras revoluções tecnológicas, no que diz respeito ao transporte de massa – seja em áreas urbanas ou em escala regional.

Interessante que um outro sistema de transporte também revolucionou as possibilidades de uso eficiente do território: o elevador. Com sua invenção, o elevador possibilitou que o solo urbano fosse multiplicado, aumentando a capacidade de abrigo de cidadãos por área, assim como permitindo extrair maiores lucros com a especulação imobiliária urbana através do solo criado. As grandes cidades do século XX experimentaram intensos processos de verticalização em suas áreas mais valorizadas, especialmente em seus centros comerciais; nos EUA tal processo foi ainda mais violento, criando extensas áreas verticalizadas – em especial, temos a invenção do arranha-céu, ocorrida em solo norte-americano (MUMFORD, 1998).

Após a Segunda Guerra, as viagens aéreas comerciais iniciaram um processo de expansão e de redução de custos, tornando-se acessíveis a boa parte da população dos países mais ricos e, especialmente no presente século, também experimenta forte popularização em países periféricos na economia globalizada. Se os primeiros avanços terrestres trouxeram novas e maiores velocidades para os transportes, assim como um grande aumento de capacidade de transporte, desde as últimas décadas do século XX os transportes aéreos – especialmente em função das aeronaves à jato – incrementaram ainda mais as velocidades, permitindo que pessoas

e mercadorias pudessem ser transportadas de um lado para o outro do globo em intervalos de tempo cada vez menores¹⁸.

Assim, embora a globalização tenha sido viabilizada pelas novas TIC's, ela também o foi devido aos desenvolvimentos em transportes ocorridos no mesmo período, desde 1970. O avião a jato de grande capacidade permitiu que as pessoas pudessem realizar negócios em diversas partes do globo, integrando e reduzindo as distâncias entre as geografias incluídas nas principais redes econômicas contemporâneas: o investidor não apenas monitora seus investimentos por um computador conectado à rede, mas ele também pode sair de Nova Iorque e ir à Londres para realizar negócios pessoalmente – e, ainda pode tomar um café no *Tate Modern Museum* ou comer um sanduíche *McDonald's* em alguma esquina próxima ao escritório de sua filial londrina. Além das viagens de negócio, os intercâmbios de estudos e, especialmente, as viagens de turismo também alcançaram a escala global e um forte aumento em sua frequência, quantidade de pessoas e classes sociais envolvidas (PONS; REYNÉS, 2004).

Os desenvolvimentos em transportes foram necessários para o estabelecimento da Sociedade em Rede, juntamente com as tecnologias de informação. Na escala urbana, os transportes coletivos são fundamentais para a qualidade de vida e para a eficiência econômica de qualquer cidade. Na escala regional, os trens de alta velocidade também contribuíram para a intensificação da integração regional, em especial das regiões mais ricas, como a União Europeia, os EUA e o Japão.

Porém, em relação ao comércio mundial, o grande avanço nos transportes que possibilitou a descentralização produtiva, a globalização dos mercados e a nova distribuição mundial do trabalho aconteceu sobre as águas. Trata-se do transporte marítimo por navios cargueiros através do sistema de contêineres. Embora mais lento, para distâncias intercontinentais este é o transporte mais barato e de maior capacidade de carga, em comparação com o transporte aéreo ou terrestre.

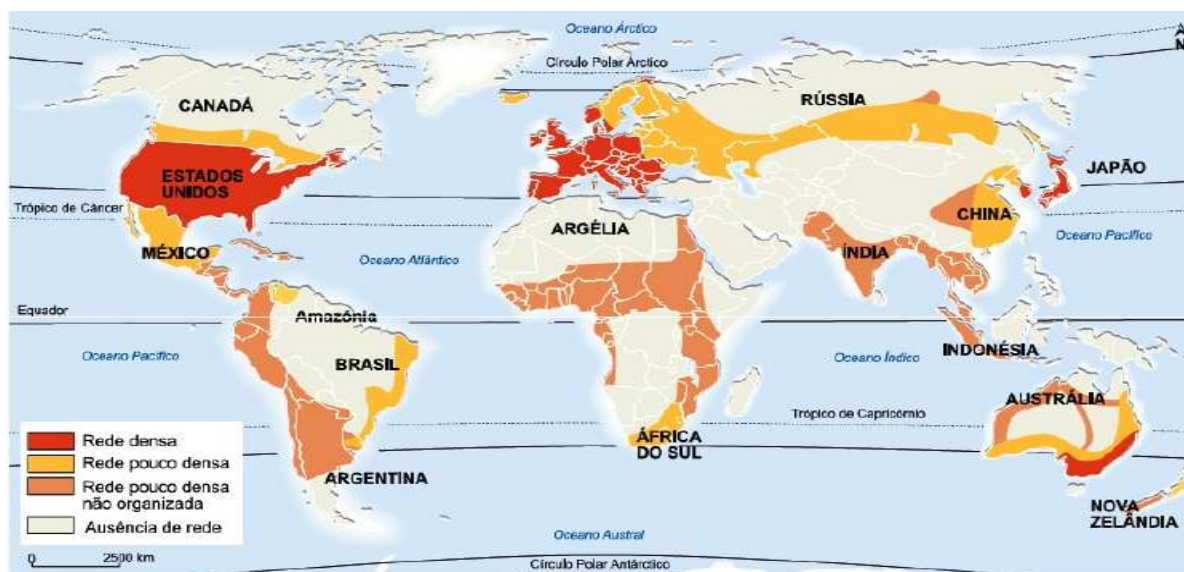
Os dados estatísticos revelam a realidade dos transportes de mercadorias na Sociedade em Rede. Em 1997, 70% dos transportes de carga no mundo eram realizados pelo modo marítimo. Em segundo lugar, com 13% vinha o modo fluvial e, apenas em terceiro lugar aparecia o transporte por caminhões, com 11% do volume total das cargas transportadas. As

18 Uma viagem de Uberlândia para Tóquio, pela companhia TAM Linhas Aéreas, custa em torno de R\$ 3500,00 e leva 48 horas, realizando uma parada em São Paulo e outra em Londres. Descontando-se o tempo de espera nas duas conexões, o tempo líquido de voo entre Uberlândia e Tóquio é de, aproximadamente, 20 horas (TAM, 2012). Pedro Álvares Cabral levou 44 dias para realizar seu percurso entre Lisboa e o litoral brasileiro, em seu famoso descobrimento (PORTAL SÃO FRANCISCO, 2012).

mercadorias que utilizavam oleodutos, linhas férreas, animais e aviões compõem o percentual restante (PONS e REYNÉS, 2004).

Com a integração, nos sistemas de transportes, das tecnologias de informação e comunicação, diversas transformações têm sido realizadas no deslocamento de pessoas e mercadorias na contemporaneidade: as passagens podem ser compradas na própria residência do usuário final; voos podem ser sincronizados entre si para minimizar atrasos em viagens de longa distância e para otimizar as conexões; as mercadorias podem ser despachadas em seus contêineres e serem negociadas ao longo de sua rota via satélite, permitindo que o tamanho dos estoques sejam reduzidos; as rotas podem ser monitoradas à distância e em tempo real, permitindo que as companhias de seguro e de transportes exerçam maior controle sobre seus produtos e serviços, dentre outras possibilidades. Acima de tudo, o modo como as infraestruturas de transportes estão distribuídas pelo planeta é um dos indicadores mais claros da hierarquia existente entre os países e regiões do mundo (figuras 2 e 3).

Figura 2 – Densidade da Rede de Transportes.



Fonte: Página de internet SCRIBD.

Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/27525425/Modos-de-transporte-diversidade-e-desigualdade-espacial-das-redes-11-%C2%BA>>.

Acesso em 07 out. 2012.

Figura 3 – Posicionamento das aeronaves comerciais no mundo às 9:14 a.m. (Brasília) em 19 de março de 2013.



Fonte: Flightradar24: live air traffic.
Disponível em <www.flightradar24.com>.
Acesso 19 mar. 2013.

1.3.3. A cultura na Sociedade em Rede.

1.3.3.1. (Pós)-Modernidade?

Se existe uma nova sociedade, a esta deve corresponder uma nova cultura. Muitos a tem batizado com diversos termos: Cultura Pós-Moderna, Cultura de Massa ou Cultura do Espetáculo. O primeiro nome tem sido o mais utilizado e, como já mencionado anteriormente, o mais debatido quanto à sua validade em designar a cultura contemporânea. De qualquer modo, quer se lute ainda pelo projeto da Modernidade – conforme postula o filósofo Jürgen Habermas –, quer a enxergue como encerrada posto que indesejada, ou qualquer outra posição entre estes dois extremos, o fato é que a Sociedade em Rede possui uma nova cultura – ou, no mínimo, pode-se afirmar que a cultura contemporânea possui novos debates nas artes, em sua ética, em sua moral e no modo de vida de seus cidadãos, especialmente desde os anos de 1960, com o aparecimento de movimentos contestatórios, com as novas demandas ambientais, com as vozes das minorias, com a mídia de massa, com o fim da Guerra Fria e o fenômeno da globalização.

São transformações profundas e que ainda estão em curso na sociedade, sendo pesquisadas e discutidas nos diversos ramos da ciência, especialmente nas ciências sociais. O objetivo deste tópico é simplesmente delinear as mais visíveis e influentes transformações em relação à vida urbana e ao espaço urbano. Não pretendemos concluir se a sociedade é ainda

Moderna, nem se é ainda desejável o projeto da Modernidade, nem ainda se houve uma ruptura e vive-se hoje em uma sociedade que está após a Modernidade. Interessa saber quais características gerais permitem diferenciar o momento presente.

Como já referido neste trabalho, o prefixo pós em relação ao adjetivo moderno tem suscitado diversos debates quanto à sua validade. De fato, ele diz muito mais sobre a existência de uma ruptura em relação à modernidade do que sobre o que veio após a Modernidade – se é, conforme alguns, que ela tenha realmente sido superada ou invalidada enquanto projeto de sociedade.

Geralmente, a maior ruptura referida é a da morte do mito do progresso e da razão como fonte absoluta de conhecimento e da verdade. Partindo desta posição, a Sociedade em Rede teria assistido o fim do Iluminismo (LIMA, 2004). Esta remoção do fundamento existencial posto pelo Iluminismo – que buscava substituir o fundamento anterior, formado pela religião, pela superstição e pela irracionalidade¹⁹ – foi, após as grandes catástrofes do século XX, também desvalorado e, pode-se dizer que se não foi removido, sofreu enormes avarias. Tanto as democracias capitalistas quanto o sistema soviético, no século XX, demonstraram que também a razão humana pode ser utilizada como ideologia para a dominação, a restrição da liberdade e a exploração dos homens pelos homens. Além disso, a própria ciência, ao admitir sua total liberdade em relação a quaisquer bases inquestionáveis, já continha em si a semente de sua negação enquanto solo inabalável no qual se apoiar.

Assim, não é novidade o principal mote do que se afirma ser a Pós-Modernidade: não existem absolutos. A crença nesta afirmação paradoxal – uma vez que ela se apresenta como um absoluto – tem levado a um sentimento de desarraigamento e de vácuo na sociedade contemporânea, expressos pelo relativismo, pelo niilismo e pela frustração generalizada (CHEVITARESE, 2001). Essa frase paradoxal, irracional e superficial, não é levada a sério pelos principais pensadores da condição cultural contemporânea, embora sirva, por exagero, para se referir a esta situação. Por outro lado, os absolutos estão muito mais abundantes na sociedade contemporânea, mesmo que se tenha abandonado a pretensão de se escolher qual deles é, de fato, O absoluto. Talvez, tal frase poderia ser convertida em algo como *cada um tem a sua opinião em relação à verdade*.

Se não há tal referencial confiável que substitua a razão e a ciência, a sociedade contemporânea ainda tem buscado a sua realização no próprio homem, não mais através da

¹⁹ Estas três palavras, para o pensamento moderno, são consideradas como significando a mesma coisa: a religião é irracional e é superstição – estas foram as trevas que o Iluminismo tentou iluminar com a razão, sendo bem sucedida em muitos aspectos.

razão, mas pela exploração de seus desejos – pois não há mais projeto de futuro ou ideal a ser atingido. Debord (1997) cunhou a expressão Sociedade do Espetáculo, visando apontar uma característica decorrente do questionamento dos discursos totalizantes: o crescente hedonismo, difundido pela mídia, onde o certo e o errado são definidos subjetivamente em função do prazer – se me alegra/me dá prazer é bom; se me entristece/não me dá prazer é mau. Conforme Lima (2004),

A pós-modernidade marca o declínio da Lei-do-Pai, cujo efeito mais imediato no social é a anomia, onde a perversão se vê livre para se manifestar em diversas formas, como na violência urbana, no terrorismo, nas guerras ideologicamente consideradas “justas”, “limpas” ou “cirúrgicas”. A razão cínica é cada vez mais instrumentalizada. Isto é, não basta ser transgressivo, ou perverso-imoral, é preciso se construir uma justificativa “moral” para atos imorais ou perversos. Zizek (2004) cita o escabroso caso dos necrófilos, nos EUA, que se julgam no “direito” de fazer sexo com cadáveres. Ou seja, qualquer cadáver é “um potencial parceiro sexual ideal de sujeitos ‘tolerantes’ que tentam evitar toda e qualquer forma de molestamento: por definição, não há como molestar um cadáver”. Na pós-modernidade a perversão e o estresse são sintomas resultados da falta-de-lei, da falta-de-tempo, e da falta-de-perspectiva de futuro, porque tudo se desmoronou (do muro de Berlin a crença nos valores e na esperança). “Tudo se tornou demasiadamente próximo, promíscuo, sem limites, deixando-se penetrar por todos os poros e orifícios”, diz Zizek (destaques do autor).

Diante de uma existência onde se tem como fundamento existencial a impossibilidade de haver algum, tem sido consenso apontar certos aspectos definidores da cultura contemporânea (Pós-Moderna?), especialmente: o relativismo, o combate à colonização pela ciência das outras dimensões da existência – como a ética e a arte –; a busca pela liberdade individual e pela garantia da diferença; o fortalecimento de diversos fundamentalismos como fuga ao seu próprio relativismo; a busca constante pela mudança e pelo novo, embora não mais enquanto um movimento progressista, mas simplesmente por a norma ser a mudança; a alternativa do consumo (e do prazer) como realização do ser; o crescente domínio de todas as esferas da vida pela imagem, como se o novo colonizador fosse a estética, conquistando inclusive a ciência e a própria ética.

Junto a esses, é fundamental compreender que é a predominância da organização em redes informacionais das diversas atividades humanas que dá materialidade a todas estas características culturais, mesmo que seus conteúdos sejam constantemente reelaborados e

revoluções constantes aconteçam, como a banda oitentista RPM já sugeriu – embora as revoluções muitas vezes tenham seus fins em si mesmas.

Além das transformações oriundas das críticas aos pressupostos da Modernidade, Jameson (2007) compreende também que certas características consideradas pós-modernas são simplesmente consequências das transformações econômicas, entendendo-as como expressões do capitalismo na estrutura social: para o autor todas as explicações culturais relacionadas à nova sociedade são também um posicionamento político em relação ao capitalismo multinacional contemporâneo. A supremacia das tecnologias de informação, assim como as saídas que o capitalismo tardio (multinacional, pós-industrial etc) buscou para sobreviver trouxeram à tona

(...) um mundo mais completamente humano do que o anterior, mas é um mundo no qual a ‘cultura’ se tornou uma verdadeira ‘segunda natureza’. Na cultura pós-moderna, a própria ‘cultura’ se tornou um produto, o mercado tornou-se seu próprio substituto, um produto exatamente igual a qualquer um dos itens que o constituem: o modernismo era ainda que minimamente e de forma tendencial, uma crítica à mercadoria e um esforço de forçá-la a se autotranscender (sic). O pós-modernismo é o consumo da própria produção de mercadorias como processo (JAMESON, 20007, p. 14, destaques do autor).

Assim, a onipresença das redes e da veiculação vertiginosa de imagens e simulacros pelo sistema multimídia, possibilitada pelas tecnologias informacionais e desejada pelo capital, transformou profundamente a cultura. Castells denomina este fenômeno como sendo a cultura da virtualidade real, na qual

(...) a realidade (ou seja, a experiência simbólica/material das pessoas) é inteiramente *captada, totalmente imersa em uma composição de imagens virtuais no mundo do faz-de-conta, no qual as aparências não apenas se encontram na tela comunicadora da experiência, mas se transformam na experiência* (CASTELLS, 1999, p. 393, destaques do autor).

Como visto, trata-se de uma sociedade onde as relações sociais de grupos ou indivíduos são, cada vez mais, estruturadas a partir dos sistemas tecnológicos de informação e comunicação à distância sob a forma de rede. Isso ocasionou novas possibilidades em todas as atividades, tornando mais eficientes muitos processos e mais agradáveis e simples diversas situações da vida.

Por outro lado, a estetização e a espetacularização da vida, através da transformação de qualquer coisa em imagem para ser vendidas, têm sido compreendidas como um novo irracionalismo cultural. Baudrillard (1993 apud CHEVITARESE, 2001) afirma que as novas regras do capitalismo e sua relação com as tecnologias da informação têm feito com que as únicas coisas que possuem valor e que dão sentido às massas são aquelas que são vertidas em espetáculo. Não mais o lógico ou o científico, mas a novidade²⁰ e o brilho hiper-real são as características valorativas fundamentais. A televisão e a multimídia se converteram na própria realidade, submetendo todos a uma torrente de imagens fragmentadas e sem profundidade, convidando ao espetáculo estético e tornando qualquer juízo moral fora de moda (CHEVITARESE, 2001).

Mesmo que fatores econômicos tenham fomentado a utilização das inovações informacionais, o fato destas tecnologias lidarem com informação faz delas extremamente penetrantes em todas as relações da sociedade, especialmente por abrirem novas possibilidades para a comunicação humana.

Por integrarem diversas mídias e em tempo real, as TIC's fizeram que diversas atividades humanas, tais como a política, a educação, as viagens, o trabalho, as compras ou as relações cotidianas mais simples, sofressem profundas transformações. Começando pelas esferas da produção e da gestão, as redes têm estruturado praticamente todas as relações entre cultura e natureza, entre os homens e seu ambiente. Na verdade, se a comunicação é alterada, a cultura também é alterada.

Conforme Baudrillard (1972 apud CASTELLS, 1999) e Barthes (1978 apud CASTELLS, 1999) a cultura é formada por processos de comunicação, que são, por sua vez, baseados na produção e no consumo de sinais. Assim, a realidade sempre é uma representação simbólica e, portanto, a cultura é a realidade codificada e percebida pelo homem. Ela sempre é algo virtual – algo que existe, na prática, embora não seja, de fato, a própria realidade, mas uma codificação socialmente aceita. O homem experimenta a realidade mediada por sua cultura.

O fato de as novas tecnologias serem tão imbricadas com a comunicação, faz com que as diversas culturas contemporâneas sejam bastante transformadas ao serem veiculadas pelos novos processos de comunicação, especialmente em função do surgimento da realidade virtual.

O espaço e o tempo são as bases fundamentais da cultura. A Sociedade em Rede contém uma nova percepção temporal – o tempo intemporal – e uma nova percepção espacial – o espaço

20 Para a modernidade a novidade também é um valor, mas enquanto progresso. A nova novidade, se é que esta frase é razoável, é desprovida de qualquer sentido teleológico, mas é simplesmente o novo pelo novo, a simples excitação momentânea da experiência do inaugural, que logo se desvanece entre os milhares de outros novos.

de fluxos. Estas são as bases da cultura da virtualidade real: ao tempo histórico, local e da existência fora da rede, foi acrescentado o tempo intemporal, que tende a apagar o primeiro pela instantaneidade e pela interação entre passado, presente e futuro em uma mesma mensagem.

Além disso, as localidades perdem seu sentido cultural, do ponto de vista histórico e geográfico e são inseridas em redes através de colagens de imagens, substituindo o anterior espaço de lugares por um espaço de imagens que referem a lugares, ou seja, o espaço de fluxos (CASTELLS, 1999). Assim, não se presenciou o ataque ao *World Trade Center* ao vivo, mas assistiu-se às imagens e à edição deste evento em tempo real, no novo espaço de fluxos de imagens global: seja pela CNN – via TV ou Internet – ou por alguma filmagem amadora via rede mundial.

Em outras palavras, todos os tipos de mensagem e toda a experiência humana são codificados pelo meio informacional, devido à sua grande maleabilidade e abrangência de linguagens e facilidade de comunicação. Não importa se determinado indivíduo é movido pelo hedonismo consumista ou é um ativista do *Green Peace*, nem se é religioso ou professa sua fé iluminista na razão, todos estão sujeitos ao meio informacional. Todas as expressões culturais são absorvidas pelo novo modo de comunicação e a realidade delas depende de sua inclusão ou exclusão no sistema multimídia de comunicação.

Isso, ao contrário do que se temeu, não homogeneizou as expressões culturais nem criou uma única cultura globalizada. Mas ao se tornarem inseridas – e, neste sentido, faz sentido dizer que são globais – as distintas expressões tiveram que se adaptar e assumir as linguagens naturais do meio multimídia. Como decorrência da abrangência da rede, os emissores culturais que ficam fora do sistema informacional perdem considerável poder de influência sobre seus receptores.

Assim, a multimídia não apenas veicula as novas ideias e as diversas pautas da agenda política recente, mas também assistiu a migração de emissores culturais tradicionais para a cultura da virtualidade real, onde a religião, a ideologia política e os valores tradicionais convivem com o hedonismo, o relativismo, o niilismo, a despolitização, a secularização, o jogo, a irracionalidade e a descrença generalizada (CASTELLS, 1999; CHEVITARESE, 2001; LIMA, 2004).

1.3.3.2. Arte pós-moderna?

O termo Pós-Modernidade, além de ser aplicado em referência a questões sociais e subjetivas, é também amplamente utilizado para se referir às artes. Foi na Arquitetura que a

discussão sobre a criação pós-moderna foi mais pertinente. O Pós-Modernismo em Arquitetura surgiu como crítica à Arquitetura Moderna e, acima de tudo, às suas pretensões de transformar a sociedade através do Urbanismo e do Planejamento Urbano. Esta reação também almejou denunciar o elitismo, o autoritarismo profético e, o que talvez tenha sido sua pior consequência, a deterioração do tecido urbano tradicional pelo modernismo arquitetônico (JAMESON, 2007).

De modo simplificado, pode-se dizer que o Movimento Moderno em Arquitetura foi construído a partir do intercâmbio do pensamento de diversos teóricos e arquitetos europeus (especialmente) na virada do século XIX para o XX. Em seu discurso, o movimento propunha ultrapassar o ecletismo arquitetônico que imperava no período, afirmando que havia chegado uma nova era – a Era da Máquina – e que a Arquitetura e as demais artes deveriam também expressar as novas forças de tal período, o seu *Zeitgeist*: a racionalidade, o funcionalismo, o abstracionismo, a velocidade, a força da máquina etc. Entre seus diversos personagens, se destacaram Le Corbusier, Mies Van der Rohe e Walter Gropius. Através de congressos internacionais (os CIAM's) e da elaboração de documentos de caráter prescritivo (como a Carta de Atenas) as novas ideias se disseminaram rapidamente, sendo reconhecidas e aplicadas nos quatro cantos do mundo. O Plano Piloto de Brasília foi uma das grandes realizações do Movimento Moderno, logrando aplicar todas as suas principais propostas espaciais e de zoneamento do uso do solo urbano (BANHAM, 1979; GIEDION, 2004).

A partir de meados do século XX, começaram a surgir questionamentos aos cânones da Arquitetura Modernista²¹. Entre seus críticos, o pensamento do arquiteto norte-americano Robert Venturi se situa entre os mais conhecidos. Junto com outros teóricos, produziu dois trabalhos de cunho crítico ao Movimento Moderno: *Complexidade e Contradição em Arquitetura*, onde o autor argumenta que a contradição é fundamental à produção arquitetônica e está presente mesmo na obra de seus maiores expoentes modernistas, tais como Le Corbusier, em cujo discurso há sempre a rejeição de incoerências e contradições. Já em *Aprendendo com Las Vegas*, em parceria com Denise Scott Brown e Steve Izenour, Venturi celebra a arquitetura comercial dos *outdoors* e da *strip* comercial norte-americana, com seus edifícios em forma de pato ou seus galpões decorados, posicionados e pensados para serem vistos a partir das velozes

21 Neste trabalho está sendo utilizado o adjetivo moderno como sinônimo de modernista, a fim de não se abrir outro debate. Reconhece-se aqui a imprecisão disso. De fato, ao utilizar-se *modernismo* passa-se a designar um estilo, uma linguagem arquitetônica característica e datada – que inclusive pode ser reproduzida em um momento posterior, em uma atitude eclética e diacrônica. Já o termo moderno aponta para uma relação de validade entre a arquitetura do período e o espírito da época (*zeitgeist*), tornando-a mais do que um estilo a ser copiado, mas um modo de pensamento criativo que sempre é atual, posto que busca sua legitimidade no fato de expressar corretamente seu *zeitgeist*, explicitando uma noção progressista de história – o que identifica o Movimento Moderno com o pensamento Iluminista. De fato, a partir deste pressuposto, a arquitetura deveria ser sempre Moderna, sendo constantemente atualizada a cada transformação na sociedade.

autoestradas. Neste livro seus autores buscaram valorizar os elementos típicos daquela arquitetura comercial, vernacular e popular a partir da paródia, da citação, do pastiche e do *kitsch*, intentando, acima de tudo, romper com a polarização moderna entre alta cultura e cultura popular.

Destas primeiras críticas de Venturi, assim como do pensamento de outros arquitetos, diversas realizações historicistas pipocaram pelo mundo, especialmente nos EUA, onde tal orientação se converteu em uma arquitetura de cenário de grande sucesso comercial. A Bienal de Veneza de 1980 e sua *Strada Novissima* foi um evento chave na difusão desta retomada da linguagem clássica e do exercício da citação, do pastiche, da paródia e do *kitsch* em Arquitetura.

O cenário, porém é maior. Outros arquitetos propuseram uma revisão crítica do Movimento Moderno, como o grupo britânico *Team X*, que trouxe para os CIAM's discussões sobre o centro da cidade enquanto espaço simbólico e cívico, ou ainda o arquiteto Louis Kahn, cujo pensamento apresentou discussões fenomenológicas acerca dos materiais, das instituições humanas e do contexto, contrapondo-se à ideia de uma arquitetura adequada para qualquer geografia ou cultura. Assim, mesmo que se afirme que houve um movimento que, de fato, criticou e propôs a superação do Movimento Moderno em Arquitetura, não se pode dizer que houve consenso nisso, uma vez que diversas propostas têm coexistido desde os anos de 1960. Outro exemplo é a discussão do arquiteto Peter Eisenman, que afirmou que o próprio Movimento Moderno (e também o Pós-Moderno) foi apenas mais uma expressão do que ele considera como sendo a Arquitetura Clássica, iniciada no Renascimento Italiano. Em suas palavras,

(...) a arquitetura 'moderna', apesar de estilisticamente diferente das arquiteturas anteriores, ostenta um sistema de relações semelhantes ao clássico (...). Desde meados do século XV, a arquitetura pretendeu ser um paradigma do *clássico*, ou seja, daquilo que é *intemporal, significativo e verdadeiro*. Na medida em que a arquitetura tenta recuperar o que é clássico [classic], pode ser chamada de 'clássica' [classical] (EISENMAN, 2006, p.233, destaques do autor).

Esse resumo nos mostra que, mesmo em Arquitetura, a discussão é ampla e diversas vozes sustentam uma multiplicidade de posicionamentos. Talvez o único lugar comum é o fato de que os ideais da transformação social através da arquitetura foram rechaçados, o que talvez seja um eco das críticas em relação à própria Modernidade, enquanto projeto social.

Os ataques foram mais contundentes à proposta urbanística do Movimento Moderno do que à sua linguagem plástica e às soluções espaciais de seus edifícios – inclusive, seus

abundantes estudos sobre habitação foram fundamentais para a transformação do ambiente privado, assim como para a realização de projetos de moradia social em todo o mundo. Como veremos posteriormente neste trabalho, foi neste período que o Urbanismo, enquanto disciplina de pretensões científicas surgiu, assim como também a prática do Planejamento Urbano iniciou-se, tendo como um dos primeiros espaços de troca e debate os próprios CIAM's.

Nas demais artes, as transformações estéticas não evidenciam explicitamente uma ruptura com seu momento anterior, considerado Moderno. Safatle (2012) afirma que o Pós-Modernismo nas artes nunca existiu. Ele reconhece que na Arquitetura houve uma discussão real e pertinente, que questionou os cânones do Movimento Moderno e que tentou romper com ele. Porém, ocorreu que essa discussão em Arquitetura foi transplantada para as outras artes e até alcançou o debate sobre o nascimento de um novo momento histórico (a Pós-modernidade) conforme referido anteriormente. Assim, passou-se a falar em Música Pós-Moderna, em Literatura Pós-Moderna, em Pintura Pós-Moderna etc. Estão implícitas no termo duas pressuposições: a existência de um período após o Modernismo e, ao mesmo tempo, uma arte que se contrapõe esteticamente aos cânones de sua expressão anterior, o Modernismo. Porém, embora tal transformação possa fazer sentido na Arquitetura, para este crítico, nas demais artes ela está longe de estabelecer uma leitura coerente. A Arquitetura Pós-Moderna buscava no resgate simbólico da linguagem tradicional, assim como na paródia e no pastiche, suas principais estratégias de crítica ao formalismo moderno. Quando estas mesmas estratégias foram transplantadas para as outras manifestações artísticas, elas não realizaram a mesma ruptura. Conforme Vladimir Safatle (2002),

(...) a afirmação da força paródica no interior dos processos de criação era vendida como expressão da autonomia de uma individualidade que não precisava mais limitar sua inventividade por meio do respeito ao cânone. Tal força paródica era, porém, uma maneira astuta de submeter todo e qualquer material aos mesmos procedimentos, como se fosse questão de uma profunda indiferença em relação a uma história que, agora, parecia se submeter à forma geral da equivalência. Ou seja, a paródia era modo de dissolução de toda singularidade em prol da posição de uma insensibilidade geral a todo e qualquer material, que poderia a partir de então associar-se com todo e qualquer outro (...) Nessas estratégias estavam a tentativa de uma época em transformar suas limitações em motivos de celebração. Por sorte, essa época não precisa mais ser a nossa.

Assim, longe de propor outros caminhos para a Arte Moderna, as manifestações de caráter paródico, popular e despretensioso típicos da celebrada Arte Pós-Moderna expressam,

na visão de Safatle (e na nossa), uma tentativa de lançar panos quentes sobre a banalização da criação, a ausência de trabalhos significativos e a transformação da arte em mercadorias culturais. Esta tipo de relação, entre a arte contemporânea e o mercado de arte, também é destacada por Jameson (2007).

Embora a expressão não seja consensual, é lugar comum eleger certos nomes como ícones da Arte Pós-moderna. Fredric Jameson aponta, sucintamente, que tudo o que sucedeu o expressionismo abstrato em pintura, o existencialismo, a poesia modernista de Wallace Stevens foi considerado como sendo um outro momento da Arte – e aqueles foram o último suspiro modernista. Portanto, tudo o que veio depois, enumerado de modo caótico, heterogêneo e empírico, é classificado como sendo pós-moderno: de Andy Warhol e a *pop art*, passando pela música de John Cage, o *punk rock*, ou ainda de Godard até o cinema experimental.

A lista é infinita e abraça praticamente tudo, porém Jameson questiona, “será que isso implica uma mudança ou ruptura mais fundamental do que as mudanças periódicas (...) determinadas pelo velho imperativo de mudanças do alto modernismo?” (JAMESON, 2007, p. 28). Novamente a mesma desconfiança.

Jameson (2007) utiliza o termo pós-modernismo mas o rejeita enquanto expressão definidora da cultura e da arte, porém reconhece nele uma posição ideológica, que busca afirmar a nova sociedade que corresponde ao novo momento do capitalismo (o tardio). Assim, mais do que reconhecer rupturas ou continuidades entre o momento presente e a Arte Moderna, importa reconhecer que muito da produção contemporânea está talvez menos relacionada a um debate interno às artes do que à sociedade do consumo e do espetáculo, ávida pelas novidades, pelo grotesco e pelo prazer sensorial.

Assim, o Pós-Modernismo, de modo geral, pode ser compreendido enquanto uma expressão da lógica cultural do capitalismo tardio (conforme o título da obra de Jameson refere-se), onde a arte transformou-se em *commodity*, uma vez que a imagem tornou-se a própria realidade e tudo virou produto (HARVEY, 2006).

1.3.3.3. A nova comunicação, as pessoas de sempre

Os sistemas de comunicação são fundamentais nas transformações culturais. A sociedade ocidental foi profundamente marcada, em sua cultura, pela invenção do alfabeto pelos gregos – ocorrida em 700 a.C. Isso, conforme Havelock (1982 apud CASTELLS, 1999), fez com que a linguagem escrita assumisse uma posição superior, em relação às linguagens não escritas, no tocante à transmissão de ideias ou à reflexão abstrata e filosófica.

Foi apenas no século XX que a comunicação audiovisual, antes relegada às artes, novamente passou a integrar os demais aspectos da vida de modo equivalente à escrita. Este fenômeno tem impactado a cultura contemporânea de modo profundo.

O rádio, o cinema e, especialmente a televisão, que na década de 1960 consolidou a *mídia de massa*, passaram a transformar a cultura e o comportamento social com intensidade notória. Por mídia de massa se entende o sistema de comunicação onde a mensagem é padronizada, única, sendo recebida por uma grande quantidade de pessoas de modo passivo, sem a participação dos espectadores na produção ou na definição dos conteúdos oferecidos. Pode-se classificar as novas mídias, surgidas no século XX, em três momentos, sendo que a mídia de massa constituiu o primeiro.

Após esta primeira etapa surgiu a *nova mídia*, diversificada e descentralizada, tornando-se a base do atual sistema de comunicação. Nessa segunda fase, que ocorreu aproximadamente entre os anos de 1980 e o fim do século XX iniciou-se um processo de segmentação da audiência em função da segmentação da oferta de programas – especialmente devido ao aumento do número de canais de TV e rádio, assim como pela inclusão da programação local em tais mídias. Além disso, a possibilidade de gravação de programas e músicas em arquivos portáteis (como as fitas K7 e VHS) permitiu que o espectador, de fato, selecionasse o que e quando assistir, mesmo que de modo bastante rudimentar, em comparação com as possibilidades atuais, diminuindo a intensidade da mídia de massa e dando um pequeno nível de autonomia e interatividade ao telespectador.

No momento atual, iniciado em meados da década de 1990, ocorreu a formação de um novo sistema de comunicação, baseado na Internet e que caracteriza uma terceira etapa nas transformações pelas quais as formas de comunicação têm passado desde meados do século XX.

Se, nas duas etapas anteriores, a escrita perdeu sua força atrativa com a massificação de meios audiovisuais de comunicação, nesta recente situação, houve um maior aprofundamento do fenômeno. Podemos considerar que o mundo experimentou uma transformação tecnológica histórica de mesma importância do que aquela da invenção da escrita alfabética: a integração de diversos modos de comunicação – oral, escrita e audiovisual - em uma rede interativa.

Esta integração de mídias distintas criou um hipertexto, híbrido de imagens, sons e caracteres, que foi denominado de *multimídia*, que nasceu da união entre a comunicação eletrônica globalizada, de massa e personalizada com a comunicação mediada por computadores.

A grande novidade é que, além da integração de diferentes veículos de comunicação, a alta interatividade do sistema permite que cada usuário possa não apenas selecionar o que receber mas também participar ativamente da produção do conteúdo disponibilizado nas redes (CASTELLS, 1999). A comunicação multimídia tem se incrustado em praticamente todas as atividades do homem, como veremos a seguir.

O fenômeno dos *blogs* é um claro exemplo desta terceira etapa: qualquer pessoa pode criar um endereço eletrônico na Internet e postar²² um texto ou conteúdos audiovisuais, tornando-os disponíveis a qualquer outro usuário da rede. Um *blog*, conforme um dos maiores serviços de blogs da Internet é

(...) um diário pessoal. Uma tribuna diária. Um espaço interativo. Um local para discussões políticas. Um canal com as últimas notícias. (...) Suas ideias. Mensagens para o mundo. (...). Na verdade, não há regras. Dito de forma simples, o blog é um site onde você está sempre escrevendo coisas. (...) os visitantes fazem comentários sobre a novidade, acrescentam um link ou enviam e-mails. Ou não. Desde o lançamento do Blogger, em 1999, os blogs redesenharam a Web, dinamizaram a política, sacudiram a imprensa e deram voz a milhões de pessoas. E temos certeza de que tudo isso é mesmo só o começo (BLOGGER, 2012).

O que é publicado no blog pode ser, por sua vez, referenciado em diversos outros endereços eletrônicos, desde outros blogs até páginas eletrônicas de grandes veículos de notícias, como a Folha de São Paulo ou a revista Times. Certos blogs pessoais são tão ou mais visitados que muitas páginas eletrônicas de empresas do ramo jornalístico. Além dos blogs, outras ferramentas de comunicação eletrônica também têm transformado o modo como as pessoas se relacionam, especialmente as redes sociais.

Por rede social, entende-se um sistema através do qual o usuário cria um perfil com suas informações pessoais e com conteúdo multimídia à sua escolha, a fim de se conectar com outros usuários. Uma vez que duas pessoas estão conectadas entre si, elas passam a se comunicar em tempo real, com mensagens de texto ou audiovisuais, além de terem acesso às informações que os usuários conectados a elas disponibilizem em seus perfis pessoais.

Em tais redes sociais podem também ser realizadas outras atividades, como jogos eletrônicos em rede ou a criação de grupos de discussão sobre o assunto que se queira. O já

22 O verbo postar se refere ao ato de publicar algum conteúdo (um '*post*') em um blog ou em outro meio eletrônico (definição nossa).

citado *Facebook* tem sido a rede social de maior sucesso no momento em que este trabalho é elaborado, porém existem outras redes – como o *MySpace*, o *Orkut* ou *Twitter*. Inclusive existem redes temáticas, tais como o *LinkedIn*, que conecta perfis profissionais e trata de assuntos relacionados a trabalho e negócios.

Para além dos assuntos e das conversações subjetivas através das redes sociais e das páginas pessoais, a comunicação virtual tem possibilitado que pessoas debatam e se organizem em função de ideias comuns, tais como convicções religiosas, étnicas ou de gênero, assim como para a organização de ações políticas em diversas partes do mundo: passeatas, protestos, greves, boicotes, abaixo-assinados e diversos outros modos de reivindicações e de propaganda de ideias são constantemente veiculados pela Internet.

Novamente, não é a rede que fomentou tais mobilizações, mas foi ela que as possibilitou – ou, no máximo, as potencializou. Entre os diversos exemplos recentes, a Primavera Árabe merece destaque em função de suas amplas implicações políticas e sociais nos diversos países em que as manifestações, desde 2010, estão ocorrendo – ainda mais por envolver talvez o principal debate contemporâneo entre religião, governo e direitos civis. A partir das redes sociais, manifestantes têm se organizado e realizado protestos em diversos países árabes, tendo inclusive contribuído para a queda de alguns líderes políticos.

Foto 4 – Primavera Árabe. Protesto em Cairo no dia 25 de janeiro de 2011.



Fonte: Página de internet Boston Globe.

Disponível em: <http://www.boston.com/bigpicture/2011/01/protest_spreads_in_the_middle.html>.

Acesso em: 25 out. 2012.

Como visto, a comunicação passou a ser multimídia, sendo produzida não mais apenas em forma escrita, mas também incluindo a forma audiovisual; a nova comunicação também colocou todos os seus usuários em posição de serem também produtores de mensagens.

Com a supremacia desta nova modalidade de comunicação, todas relações sociais têm sido reestruturadas a partir do novo ambiente simbólico da cultura da informação: a realidade virtual. As pessoas se comunicam por e-mails, por redes sociais, se expressam e se organizam por blogs, acessam-se através de seus telefones celulares, e até os tradicionais programas de TV apresentam conteúdo multimídia, tornando-se interativos e disponíveis na Internet. A própria interface política tem se transformado: políticos criam blogs, perfis em redes sociais, respondem e-mails e suas propagandas de televisão (também disponíveis no *Youtube*²³) são produzidas com conteúdo multimídia, contendo efeitos de som e imagem, fundos virtuais e animações eletrônicas.

Novos profissionais surgiram e antigos se adaptaram, em função do advento da multimídia – tais como o publicitário, o *web designer*, o animador digital e outros. Junto às novas profissões, o trabalho à distância tem rompido as noções de ambiente e horário de trabalho, permitindo a cooperação entre trabalhadores que não estão fisicamente reunidos em um mesmo lugar ou que realizam suas tarefas a qualquer momento do dia.

Certos pensadores, como o italiano Domenico de Masi, são bastante entusiastas das novas possibilidades inauguradas com o trabalho na sociedade informacional, especialmente em relação à liberação de mais tempo livre para as pessoas (DE MASI, 2000) – embora, conforme Lima (2004), este ócio criativo também pode ser entendido como uma expressão “na linguagem do cotidiano do trabalho compulsivo, muitas vezes vendido como se fosse ‘lazer’ ou ‘ócio criativo’, que gera stress (sic), a perversão, a depressão, a obesidade, o tédio” (LIMA, 2004).

De fato, se observa que houve uma crise do trabalho tradicional, devido à sua crescente desregulamentação contratual, ao enxugamento da seguridade social, à terceirização e às suas novas modalidades nascidas com as TIC's, como o tele trabalho. Ainda em relação ao trabalho, outra grande mudança foi a nova relação entre acesso à informação e sucesso profissional.

Como já visto, na Era da Informação, o trabalho e a formação intelectual têm sido os elementos diferenciadores dos trabalhadores e das classes sociais (LYOTAD, 2004). A antiga e simples distinção entre capitalista e operário tem deixado de ser relevante na análise social

²³ Portal da Internet que armazena e disponibiliza para visualização uma miríade de vídeos. Tais vídeos são produzidos e inseridos no Youtube por qualquer indivíduo, a partir de um acesso à Internet.

marxista, uma vez que diversos grupos sociais têm surgido, tornando a estrutura social bastante mais complexa; um simples exemplo: um proprietário de uma padaria é um capitalista, porém seu poder econômico e status social são imensamente inferiores ao de um CEO de um grande banco internacional – que, teoricamente, não detém nenhum meio de produção nem emprega nenhum trabalhador, mas é um milionário e influencia decisões que, muitas vezes, afetam a economia de muitos países.

Entre as novas classes, no final do século XX assistiu-se ao surgimento dos *yuppies*²⁴ e também a uma aristocratização em escala global, com milionários distribuídos em todas as regiões incluídas nas redes dominantes do capital global.

Figura 4 – Quadrinho sobre CEO.



Fonte: Página de internet *Facebook*.

Disponível em: <<http://www.facebook.com/DepositoDeTirinhas>>

Acesso em 21 out. 2012.

A educação formal também tem sido transformada com o advento da rede mundial e das novas tecnologias. Embora a sala de aula não tenha desaparecido, a inserção de novos equipamentos e da Internet neste ambiente tem desafiado os métodos tradicionais de ensino, verticalizados e com o foco no educador, enquanto fonte exclusiva do saber. Desde bibliotecas virtuais a digitalização de acervos, até o ensino à distância em ambiente virtual multimídia, diversas modalidades e possibilidades pedagógicas estão transformando a noção de escola na sociedade contemporânea.

As legislações estão se adaptando a fim de se possibilitar tais modos de reprodução da força de trabalho – além disso, com a crescente pressão por formação profissional, a educação

24 O termo *yuppie* se refere à profissionais jovens, de formação superior, de média e alta renda que apresentam um modo de vida pautado pelo sucesso profissional, sofisticação estética e intelectual, assim como praticando certos tipos de esportes – como o golfe – ou frequentando certos tipos de restaurantes refinados e alternativos – como os de sushi. Este grupo social passou a ser abundante nos EUA desde os anos de 1980.

se transformou em um lucrativo negócio, com as faculdade se convertendo em fábricas de diplomados. Entre as ferramentas digitais relacionadas ao saber, uma é bastante emblemática da filosofia da rede mundial: o projeto Wikipedia²⁵. Esta enciclopédia virtual carrega ainda aquela mesma inclinação contra cultural presente na origem da Internet. Conforme a sua própria definição, a Wikipédia

(...) é um projeto de enciclopédia multilíngue de Licença livre, baseado na web, colaborativo e apoiado pela organização sem fins lucrativos Wikimedia Foundation. Seus 19 milhões de artigos (757.889 em português em 20 de outubro de 2012) foram escritos de forma colaborativa por voluntários ao redor do mundo e quase todos os seus verbetes podem ser editados por qualquer pessoa com acesso ao site. Em maio de 2011 havia edições da Wikipédia em 281 idiomas. A Wikipédia foi lançada em 15 de janeiro de 2001 por Jimmy Wales e Larry Sanger e tornou-se a maior e mais popular obra de referência geral na Internet, sendo classificado em torno da sétima posição entre todos os websites do Alexa e tendo cerca de 365 milhões de leitores (WIKIPÉDIA, 2012).

Até as viagens territoriais sofrem hibridização com o ambiente multimídia e estão sendo transformadas pelo tempo instantâneo e pelas informações disponibilizadas na Internet. A popularização de equipamentos localização baseados no GPS²⁶ permitem aos motoristas conhecer suas localizações de modo bastante preciso, assim como planejar rotas ou mesmo navegar em uma cidade totalmente desconhecida.

O software gratuito *Google Earth* abriu também uma nova possibilidade para as viagens e a navegação pelo planeta, ao permitir que seus usuários visualizem fotografias aéreas de todo o globo (potencialmente) ou que realizem passeios virtuais por diversas cidades do mundo, através da ferramenta *Street View*²⁷.

Somadas a essas, as transformações e avanços dos sistemas de transportes contemporâneos – comentados anteriormente no item 1.3.2. –, contribuíram para que a

25 Em diversos momentos, esta enciclopédia virtual foi utilizada para buscar referências sobre certos temas deste trabalho, embora ela ainda seja vista com desconfiança pela comunidade acadêmica, de modo geral. Conforme estatísticas, a Wikipédia ocupa a sexta posição em número de visitas em toda a rede mundial (Alexa, 2012). Atualmente, a Wikipedia está trabalhando para colocar no ar sua versão acadêmica – relacionando artigos científicos e trabalhos cujas fontes sejam, teoricamente, mais válidas para a academia.

26 Em português, Sistema de Posicionamento Global (tradução nossa). Este sistema permite que o usuário se localize geograficamente em qualquer ponto do planeta, utilizando satélites. Softwares de navegação que se utilizam as informações GPS aliadas a bancos de dados visuais, cadastrais e cartográficos, conseguem produzir interfaces gráficas bastante amigáveis para seus usuários, permitindo visualizar o traçado de ruas em uma cidade, ou mesmo fotografias da mesma.

27 Esta foi outra ferramenta importante no desenvolvimento deste trabalho, especialmente no capítulo 2 a seguir, cujo material iconográfico foi bastante enriquecido pelas possibilidades desta ferramenta.

mobilidade passasse a ser uma característica essencial para o desenvolvimento socioeconômico dos indivíduos, dando-lhes acesso a lugares privilegiados de trabalho, educação, moradia e lazer. Em especial, o turismo tem se tornado uma atividade bastante intensa nas diversas sociedades – pelo menos para os indivíduos incluídos na economia global – e, cada vez mais, se viaja por motivos relacionados ao consumo de lazer, entretenimento e cultura (em seu sentido restrito).

As práticas de comércio também têm sido transformadas com o emprego intensivo das novas tecnologias de informação. A informatização das empresas permitiu aumentar a agilidade e a eficiência da gestão de estoque, de compras, de distribuição, de funcionários ou de capital. Também intensificou o relacionamento entre fornecedores e a empresa, estabelecendo redes (cadeias) entre estes atores, ou entre as empresas e o consumidor final, através de sistemas de relacionamento com o cliente (CRM), *telemarketing* e outros. Ainda, permitiu que várias empresas – especialmente as pequenas – se associassem sob a forma de redes colaborativas, a fim de aumentarem sua competitividade frente às grandes empresas ou às corporações multinacionais.

Além disso, surgiu o comércio eletrônico, através do qual o consumidor final pode solicitar sua mercadoria através da Internet e recebê-la em casa, seja uma caneta ou um grande equipamento eletrônico. Atualmente, diversas empresas vendem seus produtos apenas em ambiente virtual, não possuindo pontos de venda presenciais. Outras diversificaram seus canais de venda, atuando também pela rede mundial. Assim, os hábitos de consumo da população integrada às redes têm se transformado, assim como a própria gestão desta atividade. O mercado consumidor é global e acessível de qualquer ponto conectado.

Poderíamos citar ainda as transformações em outras áreas da existência, tais como a indústria ou a agropecuária, onde as novas tecnologias também são empregadas como fator fundamental para seu sucesso econômico. A lista seria enorme e, pensamos que esta breve exposição é suficiente para se vislumbrar o alcance das transformações consideradas. Embora tenham sido mencionados apenas os nomes de alguns dos serviços e ferramentas mais populares, existem diversos outros produtos buscando oferecer as mesmas facilidades e repartir o grande bolo dos investimentos e dos valores das empresas eletrônicas no mercado financeiro, em especial na NASDAQ, a maior bolsa de valores do planeta e que lida, basicamente, com empresas de alta tecnologia, tais como a Google, a Apple, a Microsoft ou empresas relacionadas à biotecnologia (NASDAQ, 2012).

1.3.4. A economia informacional – e global.

Do ponto de vista econômico, mais do que substituir a produção industrial – fundamento econômico da sociedade anterior –, a sociedade em rede engloba e libera as potencialidades produtivas da que lhe antecedeu: a indústria não desaparece ou encolhe, mas passa a também ser organizada em rede, assim como a distribuição de seus produtos e as relações entre os locais de produção, gestão e consumo²⁸. De fato, foi justamente na crise da produção dos anos de 1970, quando o sistema capitalista alcançou os limites de seus mercados, que as novas tecnologias passaram a ser incorporadas pelos processos produtivos a fim de se constituírem mercados consumidores globais e, assim, poderem realizar toda a capacidade produtiva que a era industrial e seus desenvolvimentos tecnológicos e organizacionais já possibilitavam. A crise não foi simplesmente em função do petróleo, mas foi o próprio sistema capitalista industrial que perdeu sua capacidade de gerar excedente suficiente para seus investimentos. Sua solução foi o estabelecimento de um sistema produtivo global e

(...) para abrir novos mercados, conectando valiosos segmentos de mercado de cada país a uma rede global, o capital necessitou de extrema mobilidade, e as empresas precisaram de uma capacidade de informação extremamente maior. A estreita interação entre a desregulamentação dos mercados e as novas tecnologias da informação proporcionou essas condições (CASTELLS, 1999, p.104).

É fundamental compreender que não foi a nova tecnologia que transformou a sociedade industrial, mas foi na procura pela preservação do capitalismo industrial que as TIC's foram trazidas para a cena, tendo o Estado um papel fundamental – não de protagonista, mas de diretor da peça, pressionado pelos atores mais poderosos da peça econômica mundial. Esta observação é importante para se evitar a sugestão de que a inovação tecnológica transforma a sociedade. Paul Singer, em sua apresentação do livro *Capitalismo Tardio* de Ernest Mandel, também mostra como a tecnologia não determina as transformações sociais ao falar dos motivos que desembocaram na Segunda Revolução Industrial, no século XIX. Diz Singer que

A tese da caça ao superlucro impede que a interpretação histórica seja predominantemente tecnológica, o que faria voltar ao 'monocausalismo', tão exorcizado pelo autor na introdução

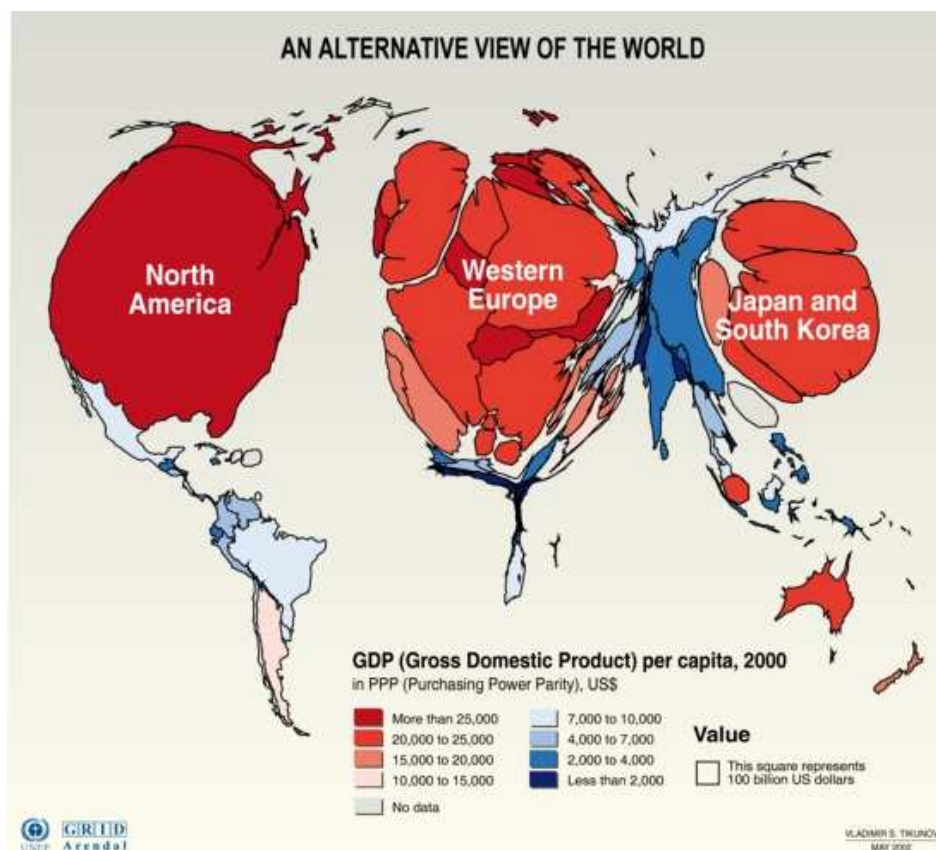
28 O mesmo se aplica, por exemplo, à produção agropecuária, cada vez mais informacional, mecanizada e incluída nas redes globais de produção.

metodológica (...). A caça ao superlucro explica a expansão geográfica do capitalismo (...), a queda da taxa de mais-valia e a demanda insatisfeita por matérias-primas, nos países industrializados, ao lado de outros fatores, induzem os capitais sobrantes a procurarem oportunidades de inversão nos países não desenvolvidos. Esses capitais, graças à sua menor composição orgânica e maior taxa de mais-valia (pois produziam na periferia com menos equipamento mecânico e pagando salários mais baixos), puderam alcançar superlucros, contribuindo para a elevação da taxa de lucro no centro. Obviamente, a exportação de capitais, iniciada nos anos 80 do século passado, foi decisiva para o desencadeamento da segunda revolução tecnológica (...) (SINGER, 1982 in MANDEL 1982).

Não obstante, Castells (1999) mostra como os países que atualmente dominam a economia global são justamente aqueles que promoveram políticas visando criar condições para a absorção das inovações nos sistemas produtivos, para o consumo de sua produção e, especialmente, para o fomento da inovação tecnológica informacional. A União Soviética, embora sendo potência industrial, falhou em sua apropriação das tecnologias informacionais e, como consequência, não manteve sua posição econômica em relação aos EUA, ao Japão ou à Europa Ocidental. Como já mencionado pela frase de excitação a esta seção do capítulo, a tecnologia não produz a sociedade, mas é também a sociedade. Assim, formou-se uma totalidade social que possui como base material tecnologias que lidam com informações, transmitindo-as e manipulando-as com crescente eficiência.

A nova geopolítica planetária expressa a diferença entre os países que conseguiram se apropriar das mudanças tecnológicas de modo mais eficiente e ágil, em relação aos que não o fizeram – por incompetência ou porque, de fato, tinham poucas condições de o fazer (figura 4). Nesta sociedade informacional, quem melhor se utiliza das inovações tecnológicas relacionadas com a geração de conhecimento e a manipulação de informações, tem maiores chances de sucesso econômico (CASTELLS, 1999).

Figura 5 – Uma visão alternativa do mundo.



Fonte: Página de internet Ocean Beach California.

Disponível em: < <http://obrag.org/?p=41998> >.

Acesso em 18 out. 12

Vimos que a escolha do capital industrial, diante da crise, foi expandir seus mercados e sua produção. Isto o levou a lançar mão das novas tecnologias informacionais, com o apoio do Estado, em cada país. É possível perceber assim que entre as novas tecnologias, as transformações no sistema produtivo industrial e a globalização das economias há forte inter-relação. De modo simplificado, pode-se afirmar que com a necessidade constante de inovações e aprimoramentos tecnológicos houve uma consequente aceleração no ritmo de implementação das novas tecnologias. Isso se deveu tanto pelo aumento nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento quanto pela transformação desta atividade em um ramo autônomo da divisão do trabalho.

Diante disso as máquinas e demais estruturas do capital passaram a se depreciar mais rapidamente, ocasionando a demanda por um planejamento mais cuidadoso e abrangente nas diversas atividades do capital: pesquisa, produção, vendas etc. Assim, o capital passou a se concentrar através de grandes fusões e da criação de conglomerados multissetoriais e multinacionais, buscando se fortalecer diante das novas necessidades oriundas da revolução

tecnológica e do alcance global de sua atuação. Além disso, as corporações passaram a demandar também uma maior previsibilidade dos mercados, do seu ambiente externo, a fim de tornar a economia previsível e o planejamento empresarial possível a médio e longo prazo. Cresceu-se então a pressão para a desregulamentação dos mercados nacionais e para a uniformização de seus funcionamentos, a fim de que por todo o globo fosse possível realizar investimentos de modo seguro. Este cenário possibilitou a internacionalização do capital e o surgimento do mercado financeiro global, o principal segmento do capitalismo tardio (informacional).

As relações trabalhistas também passaram por esta desregulamentação, embora os sindicatos e os próprios trabalhadores sempre tendem a se opor a tais transformações. Foi principalmente por estas razões que o Estado de Bem-Estar Social foi desmantelado durante os anos de 1980, com a justificativa de se eliminar as barreiras à expansão e à sobrevivência da economia capitalista, manifestas nas crises recentes da década anterior. Em cada contexto, estas operações foram mais ou menos danosas do ponto de vista social, sendo bastante nocivas naqueles países onde a seguridade social tinha sido precária, como no caso brasileiro (SINGER, 1982 in MANDEL, 1982).

Em suma, diante da solução adotada²⁹ pelas maiores corporações multinacionais dos países industriais dominantes – juntamente com seus respectivos Estados – novas regras econômicas passaram a ser impostas aos diversos mercados nacionais existentes, a fim de se equalizarem e possibilitarem as novas demandas do capital corporativo. Sem as TIC's, não seria possível esta transformação e, com a universalidade da eletricidade e a crescente facilidade de acesso aos insumos, o diferencial produtivo na produção de excedente passou a ser sua infraestrutura informacional.

Este novo paradigma econômico possui, portanto, duas características básicas: é informacional e global. O adjetivo *informacional* se refere ao fato de que, como já esboçado anteriormente, a competitividade e a produtividade de empresas, regiões ou nações, dependem de sua capacidade de “gerar, processar e aplicar, de modo eficiente a informação” (CASTELLS, 1999, p. 87).

A economia informacional também é *global*, pois suas principais atividades produtivas e componentes estão organizados em escala planetária, através de diversas redes. É diferente da economia mundial, que foi “uma economia em que a acumulação de capital avança por todo o mundo,” e que “existe no Ocidente, no mínimo, desde o século XVI” (WALLERSTEIN, 1974

29 A criação de um mercado global e desregulado.

apud CASTELLS, 1999, p. 111). Além da escala, o aspecto que tornou a economia mundial em global é a sua capacidade de funcionar como uma unidade em escala mundial *e em tempo real*. O exemplo mais claro e penetrante nas economias nacionais é o do capital financeiro global que, através das novas tecnologias, transita diariamente para um lado e para o outro entre as diferentes economias e, como consequência, faz com que as poupanças e investimentos estejam interconectados em todo o mundo, através dos bancos, das bolsas de valores etc. Castells (1999) caracteriza esta transformação no modo de produção capitalista se referindo a ela com a expressão *capitalismo informacional*.

Um outro termo recorrente é o aplicado pelo economista Ernest Mandel (MANDEL, 1982). Esse classificou o capitalismo em três fases de desenvolvimento. Na primeira, o desenvolvimento capitalista aconteceu dentro dos limites domésticos em cada região, fase iniciada no princípio do século XVIII e até meados do XIX – foi o capitalismo de mercado. A sua segunda fase foi a do capitalismo monopolista, caracterizada pela apropriação imperialista de mercados internacionais e também pela exploração de colônias; sua onda expansiva exauriu suas forças no final da década de 1960. Finalmente, a terceira (e atual) fase é denominada por ele de capitalismo tardio, sendo caracterizada pelos caracteres aqui apresentados: redes globais, fluxos internacionais de capital, predomínio e fortalecimento das grandes corporações multinacionais, desregulamentação de mercados, exploração das tecnologias de informação, globalização e consumo de massa (MANDEL, 1982).

Outros aspectos caracterizam a produção do capitalismo informacional (tardio), tais como a crescente terceirização, a superprodução e a fragilização dos contratos laborais e da seguridade social, especialmente dos benefícios oriundos do Estado de Bem-Estar Social, implementado em diversos países avançados na fase monopolista do capitalismo. A doutrina econômica que promoveu a desregulamentação dos mercados e dos contratos trabalhistas, assim como as privatizações e a redução da intervenção estatal na economia – criando o Estado Mínimo – é conhecida como Neoliberalismo, propagada a partir das discussões, deliberações e cartilhas promovidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional. Como é notório, tal orientação econômica visou justamente realizar os ajustes demandados pelo capitalismo desde os anos de 1970, conforme Mandel (1982) destaca.

Finalmente, a economia globalizada é resultado da produção e da concorrência com base informacional e caracteriza-se por ser interdependente, assimétrica, regionalizada, de inclusão seletiva, segmentada, excludente e, por isso, apresenta uma geometria altamente mutável e complexa, tendendo a alterar a tradicional e histórica geopolítica mundial recente, que é baseada

na dicotomia norte-sul e na competição entre os países. Todas estas características estão relacionadas com a organização em rede da economia (CASTELLS, 1999).

Na rede, os nós dependem uns dos outros, mesmo que haja nós de controle e nós subordinados. É assimétrica e regionalizada, em função das características nacionais (países do norte são mais poderosos que os do sul), assim como de diferenças intranacionais (Nova Iorque é um nó de comando global, enquanto a pequena cidade de Cedar Vale³⁰ tem expressão irrelevante na rede internacional do mercado financeiro).

A inclusão é seletiva pois apenas é inserido na rede o nó que interessa economicamente, seja uma cidade francesa ou marroquina. É segmentada pois, mesmo que uma cidade seja conectada à certa rede, apenas certos grupos sociais e certos ramos da economia acessam diretamente – se beneficiam – de sua inclusão, excluindo boa parte das populações e das demais atividades da economia local. Em função disso, a antiga polaridade norte-sul tende a se tornar mais complexa, uma vez que certas regiões em países de capitalismo avançado podem estar desconectadas enquanto outras, em países mais pobres e do sul, podem estar conectadas e possuir grupos sociais totalmente imersos no sistema globalizado, tais como a cidade indiana de Bangalore (CASTELLS, 1999; GLAESER, 2011).

1.3.5. A Sociedade em Rede.

As características fundamentais da Sociedade em Rede são bastante visíveis nos países de capitalismo avançado e, são ainda mais claras, em certos segmentos do capital – como no mercado financeiro. Todos os aspectos mencionados até aqui são mais intensos, quanto mais incluída uma dada localidade estiver em relação às redes mais poderosas da economia mundial; exceto, em relação às redes criminosas de tráfico de drogas, onde nem sempre seus centros de controle produzem localidades que usufruem dos benefícios materiais existentes nos países centrais do capitalismo.

As cidades têm assumido um papel central na Sociedade em Rede, especialmente porque seus processos (os da sociedade) acontecem estruturados sob a forma de rede. As cidades, desde suas origens, sempre se configuraram como redes territoriais, conectadas por rotas terrestres e

30 Interessante que mesmo esta pacata cidade norte-americana também investe em sua imagem e busca se inserir na disputa por moradores e investimentos. Seu site é muito semelhante ao de uma empresa que anuncia seus produtos e faz a propaganda de sua marca. Disponível em: < <http://www.cityofcedarvale.com/> >. Acesso em 27out. 2012.

marítimas, cujos fluxos eram constituídos por produtos artesanais, alimentos, matéria-prima, informações, conhecimentos, assim como por pessoas, obviamente.

Com as novas tecnologias e a ascensão de uma economia globalizada – o que não significa, como visto, que todos os lugares estão incluídos e, nem que entre os incluídos há homogeneidade ou equidade social –, tal característica inerente às cidades foi potencializada através das conexões eletrônicas em tempo real e passíveis de se realizarem a partir de qualquer lugar.

Devido à este alcance dos meios de comunicação, observa-se uma revolução em todas as áreas da sociedade, da política à comunicação pessoal. Cada vez mais, as imagens da multimídia e a mediação eletrônica da existência têm transformado o modo como as diversas atividades humanas são realizadas. Em paralelo a isso, o domínio do mercado sobre tudo – especialmente em relação às questões simbólicas –, tem contribuído para produzir ansiedade e até mesmo despolitização na geração que abandonou qualquer referencial para suas questões éticas, morais ou estéticas. Por outro lado, estas mesmas transformações e a horizontalidade das redes têm possibilitado que vozes periféricas e multiformes alcancem níveis de visibilidade anteriormente improváveis, lançando no caldeirão eletrônico discussões étnicas, religiosas, ambientais e políticas – tornando, no contexto presente, qualquer análise sociológica extremamente complexa.

Embora se viva na Cultura da Virtualidade Real, conforme Castells (1999) denomina, a cidade e o espaço material não perderam importância, como se esperava. Na Sociedade em Rede, de economia informacional e global, as cidades têm inclusive assumido uma posição mais relevante do que os próprios Estados Nacionais. Esses não perderam sua razão de ser, mas passaram a se orientar em função da competição nas redes globais do capital, visando transformar suas cidades em localizações privilegiadas para receber investimentos do capital financeiro, para acomodar plantas produtivas de corporações multinacionais e, especialmente, para hospedar os centros de controle mundial de tais empresas.

Como Mandel (1982) demonstra, a ascensão das grandes multinacionais fez com que as economias nacionais fossem desregulamentadas (especialmente as dos países mais pobres) a fim de que o capitalismo sobrevivesse, o que marcou a transição do capitalismo imperial para o tardio, nas palavras de Ernest Mandel. Com isso, as cidades entraram em competição tanto com suas vizinhas quanto com cidades do outro lado do planeta. Não importam os indicadores sociais do país, mas se sua economia for ‘aberta’ e uma única cidade (ou parte dela), reunir infraestrutura urbana e informacional adequada já é suficiente para que tal localização possa se

transformar em um nó relevante para diversos segmentos do capitalismo avançado, tais como o financeiro ou o de tecnologia avançada (informacional, genética etc)³¹.

Assim, as cidades contemporâneas, seguindo a tendência à estetização da vida e ao predomínio da imagem sobre quaisquer outros aspectos, têm lançado mão de estratégias de planejamento e desenho urbano cada vez mais voltadas para estabelecer uma imagem positiva diante da nuvem de investimentos que ronda o globo à procura dos melhores lugares para despejar suas divisas e filiais multinacionais.

Neste movimento, os governos federais tendem a descentralizar boa parte do planejamento das cidades, lidando diretamente com questões referentes à macroeconomia e à manutenção da estabilidade econômica a fim de não espantares os arredios investidores globais. Devido às semelhanças das estratégias para a produção de imagens favoráveis, as cidades passaram a ser também muito semelhantes entre si, na tentativa de produzir cenários confiáveis aos seus investidores, criando um tipo de urbanização globalizada, embora se manifeste com distinções superficiais em cada contexto. A este fenômeno Francesc Muñoz deu o nome de *Urbanização*, em seu livro de título homônimo (MUÑOZ, 2008). Adiante serão investigadas quais práticas têm sido recorrentes no espaço urbano contemporâneo – informacional e globalizado –, a fim de se poder compreender como as cidades na Sociedade em Rede têm sido transformadas e qual o papel das mesmas no presente momento.

31 A cidade de Bangalore na Índia, possivelmente, é o maior exemplo da situação esboçada neste parágrafo.

2. AS CIDADES NA SOCIEDADE EM REDE

“(...) é a evolução das relações entre a cidade e a indústria que vai alterar a fisionomia das cidades.”
- Charles Delfante.

2.1. O fio de prumo não é cultural

A cidade, relicário e palimpsesto da civilização, materializa a sociedade no território mediante a técnica. É uma realização consciente e orientada, o maior artefato realizado, nascido do encontro entre o lugar, a necessidade e a imaginação humana. Ela é produzida através do Urbanismo – entendido, como já vimos, não enquanto unicamente uma disciplina científica mas também como a reunião dos saberes, práticas e técnicas conhecidas entre as diversas culturas urbanas, ao longo da história da civilização (GOITIA, 1992; SECCHI, 2006). Concordamos com a afirmação de Aldo Rossi a seguir, retirada do prefácio de seu livro *A Arquitetura da Cidade*:

Ao falar de arquitetura não pretendo referir-me apenas à imagem visível da cidade e ao conjunto das suas arquiteturas, mas antes à arquitetura como construção. Refiro-me à construção da cidade no tempo. Considero que este ponto de vista, independentemente de meus conhecimentos específicos, pode constituir o tipo de análise mais abrangente da cidade; ela remete ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente em que esta vive (ROSSI, 2001, p.1).

Cada uma possui uma forma específica, oriunda de aspectos imateriais e da conjunção dessas com o território, a cultura e as técnicas: é um fato indispensável à civilização, permanente e universal – a criação de um ambiente artificial e com intenção estética (ROSSI, 2001). Acima de tudo, ela existe concretamente, independente de suas interpretações históricas e generalizações teóricas; ela é sempre um presente, um território resultante de acumulações de esforços, fadigas e intenções.

Passemos, portanto, à análise das cidades na contemporaneidade, especialmente às suas características comuns ao redor do globo. Como referido no capítulo anterior, iniciaremos esta seção cômicos de que tratar-se-ão de abstrações e reduções da realidade urbana hodierna, que é, a partir de nosso enfoque, dividida entre regiões incluídas e excluídas nas redes econômicas globais. A realidade urbana é muito mais vasta e complexa do que o nosso recorte.

A ênfase deste capítulo são os territórios conectados às redes, uma vez que são nesses que os aspectos espaciais palpáveis da Sociedade em Rede se manifestam positivamente. Em situação alguma as áreas excluídas são perdidas de vista e sustentamos que a agenda política contemporânea deve ter como tópico central tais regiões do planeta, em especial o continente africano³². Pensamos também que tal agenda deva ser planetária, pois cada vez menos faz sentido pensar de modo atomizado os estados nacionais. É dentro desta perspectiva que esta dissertação objetiva compreender as novas questões urbanas atuais – o que não deixa de incluir os territórios desconectados e compreender os processos de segregação socioespacial inerentes às desigualdades sociais, assim como suas inter-relações, explícitas ou veladas. De qualquer modo, mesmo que uma dada cidade seja considerada integrada, em sua estrutura social podem haver grupos ou mesmo bairros inteiros desligados das redes que as outras partes ou grupos participam (como no caso das favelas cariocas). Por outro lado, é difícil comentar até que ponto existe tal desconexão, uma vez que sabemos que as favelas (especialmente no caso paulistano) participam indiretamente de diversas redes globais, seja por fornecer de mão de obra barata para as fábricas multinacionais de São Paulo, para as casas dos incluídos ou ainda, como Manuel Castells aponta, seja por estarem também conectadas, via redes internacionais de tráfico de drogas e armas (outra vez, em especial o caso carioca), à economia de parcelas do poder oficial que apoiam, veladamente, a produção e a distribuição destas mercadorias ilegais em troca de influência política (CASTELLS, 1999).

A hipótese que sustenta este trabalho é que cada cidade possui sua história própria, mas também materializa ideias, teorias, técnicas ou ideologias mais gerais – ou mesmo universais, como o fio de prumo ou a alvenaria. Há sempre aspectos em comum entre as cidades, pois as informações circulam pelos territórios ao longo do tempo, sendo resinificadas e transformadas em cada contexto, à medida que se relacionam com as necessidades, objetivos e peculiaridades locais – em outras palavras, ao serem apropriadas pelos processos econômicos, sociais, culturais e políticos concretos. O estudo dos centros urbanos não pode ser conduzido sem o estudo de

32 Inclusive, através desta monografia objetivamos compreender melhor o nosso tempo para que a ação do urbanista seja coerente em termos físico-territoriais e socioeconômicos. Buscamos melhores cidades e sociedades justas em todos os contextos.

situações específicas. Um simples exemplo ilustra o raciocínio: o traçado urbano do núcleo original do município mineiro de Uberaba, datado (o traçado) das primeiras décadas dos oitocentos (DE CASANOVA, 2012), filia-se ao pensamento urbanístico renascentista português, embora se trate de uma aglomeração humana que surgiu quase trezentos anos após aquele Urbanismo ter sido idealizado e praticado no território europeu. Portanto, ainda que Uberaba esteja inserida em um contexto bastante diferente de Palmanouva, Lisboa ou das Vilas-Reais brasileiras do século XVI, o seu traçado as une: Major Eustáquio³³, Anhanguera, Marquês de Pombal e Filippo Brunelleschi se encontram na praça Rui Barbosa³⁴ todos os dias (ver fotos 5 e 6).

Foto 5 – Traçado da área de origem de Uberaba.



Fonte: Google Earth.
Acesso em: 02 nov. 2012.

33 Oficialmente considerado o fundador da cidade de Uberaba (DE CASANOVA, 2012).

34 Praça do largo da matriz, oficialmente o marco zero de Uberaba (DE CASANOVA, 2012).

Foto 6 – Bairro Alto, Lisboa: Urbanismo Português Renascentista.



Fonte: Google Earth.
Acesso em 10 nov. 12.

Como consequência de nossa hipótese central, na Sociedade em Rede, onde a informação circula de modo instantâneo e em grande quantidade, os aspectos comuns entre as diversas cidades tendem a ser ainda mais nítidos e rapidamente divulgados nos lugares incluídos nas redes; esta é, inclusive, a ideia central do termo *Urbanização*³⁵, de Francesc Muñoz, que demonstra como as cidades vêm sendo administradas de modo bastante uniforme ao redor do globo. Veremos ainda que, conforme a intensidade desta inclusão e o poder das redes nas quais certos territórios estão conectados, mais visíveis serão os novos fenômenos urbanos considerados neste trabalho. Como no caso de Uberaba, obviamente a materialização das ideias em cada contexto resultará, ao mesmo tempo, em realidades distintas e culturalmente específicas (MUÑOZ, 2008).

2.2. A cidade e a Revolução Industrial

A fim de discorrermos sobre as transformações pelas quais os centros urbanos vêm passando em função das novas demandas espaciais, realizaremos um breve panorama da trajetória urbana ocidental desde a Revolução Industrial, apontando suas principais transformações e as respostas do Urbanismo, a fim de se caracterizar o que chamaremos aqui de cidade no século vinte. A escolha deste intervalo de tempo deve-se a, pelo menos, três constatações: 1^a) a cidade contemporânea, conforme entendemos aqui, possui como substrato a

35 Tradução nossa (original: urbanización).

própria cidade do século XX, cuja forma, estrutura social e Urbanismo nasceram com a Primeira Revolução Industrial³⁶; 2ª) o fato de a Sociedade em Rede surgir no século XX também nos obriga a compreender como a cidade neste período foi estruturada, assim como suas maiores transformações em relação aos séculos precedentes – o que nos leva novamente à industrialização e às suas consequências para as cidades: novos usos, novos equipamentos urbanos, novas escalas, surgimento do operariado, teorias urbanísticas etc; 3ª) embora uma nova sociedade seja aqui considerada, a cidade contemporânea também apresenta-se como obra da sociedade anterior, pois não excluiu as formas preexistentes, uma vez que

(...) a cidade não muda imediatamente após os eventos, os quais, situados em planos diferentes, deslizam um sobre o outro com graus de atrito diferentes e com diferentes capacidades de arrasto. A cidade muda principalmente em consequência de movimentos mais profundos das estruturas sociais e de poder, dos imaginários e das representações, da cultura política e institucional; mudanças que obviamente estão ligadas àqueles eventos, mas de maneira indireta (SECCHI, 2009, p.24-25).

Deste modo, a expressão *cidade contemporânea* aponta para, no mínimo, duas cidades sobrepostas: a estrutura que ainda persiste, desenvolvida desde o século XIX (no caso Europeu, principalmente) e que experimentou a industrialização, a expansão territorial acelerada, os planos racionalistas, o elevador, o automóvel, o transporte de massa, a mídia de massa e a ascensão da burguesia; mas também uma nova cidade, que surge da primeira, permeada pelos sinais e imagens eletrônicos, habitada por uma sociedade complexa que não mais se organiza pelo par capitalista-operário, que experimenta a globalização da economia e o predomínio das redes em todas as áreas da existência humana. Conforme nossa compreensão, se trata de apenas uma cidade que é transformada continuamente ao longo do tempo e, exatamente por isso, é bastante difícil determinar quando uma configuração termina e a outra surge. As duas cidades referidas são apenas dois momentos de uma mesma estrutura urbana.

Devido a estes aspectos optamos sempre por utilizar expressões do tipo cidade *na* contemporaneidade ou *no* século XX, a fim de designar o caráter de constância da estrutura física das cidades, de seus fenômenos espaciais e de alguns conteúdos, desde a Revolução Industrial. A nomenclatura *cidade no século vinte* é útil, portanto, pois contém o intervalo de

36 Claro que, no caso Europeu, o século XIX foi mais relevante para a cidade contemporânea, em função da industrialização ter ocorrido mais cedo. Também, não se desconsidera aqui o fato de que boa parte das cidades europeias tenham sido fundadas no renascimento urbano e comercial do século XII e, por isso, seu estudo requer considerações ainda mais longínquas no tempo – ainda mais no caso das capitais dos Estados Modernos (Paris, Viena, Roma, Londres etc). Afirmar que a cidade do século XX nasceu com a Revolução Industrial significa dizer que sua organização tem origem naquele momento histórico, não a cidade propriamente dita, seu território e forma.

tempo que interessa a este trabalho. É o recorte necessário, em nosso julgamento, para a leitura das cidades brasileiras que, a parte as cidades litorâneas fundadas pela Coroa Portuguesa, em sua maioria surgiram em meados do século XIX. Como veremos, a urbanização brasileira no século XX se aproxima, em alguns aspectos, à situação europeia do oitocentos³⁷ e, com isso, não será em vão compreender as origens da cidade industrial a fim de conceituarmos os aspectos gerais da urbanização – e do Urbanismo – no século XX e algumas das peculiaridades do caso brasileiro.

Secchi (2009), na tentativa de compreender a cidade no século XX, nos apresenta três histórias distintas que tradicionalmente são consideradas nas diversas pesquisas sobre o tema. Ele mostra como três narrativas principais permitem perceber três grandes temas relacionados às aglomerações urbanas no século passado e, justamente na compreensão conjunta destas visões parciais, o autor constrói sua interpretação do objeto. Seguiremos especialmente pelo caminho apontado por Secchi (2009), mas também considerando as histórias em Benévolo (2009), Delfante (2000), Giedion (2004), Lamas (2011) e Mumford (1998).

Passemos às três histórias, conforme a sistematização em Secchi (2009). A primeira abordagem considera o século XX como um período maior do que os seus cem anos oficiais. O tema central desta interpretação é o medo e a ansiedade causados pela dispersão territorial e pelo crescimento descontrolado. É um século longo, pois o crescimento acelerado das aglomerações urbanas – e com ele o temor em relação à dissolução da cidade – iniciou-se no novecentos, permeou todo o intervalo considerado, intensificou-se nas últimas décadas e adentrou o novo milênio. Atualmente, a mesma expectativa (da dispersão) assombra as cidades por toda a parte. Para Delfante (2000, p. 230), o início deste processo pode ser descrito nos seguintes termos:

Como as mutações das estruturas dependem de uma utilização diferente dos solos, em especial por causa da chegada de fábricas (...) e do aumento das densidades, como as infra-estruturas (sic) correspondem a novas exigências e como as fortificações passam a não fazer sentido, o campo encontra-se livre para um loteamento em grande escala. Assistimos assim à proliferação, na periferia imediata dos centros, de urbanizações desordenadas (...). Processos de concentração, de centralização, de segregação, rompem a unidade da cidade tradicional

³⁷ Não consideramos aqui este paralelo como evidência de interpretações históricas evolucionistas, como se o Brasil estivesse 100 anos atrás da Europa em relação ao desenvolvimento cultural e técnico. Simplesmente, o fato é que a industrialização ocorreu nas duas regiões com quase um século de diferença. Obviamente, foram fenômenos diferentes, mas que possuem aspectos comuns, pois envolvem certos fatos comuns: como a intensificação do grau de urbanização do território.

e provocam uma especialização dos sectores (sic) que exprimem a divisão do trabalho.

A segunda abordagem se refere à Cidade Moderna, oriunda do pensamento de diversos intelectuais e, especialmente elaborada por diversos arquitetos europeus e norte-americanos. Deste ponto de vista, o século XX seria então curto, pois é relevante para este enfoque apenas o período entre o fim da 1ª Guerra e a transição de 1960 para a década seguinte. É justamente neste período que os anseios da Modernidade, seu projeto social e político, são vertidos em diversos modelos espaciais, metodologias de planeamento e em diretrizes universais de projeto. De sua profusão de ideias nasceram inúmeras realizações e, como consequência, ocorreu o seu esgotamento. Desta crise e das críticas decorrentes, ocorreu também o fim da própria Modernidade e todo o debate em relação a esta afirmação, conforme vimos no capítulo anterior. O entusiasmo em relação às teorias e propostas espaciais do período pode ser vislumbrado nas palavras do historiador Sigfried Giedion, em 1941, quando afirmava que

O projeto de uma cidade moderna deve ser desenvolvido em sua complexidade e levar em consideração uma intrincada rede de relações, como jamais existiu antes. O desenho no papel em duas dimensões – o método projetual (sic) do século XIX – não será suficiente, e tampouco o será o planeamento tridimensional do barroco. O urbanista contemporâneo deve adotar uma postura diferente. Um plano urbano deve promover um equilíbrio dinâmico entre todos os seus elementos (...), deve ser capaz de examinar sua planta com uma sensibilidade quase tátil, distinguindo o caráter contrastante das distintas regiões de modo tão claro como se fossem veludo ou esmeril sob seus dedos (GIEDION, 2004, p. 841).

Além disso, a adjetivação *moderna* traz consigo mais dois significados relevantes: a Cidade Moderna pode ser entendida como àquela da Era Moderna da História Ocidental Tradicional, da formação dos Estados Nacionais e relacionada ao projeto da Modernidade em um período mais amplo, que vai da queda do Império Romano do Oriente (1453) até a Revolução Francesa (1789); mas também, por Cidade Moderna, é possível ter como objeto a cidade industrial histórica, fruto das transformações oriundas do novo modo de desenvolvimento econômico e das novas tecnologias – ou seja, justamente a cidade que os pensadores do início do século XX consideraram arcaica ao propor seus modelos espaciais inovadores e arbitrários (*Ville Radieuse*, *Broadacre city*, Cidade-Jardim etc).

Finalmente, a terceira abordagem considera o século XX a partir da construção do Estado de Bem-Estar Social. Ela parte da consideração da relação entre território, indivíduo e

sociedade. É o ponto de vista que considera a busca empírica e, de certo modo, científica, por regras universais e pelos padrões reais pelos quais as cidades deveriam ser produzidas e avaliadas. Partindo disso, o século XX pode ser dividido em três momentos. O primeiro, que tem raízes no século XIX, é aquele de elaboração de uma sociedade disciplinar e que se voltou para a moralização e a higiene. Na sequência, a própria experiência do *welfare* é o centro do período, com a proliferação de equipamentos urbanos, habitações multifamiliares de interesse social e a sobrevalorização do espaço público enquanto o lócus da democracia e da vida urbana. O terceiro e atual momento tem transformado a prática do Planejamento Urbano, deslocando-a das experimentações do Bem-Estar Social para uma crescente estetização do território e da conversão do espaço público em ‘imagens do espaço público’ produzidas para incrementar a visibilidade dos territórios na Sociedade em Rede. (SECCHI, 2009).

As três histórias apontam para uma construção do futuro da cidade tendo como motores o medo, a imaginação e a comparação contínua com o cotidiano, respectivamente. Aliado aos três motores, temos três olhares para o passado pré-industrial: a nostalgia, a rejeição extrema e a vontade de dele se distanciar (SECCHI, 2009). Através das abordagens comentadas, importa compreender que o projeto da cidade dos últimos cem anos do milênio anterior visava dar forma espacial às aspirações de liberdade e de bem estar do homem, tanto individualmente quanto coletivamente. Deste modo, a dispersão foi encarada como maléfica pois destruía a coesão socioespacial; o projeto moderno visava atualizar a arquitetura em relação ao novo mundo da máquina e libertar o homem das trevas; e, as pesquisas e críticas às cidades e condições reais da vida intentavam materializar condições mínimas para a realização do homem, seu conforto e privacidade.

As expressões Cidade Moderna, Cidade do Século XX (SECCHI, 2009) e Cidade no Século XX (nossa proposta) são bastante próximas. Nossa escolha não implica em considerar as outras deficientes, mas simplesmente busca sugerir a ideia de que a cidade é atravessada pelas transformações ocorridas ao longo do tempo, mais do que entender que existe uma cidade para cada momento sob escrutínio. Na conclusão de Secchi (2009) o próprio autor observa que sua Cidade *do* Século XX é, na prática, um discurso sobre a Cidade Europeia *no* Século XX, tornando nossa opção ainda mais pertinente. Se na transição da coesão barroca para a *Coketown*³⁸ houve uma acentuada ruptura, sugerindo que a cidade pré-industrial foi outra em relação à estrutura formada após tal revolução tecnológica, na transição do modo industrial para o informacional percebemos mais uma continuidade do que metamorfoses drásticas. De fato,

38 Expressão empregada em Mumford (1998) para se referir à cidade industrial em formação. Em português poderíamos chamá-la de carbonópolis (conforme o tradutor do livro em questão sugere, mas não emprega).

diversas transições, mais ou menos polêmicas quanto à sua realidade, permeiam toda nossa discussão: do mundo antes para o depois da industrialização, da Modernidade para a Pós-Modernidade, do Industrialismo para o Informacionalismo, do capitalismo imperialista para a economia globalizada, do tempo linear para o anacronismo e a instantaneidade, da ideia do progresso histórico para a do fim da história, da centralização do discurso para a multiplicação das vozes etc.

Antes de comentar de modo mais detido sobre os centros urbanos no século passado, convém um breve comentário sobre as sistematizações que nos permitem realizar pesquisas acadêmicas. A Teoria do Urbanismo, enquanto disciplina científica, busca abstrações e generalizações a fim de poder analisar a sucessão das manifestações urbanas e, acima de tudo, criar teorias que permitam operar com categorias universais tais como Cidade Medieval, Cidade Barroca, Traçado Regular etc. As teorias, segundo o método científico, são produzidas a partir da análise de situações concretas e intentam ser válidas para quaisquer outros casos incluídos no universo considerado, permitindo, dentre outras coisas, o diálogo entre pesquisadores de contextos diferentes. Por outro lado, cada cidade é um objeto não repetível, único e cuja totalidade escapa às mais abrangentes pesquisas. Este aspecto foi colocado de modo bastante interessante por Aldo Rossi, para quem a cidade é única e, por isso, se assemelha a uma obra de arte, além do fato de que certos aspectos são somente apreendidos pela experiência direta com a mesma, escapando da mediação teórica (Rossi, 2001). Assim, embora seja indispensável para o Urbanismo a compreensão dos significados contidos em expressões como Cidade Medieval ou Cidade Barroca, apenas o contato direto e a análise de casos concretos nos permitem alcançar as diversas dimensões possíveis da forma e da vida urbana: é na fruição da cidade de Paris, hoje, que ainda é possível vislumbrar algo da Paris Medieval, Barroca ou Industrial. Por outro lado, a experiência com a Paris contemporânea é mais rica e coerente, na medida em que seu observador compreende as categorias gerais, as práticas e teorias urbanísticas subjacentes à sua forma: Cidade Barroca, Cidade Medieval etc. Como Rossi comenta, é um equívoco pensar a ciência urbana como uma ciência histórica. Ela depende do estudo da história e, acima de tudo leva em conta o tempo, mas o Urbanismo deve se ocupar dos fatos urbanos, das formas existentes: a forma da cidade é sempre a forma de um tempo da cidade e existem diversos tempos na forma de uma cidade (ROSSI, 2001).

Portanto, é necessário conhecer as transformações pelas quais a cidade ocidental³⁹ passou desde a industrialização, assim como a história das ideias do Urbanismo relacionadas

39 Pois conhecer a cidade oriental até o presente momento não é condição imprescindível para a compreensão das aglomerações urbanas brasileiras – por outro lado sabemos das origens orientais do fato urbano

ao período, uma vez que ambas contribuíram para a consolidação da cidade no século XX e, como vimos, estão presentes e convivem com os novos fenômenos urbanos da contemporaneidade. Diante das considerações anteriores, partiremos para uma simples divisão pedagógica da trajetória urbana desde a Revolução Industrial: a cidade imediatamente anterior à indústria será referida como Cidade Tradicional ou Barroca; a transformação desta cidade pelo aparecimento da fábrica e do trem será referida como Cidade Industrial Primitiva, definida por um voraz liberalismo econômico (a *Coketown*), pela explosão demográfica e por uma violenta deterioração do ambiente urbano; um segundo momento pode ser entendido como uma reação ao primeiro, com planos moralizadores e com intenções de refrear o *laissez-faire*, via expressões barrocas de desenho (a Cidade Pós-Liberal); um terceiro momento compreende o período entre o primeiro pós-guerra, onde diversas propostas de ruptura com as formas urbanas tradicionais passariam a ser aplicadas nos países de industrialização mais avançada, tais como Alemanha, Inglaterra ou França, visando uma adequada expressão da Cidade Moderna (a Cidade da Indústria, da Razão, da Liberdade ou da Ciência); finalmente, a partir dos anos de 1970 passaremos a considerar a cidade na contemporaneidade, caracterizando um quarto período em nossa análise – ou melhor dizendo, o período sob investigação nesta pesquisa.

Intencionalmente fizemos coincidir este último período com o advento das novas TIC's e com o surgimento da Sociedade em Rede, embora saibamos que tal sincronia é arriscada e, no mínimo, bastante precária em função dos descompassos entre as mudanças profundas da sociedade e as do território construído. Não só por isso, mas também porque nunca podemos afirmar que os aspectos característicos de um dado momento da cidade surgiram de uma vez, definindo um claro momento de transição, exceto talvez no caso das denominadas revoluções, como aqui consideramos o surgimento da *Coketown*. Os traços definidores não surgem de uma vez, nem desaparecem totalmente no momento posterior, onde a outra nomenclatura é assumida.

Em última instância, entendemos todo o período das quatro cidades (Industrial Primitiva, Pós-Liberal, Industrial Consolidada e Contemporânea) também enquanto uma continuidade, tendo a Revolução Industrial como ruptura fundamental e a metade do século XX como o momento de exaustão da Cidade Moderna, embora desde o oitocentos já podiam ser percebidos alguns dos aspectos definidores da condição atual – especialmente a dispersão e a

e de suas influências nas cidades europeias. O recorte considera a urbanização ocidental apenas por isso, sem nenhuma consideração negativa da realidade urbana oriental. Além disso, a distinção ocidente-oriental tende a perder o sentido desde o surgimento da Sociedade em Rede, assim como a polaridade norte-sul. Cada vez mais a distinção poderá ser feita nos termos de cidade incluída ou excluída das redes globais, independente de sua localização geográfica ou de pertencer a um país historicamente dominante ou explorado.

fragmentação urbana – ou como o caso das contribuições dos urbanistas da Cidade Moderna, que consolidaram o emprego do zoneamento e das regras de implantação de edifícios que romperam com a tradicional relação entre espaços livres e ocupados da Cidade Tradicional.

Em suma, pretende-se justamente captar a cidade em seu movimento de atualização em relação às transformações gerais pelas quais a sociedade passa. Com a complexidade inerente ao fenômeno e com a atual crescente aceleração de todas as coisas, já reconhecemos que se trata de uma ação semelhante a encher um balde carregando água com as mãos: nosso objeto de estudo rapidamente escorre pelo caminho enquanto nos esforçamos para pegá-lo.

2.2.1. A Cidade Industrial Primitiva

Conforme a historiografia tradicional (em especial para nós as pesquisas em Benévolo, 2009; Delfante, 2000; Mumford, 1998; Secchi, 2006 e 2009) a cidade europeia surgida no renascimento comercial do final da Idade Média passou por transformações contínuas e cumulativas desde o século XII até o século XVIII. Podemos, de modo bastante abrangente, considerar que a cidade medieval, murada, compacta, de crescimento concêntrico e densa, passou por uma evolução constante até a formação das capitais nacionais dos Estados Modernos Absolutistas. Do ponto de vista morfológico, podemos nos referir a esta forma europeia de cidade como sendo a Cidade Tradicional. Essa é caracterizada pelo arranjo de alguns elementos bastante definidos e, por isso, apresentou grande coerência nas diversas regiões do Velho Mundo.

De acordo com Lamas (2011), a Cidade Barroca – outro nome para Cidade Tradicional – constituiu-se a partir de um conjunto limitado de elementos morfológicos e de objetivos bastante conhecidos. Entre seus elementos constantes estavam a muralha, o grande traçado monumental, a padronização das fachadas e sua relevância enquanto produtora de uma paisagem urbana controlada, o quarteirão maciço, o lote, a quadrícula, a arborização, a praça, o monumento e os edifícios singulares – tais como o palácio ou o templo. Ao longo do Renascimento, diversas transformações foram realizadas no tecido medieval das cidades, valorizando edificações importantes ou buscando sublinhar esteticamente os espaços abertos através da regulação das fachadas e do emprego da linguagem visual greco-romana, acrescida de arranjos em perspectiva, além da crescente racionalização e secularização em seus motivos.

Com a centralização política e o desenvolvimento artístico da linguagem renascentista, foi construída na Europa a concepção de que a cidade é, na verdade, uma grande arquitetura, expressando o poder do monarca e cumprindo certas funções, como a fluidez do movimento, a

vigilância e a regulação fundiária. Com isso, a busca pela unidade formal, pelo desenho controlado e regular, passaram a embasar as expansões urbanas, os novos bairros ou mesmo as reformas dos espaços existentes nas principais cidades europeias. A partir da Itália, estes ideais se propagaram pelo continente de modo acelerado – esta velocidade foi possível graças à invenção da imprensa e do desenho em perspectiva, desenvolvido por Filippo Brunelleschi na cidade italiana de Florença. Entre as realizações desta prática urbana, a cidade inglesa de Bath (foto 7) ou a alemã Karlsruhe figuram como expressões vigorosas deste Urbanismo. De modo geral, as cidades pré-industriais se caracterizavam por serem monocêntricas (ou mesmo acêntricas), densas, compactas, de crescimento por anéis e com forte distinção em relação ao campo (estas quatro características são decorrentes da existência da muralha); eram também estruturadas a partir de grandes eixos viários reforçados por fachadas de desenho controlado, visando criar efeitos de perspectiva visual. No restante do Ocidente, esta forma urbana foi desconhecida ou, quando muito, parcialmente reproduzida nas colônias portuguesas e espanholas na América, África e Ásia. No caso espanhol, certas cidades coloniais se aproximaram bastante do ideal barroco, em função da quadrícula e da monumentalidade decorrentes das Leis das Índias, como em Buenos Aires (foto 8) ou Montevidéu (BAETA, 2005).

Foto 7 – Royal Crescent. Bath, Inglaterra.



Fonte: Google Earth.
Acesso em: 29 nov. 12

Foto 8 – Buenos Aires, Argentina.



Fonte: Página de internet Placeswallpapers.

Disponível em: <<http://www.placeswallpapers10.net/category/argentina/page/3>>.

Acesso em: 15 nov. 2012.

Foi esta cidade que testemunhou o nascimento da industrialização. A cidade europeia, após um longo período de continuidade e transformação – entre o fim da Idade Média e o início da Revolução Industrial – sofreu uma ruptura neste movimento, que pôs fim àquela forma urbana estável e estruturalmente clara mencionada anteriormente. Entre as muitas mudanças, o acelerado crescimento populacional foi a fonte de boa parte dos problemas e das soluções que iriam entrar em cena nas décadas subsequentes. A urbanização do planeta – especialmente do Ocidente – teve dois grandes movimentos propulsores: o já comentado renascimento urbano e comercial europeu do século XII, que culminou nas grandes navegações, e a Revolução Industrial do século XIX, que intensificou o êxodo rural e o modo de vida urbano, onde quer que a indústria chegasse. As migrações do campo para os centros urbanos no século XX no Brasil e no presente momento em diversas partes do mundo oriental também são, em grande parte, impulsionadas pela implantação de grandes estruturas produtivas naquelas regiões. O inchaço urbano não aconteceu por acaso: a demanda da indústria por mão de obra, a expulsão da população rural e o incremento da produção agrícola são algumas de suas causas. Como exemplo, a cidade de Manchester passou de 12 mil habitantes em 1760 para aproximadamente 400 mil em meados do século XIX (BENEVOLO, 2009).

Com o crescimento da população urbana uma enorme massa operária surgiu, passando a viver de modo miserável em casebres e cortiços ao redor das fábricas, como Friedrich Engels denunciou em seu *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, escrito em 1845

(CHOAY, 2010). Com péssimas condições de existência, tanto de moradia quanto de trabalho, a violência, a depredação ambiental e diversas epidemias criaram um quadro urbano tenebroso nos primeiros momentos da industrialização europeia – no século XVIII em solo inglês e, ao longo do novecentos, em outros territórios da Europa e na Nova Inglaterra.

Conforme Mumford (1998), embora houvesse uma crescente ênfase nos aspectos econômicos da vida desde o século XVI, o equilíbrio entre esta dimensão e as demais atividades da vida urbana, tais como as artes, a religião ou a diversão ainda era considerável. Mesmo com o fortalecimento da noção de que tudo que não está vinculado diretamente ao trabalho e à produção não é dotado de valor, foi apenas com a substituição do trabalho manual pela produção fabril de larga escala que o processo de deterioração urbana ocorreu, com seus ruídos, fumaça, doenças e o trabalho desumano que empregou adultos, crianças, homens e mulheres por até catorze horas diárias, exauridos, mutilados e frequentemente mortos pelas máquinas da fábrica. Até mesmo os bairros das classes superiores, nos períodos iniciais da industrialização, tornaram-se imundos e congestionados. Lewis Mumford afirma que o trabalho fabril naquele momento equiparou-se às antigas penas de trabalhos forçados nas minas e que, de modo geral, o advento da industrialização criou “o mais degradado ambiente urbano que o mundo jamais vira” (MUMFORD, 1998, p. 484; figura 5).

Figura 6 – Bairro pobre de Londres (Rua Dudley). Gravura de Gustave Doré (1872).



Fonte: BENEVOLO, 2009, p. 560.

Podemos afirmar que a Cidade Industrial Primitiva nasceu a partir de três fontes: a fábrica, a mina e a ferrovia. A mina era fundamental, tanto na produção do ferro quanto para o fornecimento do carvão para a primeira fonte de energia contínua da indústria: a máquina a vapor. Assim, para uma produção ininterrupta eram necessários o fornecimento de matéria-prima constante, seu transporte até a fábrica – via linha férrea – e um mercado consumidor também permanente. As estradas de ferro transformaram a paisagem rural no entorno das cidades industriais, assim como permitiram que minas em localidades distantes fossem abertas. Nos centros urbanos, as locomotivas e sua infraestrutura física, trouxeram níveis absurdos de poluição e congestionamento aos espaços centrais das cidades, induzindo ali o surgimento de um amontado de fábricas e de armazéns, ao redor das estações de parada de trem. Com o acúmulo da estação, dos armazéns, das fábricas, de estabelecimentos comerciais atraídos pelo enorme fluxo de mercadorias e pessoas decorrentes deste arranjo, um grande contingente de operários ocupou as construções existentes (sob a forma de cortiços): este foi o início das áreas centrais de diversas cidades contemporâneas. Este fenômeno também é conhecido por centralização espacial, produzindo uma Área Central no espaço urbano que “constituía, na segunda metade do século XIX e ainda hoje, para muitas atividades, uma localização ótima, racional, que permitiria uma maximização de lucros” (CORREIA, 1997, p.124).

Além dos cortiços, a crescente população da Cidade Industrial Primitiva iria ocupar não só o entorno das fábricas, mas progressivamente os novos moradores passariam a viver nas regiões periféricas da cidade, em novos loteamentos nas regiões exteriores às antigas muralhas, mas não só eles: tanto os pobres quanto as classes superiores, fugindo do caos instaurado na cidade consolidada migraram para tais áreas, embora os operários o fizeram devido aos custos fundiários mais baixos da periferia e ao fato de que o transporte coletivo permitia levar e trazer a mão de obra de seu local de moradia até o de trabalho. Nascia a periferia dos centros industriais, sem plano, segregada socialmente, sem espaços públicos e com alta densidade em suas partes destinadas aos operários. Nas porções ricas, ela oferecia reproduções em pequena escala dos palácios do Antigo Regime aos novos ricos burgueses. Conforme Benévolo (2009, p.565) lemos que

(...) a periferia não é um trecho de cidade já formado como as ampliações medievais ou barrocas, mas um território livre onde se somam um grande número de iniciativas independentes: bairros de luxo, bairros pobres, indústrias, depósitos, instalações técnicas. Num determinado momento estas iniciativas se fundem num tecido compacto, que não foi, porém, previsto e calculado por ninguém (...). Na periferia industrial perde-se a homogeneidade social e arquitetônica

da cidade antiga. Os indivíduos e as classes não desejam integrar-se na cidade como num ambiente comum, mas as várias classes sociais tendem a se estabelecer em bairros diversos (...).

Em paralelo, para que a Sociedade Industrial funcionasse, ocorreram diversas transformações nas estruturas organizacionais corporativas e administrativas, dentre elas: o surgimento da companhia por ações, o investimento por responsabilidade limitada, a divisão da propriedade, a delegação de autoridade administrativa, o controle do processo através de orçamentos e da contabilidade etc. Conforme Delfante, “a organização do espaço começa por ser limitada pelos sistemas econômicos-sociais (sic) impostos pelo capitalismo e pelo liberalismo” (DELFANTE, 2000; p.228). Os novos modos de gestão econômica e estatal, nascidas na esteira do racionalismo e do método científico, também foram aplicadas às próprias fábricas, tornando seus processos mais eficientes, como no caso das inovações de Ford e Taylor. Lewis Mumford apresenta uma síntese bastante vigorosa do advento da Sociedade Industrial, compreendendo que

(...) a base desse sistema, na ideologia do período, foi (...) o indivíduo atômico: guardar sua propriedade, proteger seus direitos, garantir sua liberdade de escolha e de empresa, constituíam o dever único do governo (...). Esse mito do indivíduo sem peias foi, na realidade, a democratização da concepção barroca do príncipe despótico: agora, todo homem de empresa procurava ser um déspota de direito próprio; déspotas emocionais como os poetas românticos; déspotas práticos como os homens de negócio (MUMFORD, 1998, p.485).

A indústria desencadeou um processo de decomposição da antiga ordem urbana e social. Ela não causou isso de modo natural, mas viabilizou as intenções burguesas em relação ao poder. Por outro lado, uma nova organização produtiva tomava corpo, com seus novos elementos operando de modo embrionário. A partir da fábrica, um novo sistema social se consolidava: mercados consumidores e organizações produtivas estavam sendo formadas por todo o planeta, integrando fluxos de matéria-prima, produtos industrializados, gêneros alimentícios e, obviamente, pessoas indo e vindo das colônias, das metrópoles e em cada vez mais intensos deslocamentos internos. Surgia ainda serviços de comunicação internacionais, por correio ou pelos cabos do telégrafo. As artes, os trabalhos e as organizações e associações também se transformavam em função das novas demandas da Sociedade Industrial, materializada nas novas tecnologias e movida pelo ritmo da fábrica: o tempo linear e preciso da produção substituíu o tempo cíclico e impreciso da natureza; a produção passava a se

concentrar na cidade, restando ao campo o papel subordinado de fornecimento de alimento e matéria-prima; a economia pré-industrial, cuja riqueza estava nas estruturas fixas (imobiliárias) passava a criar riqueza móvel, contida nas mercadorias da fábrica; e, finalmente, a cidade deixava de ser o lugar exclusivo do poder político para testemunhar o surgimento do poder econômico, rivalizando e, de certo modo, sobrepujando o primeiro.

Além da mina, da fábrica, do trem, da superpopulação e da precarização das condições de vida do operariado, a cidade europeia, ao se tornar industrial, experimentou diversas outras transformações, tais como: o surgimento do transporte de massa, da bolsa de valores, do especulador imobiliário, da corporação e do capital industrial. Naquele momento, o capitalista assumia uma posição de domínio social, ao lado da antiga classe aristocrática. Embora a riqueza passasse a ser predominantemente móvel, o solo e a arquitetura continuaram a ser também fontes de renda – e, com o crescimento exponencial das cidades e o *laissez-faire* de Adam Smith, a especulação imobiliária tornou-se um dos principais definidores da forma urbana industrial. Na cidade da máquina o solo urbano finalmente tornou-se mercadoria e capital: “Os Estados aceitam o princípio da privatização e da valorização da propriedade pública na promoção do sistema produtivo (...). Segundo as propostas de Adam Smith os municípios vendem os seus domínios na esperança ilusória de sanarem as suas finanças” (DELFANTE, 2000; p. 229).

Interessante como que, de acordo com Mumford (1998), muitas das novas atividades e serviços urbanos surgidos neste momento corroboram para a ideia de uma democratização da vida do déspota barroco. A vida palaciana influenciou e deu origem a uma série de inovações urbanas entre os séculos XVIII e XIX, como no caso do surgimento do hotel e do restaurante, enquanto serviços que buscavam oferecer, a troco de dinheiro, a hospitalidade ilimitada dos palácios da corte; o teatro, em sua forma moderna, também se consolidou neste período, tornando-se um auditório coberto onde os espectadores sentavam em posições melhores conforme podiam pagar por elas; os jardins e parques urbanos também surgiram como expansão urbana de espaços e atividades anteriormente restritas à vida palaciana; o museu também, nascido das coleções de objetos da aristocracia, oriundos de seus despojos bélicos ou de compras, passou a ser de acesso público, mediante pagamento de ingresso ou financiadas pelo próprio governo; o zoológico, os carrosséis e as montanhas-russas também tiveram origem segundo o mesmo raciocínio. Mais do que oferecer as regalias da vida palaciana, o capital começou a transformar tudo em serviço e produtos, explorando qualquer situação em que seja possível extrair lucros.

Fora das cidades, o ambiente natural foi danificado profundamente. Quanto mais industrializada uma dada região, maior seu grau de urbanização, mas também mais graves os níveis de depredação ambiental experimentados nas áreas sob influência de seus centros urbanos: extinção de muitas espécies da fauna e da flora, destruição de ecossistemas inteiros, erosões, desmatamentos e a poluição dos recursos hídricos foram os grandes impactos ambientais do período. Até pouco tempo atrás, como no caso brasileiro, as indústrias se instalavam indiscriminadamente ao longo de córregos e rios a fim de conseguir água gratuitamente e também para despejar naqueles seus resíduos – interessante o eufemismo das corporações, chamando tais consequências de *externalidades* (MUMFORD, 1998).

De modo geral, boa parte dos serviços urbanos contemporâneos e das atividades tipicamente urbanas da cidade no século XX tiveram suas primeiras expressões nos anos de transição entre a Cidade Tradicional e a Industrial, marcados pela fumaça, pela epidemia, pela expansão e desintegração dos tecidos urbanos que se industrializaram. A paisagem rural e urbana do século XX foi produzida durante a própria Revolução Industrial e foi mais impactante nos territórios nos quais a economia industrial foi mais poderosa, como na Inglaterra, na França, na Alemanha e nos EUA.

2.2.2. A Cidade Pós-Liberal

Houve um segundo momento desta cidade, a partir da segunda metade do século XIX, onde a administração municipal e a propriedade privada entraram em um maior equilíbrio em relação ao espaço urbano. Benévolo (2009) a chama de Cidade Pós-Liberal, referida em relação à estrutura anterior, onde o capital operou livremente com o território e os fatores econômicos foram os únicos guias para a produção do ambiente construído – de seus efeitos nos ocupamos na seção 2.2.1. Assim, a Cidade Industrial Primitiva iniciou-se anárquica e, nas últimas décadas do oitocentos, buscou alcançar formas estáveis para garantir seu funcionamento.

A maior expressão urbana destas ideias foi a reforma de Haussmann em Paris, podendo ser tomada como uma realização icônica das experiências do período, tais como nos anéis de Viena, na expansão de Barcelona por Ildefonso Cerdá (figura 6), em Florença ou mesmo em algumas colônias europeias ao redor do mundo. Estas realizações tinham entre si princípios em comum que estão ainda na base da noção de gestão e estruturação urbana contemporânea.

Figura 7 – Plano de Ildefonso Cerdá para Barcelona, Espanha (1859).



Fonte: Página de internet O Plano Cerdà.

Disponível em: < http://planocerdà.blogspot.com.br/2007/05/o-plano-cerd-nova-barcelona-proposta_29.html >

Acesso em: 29 nov. 12.

Nesta reação ao novo contexto, a administração pública assumiu a execução e a manutenção das estruturas necessárias ao funcionamento da cidade, como o sistema viário ou as instalações de água, esgoto, gás e eletricidade. O restante (os lotes) ficou a cargo da administração privada. A própria administração pública também se utilizaria dos lotes, competindo com a privada, a fim de implantar seus equipamentos urbanos de educação, saúde, habitação, lazer etc. A gestão pública interferiria apenas indiretamente na utilização dos terrenos, através de regulamentos e normas edículas. Devido a isso, a especulação imobiliária tornou-se uma atividade bastante lucrativa, uma vez que dinheiro público era investido nas estruturas urbanas, mas os ganhos oriundos dos investimentos se transferiam diretamente para as mãos dos proprietários.

Assim, o desenho da Cidade Pós-Liberal decorreu das linhas limítrofes entre o espaço público e o privado (as fachadas), podendo os edifícios serem construídos no alinhamento da testada do lote, como nas áreas centrais e comerciais, a fim de favorecerem o funcionamento das lojas no térreo, ou afastados e isolados no lote, como nas habitações periféricas. Em decorrência da acelerada expansão de tais cidades, a periferização aumentou o custo da moradia e induziu a produção de casas bastante precárias para os mais pobres, em áreas muito distantes. Ainda, o fato das estruturas fabris e dos armazéns não se adequarem ao desenho da Cidade Pós-Liberal (de influência barroca), aqueles eram implantados em áreas ainda mais exteriores, numa

terceira faixa concêntrica num misto de cidade e campo que cada vez mais situava-se longe, à medida que a cidade crescia.

Alguns corretivos visavam atenuar as grandes densidades do centro e a falta de moradias baratas, tais como os parques públicos ou as casas populares, produzidas com dinheiro público e implantadas em blocos padronizados no alinhamento da rua ou sob a forma de pequenas *villas* soltas no centro do lote. Foi esta Cidade Pós-Liberal, conforme denominação de Leonardo Benévolo, que trouxe outras benesses para a Cidade Industrial, especialmente aquelas relacionadas à higiene e ao saneamento. Camilo Sitte, por exemplo, entendia o parque urbano como um pulmão, tendo função essencialmente higiênica. Neste período as classes mais ricas intensificaram sua busca por ar puro, água fresca, luz natural, espaços abertos verdes e ventilação – dando origem às primeiras formas de suburbanização. A cidade de Nova Iorque foi a primeira a conseguir um amplo fornecimento de água potável e os benefícios disso e de outras melhorias possibilitaram tantos avanços que rapidamente foram reproduzidos em diversas cidades no mundo (BENEVOLO, 2009; MUMFORD, 1998).

Esta forma urbana tendia a destruir a anterior, especialmente seu traçado medieval de ruas estreitas e não padronizado, abrindo grandes avenidas e criando fachadas uniformes para acentuar os eixos e valorizar certos monumentos preservados do passado. Aqui uma intenção barroca de monumentalidade, de movimento e de visualidade perspéctica eram sempre utilizados: a nova sociedade ainda lançava mão do conhecimento urbano acumulado na Cidade Tradicional a fim de responder às solicitações da máquina (BENEVOLO, 2009).

Este modelo transitório produziu alguns exemplares urbanos esteticamente interessantes, como o citado plano de Haussmann para Paris, a *Regent Street* em Londres, a expansão de Cerdá em Barcelona, os planos para Viena, a expansão da britânica Bath ou ainda o criticado exemplo de L'Enfant para a capital norte-americana. Porém, os problemas oriundos da industrialização permaneceram, como a congestão, a insalubridade e a disfuncionalidade em relação ao sistema produtivo e suas estruturas fundamentais: a fábrica e o trem. Esta cidade foi produzida pelo e para o capitalista imobiliário, sendo uma expressão espacial da especulação – mas, ainda sim foram realizações com preocupações estéticas e espaciais bastante superiores, se compradas com a produção especulativa das cidades em momentos mais recentes. Mumford (1998) comenta como o especulador aristocrático do século XVIII produziu áreas de extrema qualidade urbana, como o *Regent's Park* em Londres, criado explicitamente para valorizar as propriedades ao seu redor. Para este autor, os especuladores burgueses do oitocentos produziram maiores densidades e menos qualidade urbana que seus antecessores, especialmente nos subúrbios proletários (MUMFORD, 1998).

A produção urbana do primeiro século da indústria desencadeou duas reações gerais entre os pensadores e cientistas no final do oitocentos. Por um lado, diversos inquéritos denunciaram a situação precária do operariado nos países da industrialização, tais como aquele realizado por Engels, citado anteriormente. Por outro lado, surgiram proposições de caráter radical visando a superação da cidade da industrialização. Estas propostas podem ser divididas em dois tipos: de um lado, diversos indivíduos, sociólogos e economistas, partiram para propostas radicais e utópicas, de caráter filantrópico e que deram origem à orientação política socialista, tais como Robert Owen, Charles Fourier, Pierre-Joseph Proudhon ou William Morris; por outro lado, temos uma série de pesquisas e de propostas urbanísticas baseadas em estudos e análises técnicas, de caráter científico, apolítico e eminentemente espaciais, que também almejaram mitigar as mazelas sociais do momento: indivíduos como Tony Garnier, Walter Gropius, Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Raymond Unwin ou Camillo Sitte propuseram, segundo orientações distintas, este caminho (CHOAY, 2010; DELFANTE, 2000). Com o início do século XX, as formas da Cidade Pós-Liberal serão paulatinamente abandonadas, enquanto solução adequada para a Era da Máquina, dando lugar às ideias progressistas dos entusiastas da indústria, que defendiam uma superação da linguagem tradicional da Arquitetura e a necessidade da criação de uma radicalmente nova organização espacial, a fim de corresponder e materializar o novo período da História em que haviam adentrado – isto, segundo seus discursos.

Em suma, o liberalismo econômico e o desenvolvimento do capitalismo industrial, acompanhados pela ideologia iluminista, pelo cientificismo e pelas novas demandas políticas burguesas, fundaram uma nova sociedade cujas cidades se tornaram radicalmente distintas do substrato urbano sobre o qual elas nasceram. Esta nova estrutura social teve como base material as máquinas da indústria e a geração de energia contínua e eficiente. Ela inaugurou a produção e o consumo em massa, a standardização, a produção em série e uma mais complexa divisão social do trabalho, lançando inclusive as bases para a atual globalização das economias. A mudança radical dos centros urbanos aconteceu, no primeiro momento, pelo surgimento das novas estruturas espaciais vinculadas ao modo industrial de desenvolvimento e, posteriormente, pela implementação dos planos imaginados por toda uma geração de arquitetos na primeira metade do novecentos.

À Revolução Industrial correspondeu uma Revolução Urbana, marcada pela superpopulação, pela segregação socioespacial e pelo surgimento das estruturas necessárias ao funcionamento da economia industrial, especialmente pela inserção do transporte ferroviário e da fábrica no ambiente urbano. Interessante ainda que, ao mesmo tempo que as atividades e

estruturas da nova ordem social deterioraram a organização espacial anterior, elas obrigaram as cidades a se organizarem de um modo mais complexo e controlado do que nos momentos pré-industriais, uma vez que maiores e mais diversos passaram a ser seus problemas e demandas funcionais – produção, moradia, circulação, gestão, segurança e salubridade. Entre a *Coketown* e o século XX, a cidade reagiu produzindo uma forma híbrida (Cidade Pós-Liberal), orientada pela especulação fundiária e por algumas ações da esfera pública, visando estabilizar certos conflitos da Era da Máquina, mas que ainda utilizou as soluções espaciais da sociedade que antecedeu à fábrica. Este momento produziu muitos cartões postais, telas impressionistas ou ainda os poemas de Charles Baudelaire: na contemporaneidade tais espaços foram convertidos em cenários históricos de alto valor competitivo na disputa entre as cidades por investimentos, pelas sedes das corporações mais influentes, pelos turistas e ainda pelos trabalhadores mais qualificados e sofisticados.

2.2.3. A Cidade Industrial Consolidada (ou a cidade no século XX)

No século XX houveram duas cidades: a real e a idealizada nos modelos dos arquitetos. Em alguns casos as duas se corresponderam, como em Brasília ou em Letchworth, uma cidade-jardim inglesa. Porém, na maioria das situações elas sempre entraram em diálogo, através de expansões e reconstruções de trechos de cidades preexistentes a partir da aplicação das novas propostas espaciais do período, como no caso de Garath (1959), uma cidade-satélite de Düsseldorf, na Alemanha. Nas nações pioneiras da industrialização é constante a coexistência, em uma mesma cidade, de territórios de desenho anterior à fábrica e áreas produzidas segundo os princípios da urbanística do século XX (compare fotos 9 a 12).

Foto 9 – Garath, cidade-satélite de Düsseldorf (1959).



Fonte: Página de internet Bilderbuch Düsseldorf.
Disponível em: <<http://www.bilderbuch-duesseldorf.de>>
Acesso em: 16 nov. 2012.

Foto 10 – Garath, cidade-satélite de Düsseldorf (1959).



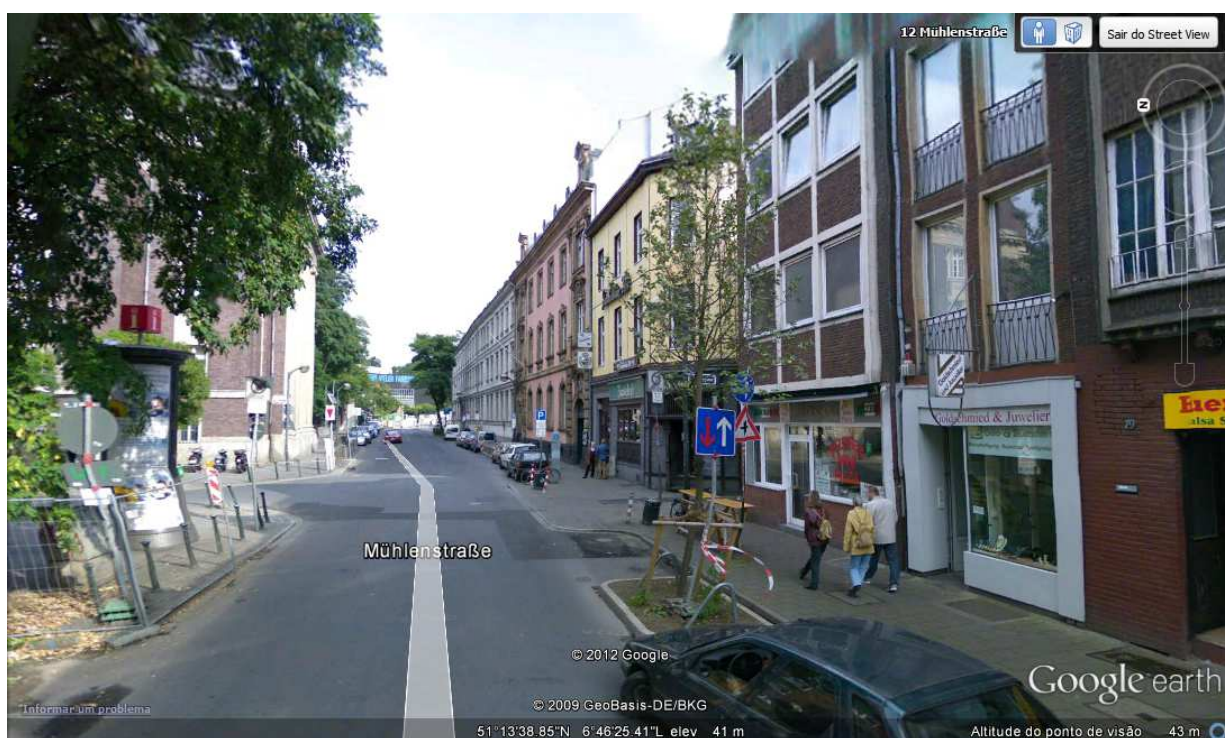
Fonte: Google Earth.
Acesso em: 16 nov. 2012.

Foto 11 – Burgplatz, Dusseldorf: desenho típico da segunda metade do século XIX.



Fonte: Página de internet Bilderbuch Düsseldorf.
Disponível em: <<http://www.bilderbuch-duesseldorf.de>>
Acesso em: 16 nov. 2012.

Foto 12 – Burgplatz, Dusseldorf: desenho típico da segunda metade do século XIX.



Fonte: Google Earth.
Acesso em: 16 nov. 2012.

A cidade no princípio da Era Industrial se caracterizou espacialmente segundo certos processos bem definidos. Em primeiro lugar, ela experimentou intensa centralização em função da implantação da ferrovia e da estação de trem, sempre próximas dos portos nos casos de centros urbanos marítimos. Em segundo lugar, sua população habitou seu território de modo segregado, com claras distinções entre os bairros de operários, de classe média e dos ricos. Seu aumento populacional ocasionou ainda o surgimento de extensas periferias e da dispersão territorial em escala desconhecida anteriormente. Em especial, o surgimento das metrópoles e do fenômeno da conurbação produziram uma forma urbana inédita na história do Urbanismo, tornando insuficientes boa parte dos raciocínios tradicionais de organização do território urbano. Devido à expansão horizontal e à metropolização, tais áreas produziram também novas centralidades, especialmente na segunda metade do século XX (CORRÊA, 1997). A insuficiência dos métodos de organização espacial tradicionais, aliada aos já conhecidos problemas da congestão, da disfuncionalidade e da insalubridade, levou diversos pensadores a buscarem alternativas para a transformação das cidades existentes. Desta conjunção de fatores ocorreu um intenso movimento intelectual na primeira metade do século XX, abundante em discussões e em propostas radicais de transformação e gestão do ambiente construído. Mesmo com o seu esgotamento no segundo pós-guerra, suas contribuições e realizações conformaram a expressão madura da Cidade Industrial.

Portanto, o Urbanismo Racionalista do início do novecentos surgiu como resposta ao surgimento, na cidade, de uma nova escala (a metropolitana), de uma nova sociedade (a industrial) e de uma nova forma (a dispersa). Assim, tais reflexões e experimentações permitiram que a escala e a complexidade da atividade do urbanista fosse ampliada. Porém, na metade do século, com as destruições e reconstruções em função das guerras mundiais, assim como devido a diversas experiências de aplicação dos modelos propostos pelos urbanistas, diversas críticas irromperam, especialmente pelo caráter funcionalista, arbitrário e universalista daquelas ideias. Assim, a partir da revisão crítica do Urbanismo Racionalista, foram sendo estruturadas as bases metodológicas de um novo modo de organização territorial, o Planejamento Urbano e Regional – influenciado pelo pensamento de Patrick Geddes e dos pensadores norte-americanos da Escola de Chicago, que por sua vez, se inspiraram em Georg Simmel. A Inglaterra, berço da industrialização, foi o manancial de onde fluíram as primeiras experiências deste novo tipo de pensamento (conhecido também como Urbanismo Humanista): os Planos para Londres, de Leslie Patrick Abercrombie em 1941 e 1943 implementaram, pela primeira vez, este novo modo intervenção no território, baseado em diagnósticos

multidisciplinares, prognósticos e no desenho de políticas para o ordenamento territorial de regiões, onde a solução se encontrava não mais na execução de um desenho *a priori*, mas na definição de objetivos e de regras de controle da produção espacial. Esta prática ainda persiste na cidade contemporânea; no Brasil ela se realiza através da elaboração de Planos Diretores e da aplicação de certos instrumentos urbanísticos (KOLHSDORF, 1985).

Passemos então a relacionar, com mais detalhes, a complexa trajetória da cidade ocidental ao longo do século XX. Em função da relevância para a realidade brasileira, nosso enfoque se limitará às características das cidades europeias e norte-americanas no período considerado. As questões urbanas brasileiras no século XX, como já mencionado, serão abordadas no capítulo seguinte. Nosso relato se prenderá aos aspectos que mais diretamente se relacionam com o quadro urbano brasileiro no último século, bastante influenciado pelo Velho Mundo, mas também pelos caminhos adotados na Nova Inglaterra. Tal retrospecto não visa somente chegar à urbanização brasileira, mas também apontar que a gênese de diversas características urbanas contemporâneas se encontram nos séculos precedentes, como na visível relação entre o subúrbio industrial, o condomínio fechado e as atuais *edge cities*⁴⁰ norte-americanas.

Conforme vimos, Bernardo Secchi (2009) sintetiza as abordagens teóricas sobre a cidade no século XX a partir de três temáticas: a ansiedade em relação à dispersão, a produção teórica sobre a nova cidade e a pesquisa voltada para a produção espacial do Bem-Estar Social. De fato, a partir da conjunção destes três aspectos podemos perceber as principais características da cidade no período, especialmente a partir do momento em que o poder público passa, em todo o mundo, a realizar a gestão do espaço segundo as propostas desenvolvidas na primeira metade do século XX. De modo geral, podemos encarar os centros urbanos no último século como sendo uma tentativa de viabilizar a produção industrial, de promover o capital imobiliário e de solucionar os malefícios da congestão urbana e de sua violenta dispersão, empregando muitas vezes modelos espaciais apriorísticos, com pretensões científicas, produzidos como alternativa ao espaço urbano tradicional da Cidade Pós-Liberal nas últimas décadas do século XIX. Em cada contexto uma ou outra orientação foi mais aplicada, como no

40 *Edge city* é uma expressão cunhada por Joel Garreau, referindo-se ao surgimento de verdadeiras cidades muradas nas periferias dos centros urbanos consolidados, especialmente nos EUA. Tais territórios são privados, de acesso controlado, localizados em rodovias que permitem um rápido acesso à cidade ou a um aeroporto e que, em seu interior, oferecem não apenas moradias, mas diversas outras funções urbanas típicas das centralidades: escolas, shopping centers, equipamentos culturais, espaços de lazer e, seu aspecto fundamental, abriga os próprios postos de trabalho de seus moradores (PAROLE, 2012).

caso britânico, onde a Cidade-Jardim foi a grande influência, ou no caso alemão com as propostas progressistas filiadas aos CIAM's.

Com a expansão generalizada, fruto do rápido incremento populacional dos principais centros urbanos industriais, estas cidades adotaram o subúrbio como solução espacial fundamental para a habitação. Vimos como a cidade europeia ao longo do século XIX alojou ricos e pobres em extensas expansões fora dos antigos limites das muralhas, com casas isoladas em grandes lotes para as famílias mais abastadas e em blocos de unidades padronizadas e idênticas para o operariado pobre (BENEVOLO, 2009). Conforme Mumford (1998) mostra, a suburbanização não surgiu com a cidade oitocentista, mas é um fenômeno recorrente na história da cidade através do qual indivíduos mais abastados procuram áreas com maiores amenidades ambientais em relação aos centros urbanos congestionados, mesmo sendo fora das muralhas. Assim, a cidade no século XX se caracteriza não por apenas possuir o subúrbio, mas por vivenciá-lo de um modo abundante e em escala até então desconhecida.

O subúrbio industrial pode ser compreendido a partir de dois pontos de vista, um nocivo e outro salutar. Seu aspecto negativo é que, ao ser produzido como um território a parte e que intentou criar um ambiente protegido e bucólico, deixou de fora elementos fundamentais da vida urbana, como as diferenças sociais ou a variabilidade tipológica e de usos do solo, criando um ambiente monótono, segregado, artificial e pobre em diversos aspectos. Suas vantagens biológicas (ar puro etc) foram contrabalanceadas pelas desvantagens sociais e psicológicas, pois produziu cenários irreais e distantes da vida na cidade ao redor da qual se desenvolveu:

No subúrbio, podia-se viver e morrer sem macular a imagem de um mundo inocente, a não ser quando alguma sombra de seu mal aparecia na coluna de um jornal. Assim, servia o subúrbio de asilo para preservação de uma ilusão (...). Era um ambiente não só centralizado na criança: baseava-se também numa visão pueril do mundo, no qual a realidade era sacrificada ao princípio do prazer (MUMFORD, 1998, p.534).

Por outro lado, Mumford (1998) ressalta que a monotonia da padronização formal e o aspecto desnaturado do ponto de vista social não foram exclusivos do subúrbio, embora mais acentuados nele (foto 13). A uniformização foi generalizada, pois a metrópole trouxe também consigo, devido à sua produção, consumo e recreação em massa, as mesmas patologias sociais e psicológicas da indiferenciação espacial, do individualismo (embora na multidão) e da criação de ambientes desnaturados em seus espaços mais densos e centrais. Em ambos os casos, no

centro e na periferia, gradativamente a realidade foi sendo substituída pela mediação imagética dos televisores.

Foto 13 – Bairro periférico inglês, segundo regulamentos de 1875.



Fonte: BENEVOLO, 2009, p. 577.

Por outro lado, o subúrbio do século XX também contribuiu enquanto lugar de experimentação de novas propostas espaciais e funcionais de cidade. Nele diversos arquitetos puseram em prática alternativas espaciais às formas densas de ocupação do solo tradicionais. A fuga para espaços menos congestionados, visando melhores condições ambientais, por si só já ocasionou os principais elementos do subúrbio: a abundância de espaços verdes, o isolamento das edificações e a pouca densidade de ocupação do solo. Os mapas de figura-fundo se inverteram. Fundamental para a compreensão do subúrbio industrial foi a pesquisa de Raymond Unwin sobre a rua típica inglesa, fruto dos regulamentos do século XIX. Unwin apontou algumas inovações a fim de torná-la mais eficiente do ponto de vista econômico e, o que é mais interessante para nós, superior em relação à sua qualidade espacial. Sua primeira conclusão foi de que o modelo tradicional criava um número excessivo de ruas e, por isso, era uma solução cara. Percebeu ainda que na maioria das vias criadas havia muito pouco tráfego, tornando-as simples espaços de permanência e lazer para as crianças. Ele demonstrou que tais ruas poderiam ser convertidas em jardins locais e muitas delas poderiam ter suas dimensões reduzidas, ocasionando redução de seus custos de implantação, sem reduzir a quantidade de unidades habitacionais e, ainda, permitindo ampliar o número de equipamentos e mobiliários voltados para o lazer e descanso, assim como a quantidade de áreas verdes, hortas e jardins. Nascia assim a superquadra, pois as áreas residenciais poderiam ter menos vias e mais áreas destinadas à

ocupação e fruição pública, sendo acessadas a partir de pequenas ruelas que alcançavam as garagens, em muitos casos coletivas.

Além de ter sido o lugar preferencial para a experimentação de novas formas espaciais, a escala reduzida dos primeiros subúrbios industriais e sua tendência a serem territórios autocentrados trouxeram consigo uma recuperação da noção de vizinhança a tais áreas, como que restaurando o típico componente comunitário da aldeia, fator tão importante para a vitalidade das cidades quanto a existência de centros culturais, áreas centrais e de equipamentos mais utilitários (MUMFORD, 1998). Na década de 1920 nos EUA, Clarence Perry idealizou o conceito de Unidade de Vizinhança, a partir das características citadas e tendo como princípios norteadores a criação de ilhas de calma para habitação, onde seus moradores podiam se conhecer e alcançar, a pé, equipamentos urbanos essenciais (especialmente a escola primária) e o comércio necessário à sua vida diária, sem conflitos com as vias de grande fluxo de veículos, destinadas para os deslocamentos maiores.

Foto 14 – Subúrbio norte-americano típico. Colorado Springs, EUA.



Fonte: Google Earth.
Acesso em: 29 nov. 12.

Ao longo do século XX, o subúrbio moderno se desenvolveu em função da evolução dos meios de transporte. O trem foi seu propulsor inicial, mas quando o automóvel particular entrou em cena, a suburbanização assumiu dimensões extravagantes e a dispersão urbana, temida desde o início da revolução industrial, apresentou-se em uma escala assustadora. Quanto

mais um centro urbano não tomava medidas de contenção e controle do uso e ocupação do solo, menos ele se assemelhava à noção tradicional de cidade: os exemplos norte-americanos, especialmente nos casos de Los Angeles e Houston, ilustram com clareza tal situação. Em (JACOBS, 2000) a autora nos apresenta – e critica duramente – a produção imobiliária do empreendedor Robert Moses, o pioneiro e, em certa medida, o inventor deste novo modo de fazer cidade – ou, pelo menos, de se ganhar dinheiro com a promoção da dispersão urbana via subúrbio. De certo modo, a dependência do automóvel particular e o crescente aumento da quantidade de veículos por família, destruiu a escala reduzida e o senso de vizinhança iniciais do subúrbio, tornando-o impossível de se percorrer a pé e atomizando as famílias em seus lotes privados (foto 14). Com isso, no subúrbio resolveu-se a o debate moderno sobre a relação entre o espaço privado e o público: a habitação se restringia cada vez mais ao lote, tornando-se um universo autossuficiente e o domínio público cada vez mais se retraía em certos territórios e equipamentos coletivos espalhados a intervalos constantes uns dos outros. O automóvel não apenas estilhaçou o subúrbio do início da industrialização, mas contribuiu para outras transformações espaciais da cidade no século XX: em suma, progressivamente o ideal modernista de edifícios implantados em um extenso parque foi transformado pela realidade dos *edifícios implantados em um extenso estacionamento* (MUMFORD, 1998, SECCHI, 2009).

À dispersão correspondeu, paradoxalmente, a concentração e o congestionamento da cidade. Se o subúrbio floresceu e foi repetido ao infinito devido à popularização do automóvel, a cidade no século XX também foi o lugar da concentração excessiva. A Área Central das cidades industriais foi o território por excelência da gestão, do trabalho, do comércio, dos serviços e da riqueza. Um enorme fluxo de pessoas passou a se deslocar diariamente de modo pendular entre seus locais de moradia e as áreas onde suas atividades em horário comercial eram realizadas. O ritmo urbano na Cidade Industrial Consolidada foi constante e determinado: seus tempos e os locais de origem e destino eram bem definidos. Sua forma urbana possuía uma área central de negócios (como o CBD norte-americano), uma zona industrial afastada e uma grande área residencial, segregada por classes ou grupos étnicos. Na segunda metade do século XX, novas centralidades proliferariam nas grandes cidades, buscando áreas menos congestionadas e mais baratas, tornando o próprio Centro Principal decadente e abrigando novos postos de trabalho e serviços. A cidade hodierna, de forma poli(multi)nucleada tem sua origem nestas transformações, quando os centros comerciais, os hospitais, os edifícios de escritórios e outras estruturas passaram por transformações, oferecendo espaços de apoio ao automóvel e buscando constantemente se localizar em regiões de acesso favorável, mas a

distâncias adequadas de seus pontos de interesse, criando assim novas áreas de caráter centrípeto (SECCHI, 2009).

Nos EUA, o arranha-céu se converteu no ícone urbano da modernidade. Embora tenha nascido em Chicago, foi em Nova Iorque que ele foi produzido de modo abundante. Uma interpretação interessante do fenômeno foi dada por Rem Koolhaas, ao estudar a Manhattan das primeiras décadas do século XX. Este arquiteto argumenta que naquela ilha a verdadeira Cidade Moderna aconteceu, com seus prédios gigantes, sua congestão, sua artificialidade, seu hedonismo e a multifuncionalidade permitida pela multiplicação do solo em altura e pelo elevador. Assim, para Koolhaas, a cidade proposta por Le Corbusier não é moderna, mas sim moderno foi o que ocorreu na virada do século XX em Nova Iorque, pois ela foi, para o arquiteto holandês,

(...) a pedra de Roseta do século XX (...). Grandes áreas de sua superfície estão ocupadas por mutações arquitetônicas (o Central Park, o arranha-céu), fragmentos utópicos (o Rockefeller Center, o Edifício das Nações Unidas) e fenômenos irracionais (o Radio City Music Hall), e além disso cada quadra está coberta de várias camadas de uma arquitetura fantasmagórica, na forma de antigas ocupações, projetos abortados e fantasias populares que oferecem imagens alternativas à Nova York (sic) existente. Principalmente entre 1890 e 1940, uma nova cultura (a Era da Máquina?) escolheu Manhattan como laboratório: uma ilha mítica onde a invenção e o teste de um estilo de vida metropolitano com sua respectiva arquitetura podiam se dar como uma experiência coletiva, onde a cidade inteira se convertia numa fábrica de experiências criadas pelo homem, em que o real e o natural deixavam de existir (KOOLHAAS, 2008, p. 26).

O arranha-céu foi abundante nas grandes cidades norte-americanas, mas não na Europa. Nessa, seus centros comerciais ocuparam as formas preexistentes do século XVIII e XIX. Além de alguns poucos casos de arranha-céus erigidos na cidade tradicional europeia, tais edifícios só foram numerosos nos novos centros de negócios que certas cidades construíram. Paris construiu o mais famoso deles, o La Défense, planejado desde o final da década de 1950 e atualmente ocupado por grandes e arrojadas estruturas do final do século XX, muitas dos quais assinadas por arquitetos do *star system*⁴¹ mundial. De qualquer modo, em ambos os casos a densidade é alta, mesmo que os resultados formais sejam distintos.

41 Ou sistema de estrelas (tradução nossa). Expressão que se refere a um grupo seleto de arquitetos de renome mundial, bastante solicitados em toda parte do planeta para que projetem estruturas espetaculares a fim de elevar a visibilidade das cidades que lhe contratam. Dentre estes indivíduos e escritórios estão nomes como Frank Gehry, Rem Koolhaas/OMA, Norman Foster, Zaha Hadid, MVRDV, Peter Eisenman e outros.

À medida que o capitalismo se transformou, a divisão do trabalho passou a ser cada vez mais complexa e o espaço construído foi sendo amoldado a isso. Os centros urbanos sofreram inúmeras e constantes transformações a fim de viabilizarem as inúmeras atividades demandadas pela economia e pelas novas experiências que a tecnologia viabilizou – como o desejo milenar de poder voar, acessível a uma parte cada vez mais considerável da população mundial. Assim, quanto à forma, a cidade no século XX pode ser entendida como uma estrutura em constante transformação, progressivamente se tornando fragmentada, complexa funcionalmente, dispersa, com diversas centralidades congestionadas e permeadas por áreas habitacionais rarefeitas, segregadas e autorreferenciadas. Como Koolhaas (2008) celebra, a Era da Máquina viabilizou uma multiplicidade de atividades sobrepostas em um mesmo território, especialmente nas áreas centrais, tradicionalmente mais densas e de uso misto. Novamente, a diversidade funcional dos centros urbanos sempre existiu, porém desde a Revolução Industrial sua intensidade e complexidade foram extremamente amplificadas. Os sistemas construtivos permitiram maiores alturas e maiores ousadias técnicas, assim como as tecnologias de comunicação e de transportes permitiram que as pessoas e as mercadorias se tornassem extremamente móveis e conectadas a distâncias cada vez maiores e em tempos sempre menores – até a instantaneidade contemporânea. Todo este ambiente artificial, especialmente no caso metropolitano, foi articulado a partir dos grandes eixos de circulação, tais como as linhas de trem urbano, de metrô e, principalmente, pelas igualmente imensas autopistas. Novamente, o processo total pode ser vislumbrado desde a popularização da ferrovia, do bonde, do metrô, do automóvel e, finalmente do avião, permitindo integrações territoriais cada vez mais intensas, devido à queda nos custos de transporte e à diminuição dos tempos de transporte (PONS e REYNÉS, 2004).

Quanto à sua paisagem, a cidade no século XX é bastante variada. Ela é resultado da soma de arquiteturas individuais, estilos históricos locais, aspectos naturais e econômicos. Mesmo o Estilo Internacional decorrente do Movimento Moderno não produziu paisagens gêmeas, assim como o gótico também não foi idêntico nos diversos territórios em que floresceu, mesmo sendo talvez o primeiro estilo internacional de arquitetura. Já comentamos sobre a diferença entre o gabarito limitado das cidades europeias e a profusão do arranha-céu nos EUA e em outras regiões, como nas realizações japonesas ou nas áreas metropolitanas dos países periféricos (São Paulo, Cidade do México etc). Mesmo entre os subúrbios há diferenças substanciais, com os norte-americanos sendo mais amplos, rarefeitos e verdes que os europeus. As cidades novas francesas e inglesas também acrescentaram à paisagem da cidade no século XX outros aspectos. Além da expansão da escala, à medida que caminhamos pelo período, uma

sucessão de estilos arquitetônicos criou cidades de paisagem complexa, dividida entre arranha-céus e *villas*, linhas Modernistas, Art Nouveau, Art Decô ou mesmo uma série de *revivals*, estruturas metálicas e materiais tradicionais, estruturas maciças e extensas áreas verdes. Edward Relph, em *A Paisagem Urbana Moderna*, relacionou alguns elementos fundamentais que permitem uma síntese da paisagem que buscamos. Todo o mosaico de referências e relações espaciais produzidas ao longo do século, certos elementos são constantes e podem, em nossa opinião, representar a imagem geral das cidades industriais do novecentos: certas infraestruturas e outros objetos (fios aéreos, postes, o asfalto, sinais de trânsito, os viadutos e os próprios veículos), as propagandas e anúncios visuais, as lojas de departamento e as cadeias de *fast-food*, os supermercados, a iluminação noturna, os aeroportos, os grandes hospitais e escolas públicas, os subúrbios e, a partir dos anos de 1960, os *shopping centers*. Além disso, um novo material também cada vez mais tornou-se no ícone de tais cidades: o vidro, especialmente nos grandes edifícios de escritórios revestidos por extensas superfícies envidraçadas (RELPH, 1990; SECCHI, 2009; foto 15).

Foto 15 – Nova Iorque na década de 1950. Fotografia de Vivian Maier (1926-2009).



Fonte: Página de internet My Modern Met.

Disponível em: <<http://www.mymodernmet.com/profiles/blogs/nearly-lost-1950s-street-photos-of-new-york>>.

Acesso em: 16 nov. 2012.

Além das transformações na forma urbana, um outro aspecto relevante do período foi a sua vigorosa produção de teorias e modelos espaciais para a cidade da Sociedade Industrial. A partir do final do oitocentos desenvolveu-se intenso debate de ideias e produção de soluções urbanísticas que, oscilando entre a ciência e a ideologia, deram origem à formação do Urbanismo enquanto disciplina científica (CHOAY, 2010). Diversos estudiosos e pesquisadores – médicos, engenheiros, economistas e arquitetos – voltaram seus olhares para os centros urbanos e a nova problemática oriunda de suas novas funções e escalas. Conforme nossa referência norteadora (SECCHI, 2009) esta é nossa segunda abordagem do período considerado: a constante elaboração e experimentação de novas soluções espaciais para os assentamentos urbanos. Essas foram fruto de trocas, embates e cooperações entre uma Grande Geração – conforme denominação de Secchi (2009) – que, ao se relacionarem com seus respectivos governos em cada momento, conseguiu implementar suas ideias e transformar a cidade ao longo do século XX, seja em suas formas, em suas funções ou em seus modos de gestão territorial.

Como vimos, a introdução da fábrica no contexto urbano não produziu, automática e imediatamente uma cidade nova. Após o período inicial da *Coketown*, liberal e atroz, se seguiu uma retomada da concepção barroca e do controle do uso do espaço, o que chamamos de Cidade Pós-Liberal, conforme nomenclatura adotada em Benévolo (2009). Mas, com a chegada dos novecentos a primeira metade do novo século vivenciou a realização de diversos estudos, proposições e planos urbanos de caráter revolucionário, tanto na Europa, quanto nos demais continentes do globo. Se, do ponto de vista da dispersão, o século XX é considerado longo, nesta abordagem ele é bastante curto, podendo ser considerado restrito ao período entre o primeiro pós-guerra e os anos de 1960, quando severas críticas às realizações deste período levaram a um progressivo descrédito e abandono de suas esperanças e, como já comentamos, contribuindo para as questões relativas ao fim da Modernidade e ao início da Pós-Modernidade.

Entre as diversas propostas, alguns traços comuns são percebidos quer consideremos os atores e as realizações do contexto soviético, do norte-americano ou do ocidente europeu. Por trás destas realizações o sentimento que permeou tais propostas foi marcadamente utópico, visando transformar a dimensão social através de uma correta organização territorial, correspondente às novas demandas da Era da Máquina e, o que é fundamental, a partir da inovação ou, como Bernardo Secchi denomina, através de “extremos esforços da imaginação” (SECCHI, 2009; p. 122). Estas intenções foram acompanhadas por um repúdio da Cidade Tradicional, assim como às realizações do século XIX, consideradas inadequadas ao novo

momento histórico. Em 1925, Le Corbusier iniciava suas propostas de uma nova cidade para um novo tempo afirmando que

(...) desde já que há cem anos, submergidos na grande cidade por uma invasão súbita, incoerente, precipitada, imprevista e acabrunhante, tolhidos e desconcertados, abandonamo-nos, deixamos de agir. E chegou o caos com suas consequências fatais. A grande cidade, fenômeno de força em movimento, é hoje uma catástrofe ameaçadora, por já não ser animada por um espírito de geometria (LE CORBUSIER, 2011, p. 24).

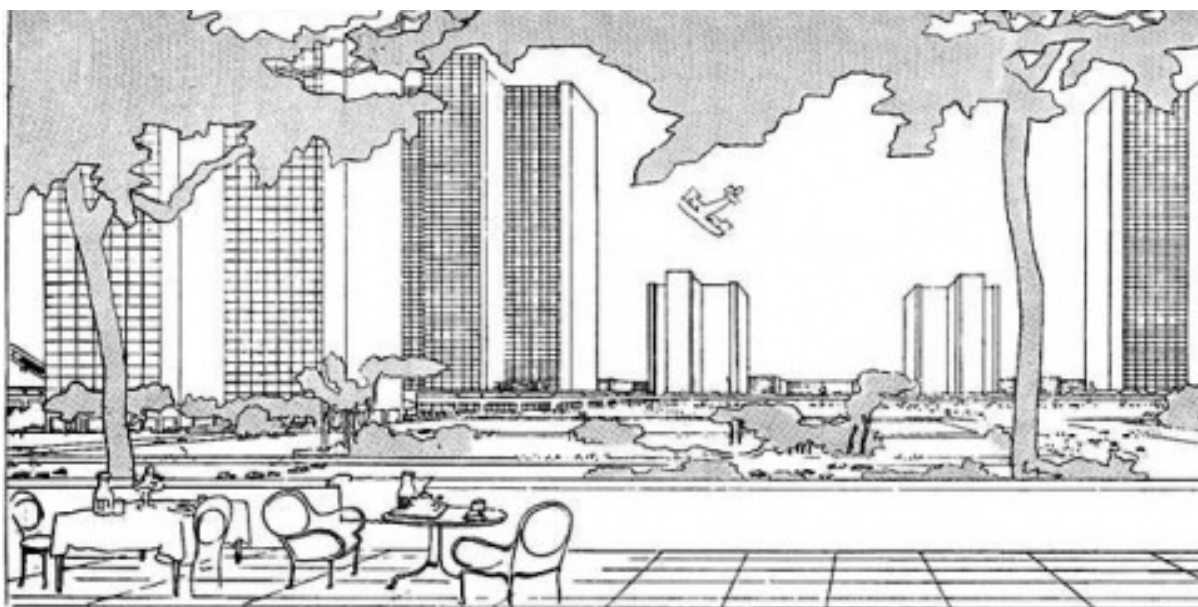
Entre seus ícones figuram o grupo – bastante diverso internamente – dos CIAM's, cuja figura de Le Corbusier com sua *Ville Radieuse*, foi a mais evidenciada. Seguindo uma outra direção, em solo britânico a Cidade-jardim de Ebenezer Howard frutificou em diversas experiências e se afirmou como uma das principais alternativas propostas no período, mesmo sendo anterior às outras duas orientações aqui mencionadas. Finalmente, no Novo Mundo Frank Lloyd Wright idealizou a *Broadacre City*, materializando uma ideologia naturalista norte-americana, para a qual “só o contato com a natureza pode devolver o homem a si mesmo e permitir um harmonioso desenvolvimento da pessoa como totalidade” (CHOAY, 2010; p. 30). O sentimento de revolução na organização espacial e a inquietação com as formas herdadas do passado podem ser sentidos, novamente, nas palavras de Le Corbusier a seguir – apesar de, em nossa opinião, conter certo exagero retórico:

A cidade é um instrumento de trabalho. As cidades já não cumprem normalmente essa função. São ineficazes: desgastam o corpo, contrariam o espírito. A desordem que se multiplica nelas é ultrajante: sua decadência fere nosso amor-próprio e melindra nossa dignidade. Elas não são dignas da época: já não são dignas de nós (LE CORBUSIER, 2011, p.VII).

O escopo deste trabalho não nos permite realizarmos um estudo comparativo das três propostas espaciais citadas anteriormente; sugerimos a proveitosa comparação de Secchi (2009) entre a Cidade Radiosa e a *Broadacre* a fim de tecer sua análise das teorias e modelos do período. O que nos interessa é que em todas as realizações alguns aspectos foram constantes, além do seu já citado caráter utópico: a busca intensa em eliminar o conflito entre o pedestre, o lugar da moradia e as vias de circulação do automóvel; a separação dos usos incompatíveis, especialmente em relação às indústrias e suas estruturas de apoio; o emprego sanitário e paisagístico de áreas verdes como alternativa à densidade da cidade novecentista e como

solução para a insalubridade; o forte racionalismo aplicado a todo e qualquer objeto, desde uma colher até à cidade inteira; e, de modo geral, a Grande Geração se empenhou em compreender e estabelecer as novas relações concretas entre a liberdade individual e a coletiva. O resultado de tudo foi a elaboração de uma nova estrutura urbana, que correspondeu, na dimensão territorial, ao Estado de Bem-Estar Social que o mundo Ocidental produziu em meados do século passado. Esta Cidade Moderna foi pensada em termos funcionais, individualizando espacialmente e implantado com precisão científica os equipamentos sociais básicos (escolas, creches, hospitais) ao longo da cidade, estabelecendo a hierarquia de suas vias conforme as características espaciotemporais dos fluxos diários e, como tentativa de exorcizar a congestão e a confusão ocasionadas pelas novas escalas e funções urbanas, utilizou sem reservas as áreas verdes como o fundo sobre o qual a nova sociedade iria se materializar (SECCHI, 2009).

Figura 8 – Uma Cidade Contemporânea. Proposta urbana de Le Corbusier para a Era da Máquina (1922).



Fonte: LE CORBUSIER, 2011, p.232.

Diversas realizações permitiram, por um lado, testar e validar certas soluções e, por outro, com seu grande sucesso e banalização, levantaram críticas ferozes – muitas razoáveis, outras nem tanto –, ocasionando o fim deste episódio, cujas lições a cidade na contemporaneidade ainda digere. O principal aspecto criticado foi o caráter arbitrário dos postulados dos urbanistas da Grande Geração, especialmente aqueles vinculados aos CIAM's; vinculada a isso, a outra grande crítica se dirigiu à frequente desconsideração que suas realizações demonstraram em relação aos contextos para os quais eram desenhadas (figura 7). Esta ênfase excessiva no desenho global e o pouco interesse em um maior conhecimento da

realidade onde a nova cidade ou o novo bairro moderno seriam implantados, levaram o Urbanismo daquele período a acrescentar ao seu escopo as pesquisas urbanas sociais, tais como as da Escola de Chicago, deslocando a prática do Urbanismo da produção de planos (modelos espaciais) para a da gestão urbana (tomada de decisões), com seus diagnósticos, prognósticos e diretrizes: inaugurando o *Planning*⁴². Embora a utopia moderna tenha sido rechaçada, sua lógica de organização espacial, condensadas no zoneamento, na hierarquia viária e na unidade de vizinhança ainda estruturam os códigos edílicos de diversas áreas do mundo, compondo o fundamento da prática urbana contemporânea: o Planejamento Urbano. A grande inovação do período posterior ao da Grande Geração foi, em nossa opinião, as pesquisas em Desenho Urbano desde a década de 1960 (KOHLSDORF, 1985).

Finalmente, a terceira abordagem, como vimos, se refere à sistematização de parâmetros, construídos a partir de experimentos, medições e pesquisas, a fim de se materializar o Bem-Estar individual e coletivo. Muito antes do estabelecimento do Estado de Bem-Estar Social ou de suas primeiras teorizações no início do século XX (SECCHI, 2009), diversas ações filantrópicas, reformas sociais e pesquisas já eram realizadas a fim de se diminuir as carências dos mais desvalidos. Porém, a partir do primeiro pós-guerra intensificaram tais ações e pesquisas, que passaram a ser realizadas a fim de se descobrirem as dimensões físicas ideais e as condições espaciais mínimas para o *comfort* e o *welfare*⁴³ da população. Entre 1945 e 1975 diversos governos europeus, além dos EUA e do Canadá, iniciaram a construção de uma estrutura social voltada para o Bem-Estar. Conforme Fiori (1997, apud ARANTES, MARICATO e VAINER 2009, p. 125), tal estrutura foi “uma das obras mais complexas e impressionantes que a humanidade conseguiu montar”. Foi um período em que a acumulação capitalista em expansão foi aliada com administrações que buscaram ampliar a distribuição de renda e elevar o padrão de vida da população, visando a criação de uma sociedade segura e economicamente sustentável, com alta produção e um mercado consumidor com alto poder aquisitivo. O trabalho foi bastante regulamentado pelo Estado e diversas garantias foram outorgadas ao trabalhador, como férias adequadas, licenças por motivos diversos, facilidades de acesso à habitação própria e diversas outras medidas conhecidas, conjuntamente, por seguridade social (*welfare*). Esta ideia também existiu entre os países socialistas e entre as

42 Planejamento Urbano e Territorial, como é conhecido no Brasil.

43 O *comfort* (literalmente, conforto) se relaciona especificamente com o corpo humano, considerando questões climáticas e ergonômicas, principalmente. Já o termo *welfare* (bem-estar) é mais amplo, incluindo a ideia de conforto, mas também acrescentando aspectos menos concretos como lazer, descanso, ambientes psicologicamente saudáveis, aspectos socioeconômicos, culturais e políticos.

sociedades do então Terceiro Mundo, embora de modo precário se comparado às realizações do Primeiro Mundo.

O pensamento arquitetônico daquele período, especialmente no caso dos atores formadores do Movimento Moderno em Arquitetura, caminhou sempre em acordo com esta política e buscou, no plano material, tornar real o Bem-Estar. Assim, da pesquisa sobre o *comfort* surgiram diversas soluções técnicas, como a cozinha de Frankfurt, os estudos dos corretos dimensionamentos do mobiliário e dos espaços interiores (como no famoso estudo *Modulor*, de Le Corbusier). Sua maior contribuição foi a ampla pesquisa sobre a moradia: dimensões adequadas, implantação e organização espacial ótimas, materiais e modos de vida da Era da Máquina; de mãos dadas a isso, o grande esforço na busca por soluções industrializadas, a fim de se reduzirem os custos e o tempo de produção das habitações, permitindo sua execução em massa e sua viabilidade econômica. De fato, toda a produção arquitetônica do período devotou bastante energia na busca pela solução ideal para a moradia, tanto em sua organização interna e sistema construtivo, quanto em seu posicionamento na cidade e sua relação com os diversos lugares e equipamentos urbanos. Especialmente, a moradia operária, voltada para as classes menos favorecidas e, ao mesmo tempo, para a maior parte da população, inaugurou um movimento urbano que se estende aos dias contemporâneos e que ainda luta para se realizar em certas partes no mundo, como no Brasil e o esforço por sua reforma urbana (SECCHI, 2009).

Além da moradia, temos também a história de certos equipamentos urbanos colocados no centro da realização da cidade do Bem-Estar. A escola e o esporte foram os dois protagonistas neste aspecto ao longo do século XX. Progressivamente, a escola e os parques para esportes e lazer saem de um contexto em que eram apenas lugares destinados para a elite, como atividades de diferenciação entre ela e as classes subalternas, para serem considerados espaços para todas as classes e fundamentais para a vida social e para a saúde – física, intelectual e emocional – dos indivíduos. Com isso, tais equipamentos passaram inclusive a ser considerados elementos referenciais na organização do território urbano, como no caso da Unidade de Vizinhança de Clarence Perry, na qual a escola primária é o núcleo da unidade, que é dimensionada de acordo com a quantidade de crianças atendidas por tal equipamento. As superquadras de Brasília (foto 16), propostas por Lúcio Costa, foram idealizadas segundo o princípio de Perry.

Foto 16 – Superquadra em Brasília. Plano de Lúcio Costa (1956).



Fonte: Google Earth.
Acesso em: 29 nov. 12.

O terceiro aspecto da cidade do *welfare* é o modo como suas propostas valoravam os espaços verdes. A *Coketown* introduziu uma radical separação entre o ambiente construído e o natural, se tornando extremamente densa e artificializada. Ao longo do século XIX, as realizações urbanísticas introduziram uma série de espaços verdes nos centros urbanos, porém mantando a rígida separação entre campo e cidade: diversos jardins e parques públicos, assim como campos de jogos e avenidas arborizadas constituíram-se uma primeira reação às transformações recentes na cidade industrial primitiva. Porém, no século vinte as novas realizações introduziram uma relação totalmente ambígua entre cidade e campo, entre a artificialidade e o ambiente natural. Grandes extensões de áreas verdes, ocupadas por edifícios isolados entre si foram a resposta típica dada pelos urbanistas até os anos de 1970, tendo por motivação anseios sanitistas, estéticos e revolucionários – do ponto de vista arquitetônico. Resumidamente foram utilizadas três estratégias na utilização das áreas verdes na cidade industrial: a ideia do cinturão verde de proteção e contenção horizontal, empregado a fim de separar usos conflitantes; a profusão de pequenos espaços contidos ao longo da cidade, como o caso dos parques e jardins; e, em terceiro lugar, a flora também foi utilizada sob a forma de corredores verdes, integrando todo o sistema urbano. Progressivamente, a cidade que adentrou o século XX, congestionada e ainda pensada como distinta do campo, tornou-se rarefeita, permeada por espaços verdes e pela colonização de suas franjas com casas de veraneio, sítios de descanso e outras atividades que, ao longo das últimas décadas, contribuíram para construir

a forma urbana que, até aqui, nos parece ser a mais emblemática do momento presente: a cidade difusa e acêntrica (SECCHI, 2009).

Portanto, por Cidade Industrial Consolida intentamos designar o momento da cidade ocidental em que a tradição urbana herdada (especialmente no caso europeu) dos séculos precedentes foi alterada de modo radical, através de reconstruções e ampliações, segundo as novas proposições do Urbanismo Moderno. Foi a cidade que se expressou morfológicamente pelo par congestão-dispersão e pela atenuação da oposição visual entre cidade e campo. Em seu aspecto político e organizacional, correspondeu à experiência do Estado de Bem-Estar Social, tendo sua estrutura física marcada pelos equipamentos públicos coletivos voltados à educação, saúde, lazer e descanso. Nela seus cidadãos experimentaram o ritmo linear da fábrica, o horário comercial e seus momentos de pico, os deslocamentos pendulares do tipo periferia-centro-periferia, assim como a profusão dos clubes, dos campos de esportes e dos produtos industrializados. Ainda, a Cidade do Bem-Estar (outro nome para ela) conheceu a industrialização de suas unidades habitacionais, que foram desenhadas segundo intenções sanitaristas e utilitaristas, almejando resguardar a saúde e a privacidade do núcleo familiar tradicional, assim como revolucionar suas sociedades ao oferecer condições físicas adequadas a todos os homens. Mais do que suas fórmulas espaciais, a cidade no século XX produziu avanços e padrões de organização e gestão territorial adequados às novas escalas e à nova complexidade instauradas pela industrialização e possibilitadas pelas inovações tecnológicas do período, como no caso dos transportes, da produção em série e da própria construção civil. Em cada situação, porém, tais aspectos foram mais ou menos marcantes, quanto mais fortes ou fracas foram as economias de uma dada nação e, acima de tudo, maiores ou menores foram os níveis de consciência política de suas populações.

2.3. A cidade na contemporaneidade

Falar da cidade na contemporaneidade implica também informar a que período de tempo estamos nos referindo – além do período de elaboração desta dissertação, obviamente. Nos últimos anos, quando os ritmos de todas as coisas encontram-se em acentuada aceleração, a definição do atual e do obsoleto é ainda mais difícil. O conhecimento se duplica em intervalos de tempo cada vez menores e diversos objetos do cotidiano – e mesmo certos usos e atividades – também tornam-se ultrapassados ou são novamente considerados possíveis, confundindo as definições de novo ou antigo. Se a cidade no século XX, como vimos, pode ser compreendida segundo diferentes temporalidades, quanto mais poderão também os centros urbanos atuais:

estudar a cidade na contemporaneidade também pode nos levar a distintas periodizações conforme o que se queira compreender ou o que se deseja ressaltar.

Como alternativa ao estabelecimento de uma periodização, nosso percurso buscará definir quais aspectos tendem a mais claramente diferenciar a urbanização recente dos processos que comentamos anteriormente, considerando a situação presente menos uma ruptura do que uma continuidade em relação à Cidade Ocidental desde a Revolução Industrial. Entre a cidade do século passado e a cidade do novo milênio existe um fluxo contínuo de diversas e constantes transformações. Mais do que eleger eventos para assinalar o início ou fim de certo período, nos fixaremos nos aspectos que tornam patentes as configurações da cidade na contemporaneidade em comparação à Cidade Industrial do século XX. Dito de outro modo, é como se já estivéssemos discorrendo sobre a urbanização recente desde a análise da *Coketown*, uma vez que os aspectos contemporâneos mais relevantes não surgiram instantaneamente, mas especialmente ao longo do período descrito desde o começo deste capítulo. Boa parte das características que serão apontadas já foram mencionadas de modo abreviado nas descrições realizadas anteriormente, como se a caracterização da cidade na contemporaneidade nascesse sempre, como em forma embrionária, nas transformações ocorridas nos séculos dezoito, dezenove e vinte – no mínimo. Assim, intentamos não tanto produzir uma periodização (embora, no final das contas, inevitavelmente estaremos produzindo-a) mas sim partir para uma abordagem que considera um centro urbano como sendo contemporâneo quanto maior for o **grau de participação** do mesmo nas redes globais; veremos que é justamente a intensidade da inserção de uma cidade em redes influentes que produz na mesma as características relacionadas à urbanização contemporânea.

Embora pudéssemos tomar a transição da Sociedade Industrial para a Informacional como um momento aparentemente adequado para apontar o nascimento de uma Cidade Informacional, não o faremos. Nem tampouco escolheremos a Queda do Muro de Berlim, a crise do Petróleo de 1973 ou o advento da Internet como seus eventos inaugurais. Como dito, não queremos restringir nossa análise a um período definido, mas sim a características fundamentais. Por outro lado, a formação da Sociedade em Rede é fundamental para nós, pois cada vez mais a mediação da vida através dos sistemas de comunicação multimídia tem se tornando inseparável das diversas atividades humanas e, dentre outras mudanças, a globalização tem reestruturado a relação do homem com o território. Portanto, é possível perceber as implicações das novas tecnologias na organização territorial e em seus usos, especialmente nas novas lógicas de planejamento espacial, nos fluxos (de informação, de pessoas e mercadorias) e na localização das atividades produtivas. Porém, nos parece mais coerente entender o

fenômeno urbano contemporâneo de modo anacrônico, como se diversas temporalidades estivessem sobrepostas. Já comentamos no primeiro capítulo que isto sempre ocorreu: durante o século XIX e o desenvolvimento de planos como o de Haussmann em Paris, diversas aldeias africanas permaneceram inalteradas do ponto de vista morfológico e funcional, assim como ainda hoje certos vilarejos no interior do Brasil estão bastante próximos, cultural e tecnologicamente das realizações iniciais da colonização portuguesa. Porém, devido à globalização e ao modo como as relações – sociais, econômicas e burocráticas – vêm se estruturando sob a forma de rede, cada vez menos será possível realizar histórias do urbanismo ou dos centros urbanos a partir de discursos estritamente regionais – ou mesmo continentais.

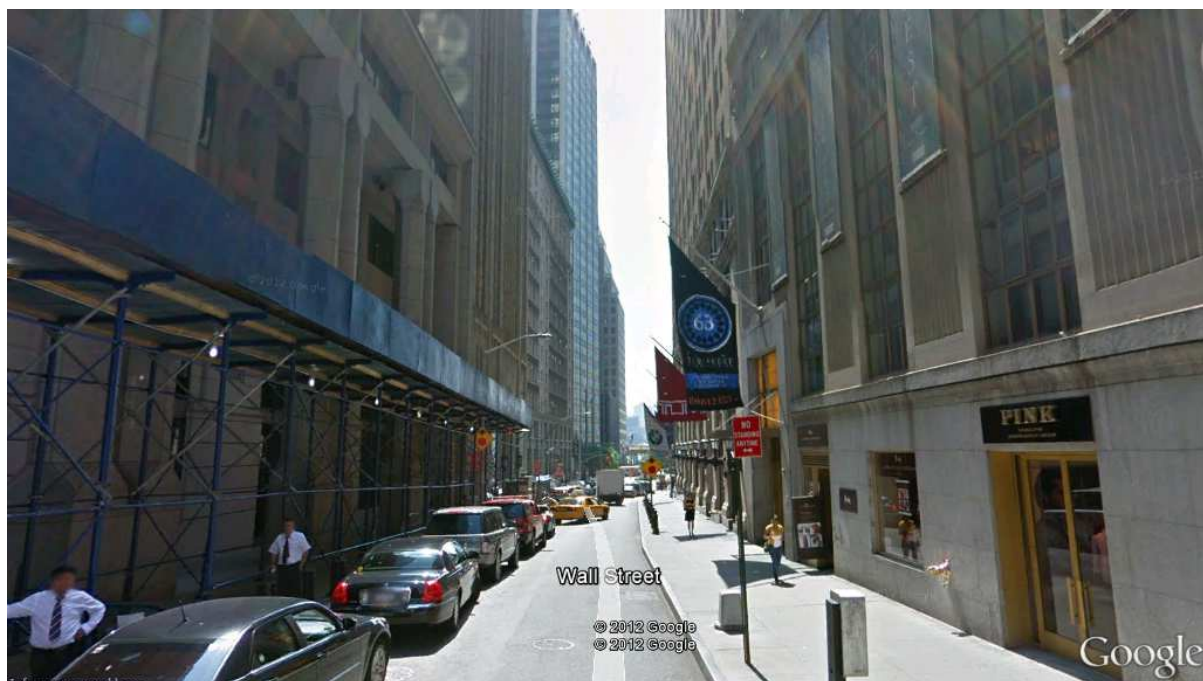
Com a comunicação instantânea e o incremento nos sistemas de transporte, um pequeno vilarejo remoto pode, em um intervalo de tempo bastante curto, estar incluído em diversas redes globais, mesmo que nunca tenha passado por um processo de industrialização, nem possua universidades avançadas ou grandes corporações instaladas: um paraíso natural remoto pode subitamente ser inserido em certas redes globais relacionadas ao turismo, após ter sido ‘descoberto’ por algum investidor. A diferença é, cada vez mais, se o indivíduo ou certa região estão ou não inseridos nas redes. Em nosso exemplo, foi a inclusão do vilarejo que o tornou contemporâneo e não o fato de ele ter percorrido um caminho linear de progresso, passando de vilarejo para cidade, depois se tornando uma metrópole industrial e, finalmente, alcançando um hipotético ápice de centro financeiro e informacional. A globalização, como vimos, não significa apenas que áreas do mundo se comunicam, mas que tal relação é em tempo real e que os nós do sistema funcionam de modo interdependente e com tendência à descentralização. Assim, um aglomerado urbano pode estar em qualquer ponto da série (vilarejo, metrópole etc) ou mesmo nem se tratar de uma região urbana. Embora todas as cidades do século XXI são contemporâneas entre si (pois coexistem), para nós certas localidades são mais contemporâneas do que outras, conforme participam de modo mais intenso das principais redes econômicas. Consequentemente, tais regiões terão mais acesso às novas tecnologias da Era da Informação e se organizarão segundo as mesmas lógicas, fazendo com que nelas os aspectos caracterizadores da Sociedade em Rede (incluindo aspectos espaciais) serão mais visíveis que naquelas excluídas – ou incluídas de modo secundário na globalização.

Portanto, conforme nossa perspectiva, o adjetivo contemporâneo se referirá ao grau de inserção que determinada localidade (ou indivíduo) possui em relação à economia globalizada. É importante também compreender que, pela natureza volátil do capitalismo atual (tardio, pós-industrial, informacional etc) a ‘contemporaneidade’ de uma dada região pode variar ao longo do tempo, podendo a mesma estar mais ou menos incluída em relação a outros territórios. Boa

parte da complexidade da urbanização contemporânea deriva-se disso, onde uma cidade pode, por diversos motivos, ser um poderoso centro (nó) de certo segmento econômico e, ao mesmo tempo, uma grande metrópole pode não ser relevante para aquela rede, sendo um nó secundário e sob o domínio de um centro urbano menor naquela atividade.

A globalização abrange todo o planeta, mas de modo restrito e através de operações de conexão e desconexão de territórios, segundo as demandas e interesses dos detentores das redes mais poderosas em cada momento. Por outro lado, é importante reconhecer que, via de regra, as localidades mais incluídas são aquelas onde as estruturas e os fenômenos relacionados à industrialização também foram pioneiros e tiveram melhores condições estruturais (viabilizadas pelo Estado) para se desenvolver. Assim, grande parte dos centros informacionais mais influentes se localizam nos Estados que tradicionalmente foram potências econômicas na Era Industrial e são, especialmente, suas principais metrópoles: como Londres ou Nova Iorque (THE WORLD, 2010; foto 17).

Foto 17 – Wall Street: centro financeiro da cidade. Nova Iorque, EUA.



Fonte: Google Earth.
Acesso em: 29 nov. 12

Porém, com as operações de conexão e desconexão, certas regiões do mundo foram inseridas muito rapidamente na economia global, se industrializando de modo bastante diverso do caminho percorrido pelas áreas tradicionalmente industriais. Isto tem produzido situações bastante heterogêneas do ponto de vista social, econômico, político e espacial, como em certas

regiões da China ou no emblemático caso da cidade indiana de Bangalore. Além disso, alguns dos centros urbanos mais influentes do período industrial experimentaram forte retração econômica e tiveram dificuldades em se adaptar à nova economia, mesmo estando em nações poderosas, como no caso de Detroit, uma tradicional metrópole da indústria automobilística norte-americana ou mesmo o grande fracasso soviético. Assim, os movimentos da economia globalizada têm alterado as relações históricas recentes e, acima de tudo, têm produzido um quadro complexo e mutável, abandonando progressivamente distinções do tipo norte-sul ou oriente-ocidente e passando a se expressar em função dos graus de participação dos territórios nas redes globais de maior vulto econômico. Neste novo cenário, os centros urbanos assumem uma posição central nas decisões políticas e do capital privado, eclipsando as relações internacionais em função da disputa crescente entre as cidades. Mais do que guerrear entre si, os Estados têm buscado dar autonomia e segurança à esfera privada, criando condições favoráveis às corporações operantes em seu território (gerido de modo descentralizado) e estabelecendo um ambiente econômico confiável – em termos de transparência e de previsibilidade – a fim de atrair o arisco capital financeiro (CASTELLS, 1999).

Assim, embora antes tenhamos falado da cidade no século XX a partir de suas teorias e de questões que, de certo modo, eram pertinentes em todas as realidades – sanitárias, higiênicas e de densidade –, atualmente é difícil definir a cidade contemporânea do mesmo modo pois localidades bastante heterogêneas podem ser ambas partes de uma mesma rede informacional, mas com funções distintas: uma de comando, outra de produção, outra de montagem e outra simplesmente de ócio e turismo. Em Secchi (2006, p.87-88) temos que

A cidade contemporânea não tem características idênticas em toda parte do mundo (...); entretanto a cidade moderna propõe temas e problemas que, em combinações diversas, são reencontradas em todo lugar e que, portanto, podem tornar-se objeto de reflexões gerais.

Deste modo, propomos pensar a situação urbana mundial a partir de tendências e fenômenos mais gerais, induzidos e, acima de tudo, viabilizados pelo desenvolvimento da tecnologia. O fio de prumo ou a escrita não foram criações culturais de um dado contexto, mesmo que tenham nascido em territórios e culturas definidos – e quase sempre em cidades (GLAESER, 2011). Do mesmo modo, ao longo do século XX o automóvel permitiu que as cidades se expandissem horizontalmente de modo exagerado, embora em cada contexto o

*sprawl*⁴⁴ tenha sido mais ou menos contido segundo aspectos variados; o mais importante é entender que o carro não o produziu, mas viabilizou o desejo de se afastar da congestão. O mesmo poderíamos dizer em relação ao advento da Internet, do avião a jato ou da alvenaria (que possibilitou o crescimento vertical nas pirâmides egípcias e nos zigurates astecas). A cada inovação diversos anseios reprimidos (por serem inviáveis até aquele momento) passam a ser, em um momento, possíveis. Um novo desenvolvimento pode potencializar, atenuar e modificar atividades existentes ou mesmo pode abrir caminho para novas atividades, ocasionando eventualmente transformações em toda a estrutura social – incluindo, naturalmente, o próprio habitat humano.

Ao desviarmos nossa ênfase da periodização, também estamos deixando em segundo plano a ação de nominar os centros urbanos hodiernos. Além disso, a profusão de metáforas e de nomes que os mesmos têm recebido nos últimos anos nos estimula a considerar uma abordagem menos preocupada com a seleção de um nome para a cidade hodierna, mesmo que nos utilizemos de alguns conceitos propostos, conforme a necessidade. Uma breve citação de algumas definições recentes nos permite perceber a imensa quantidade de nomes para a cidade e seus principais fenômenos, por exemplo: *post-suburbia*, *post-urban*, *megalopolis*, *exurbia*, cidade difusa, *outer city*, *edge city*, *spread city*, cidade dispersa, *galactic city*, *exopolis* entre outros (PAROLE, 2012). Por outro lado, Bernardo Secchi afirma que

(...) a literatura sobre a cidade contemporânea é imensa, mas as descrições tecnicamente pertinentes talvez não sejam assim tão numerosas como normalmente se pensa. A cidade contemporânea parece opor uma resistência à descrição, sobretudo se ela é feita sob as formas codificadas do urbanismo moderno (...). Paradoxalmente, a cidade contemporânea é o lugar da não contemporaneidade, que nega o tempo linear, a sucessão ordenada de coisas, de acontecimentos e comportamentos dispostos ao longo da linha do progresso como foi imaginado pela cultura moderna. (SECCHI, 2006, p. 88 e 90).

Interessante que a observação de Secchi (2006) relaciona justamente nossos dois argumentos: o anacronismo e a dificuldade de se descrever a cidade contemporânea.

Embora a dispersão e a difusão territorial das regiões mais incluídas sejam realmente aspectos morfológicos marcantes, definir a cidade por isso, em nossa opinião, reduziria a

44 O termo *Urban Sprawl* se refere ao fenômeno de dispersão horizontal de áreas urbanas, geralmente acompanhados por uma ausência de separação entre cidade e campo e, acima de tudo, por ocupações de baixa densidade. No Brasil tal fenômeno é denominado por espraiamento urbano e, mais recentemente, por urbanização difusa.

abrangência em relação à variedade de situações urbanas que estão em constante relação na Sociedade em Rede. Embora possa parecer contraditória esta postura, uma vez que utilizamos anteriormente uma classificação periódica (Cidade Barroca, *Coketown*, Cidade Pós-Liberal e Cidade Industrial Consolidada), entendemos que não há contradição real, uma vez que a natureza da situação hodierna nos induz a pensarmos deste modo e, no final das contas, continuamos nos orientando segundo a linha do tempo, embora não mais considerando a existência de uma única expressão urbana definidora do período em questão – nem dos anteriores. Uma das principais diferenças apontadas entre a Cidade Moderna e a Contemporânea é justamente a sobreposição de temporalidades nesta última: o seu anacronismo derivado do tempo real das telecomunicações⁴⁵. É justamente esta a grande relação entre a urbanização contemporânea e a tecnologia informacional, uma vez que não se trata de novas formas urbanas decorrentes do emprego das inovações (embora novas formas tenham surgido), mas acima de tudo é a inédita situação em que os territórios estão interconectados e cooperando em tempo real a partir de contextos culturais, socioeconômicos, políticos, físicos e históricos com diferenças relevantes.

Assim, utilizaremos as expressões cidade na contemporaneidade e Cidade Contemporânea como sinônimas, embora prefiramos a primeira, em função de deixar mais evidente nossa compreensão de que se trata de diferentes formas e funções urbanas em graus desiguais de participação na Sociedade em Rede e não de uma mesma configuração tipológica e funcional homogênea em toda parte. É uma escolha que permite a heterogeneidade, mas que apontará as tendências e características que têm sido mais intensas e semelhantes conforme um dado território ocupa posições superiores em redes globais de grande influência. De certo modo, podemos também vislumbrar uma Cidade Contemporânea (esta sim, apresentando aspectos que apontam para uma nova tipologia urbana) em meio às cidades na contemporaneidade, à medida em que observamos os centros urbanos que exercem funções de domínio nas redes mais influentes, especialmente nas do mercado financeiro ou de alta tecnologia – informacional ou biológica. Estes territórios, em função de sua maior dinâmica econômica, estão continuamente recebendo enormes quantidades de migrantes, tornando-se áreas de grande extensão territorial e manifestando intensa segregação socioespacial. Os centros mais proeminentes, como Londres, Tóquio ou Nova Iorque, têm sido já chamados, com considerável unanimidade, de

45 Claro que manifestações anacrônicas estão em toda parte, em função da decadência das noções de progresso linear e evolução temporal. Em áreas como as artes ou a moda vemos sempre linguagens ou objetos antigos sendo revalorizados, através de citações, pastiches, reutilizações, restauros ou mesmo através de escolhas individuais de cunho nostálgico ou enquanto estratégia de diferenciação.

Cidades Globais, estando em intensa competição com seus pares existentes ao redor do globo e exercendo influência, direta ou indiretamente, sobre todo o sistema econômico mundial, como se o planeta fosse sua hinterlândia (CASTELLS, 1999; SASSEN, 2001; THE WORLD, 2010).

2.3.1. Novas morfologias e novos modos de habitar

Como vimos, o mundo tem experimentado um enorme afluxo de pessoas para suas áreas urbanas. As últimas décadas do século passado testemunharam um grande êxodo rural em diversas regiões do planeta, especialmente na América Latina e nos Tigres Asiáticos. Com o novo milênio, a atenção se volta para a reprodução deste movimento em outros territórios, como no caso chinês, onde tal processo ocorre em escala gigantesca e de modo bastante rápido, produzindo um evento extraordinário na urbanização mundial cujas consequências têm sido alvo de diversas reflexões nos últimos anos. Não só em função de uma intensificação da urbanização mundial, mas as novas relações econômicas e políticas, concretizadas através das novas tecnologias, produziram também mudanças qualitativas no âmbito do fenômeno urbano.

Uma das mais notáveis transformações, é a nova integração dos centros urbanos, operando em sincronia e interdependência por todo o planeta. As redes urbanas contemporâneas extrapolaram os limites da Era Industrial, tanto do ponto de vista geográfico quanto, especialmente, do ponto de vista funcional – deslocamentos mais rápidos, comunicações instantâneas, multicentralidade etc. Diversos fatores têm ocasionado tanto a coexistência de configurações espaciais distintas quanto a uniformização das paisagens, sem contar as diversas possibilidades de experimentar o território, especialmente através de relações espaço-temporais inéditas até meados do último século. Assim, com as possibilidades oriundas dos novos meios de comunicação e dos avanços nos transportes, as cidades têm sofrido diversas transformações em sua forma. Aliado a isso, a descentralização produtiva, a tendência à desregulamentação estatal e a consequente redução da esfera do planejamento ao papel de mero fomentador do desenvolvimento econômico também têm contribuído para que certas cidades contemporâneas assumam novas morfologias, funções, escalas e paisagens – o que nos permite empregar o termo Cidade Contemporânea a fim de apontar para tais novidades.

Porém, para além de transformações visuais e morfológicas, devemos atentar ainda para o papel central que as cidades têm assumido na dinâmica econômica mundial. Como vimos, a nova economia surgiu como uma solução à crise da fase de acumulação fordista. Na esfera produtiva, a maior transformação do período foi a flexibilização espacial das redes de produção, permitida pelo desenvolvimento das novas tecnologias e desejada pelo capital industrial a fim

de se reduzirem custos e expandirem seus mercados. O impacto destas transformações foi diferente de acordo com o território considerado. Nos países mais ricos falamos em desindustrialização, fenômeno que designa a saída de fábricas de seus territórios originais a fim de se instalarem em regiões mais pobres, onde os salários são menores e as exigências legais mais brandas. No contexto global, falamos em descentralização das etapas do processo produtivo, que passou a acontecer distribuído entre as diversas partes do mundo, conforme os benefícios de cada localização e impactando de modos diferentes cada região, tanto nos países centrais quanto na periferia do sistema econômico. Se o telefone, no final do século XIX, permitiu a separação entre o chão de fábrica e o escritório de comando, a Internet permitiu, nas últimas décadas, a separação de tudo.

Do ponto de vista da urbanização, as alterações econômicas e políticas recentes têm produzidos transformações em escala global, reconfigurando os territórios através dos processos de dispersão e concentração - tanto espacial quanto funcional. Como vimos, esta dispersão se deve à descentralização ocorrida em diversos setores e etapas da produção, instalando seus escritórios de comando em uma cidade e as outras etapas em diversas regiões do planeta, estruturando assim redes globais entre as cidades contemporâneas. Por outro lado, ocorre também um processo de concentração dos setores mais avançados e de decisão nos grandes centros existentes, especialmente naqueles surgidos com a etapa fordista de acumulação. Deste modo, não apenas os Estados, mas alguns grandes centros (cidades-globais) têm se tornado territórios de grande poder na economia globalizada. Nesta nova situação, as variáveis distância, localização e nacionalidade são insuficientes para se definir uma centralidade, importando muito mais sua capacidade de competir, derivada de suas características locais – mão de obra, infraestrutura instalada, economia, política, história e a presença de certos equipamentos urbanos, imagens ou mesmo eventos de grande visibilidade. Assim, grandes centros urbanos em países periféricos podem assumir posições de destaque na economia globalizada, mesmo que o restante de seu país apresente atrasos consideráveis em todas as dimensões da existência (CASTELLS, 1999; MUÑOZ, 2008; SASSEN, 2001).

Embora diversas realidades socioespaciais têm se conectado, competido e cooperado através das redes econômicas globais, certas características têm produzido semelhanças entre as cidades integradas, especialmente naquelas de maior influência na economia mundial. Deste modo, as transformações em escala planetária, através da intensa conectividade de certas regiões entre si, também ocasionam transformações na escala urbana. Afirmo Muñoz (2008) que, em paralelo aos movimentos de concentração e dispersão funcional em escala global, uma nova forma urbana vem surgindo, marcada pela hibridização da concentração e da dispersão:

este autor a denomina por Cidade Multiplicada, fruto das alterações sistêmicas relacionadas anteriormente: econômicas, políticas, culturais e tecnológicas. Até meados do século XX o mundo ocidental experimentou, quanto à forma, dois tipos básicos de cidade: a compacta e a dispersa. Porém, nas últimas décadas os territórios vêm sendo caracterizados por uma sobreposição das duas situações, com elementos funcionais e morfológicos tanto do centro compacto quanto dos assentamentos dispersos. A partir desta constatação, Muñoz (2008) afirma que esta Cidade Multiplicada seria marcada por três características fundamentais, comentadas nos próximos parágrafos: uma nova definição de centralidade e suas funções; a multiplicação de fluxos e formas de mobilidade; e as novas formas de habitar a cidade e o território. Assim, em certas cidades e regiões estes aspectos estão mais fortemente presentes e tendem a alterar a configuração espacial dos territórios, tanto mais quanto eles estejam em posições de comando em redes de grande poder econômico. Esta é a relação fundamental que relaciona a economia global e os centros urbanos, pois a posição e a função nas redes dos últimos tende a influenciar a suas características morfológicas. Diante disso, é inevitável considerar aqui que a Cidade Multiplicada de Muñoz (2008) nos oferece importantes aspectos para a compreensão da Cidade Contemporânea (com maiúsculas) que até aqui insinuamos, uma vez que aponta para a emergência de uma forma urbana oriunda das transformações recentes. Por outro lado, novamente reiteramos que não se excluem do quadro geral as formas e modos de habitar o território tradicionais existentes (as cidades na contemporaneidade), que são mais comuns conforme nos distanciamos das regiões mais incluídas no processo de globalização econômica, como sempre ressaltamos. Porém, nossa ênfase é nos aspectos diferenciadores do período recente.

Passemos agora a conhecer estas três considerações sobre a Cidade Multiplicada. A primeira delas se refere às novas formas de ser central. A centralidade no período fordista era definida pelo exercício de certas funções centrais ou estratégicas no espaço urbano. No momento presente, ser central é resultado do papel que a cidade, o lugar ou o nó exerce em determinadas redes, independentemente das distâncias físicas ou da existência de funções industriais específicas na localidade. Isto fez com que fossem multiplicadas as maneiras de ser central, permitindo inclusive que centralidades fora de áreas urbanas sejam possíveis. Quanto às funções, não basta simplesmente existirem certas atividades em uma localidade para torná-la central, mas importa muito mais qual função ela realiza enquanto nó de uma ou mais redes. A mesma função urbana pode dotar uma cidade de maior ou menor centralidade, conforme as redes nas quais ela exerce tal função. Duas cidades, operando funções distintas e em ramos distintos podem, ambas, serem centrais – como uma metrópole industrial asiática ou um centro

financeiro europeu. Cidades, *edge cities*, corredores tecnológicos, *clusters* e, de modo geral, os novos conteúdos da periferia, têm produzido diversas situações de centralidade (MUÑOZ, 2008).

Na escala regional os territórios também estão sendo ocupados de modo disperso e, ao mesmo tempo, conhecendo novos tipos de centralidades. Um dos aspectos ímpares é a crescente indiferenciação entre campo e cidade, quanto à função, ao modo de vida e até do ponto de vista morfológico, em alguns casos. Isso tem inclusive obrigado revisões no modo de se pensar e planejar as áreas urbanas, cada vez mais entendidas em termos regionais e em continuidade com o espaço rural. A crescente mecanização/informatização de certas áreas do mundo tem transformado suas áreas rurais em espaços totalmente integrados à economia global, inaugurando um fenômeno bastante interessante: a desvinculação entre a vida urbana e o espaço urbano, pois as áreas de cultivo e de produção industrial localizadas fora das cidades estão de tal modo conectadas aos centros urbanos – via as TIC's e através dos sistemas de transporte – que não mais se verifica o modo de vida rural em muitas localidades ou mesmo a existência de diferenças claras entre os ambientes urbano e rural. Além das novas funções da periferia, certas áreas residenciais estão se assemelhando a grandes parques, em formas extremas de subúrbio, com modos de vida em alguns aspectos próximos ao rural. Estas transformações estão criando paisagens radicalmente distintas daquelas das áreas urbanas tradicionais, confirmando a existência de uma urbanização e uma cidade dispersas, marcadas pela descontinuidade espacial, pela integração funcional, pela acentralidade e pela indiferenciação morfológica entre campo e cidade (SECCHI, 2006).

Historicamente, diversos fatores têm induzido as cidades a progressivamente se tornarem mais rarefeitas e indiferenciadas em relação ao campo. Novamente, tal aspecto é mais visível quanto mais elevada for a inserção de uma dada região nas redes de maior hierarquia na economia global. Esta mudança na forma e na localização das áreas de interesse dentro da estrutura urbana e regional tem ocasionado também uma mudança nos padrões típicos de circulação: se afastando de um sistema formado por canais definidos de fluxo (a hierarquia viária tradicional) para uma situação de movimentos difusos, onde os fluxos tendem a se distribuir como se estivessem em uma esponja, em todas as direções, através de áreas – e não concentrados em eixos preestabelecidos. Por trás deste fenômeno estão tanto a crescente variabilidade de modais disponíveis em algumas regiões, a crescente descentralização espacial, a mistura de usos em uma mesma região e, paradoxalmente, a grande disseminação do transporte individual sobre quatro rodas, dando liberdade ao motorista para escolher seu percurso – reforçada, em muitas partes do mundo, pela ausência de políticas de transporte de

massa eficientes. De modo geral, quanto mais avançado determinado território, maior será a mobilidade de seus habitantes mais incluídos. Com isso, o movimento pendular no sentido periferia-centro da Cidade Moderna tende a desaparecer na Cidade Contemporânea, dando lugar ao deslocamento difuso, de toda parte para todas as partes (SECCHI, 2006; 2009; MUÑOZ, 2008).

O entrecruzamento dos processos de dispersão e concentração, onde um constantemente produz o outro, tem tornado a forma urbana difícil de se definir, posto que muda continuamente, expandindo-se e reconcentrando-se em novas centralidades. Áreas Centrais tradicionais sofrem enfraquecimento econômico em função de novos empreendimentos e arranjos urbanos em áreas vazias ou anteriormente degradadas; a realização de obras para receber uma Olimpíada ou outro grande evento pode reconfigurar áreas consideráveis de um aglomerado urbano, ocasionando forte especulação imobiliária e formando novos percursos ao abrir uma via expressa ou construir um novo terminal de transporte coletivo; ou, no caso mais frequente, a construção de um único *shopping center* de certa escala pode reconfigurar uma região, convertendo-a em uma nova centralidade. Como sabemos, os fluxos de capitais e de pessoas tendem a ser mais ágeis nas cidades mais dinâmicas da nova economia, embora as estruturas erigidas para permiti-los sejam resistentes à mudança: os conteúdos mudam e os contenedores permanecem, conforme Santos (2008). Assim, é inerente a esta lógica uma substituição constante dos conteúdos das diversas áreas da cidade, tanto seus usos quanto os indivíduos que as utilizam.

Juntamente com estas transformações – na centralidade e nos fluxos –, a urbanização recente também ocasionou, conseqüentemente, novas formas de habitar o território. As noções tradicionais de distância e de tempo foram radicalmente alteradas e suas implicações na experiência espacial foram sentidas. Em primeiro lugar, surgiu uma dimensão virtual onde as informações transitam instantaneamente e tornam as localidades conectadas em constante interação, eliminando seus tempos históricos em função de seu funcionamento em tempo real. Este contexto produziu um espaço de fluxos (CASTELLS, 1999), resultado da interação contínua entre o espaço físico e o ambiente eletrônico (ou espaço virtual). A materialidade, ou a percepção do tempo e do espaço, foram modificados pela introdução dos sistemas informacionais em todas as coisas, inclusive nos transportes. Assim, a distância importa, mas interessa muito mais a facilidade de se alcançar determinado lugar em um tempo reduzido e com baixo custo (foto 18). O significado de distância foi transformado, uma vez que o que torna certos pontos próximos entre si é menos a distância real que os separa e mais a qualidade dos sistemas que os ligam. O tempo – e o custo – de viagem superou a distância física enquanto variável determinante de proximidade.

Foto 18 – Shopping center e estação de trem de alta velocidade em Lille, França.



Fonte: Google Earth.
Acesso em: 29 nov. 12.

O binômio espaço-tempo foi comprimido pelas novas tecnologias e o espaço foi convertido em um ambiente de fluxos, variáveis e contínuos, entre os pontos de maior grau de centralidade – não importando se estão dentro de um mesmo centro urbano, em uma área metropolitana ou mesmo em dois países distintos. No caso de atividades que exigem reduzidos fluxos físicos, a instantaneidade dos meios de comunicação permite arranjos cooperativos radicais em termos de distância e localização geográfica. A conjunção das TIC's com o avião, o trem de alta velocidade e o automóvel particular foi o que permitiu a conversão do espaço tradicional no espaço de fluxos, impactando o modo de vida das pessoas e alterando intensamente o modo como percebe e experimenta o território (CASTELLS, 1999; MUÑOZ, 2008).

Tais transformações permitiram diversas possibilidades de relacionamento com o território, mas uma em particular nos interessa aqui, em função de sua novidade: cada vez maiores populações têm se deslocado de uma cidade a outra, diariamente, a trabalho e, cada vez mais, para fazer compras ou turismo, rompendo com a tradicional relação entre a vida diária e a escala intraurbana. Francesc Muñoz cunhou a expressão *Territoriantes* (tradução nossa), a fim de designar as

(...) populações metropolitanas que, graças às mudanças de escala dos transportes e das telecomunicações, podem desenvolver diferentes atividades em pontos distintos do território de forma cotidiana. O territorialante não é apenas o habitante ou residente de um lugar; também é usuário de outros lugares (...). O territorialante estabelece sua relação com o espaço metropolitano a partir de um critério de mobilidade – os lugares onde desenvolve atividades –, mais do que a partir de um critério de densidade – o lugar que estatisticamente o fixa ao espaço onde se localiza sua residência principal. O territorialante é habitante de geografias diversas em cidades com geometria variável. (...) é territorialante *entre lugares* mais do que habitante de *um lugar*. (...) é o protótipo do habitante da cidade pós-industrial (MUÑOZ, 2008, p. 28, tradução nossa, grifos do autor).

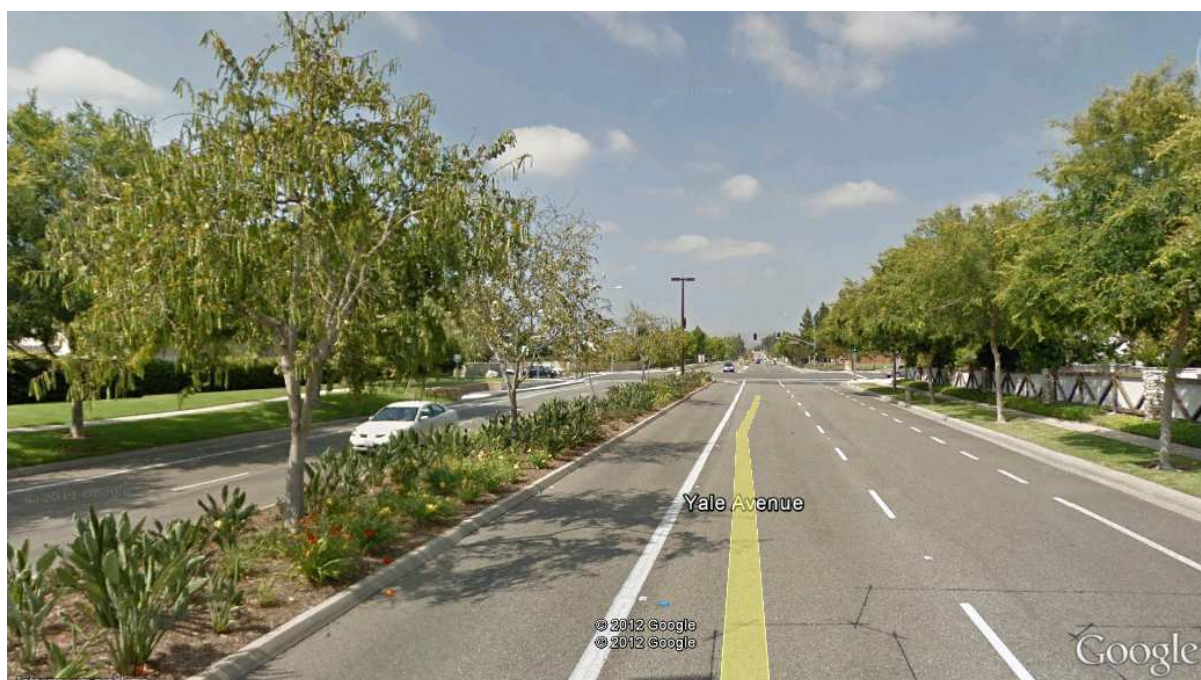
Assim, o termo territorialante visa dar conta de uma outra relação do indivíduo com o habitat, incluindo o movimento dos que se deslocam diariamente de subúrbios, de municípios de regiões metropolitanas ou até de cidades-satélites não conurbadas para a cidade onde seu trabalho é realizado. Além disso, por territorialante também Muñoz entende um outro tipo de usuário que nem reside nem trabalha em um dado território, mas o visita regularmente para realizar atividades relacionadas ao turismo, ao ócio ou ao consumo, geralmente transitando em áreas bastante restritas nos seus destinos – como quem vai a São Paulo e fica apenas na Rua 25 de Março comprando mercadorias. Uma das consequências deste tipo de relação com o território é que, nas grandes áreas metropolitanas, se tornou difícil definir o tamanho de sua população, pois diariamente um número considerável de pessoas, cujas residências principais estão em outras cidades, realiza suas atividades em outras localidades. Se o *flâneur* representou um novo tipo de comportamento urbano na Cidade Industrial, o territorialante pode ser tomado como um tipo inédito de comportamento do fenômeno urbano recente (MUÑOZ, 2008).

Além das possibilidades tecnológicas, os territorialantes também são possíveis em função do modo como as áreas habitacionais têm sido produzidas em certas partes do mundo, especialmente nas hinterlândias dos centros mais avançados. Como vimos anteriormente, o século XX presenciou uma acelerada fuga para a periferia das cidades, motivada pelas amenidades oferecidas nestes espaços – ar puro, áreas verdes, silêncio etc. Nascia assim o subúrbio moderno e, ao mesmo tempo, a tradicional cidade compacta e densa perdia valor entre os teóricos progressistas e para a própria Sociedade Industrial de então.

Com as possibilidades que o automóvel particular e os sistemas de comunicação – como o telefone e a TV – ao longo do século XX foram abrindo, os subúrbios passaram a se multiplicar e se expandir consideravelmente, especialmente nos EUA. Aos poucos, novas formas foram sendo criadas, como os condomínios fechados (um desdobramento da

suburbanização), os supermercados e os *shopping centers*, que se multiplicaram na paisagem urbana. Estes espaços começaram a ser geridos de forma autônoma em relação ao restante da cidade, produzindo extensas áreas privatizadas, de regras de funcionamento rígidas e de acesso restrito. Assim, os centros urbanos foram se tornando ainda mais complexos, pois grandes enclaves foram sendo erigidos em sua estrutura, especialmente em suas áreas periféricas e menos densas – onde os lotes são maiores e mais baratos. No momento presente, vimos que este quadro evoluiu para a sobreposição de centralização e dispersão, ocasionando novas formas espaciais e de relação com o território, como nos fenômenos dos territoriantes. Em relação ao aspecto formal, nos chama a atenção um segundo desdobramento da suburbanização, denominado *Edge Cities* (foto 19). Estes podem ser caracterizados como verdadeiros burgos contemporâneos implantados ao longo de rodovias, a fim de que seus moradores possam acessar alguma cidade próxima ou o aeroporto. São áreas residenciais extensas, rarefeitas e espacialmente separadas da mancha urbana. No interior destas verdadeiras cidades muradas seus moradores trabalham, vão à escola, à igreja, ao clube, ao parque e fazem suas compras – teria o subúrbio finalmente alcançado sua meta fundamental, tornando a cidade desnecessária para seus moradores?

Foto 19 – Irvine, uma Edge City no estado da Califórnia, EUA.



Fonte: Google Earth.
Acesso em: 29 nov. 12

Além destes novos espaços da vida contemporânea, privatizados, padronizados e sem relação espacial forte com o ambiente circundante, surgiu um outro tipo de espaço, conhecido como não-lugar. Esta expressão foi cunhada pelo antropólogo Marc Augé para se referir aos espaços indiferenciados surgidos ao longo do século XX, onde a relação de pertencimento e enraizamento não existem ou são incipientes. São territórios onde a identidade, a solidariedade e o significado estão, de algum modo, ausentes. São idênticos onde quer que estejam, se caracterizando unicamente por suas relações espaciais, funcionais e imagéticas intrínsecas. Tipicamente os não-lugares são espaços de pouca permanência e de passagem: avenidas, lanchonetes de *fast-food*, aeroportos, estações de metrô, hotéis, *shoppings*, campos de refugiados ou caixas eletrônicos. O não-lugar é projetado para receber indivíduos que apenas passarão ali para realizar alguma atividade transitória e logo desaparecerão, sem construir relações de permanência ou de afetividade com aquele espaço. Via de regra, são estruturas pensadas a partir dos fluxos e não objetivam se relacionar positivamente com o contexto no qual se insere, criando uma experiência espacial bastante semelhante àquela de se navegar na Internet, sem espaço e atemporal (MOCELLIM, 2009).

Um outro aspecto da urbanização contemporânea, especialmente vinculado aos condomínios, *Edge Cities* e *shopping centers*, mas que progressivamente tem permeado diversos outros espaços são a profusão de dispositivos e sistemas de segurança. Conforme Muñoz (2008) trata-se de um novo modo de habitar: o *Lock Living*⁴⁶. Por este termo ele se refere à transformação de certos espaços em áreas de ostensivo controle e vigilância, com câmeras de circuito interno, muros, vigias, controles de acesso e outros artifícios. Se, na Cidade Moderna tais sistemas eram restritos a penitenciárias, usinas nucleares e outras estruturas especiais, ou quando muito, durante certos eventos extraordinários, como a visita do Papa ou do Mick Jagger, a situação atual se transformou. Uma cultura do medo tem sido formada, tendo como justificativa tanto o terrorismo islâmico ou simplesmente o crime organizado, conforme a realidade que analisemos. Espaços privados como a casa, o condomínio fechado, o *shopping center* ou mesmo certos espaços públicos de interesse, como as praças e parques de maior visibilidade, têm sido progressivamente transformados em territórios extremamente vigiados e, no caso dos últimos, mecanismos são aplicados de modo a desestimular que indivíduos pertencentes a grupos sociais estigmatizados frequentem tais áreas, pois são tomados por *suspeitos*, sendo frequentemente abordados por vigilantes – que ironicamente, muitas vezes pertencem aos mesmos grupos sociais. O *lock living* tem caracterizado especialmente o modo

46

Algo como *Morando Preso* ou *Vida Presa*, traduções nossas.

de vida da população de maior poder aquisitivo, que experimenta os territórios sempre sob ostensiva vigilância e de modo descontínuo: do condomínio para o clube, deste para o shopping ou para o escritório – sempre dentro de seu automóvel particular.

As motivações fundamentais do fenômeno estão vinculadas à valorização econômica e à segregação socioespacial de certas localidades, mais do que afastar de seus usuários os presumidos perigos existentes (MUÑOZ, 2008). Enriquece a compreensão do *lock living* a interessante observação de Zygmunt Bauman, para quem “as cidades se transformaram em depósitos de problemas causados pela globalização” (BAUMAN, 2009; p.32). Para este autor os espaços vigiados e a criação de um clima de constante perigo estão relacionados, como dissemos, com a criação de áreas de alto valor agregado, mas ele afirma que também existe um medo real nas sociedades contemporâneas, especialmente entre as regiões e os grupos mais inseridos na globalização. Conforme Bauman (2009), com a destruição dos antigos laços de solidariedade das sociedades pré-modernas – como as corporações de ofício e o aspecto comunitário do vilarejo –, o homem moderno passou a incessantemente buscar uma sensação de segurança em relação ao estranho. O Estado de Bem-Estar Social foi o grande artifício de seguridade do século passado: não apenas a segurança física do corpo e da propriedade, mas também a emocional da estabilidade do emprego, da cidadania e do papel familiar. Com as desregulamentações recentes, o desmonte do *welfare* e o crescente individualismo, o sujeito tem se sentido muito inseguro – e, conforme Bauman (2009), isso explica porque a cultura do medo tem forte apelo entre a população contemporânea e a segurança tem se tornado uma das características mais importantes para o consumo dos espaços pelos grupos dominantes.

Em suma, o *lock living* é o modo de vida da população incluída, que se locomove de um espaço vigiado a outro, de uma cidade a outra, sempre conectada através de celulares e computadores portáteis: do condomínio para o *shopping* e deste para o aeroporto. Em muitos casos, as rotas que conectam tais localidades tendem a ser vigiadas e de acesso seletivo, embora sejam públicas. Na mesma cidade os excluídos vivem de modo bastante diverso, com baixa mobilidade espacial e escassa conectividade, ficando restritos aos seus próprios territórios de moradia, segregados e com um modo de vida estático, em oposição à grande fluidez dos mais privilegiados. Em cada contexto esta situação gera diferentes expressões de medo e diferenciação social – e espacial. Na Europa, por exemplo, os resquícios do Bem-Estar e as melhores condições econômicas atraem anualmente milhares de imigrantes pobres, especialmente de suas ex-colônias, em busca de melhores condições de vida. Tais indivíduos têm sido identificados pelo europeu como indesejados e perigosos, fazendo florescer naquela sociedade forte sentimento de xenofobia, manifestada nas alfândegas do Velho Mundo todos

os dias. Se a xenofobia tem sido uma patologia tipicamente europeia, o mesmo não se pode afirmar sobre a mixofobia, ou o medo do diferente. Essa outra fobia tem levado a um movimento de autossegregação em toda parte, onde pessoas de mesmos modos de vida, classe social ou etnia se agrupam e impedem que algum diferente se aproxime, criando “ilhas de identidade e semelhança espalhadas no grande mar da variedade e da diferença”; isto é percebido nas cidades da contemporaneidade e, como sempre reiteramos, ainda mais na Cidade Contemporânea (BAUMAN, 2009; p. 44).

2.3.2. A cidade da cultura e a imagem fabricada

A Sociedade em Rede também é denominada de Sociedade do Espetáculo e do Consumo. Como vimos no Capítulo 1, a dimensão estética da existência tem assumido grande relevância em todos os aspectos da sociedade, tanto em função da evolução das mídias – com o reequilíbrio entre a escrita e a informação audiovisual – quanto pela transformação de todas as coisas em imagens. Com a crescente padronização material e técnica da indústria, a qualidade dos produtos deixou de ser o aspecto determinante de seu valor comercial. Assim, as empresas têm empreendido enormes esforços (e investido muito dinheiro) a fim de tornar a sua marca, através dos aspectos simbólicos associados à ela, o elemento que agregará valor a qualquer produto que a veicule. A publicidade mostra isso de modo claro: o tema central das propagandas de 30 anos atrás era a qualidade dos produtos, enquanto que as propagandas atuais buscam associar à mercadoria e, muito mais, à marca, certos valores intangíveis distintivos – liberdade, superioridade, singularidade, sedução, poder, inteligência etc.

Gradativamente as corporações têm buscado estabelecer suas marcas na memória dos consumidores a fim de convencê-los que qualquer produto ou serviço associado a determinada marca oferecerá uma experiência única ao que a consome e, ao mesmo tempo, irá inclusive defini-lo enquanto indivíduo – o sujeito passa a ser definido pelo fato de consumir determinadas marcas. O capitalista contemporâneo tem buscado extrair rendas monopolistas através da construção de uma imagem poderosa para sua empresa, a ponto de dominar os mercados em que atua não tanto pela qualidade do que vende, mas pela distinção que sua marca confere aos produtos e, acima de tudo, à quem os consome (HARVEY, 2006).

Além das transformações em sua forma e em suas funções, a cidade na contemporaneidade também é caracterizada pela sua relação com as imagens e com o espetáculo. Os centros urbanos vêm sendo geridos segundo lógicas semelhantes à do mercado. De fato, a cultura se tornou uma *commodity* (HARVEY, 2006) e tem sido utilizada como uma

das infraestruturas básicas para tornar-se uma cidade mais incluída nas redes de elevada hierarquia econômica⁴⁷. Os centros urbanos estão produzindo imagens competitivas para si, visando ampliar sua visibilidade na disputa pelos investimentos internacionais, pelas grandes corporações, pelos turistas e pelos profissionais de alta formação técnica. Ao longo das últimas décadas do século vinte, algumas experiências e teorias urbanísticas produziram, juntamente com o crescente domínio da imagem e do espetáculo, um modo bastante uniforme de intervenção nas cidades, especialmente em seus centros históricos e em estruturas que se desvalorizaram na transição do modo industrial para o informacional de desenvolvimento econômico (HARVEY, 2006; VÁZQUEZ, 2006). Harvey comenta como

(...) esse tipo de governança urbana se orienta principalmente para a criação de padrões locais de investimentos, não apenas em infra-estruturas (sic) físicas, como transportes e comunicações, instalações portuárias, saneamento básico, fornecimento de água, mas também em infra-estruturas (sic) sociais de educação, ciência e tecnologia, controle social, cultura e qualidade de vida (HARVEY, 2006, p. 232).

Como exemplo marcante desta prática, temos o conjunto de medidas e operações urbanas na cidade catalã de Barcelona, incluindo seus preparativos para os Jogos Olímpicos em 1992. Tal orquestração se tornou paradigmática e recebeu o nome de Planejamento Estratégico, sendo replicado, com resultados variados, em diversos contextos ao redor do mundo. De escala menos abrangente, mas de efeito gigantesco, temos a instalação do museu Guggenheim na cidade de Bilbao, cujo projeto de arquitetura espetacular, assinado pelo arquiteto *star system* Frank Gehry, colocou aquele centro urbano no mapa do turismo internacional e do capital financeiro. Do ponto de vista teórico, as discussões do grupo italiano *La Tendenza*, encabeçado por Aldo Rossi, lançaram os fundamentos utilizados nestas práticas, mesmo que originalmente tais arquitetos intentavam uma redefinição do estudo urbano a partir de uma visão marxista – o que torna o quadro bastante irônico. O plano para a cidade de Bolonha (1975-1985) foi a mais bem sucedida realização das propostas do grupo, tornando-se também paradigmático. Porém, verificou-se que sua metodologia era insuficiente para cidades cuja forma espacial não

47 Interessante como a adição do elemento ‘cultural’ pode transformar qualquer objeto em artigo de luxo. Vez ou outra alguém paga um alto preço por uma peça de roupa que determinada celebridade vestiu, mesmo que o mesmo item seja vendido no mercado comum. Outro caso é o da moda: o fato de um item estar na moda faz dele uma mercadoria mais cara do que quando não estava. Isto sem contar os artigos raros ou antigos, cujo valor independe do seu custo material ou qualquer outro fator além do valor simbólico/cultural agregado ao mesmo. As cidades têm passado a se valer da mesma estratégia, através de espaços de cultura e revitalizações de suas áreas antigas (históricas).

correspondia àquela da cidade histórica europeia e, conseqüentemente, tal proposta entrou em crise e passou a ser aplicada na cidade por partes e através de arquiteturas de grande escala (VÁQUEZ, 2006). Segundo Harvey (2006, p.232-233):

Se as alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade sustentam a capacidade de conquistar rendas monopolistas, então sobre que melhor terreno é possível fazer tais alegações do que no campo dos artefatos e das práticas culturais historicamente constituídas, assim como no das características ambientais especiais (incluindo, é claro, os *ambientes sociais e culturais construídos*)? Todas essas alegações (...) são tanto resultado das construções discursivas como dos conflitos baseados em fatos materiais (...) na mente de muitas pessoas ao menos, não existirão lugares outros além de Londres, Cairo, Barcelona, Milão, Istambul, São Francisco, ou seja onde for, para obter acesso a tudo quanto seja supostamente único a tais lugares (grifos nosso).

Deste modo, vivemos em um contexto econômico e urbano em que existe uma aparente contradição: o investidor é globalizado mas apoia o desenvolvimento local, justamente pelo seu caráter de pureza e singularidade cultural, suas tradições e históricas de caráter irreprodutível. A cidade na contemporaneidade tende a abandonar a execução dos planos tecnicistas e de caráter puramente funcional da tradição pré-1970, para realizar uma espécie de empreendedorismo urbano a três mãos: poderes estatais (local, metropolitano ou mesmo supranacional), a sociedade civil organizada (ONG's, sindicatos, câmara de comércio etc) e a iniciativa privada. Estas três esferas se organizam, definem direitos e deveres de cada parte a fim de fomentar e gerir o território urbano e regional. Naturalmente, em tais operações recorrentemente se observa que o poder público injeta cifras altíssimas, realizando todas as ações necessárias a fim de tornar o empreendimento atrativo para a iniciativa privada. Por sua vez, esta se apropria das altas rendas imobiliárias (valorização fundiária) advindas da ação daquela. Já a sociedade civil costuma atuar de modo diverso, conforme o caso: desde uma grande participação e o alcance de cenários onde há certa democracia real até o extremo oposto, quando a sociedade organizada não é levada em conta e as populações mais desfavorecidas são deixadas de fora das ações urbanísticas e dos investimentos na área sob transformação (HARVEY, 2006).

Os territórios preferidos das ações de requalificação urbana inspiradas pelas experiências de Bolonha e Barcelona foram os espaços deteriorados surgidos com a globalização da economia, especialmente nos territórios de forte economia industrial. Como

mencionado, as novas tecnologias permitiram que a urbanização se tornasse difusa, mas também disparou processos de descentralização da produção industrial e de concentração de outras atividades nos antigos centros fabris, tornando inúteis grandes áreas em diversas cidades nas últimas décadas do milênio passado. A este processo deu-se o nome, como vimos, de desindustrialização. Muitas fábricas abandonaram suas cidades de origem e foram transferidas para regiões onde as condições produtivas se tornaram mais eficientes, especialmente em contextos de pouca seguridade laboral e de baixos salários.

Assim, não apenas muitos cidadãos ficaram desempregados nos países industriais tradicionais, mas também extensas áreas industriais ficaram vazias: diversos armazéns, antigas fábricas e boa parte da estrutura de zonas portuárias, produzindo áreas degradadas por toda parte. Ainda, nestas mesmas cidades outras centralidades surgiam, com a construção de novos centros de negócios e *shoppings centers* em áreas mais baratas e menos congestionadas. Neste contexto, as áreas degradadas pela desindustrialização e pelos processos de descentralização intraurbanos contribuíram para a decadência de áreas centrais tradicionais em muitas cidades ao redor do mundo. Como geralmente tais áreas ficavam próximas dos – ou eram os próprios – centros antigos de tais localidades, houve também uma depreciação do tecido histórico de tais centros urbanos, que passou a se esvaziar ou ser ocupado por usos menos rentáveis e por populações mais pobres, depreciando as construções e infraestruturas localizadas ali, em função da ausência de manutenção e estigmatizando socialmente aqueles territórios devido à sua nova população.

Tais cidades, desde os anos de 1980, passaram a aplicar um modelo de planejamento baseado na criação de valor simbólico em suas áreas degradadas. Na verdade, as renovações sempre existiram, especialmente nas cidades atingidas pelas guerras ou em áreas tidas como insalubres, como no caso de Haussmann em Paris. A diferença é que nos casos mais recentes tais ações visam incrementar o valor econômico de certas áreas da cidade utilizando a história e a cultura como elementos atratores, pegando carona na função mercadológica que a cultura e a arte têm assumido na Sociedade em Rede. Assim, as antigas áreas industriais e os centros históricos vêm sendo convertidos em espaços de turismo e ócio, habitados predominantemente por grupos seletos de artistas, *yuppies* ou indivíduos de alto poder aquisitivo. Uma ampla gama de serviços migram também para tais áreas, tanto aqueles relacionados à cultura (museus, galerias de arte, centros culturais e bibliotecas) assim como escritórios relacionados aos segmentos mais avançados do capitalismo tardio, geralmente relacionados à alta tecnologia, ao ramo financeiro ou ainda ligadas à produção das imagens; obviamente, está implícita aqui a

profusão de cafés, restaurantes sofisticados, boutiques, artistas de rua, hotéis e outras atividades complementares, embora igualmente importantes.

Estas estratégias, utilizando a cultura e a infraestrutura urbana como atratores de determinados grupos e de investimentos maciços inclui também a tentativa de sediar eventos de alta visibilidade, como Olimpíadas, Copas do Mundo de Futebol, Exposições Mundiais ou ainda bienais e feiras de cultura ou de ramos de grande interesse público, como salões do automóvel ou corridas de Fórmula 1. De modo geral, as cidades têm passado a competir entre si, apoiadas por seus respectivos Estados, a fim de se tornarem ambientes propícios à inovação, atraindo capitais e indivíduos de alta capacidade técnica e criativa relacionados aos ramos de maior lucratividade do capitalismo tardio: indústria genética, tecnologia informacional, capital financeiro e imobiliário. Comentamos no primeiro capítulo como estas configurações locais (conhecidas como meios de inovação) têm sido buscadas pelas governanças em toda parte. A ideia é que a concentração de alguns elementos fundamentais – instituições de pesquisa e ensino, incentivo à inovação, mentes favorecidas, empresas de alta tecnologia – podem estabelecer em um centro urbano um ciclo virtuoso, onde a cada inovação e empresa aberta, outras inovações e novas empresas são criadas, atraindo e produzindo cada vez mais riqueza e indivíduos capazes de manter este processo. O Vale do Silício ou Bangalore são exemplos contemporâneos deste fenômeno, assim como foram Londres, Nova Iorque e Berlim no modo de desenvolvimento industrial. Manuel Castells comenta:

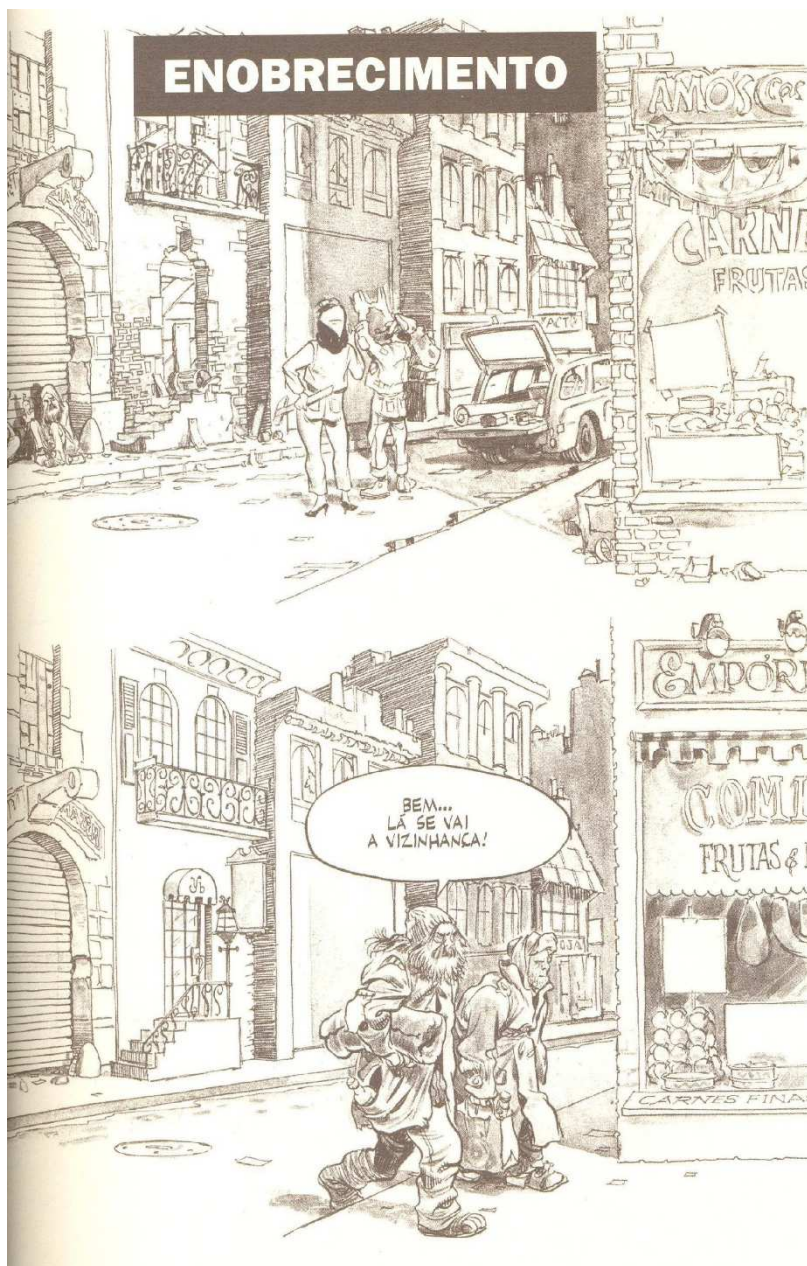
(...) a inovação tecnológica não é uma ocorrência isolada. Ela reflete um determinado estágio do conhecimento; um ambiente institucional e industrial específico; uma certa disponibilidade de talentos para definir um problema técnico e resolvê-lo; uma mentalidade econômica para dar a essa aplicação uma boa relação custo/benefício; e uma rede de fabricantes e usuários capazes de comunicar suas experiências de modo cumulativo e aprender usando e fazendo. As elites aprendem fazendo e com isso modificam as aplicações da tecnologia, enquanto a maior parte das pessoas aprende usando e, assim, permanecem dentro dos limites do pacote da tecnologia. A interatividade dos sistemas de inovação tecnológica e sua dependência de certos “ambientes” propícios para trocas de idéias (sic), problemas e soluções são aspectos importantíssimos (...) (CASTELLS, 1999, p. 54-55, grifos do autor).

As cidades têm buscado estabelecer em seu território tais condições, tanto pela guerra fiscal e outros incentivos econômicos quanto através de grandes Operações Urbanas Consorciadas (em linguagem nacional), nas quais intenta-se criar imagens fortes e atrativas, segundo as práticas realizadas em toda parte e tomadas enquanto fórmulas de sucesso garantido,

seja qual for o contexto em que as aplique. Nestas práticas a cultura tem sido um dos ingredientes considerados fundamentais para o sucesso desta nova prática de Planejamento Urbano. Com isso, a globalização tem produzido uma uniformização dos métodos de gestão urbana e, inclusive, produzindo paisagens urbanas bastante semelhantes, com seus edifícios envidraçados, seus centros históricos ‘revitalizados’ e a presença de projetos de arquitetura de grife, assinados por projetistas de renome mundial (MUÑOZ, 2008). Além de tradicionalmente contribuírem para o enriquecimento da esfera privada – principalmente do capital imobiliário e financeiro –, tais operações urbanas frequentemente ocasionam a expulsão da população mais pobre que ali residia antes de ser realizada uma requalificação urbana⁴⁸. A esta saída da população mais carente em função de tais operações, a socióloga Ruth Glass denominou gentrificação (figura 8), denunciando o fato de que as renovações urbanas traziam consigo uma nova e mais rica população e exercia enormes pressões para que seus moradores anteriores, pobres em sua maioria, saíssem dali e passassem a ocupar áreas ainda mais decadentes (HARVEY, 2006; VÁZQUEZ, 2006; CASTELLS, 2006).

48 Há uma confusão de termos em língua portuguesa: requalificação, reestruturação, renovação, revitalização urbana etc. Embora possam ser delineadas diferenças entre eles, são popularmente utilizados como sinônimos, como em nosso caso.

Figura 9 – Gentrificação: quadrinho de Will Eisner.



Fonte: EISNER, 2009, p. 157.

Em suma, a gestão urbana contemporânea tem sido realizada segundo lógicas cada vez mais empresariais, evitando investimentos relacionados à seguridade social e sendo orientada a fim de criar um ambiente favorável à iniciativa privada. A própria competição interurbana é conduzida de modo semelhante à competição entre empresas. Não mais o urbanista possui a voz determinante no Planejamento Urbano, mas sim o marqueteiro e o administrador⁴⁹. Uma decorrência interessante é a nova relação instaurada entre a paisagem urbana e as imagens

veiculadas pelas mídias. Esta semelhança metodológica entre gestão pública e privada, aliada ao predomínio da imagem em todas as coisas, tem produzido uma nova relação entre os centros urbanos e a construção de sua representação. Já comentamos como a nova relação entre as cidades as tem levado a produzir e publicar de si imagens espetaculares, a fim de que seu público-alvo reconheça nela um território interessante para o turismo, para se viver e, acima de tudo, fértil para se investir. A prática do Planejamento Estratégico à Barcelona tem produzido cenários bastante uniformes ao redor do globo, especialmente em regiões que se configuram como nós de grande importância nas redes de maior poder econômico e político. Além do que já citamos, um outro aspecto se destaca na nova paisagem urbana: a relação entre as marcas e o espaço público.

Francesc Muñoz utiliza o termo *brandificação*⁵⁰ para se referir à exibição das marcas em todos os lugares possíveis. De modo geral, aconteceu uma evolução contínua entre a marca e seus anteparos tradicionais. A princípio, a marca cumpria a função de diferenciar o produto de seu concorrente, buscando comunicar que seu produto era de qualidade (pois era daquela empresa) e, no máximo, intentava simbolizar que era o mesmo produto que se comprava na mercearia da esquina ou que se fazia em casa (utilizando para isso, imagens de donas de casa ou de proprietários de mercearia simpáticos e idosos), visando amenizar o caráter impessoal da mercadoria produzida em série. Este momento correspondeu a boa parte do século XX. A partir dos anos de 1980, houve uma mudança de estratégia por parte das empresas. Elas passaram a dar ênfase na marca, construindo valores e associando a ela sensações e aspectos simbólicos. Surgiram neste período os estabelecimentos de marca, como as lojas *Starbucks*, onde o foco não era simplesmente consumido o produto, mas imergir o cliente em um espaço totalmente projetado para veicular a marca e oferecer diversas experiências marcantes ao indivíduo. Tais espaços passaram a alterar a paisagem urbana com suas fachadas iguais em qualquer lugar do mundo. O produto passou a ter valor pelo fato de carregar em si determinada marca, iniciando a ideia de que seu uso conferiria um determinado status ou experiências únicas a quem o comprasse.

A situação contemporânea representa um terceiro momento na relação entre as marcas e seus anteparos. Hoje, as marcas (*brands*) buscam ser veiculadas em qualquer anteparo: músicas, propagandas de TV, painéis publicitários, fachadas, roupas, indivíduos, livros didáticos – como em alguns casos norte-americanos – e grandes eventos culturais. A *brandificação* é o fenômeno que busca transformar quaisquer elementos da existência – lugares,

50 Tradução nossa. No original está *brandificación* (MUÑOZ, 2008).

objetos, dados e indivíduos – em suportes para a veiculação de marcas. Além de tudo, as marcas passaram a desejar relações mais profundas com a cidade. Em Cashmere, EUA, em 1997 a empresa *LibertyOrchard*, fabricante de doces, propôs à administração municipal um projeto em que ela utilizaria a paisagem da cidade como anteparo publicitário: as vias teriam seus nomes trocados pelos nomes dos doces e demais produtos da empresa; a sinalização urbana também indicariam promoções em suas lojas; o próprio centro comercial da cidade teria boa parte de seus estabelecimentos relacionados de algum modo com a marca, vendendo seus doces ou produtos afins; e, finalmente, chegaram a propor que a correspondência oficial da cidade deveria trazer sempre os seguintes dizeres: Cashmere, a terra dos *Aplets* e *Cotlets*⁵¹ (MUÑOZ, 2008).

Além desta nova relação entre a paisagem urbana e as imagens, as próprias cidades passaram a construir suas marcas e divulgá-las em diversos meios: propagandas de TV, Internet, eventos diversos, personalidades públicas e, obviamente, através da própria paisagem urbana. Na competição entre as cidades, tornou-se fundamental o estabelecimento de uma imagem de credibilidade, como se o nome da localidade fosse uma marca e, deste modo, a administração pública passa a empregar muito esforço a fim de associar valores positivos a mesma: prosperidade econômica, qualidade de vida, contemporaneidade, cultura elevada, espaços qualificados, serviços básicos adequados, sofisticação, sustentabilidade, felicidade, segurança, cordialidade etc. Esta é uma das dimensões mais importantes da atual lógica de planejamento urbano globalizado, tornando a imagem mais importante do que o objeto ao qual se refere. Por esta razão, não é necessário que toda a cidade seja igualmente estruturada, pois a edição das imagens permite que apenas algumas partes da cidade sejam exibidas. Assim, bastam algumas intervenções pontuais no território, criando oásis de segurança e de arquitetura espetacular ou ‘histórica’, a fim de se produzirem imagens atrativas para a cidade. Tais territórios singulares passam a ser tomados como sendo a expressão de toda a realidade local.

O emprego de métodos publicitários (utilizando atores bonitos, enquadramentos de câmera estratégicos e a edição multimídia) é, portanto, a consequência lógica deste novo modo de gestão urbana. O estabelecimento de imagens positivas para as cidades expressa como a gestão pública na Sociedade em Rede tem convertido os centros urbanos em objetos para o espetáculo e o consumo, deixando muitas vezes questões básicas à margem dos investimentos públicos – e isto é ainda pior nas regiões menos ricas do globo (CASTELLS, 1999 HARVEY, 2006; MUÑOZ, 2008; VÁZQUEZ, 2006).

51 Nomes de doces da marca (MUÑOZ, 2008).

A paisagem urbana contemporânea das áreas de economia avançada tende a ser igual em qualquer lugar do mundo. A este fenômeno Francesc Muñoz chamou de Urbanização⁵² (MUÑOZ, 2008). Embora haja diferentes contextos econômicos, históricos, técnicos, geográficos e culturais ao redor do planeta, a uniformização dos métodos de gestão urbana tende a produzir paisagens bastante semelhantes entre si. Não se trata, porém, de uma simples globalização de um estilo de arquitetura ou do fato de alguns escritórios estarem dominando o mercado de projetos urbanos em escala global. Isso decorre do fato de que as lógicas de planejamento foram equalizadas, em função da unificação dos mercados e da necessidade de confiabilidade que as cidades devem oferecer aos investidores internacionais. Assim como foram criados índices de estabilidade (como o Risco Brasil), também foi produzido um tipo de desenho urbano que sinaliza ambientes favoráveis e incluídos, além de permitir que se comparem territórios completamente distintos entre si. A paisagem banal pode ser vista tanto como uma infraestrutura para as economias avançadas, quanto como o resultado da gestão das diferenças, onde o que é estranho é atenuado e disfarçado, a fim de não ocasionar desvios em relação aos objetivos ansiados.

Muñoz (2008) especifica três processos simultâneos que definem as paisagens urbanais: a especialização econômica e funcional, que reduz a diversidade de atividades e, conseqüentemente, diminui a complexidade da paisagem urbana e a torna homogênea; em segundo lugar, temos a produção de segregação morfológica, que produz ilhas espaciais totalmente desvinculadas de seus entornos (paisagens autistas), separadas por barreiras e descontinuidades físicas e virtuais, tornando difícil o estabelecimento de fluxos e reduzindo a complexidade da experiência urbana; em último lugar, tais paisagens tendem a ser tematizadas, em função dos dois processos anteriores – especialização e segregação –, fazendo com que as cidades ofereçam experiências urbanas simplificadas e banais aos que a habitam.

Para que estes processos aconteçam, Muñoz (2008) demonstra como quatro requerimentos devem estar presentes, embora ocorram em intensidades distintas em cada contexto. A paisagem banal surge apenas em contextos em que tais requisitos estão em funcionamento. O primeiro deles é a consideração da imagem enquanto fator preponderante na produção da cidade. O segundo requerimento é o estabelecimento de condições satisfatórias de segurança urbana, expressa principalmente pelo *lock living*. Em terceiro lugar, é necessária a utilização de alguns espaços da cidade como lugares representativos do todo e cuja função é convertida em praias de ócio (geralmente são áreas históricas). Finalmente, a Urbanização

52 Tradução nossa. No original é *urbanización* (MUÑOZ, 2008).

requer que a cidade seja gerida a fim de induzir a utilização de certos espaços a tempo parcial, onde predominam os comportamentos de visitantes mais do que de população residente (MUÑOZ, 2008).

2.3.3. A Cidade Contemporânea

Compreender a urbanização na Sociedade em Rede tem ocupado diversos pensadores, de diversas áreas do conhecimento em todo o mundo. A multiplicidade de contextos sempre dificultou este tipo de pesquisa – história do urbanismo, da cidade ou da urbanização. Na contemporaneidade tal diversidade dificulta ainda mais os estudos urbanos, uma vez que os processos relacionados à globalização tendem a estabelecer relações entre contextos urbanos bastante distintos entre si. A economia global, possível pelas novas tecnologias de comunicação e transportes, cria redes cujos nós podem ser radicalmente distintos e diferenciados quanto à função ou forma – cidades compactas, megalópoles, *clusters*, *edge cities* etc. Intentamos aqui não desprezar tal complexidade, compreendendo que a cidade hodierna é mais caracterizada pela intensidade que certos processos gerais estão presentes nela do que por seus aspectos espaciais ou localizações, como nas situações anteriores. Esta assincronia permite compreender com maior clareza o funcionamento em rede que a economia e a política contemporânea produzem em todo o planeta.

Defendemos que a contemporaneidade de uma dada localidade depende mais de quão intensa é sua relação com as redes econômicas globais do que ao fato de ela ser contemporânea, do ponto de vista temporal. Assim, os territórios são tratados como nós em relação horizontal uns com os outros, mesmo que certas localidades dominem as demais, exercendo funções de gestão e de inovação em redes poderosas. Estas relações de inclusão-exclusão podem estar presentes entre continentes, dentro de um mesmo país ou ainda podem se expressar no próprio espaço intraurbano – quando apenas algumas partes de um centro urbano estão incluídas⁵³. As diferenças entre os contextos são superadas através do emprego de indicadores socioeconômicos universais, ações de planejamento equalizadas e pela produção de paisagens urbanas homogêneas, em uma situação análoga à Internet, onde uma infinidade de redes locais distintas conseguem se comunicar através do emprego de um protocolo de comunicação universal, o TCP/IP.

53 E, conseqüentemente, apenas uma parcela da população estará incluída.

As inovações surgiram em certos centros urbanos em função da coexistência de diversos fatores catalisadores, incluindo o acaso. Castells (1999) demonstra como a simples presença da nova tecnologia não garante incrementos econômicos nem a superação de um modo de desenvolvimento ou de produção, mas são sempre os homens em sociedade, através de suas decisões políticas, que determinam as relações econômicas, sociais e espaciais ao longo do tempo e em cada lugar. A cidade abriga a civilização mas, acima de tudo, é sua manifestação fundamental. De fato, não há sociedade sem território – o cenário do filme *Matrix* ainda não foi realizado. Mesmo em um momento de forte mediação imagética da realidade e de hibridização entre o ambiente físico e o virtual, a superfície terrestre continua sendo fundamental na manutenção da vida biológica e social. A artificialização do ambiente cada vez mais assume escalas e intensidades maiores, assim como também crescem as consequências ambientais vinculadas a isso. Ao contrário das recentes utopias de superação da cidade e da declaração do surgimento de uma vida pós-urbana, as cidades cada vez mais se firmam como os ambientes mais favoráveis ao exercício do poder, ao desenvolvimento tecnológico e à vida em sociedade. Em algum centro urbano pode estar sendo criado, neste momento, a inovação tecnológica que irá transformar a vida de todos nos próximos cinco anos – ou cinco meses.

A cidade na contemporaneidade se caracteriza pela forma que se relaciona com a globalização econômica, mais do que por sua forma espacial. Por outro lado, à medida que um centro urbano se torna influente nas redes globais, mais ele assume características morfológicas e visuais semelhantes com seus semelhantes (ou concorrentes?). A Sociedade em Rede é global, mas exclui grandes regiões e populações em todos os lugares, tornando a geometria das relações econômicas mundiais bastante complexa e variável ao longo do tempo. As cidades assumiram um papel fundamental em todas estas coisas: nelas são tomadas decisões de ordem política e econômica que influenciam todo o mundo – em tempo real.

A Sociedade da Informação produziu uma Cidade Informacional, ou uma Cidade Contemporânea. Porém, esta não é caracterizada apenas por sua forma espacial ou pelas funções que desempenha nas redes globais. Especialmente nas grandes cidades o contexto urbano recente tem produzido um quadro esquizofrênico, onde as ações de conexão e desconexão transcendem as telecomunicações e são realizadas, de igual modo, nas relações territoriais e socioeconômicas, excluindo desde pequenos guetos até áreas de escala continental, como no caso africano. Embora Manuel Castells se refira, na citação a seguir, especificamente ao surgimento de megacidades, suas observações podem ser tomadas como se referindo, de modo geral, também à cidade na contemporaneidade. Conforme nossa reflexão, quanto mais um

centro urbano se fortalece na economia global, mais ele se aproxima da condição assinalada por Castells – ou seja: se torna mais contemporâneo, conforme nossa reflexão. Assim,

É esta característica distinta de estarem física e socialmente conectadas com o globo e desconectadas do local que torna as megacidades uma nova forma urbana. Uma forma caracterizada pelas conexões funcionais por ela estabelecidas em vastas extensões de territórios, mas com muita descontinuidade em padrões de uso da terra (...) são constelações descontínuas de fragmentos espaciais, peças funcionais e segmentos sociais (CASTELLS, 1999, p. 429, grifo do autor).

Nos centros urbanos que se aproximam de nossa definição de Cidade Contemporânea os fenômenos anteriormente citados ocorrem em intensidades maiores – ou mesmo de modo exclusivo –, produzindo paisagens urbanais fruto da gestão orientada à competição interurbana, devido a sua intensa participação na economia globalizada. Em conjunto a tais aspectos, citamos as renovações urbanas pontuais, o *lock living*, a arquitetura espetacular, os eventos de grande visibilidade, a brandificação, os territoriantes, a intensa dispersão e descentralização territorial, assim como a tendência à segregação socioespacial. Em nossa definição, a escala de tais centros urbanos fica em segundo plano, a fim de permitir que centros menores, mas que também são fortemente incluídos no sistema econômico global, possam ser reconhecidos do mesmo modo que as Megacidades ou as Cidades Globais, conforme termos de Castells (1999) e Sassen (2001), respectivamente. Isto nos parece possível, uma vez que a característica fundamental e diferenciadora da Cidade Contemporânea é sua tendência a estar mais vinculada à escala global do que à local, especialmente no que tange à suas atividades econômicas principais – e, por isso, sua gestão se torna submissa a atores extra locais e em constante comparação competitiva com outras regiões do planeta.

Fazemos isso, porém, sem deixar de reconhecer que a Cidade Global (SASSEN, 2001) é um fenômeno único da urbanização recente, onde o quadro apresentado nesta pesquisa está presente em intensidade e clareza incomparáveis. Assim, a atual tendência à dispersão e à integração funcional nas e entre as diversas cidades, produziram transformações profundas em toda parte, mas também produziu uma nova estrutura urbana: a Cidade Global. Como dito, todas as manifestações morfológicas e funcionais comentadas neste capítulo estão presentes nesta nova tipologia urbana, embora Sassen (2001) destaca quatro novas funções que tendem a ser exclusivas das mesmas – especialmente no caso de nova Iorque, Londres e Tóquio: em primeiro lugar, estes centros urbanos se tornaram localidades com alta concentração de centros

de comando econômico; além disso, eles se converteram em pontos preferenciais para o capital financeiro e para empresas de serviços especializados – na mesma medida, suas antigas fábricas os deixam em busca de áreas mais favoráveis –; em terceiro lugar, tais cidades se apresentam como centros de produção de inovações das indústrias de alta tecnologia; e, finalmente, elas são grandes mercados para o consumo de tais inovações, sejam produtos ou serviços.

Em suma, compreendemos que as características descritas neste capítulo tendem a produzir os mesmos processos em todos os lugares, quanto mais esses estão incluídos nas relações econômicas globais. Do ponto de vista morfológico, a intensificação dos processos de dispersão, segregação e descentralização territoriais têm sido as grandes marcas da urbanização contemporânea, ocorrendo em toda parte, mas se materializando de modo distinto em cada região – especialmente nas áreas mais avançadas do globo e, acima de tudo, em suas Cidades Globais (que são Megacidades), conforme Castells (1999) e Sassen (2001) apontam.

2.4. Profusão de teorias sobre o fenômeno urbano

A investigação do fenômeno urbano contemporâneo também envolve a compreensão das teorias, críticas e modelos espaciais que o acompanham, em especial aqueles desenvolvidos ao longo do último século. Conhecê-los, por sua vez, corresponde a conhecer a origem do próprio Urbanismo, enquanto disciplina científica, surgida em reação aos problemas oriundos da industrialização. Como vimos, consideramos o Urbanismo como sendo o conjunto de teorias, práticas e saberes relacionados ao fenômeno urbano (DECANDIA, 2003; SECCHI, 2006), incluindo mas não se limitando às abordagens científicas do mesmo. Tal postura é recente na pesquisa urbana e tem a qualidade de incluir diversos objetos e modelos espaciais em sua reflexão que foram rechaçados por não serem ‘científicos’ – especialmente toda a tradição urbanística anterior à Revolução Industrial. Assim, em complemento ao desenvolvido nesta dissertação, exporemos um pequeno panorama das principais ideias urbanísticas surgidas a partir do início do século XX, com o intuito de perceber seus impactos na realidade urbana contemporânea, que herdou das mesmas certas práticas, conceitos, ideologias e metáforas. A esta nova fase do pensamento urbano, inaugurada pela sua postura científica, chamaremos de Urbanismo Formal⁵⁴, a fim de o diferenciar de nosso entendimento sobre a significação do termo Urbanismo, sempre tomado por nós como sendo mais amplo que o primeiro, visto que o engloba e considera as práticas e tradições não-científicas de outrora.

⁵⁴ Esta expressão equivale ao conceito tradicional referido pelo termo ‘Urbanismo’, inclusive na pesquisa apresentada em Choay (2010).

Embora a paisagem urbana contemporânea não seja um espelho das teorias e modelos urbanísticos do século XX, certos aspectos de sua gestão, de suas regras edilícias e, em muitos casos, até pequenas porções das cidades o são. Desde o desenvolvimento dos primeiros estudos e proposições da urbanística formal observamos uma profusão de ideias, teorias e modelos urbanos, visando ora substituir, ora adequar as cidades à Era da Máquina.

Intentamos aqui delinear uma sucinta história das ideias, desde os primórdios da reflexão teórica urbana até a contemporaneidade; duas obras foram selecionadas como guia para isto. A primeira é a clássica sistematização de Françoise Choay, incluída em seu livro *O Urbanismo*, publicado pela primeira vez em 1965. Sua eleição deveu-se à sua ampla aceitação acadêmica enquanto referencial básico de sistematização das ideias urbanísticas nascidas em reação à Cidade Industrial; com esta escolha buscamos facilitar o diálogo entre nossa pesquisa e outros trabalhos, tendo como idioma comum os conceitos de Choay. Importante entender, por outro lado, que se trata de uma sistematização e não da existência de uma coerência absoluta intrínseca às ideias ou entre seus pensadores. Claro que devido às ideias compartilhadas em cada período e à comunicação existente entre os pensadores, existiram semelhanças, cooperações e oposições, mesmo entre pensadores que seguiram uma mesma orientação ideológica. Não realizamos aqui uma crítica de oposição ou que busque invalidar este seminal trabalho, mas estas observações apenas chamam a atenção para os limites das classificações. A própria autora afirma que em seu livro “... não se encontrará uma história do urbanismo ou das ideias relativas ao planejamento urbano, mas uma tentativa de interpretação” (CHOAY, 2010, p. 3).

Portanto, é salutar compreender que os modelos e as teorias arrolados por Choay possuem aspectos que divergem do rótulo a eles aplicado, como em qualquer sistematização. Além disso, outro ponto a ser considerado é que certas ideias persistem, mesmo quando sua crítica irrompeu e outra proposta se levantou, tornando mais difícil afirmar que certa ideia morreu ou foi substituída. Há sempre uma persistência e uma revisitação constante de certos temas ao longo do panorama das ideias que iremos expor, sendo reelaborados de tempos em tempos. Deste modo, em complemento ao olhar temporal, uma visão em trama (assíncrona) contribui bastante para uma mais completa leitura dos dados sobre as teorias, os modelos, as interpretações e as experiências do Urbanismo no período sob análise. Assim, é importante acrescentar à leitura histórica dos fatos (olhar cronológico) a percepção de temáticas fundamentais e constantes na sucessão temporal sob investigação (olhar assíncrono). Finalmente, outro aspecto resiste às periodizações absolutas e à noção de que há uma evolução

unívoca e geral das ideias: as defasagens⁵⁵ temporais entre os debates originais e suas aplicações e debates subsequentes em outros contextos. O caso de Brasília ilustra nosso ponto, onde um intervalo de tempo de três décadas, separa a concepção do modelo, na Europa, e sua concretização em solo latino-americano. No contexto presente esta distância temporal tende a ser mínima, em função dos desenvolvimentos dos sistemas de comunicação e transportes, ou ainda em função da diminuição do tempo de execução na construção civil contemporânea.

A pesquisa de Choay nos apresenta um quadro que vai até vésperas da crise do petróleo nos anos de 1970. Para realizar o retrospecto aqui pretendido, outro trabalho será tomado como referência fundamental para o período mais recente desta reunião de ideias: o livro *A Cidade em Camadas* (2004), de Carlos García Vázquez⁵⁶. Esse livro foi escolhido por três motivos: em primeiro lugar, o autor se propõe explicitamente a dar continuidade ao trabalho supracitado de Choay, o que nos permite uma certa coerência de terminologia e até cronológica, tendo em mente as ressalvas colocadas anteriormente; em segundo lugar, estas próprias ressalvas levaram Vázquez a evitar a mera sucessão cronológica e a utilização de raciocínios do tipo ação e reação na leitura dos dados, mas os organizou de modo assíncrono e segundo temas gerais, enxergando-as como camadas de interpretação e de metáforas sobre a realidade urbana das últimas quatro décadas; em terceiro lugar, seu recorte temporal nos permite relacionar os temas da obra de Choay com as ideias recentes sobre cidade, confirmando a persistência de certas visões, embora reelaboradas.

Finalmente, é interessante como as informações constantes nas duas obras divergem quanto ao modo em que encaram o fenômeno urbano. Nas propostas agrupadas em Choay (2010) é clara a preocupação dos autores ali arrolados com a produção de modelos e teorias urbanísticas, baseadas em uma postura propositiva, objetiva e totalizadora – embora em muitos casos tenham menosprezado a realidade observada e, conseqüentemente, se distanciando da visão científica que intentaram sustentar. Em Vázquez (2004) vemos que após os anos de 1970 a ênfase dos trabalhos se deslocou para uma postura interpretativa do objeto investigado, tendendo a produzir leituras parciais e relativizadas do fenômeno urbano⁵⁷. Assim, a partir destas obras esboçamos um panorama das principais ideias do Urbanismo Formal, desde seu nascimento no final do século XIX até o momento presente, buscando construir um olhar mais abrangente sobre o século XX e suas crises, revoluções, experiências e ideologias. De modo a

55 O termo defagem aqui é aplicado em sentido puramente temporal e não se refere a uma defasagem qualitativa do plano de Brasília em relação aos modelos europeus em que se inspirou.

56 Tradução nossa. Título original: *Ciudad Hojaldre* (Vázquez, 2004).

57 Essa mudança é a expressão, no Urbanismo, da crise da Modernidade?

complementar o assunto, apresentamos ainda algumas considerações sobre certas transformações que o Urbanismo tem sofrido recentemente, a fim de considerarmos certos rumos que este saber está ou poderá tomar ao longo das próximas décadas. Para isto, a pesquisa *O Urbanismo depois da crise*, de Alain Bourdin (2011) é nossa referência fundamental, complementando nossa reflexão sobre o Urbanismo enquanto teoria propositiva e interpretativa da cidade.

2.4.1. Teorias para a cidade industrial

Choay (2010) coloca a Revolução Industrial como evento crítico para o que o espaço urbano passasse a ser objeto de análise e reflexão científica. Não que eram inexistentes sistematizações ou modelos espaciais em períodos anteriores. Na verdade, ao percorrermos as cidades da antiguidade, os burgos medievais ou ainda as realizações barrocas, encontraremos diversas práticas baseadas em tradições ou mesmo em regulamentos escritos. Essas práticas eram fruto, por sua vez, de experiências tradicionais e saberes acumulados, em cada civilização. É um erro considerar que antes da Revolução Industrial não existiam lógicas conscientes ou racionalidade por trás daquelas manifestações. Embora não tenham sido fruto de reflexões do pensamento científico moderno, muitas das cidades anteriores à era maquinista surgiram como resultado da aplicação de modelos urbanos racionais – como aquele prescrito nas Leis das Índias ou ainda no caso das colônias gregas hipodâmicas⁵⁸. Além disso, mesmo quando não houve implantação de modelos espaciais *a priori*, ainda é possível perceber lógicas próprias a cada situação: escolha de sítios em função da existência de recursos naturais ou favoráveis à defesa, traçado viário que responde à topografia local, orientação solar, hierarquia ou controle morfológico em função de edifícios singulares, tais como palácios, templos ou espaços de mercado. A tradição portuguesa de construção de cidades – e, por extensão, a nossa – é um exemplo desse tipo de prática urbana pré-industrial e sem modelo, embora de modo algum seja irracional ou espontânea⁵⁹.

58 É atribuído ao grego Hipódamo a definição de um modelo de implantação de colônias, segundo um traçado regular em quadrícula e uma setorização básica, separando um núcleo cívico do restante do território. Ainda, atribui-se a ele a invenção do traçado em quadrícula, também chamado hipodâmico (Benévolo, 2009).

59 Conforme defende Reis Filho (1968), a tradição medieval urbana portuguesa tinha uma lógica própria e não era, como muito se afirmou, fruto de uma ausência de planejamento. A prática urbanística tradicional portuguesa não produzia 'cidades espontâneas' ou irracionais: ao contrário, Reis Filho mostra que o traçado regular iluminista era, em muitos casos, irracional ao não se adaptar às condições topográficas do sítio de sua implantação, ou ao sistema hídrico local, tornando patente a eficácia de certos assentamentos aparentemente 'sem planejamento' ou de traçado 'irracional'.

Conforme afirmamos, Choay (2010) aponta que houve uma mudança no modo como era encarado o espaço urbano a partir das últimas décadas do século XIX. As práticas urbanísticas tradicionais, de caráter predominantemente pragmático, empírico e, especialmente desde o Renascimento, estético, seriam então preteridas em favor do surgimento de uma disciplina científica cujo objeto de estudo fosse o espaço urbano: o Urbanismo Formal. Não que aquelas práticas foram totalmente abandonadas, pois as mesmas constituíam, obviamente, a referência para as novas proposições e para boa parte das realizações das cidades na Sociedade Industrial. O que ocorreu foi a inauguração da investigação da cidade a partir de uma intenção científica, de caráter crítico e teórico. Por outro lado, poucas destas iniciativas realmente podem, de fato, ser classificadas como científicas, em função da ausência nelas da atividade fundamental da ciência: a comprovação empírica das hipóteses (CHOAY, 2010).

Esta nova postura surgiu como tentativa de solucionar os problemas que a industrialização trouxe às cidades. Com o pensamento iluminista em franca aceitação, era natural que também uma postura racional e científica, mesmo que muitas vezes ideológica, fosse adotada diante do espaço construído. Assim, as primeiras tentativas de se teorizar sobre o espaço urbano industrial vieram das disciplinas existentes e de diversos pensadores humanistas europeus: da Economia, da Filosofia, da Medicina, da Literatura etc. A esse grupo Choay denominou Pré-Urbanistas. Esses, propondo modelos diversos, tinham em comum certos aspectos característicos, além do já citado pioneirismo: eram propostas utópicas, que apresentavam uma alternativa global para a sociedade (e não apenas um modelo espacial); seus idealizadores não eram arquitetos, mas pensadores generalistas; e, finalmente, partiam de uma crítica política à Sociedade Industrial recém-nascida. Entre seus principais nomes, temos: Charles Fourier, Robert Owen, Julio Verne, Herbert-George Wells, Augustus Pugin, Friedrich Engels, Karl Marx⁶⁰, John Ruskin e William Morris (CHOAY, 2010).

Com a virada do século XX, os arquitetos também começaram a propor modelos e teorias de caráter científico para a cidade; acima de tudo, os arquitetos passaram a reivindicar para si o estudo científico do espaço urbano. Choay aponta que foi justamente esta mudança que marcou o início do Urbanismo (o Formal) e o surgimento do urbanista, em sua concepção atual. O Urbanista, naquele contexto, foi definido como sendo o especialista do espaço (especialmente o arquiteto), cuja práxis diferiu dos Pré-Urbanistas ao se definir enquanto uma

⁶⁰ Engels e Marx não propuseram modelos espaciais, porém foram os pensadores que mais se aproximaram da postura científica, uma vez que partiram de pesquisas da realidade urbana existente a fim de delinear suas análises e propostas de transformação da realidade. Os demais pensadores simplesmente não analisaram a cidade real de sua época, mas voltaram suas imaginações para a elaboração de cidades ideais.

ciência; decorreu disso que suas propostas eram geralmente despolitizadas, visando especificamente a solução do problema espacial – isso porém não significa que seus autores eram despolitizados ou que todas as propostas eram desprovidas de orientação política ou de verve utópica. Ao contrário dos utopistas do Pré-Urbanismo, suas ideias foram aplicadas de modo amplo e em diferentes contextos. Dentre seus representantes fundamentais temos: Le Corbusier, Walter Gropius, Tony Garnier, Camillo Sitte, Ebenezer Howard, Raymond Unwin e Frank Lloyd Wright (CHOAY, 2010; KOLHSDORF, 1985).

Seja no Pré-Urbanismo ou no Urbanismo, Choay agrupa a grande maioria das propostas sob duas orientações básicas, dando estrutura à sua sistematização: o Progressismo e o Culturalismo. Além destas duas principais, houve ainda a proposta de um terceiro modelo, denominado pela autora de Urbanismo Naturalista, oriundo da tradição antiurbana da intelectualidade norte-americana e, especificamente, da cabeça de Frank Lloyd Wright. Estas ênfases estiveram presentes entre os pré-urbanistas, urbanistas e ainda nas críticas às propostas pioneiras que surgiram a partir da década de 1960, em grande parte devido à análise das consequências das experiências do Urbanismo na Europa e nos EUA do pós-guerras.

O Progressismo é a orientação que tem como princípio fundamental uma visão otimista em relação à máquina ou à Sociedade Industrial. Assim, seus pensadores celebraram a industrialização e propuseram cidades – ou sociedades, no caso dos pré-urbanistas – onde a eficiência, a funcionalidade e a velocidade são suas metáforas favoritas. São ideias que partem da exaltação do progresso tecnológico, da marcha inevitável para o alto e para o futuro glorioso da humanidade, que a cada momento se desprende de um passado atrasado e obscuro: o Progressismo foi a grande ideologia da primeira metade do século XX, especialmente por se tratar da própria ideia de Modernidade aplicada à arquitetura (inclusive, seus defensores cunharam o termo Arquitetura Moderna para se referir às suas realizações). Para muitos, foi o grande momento do pensamento iluminista na Arquitetura, embora já estivesse presente na disciplina em suas incursões neoclássicas oitocentistas.

As propostas progressistas passaram por intensos debates, especialmente através das publicações dos CIAM's, onde arquitetos e teóricos de diversas partes do mundo – inclusive brasileiros – se encontravam e discutiam temas urbanos diversos. Entre os documentos elaborados em tais encontros, a Carta de Atenas de 1933 merece menção aqui, uma vez que nela foram sintetizados os elementos fundamentais das propostas progressistas, em especial, o zoneamento funcionalista e, permeando todos as suas proposições, uma visão de mundo mecanicista e racionalista. O arquiteto franco-suíço Le Corbusier foi o grande expoente das primeiras décadas dos CIAM's e suas reflexões estão evidentes em tal documento. Com a busca

pelo Estado de Bem-Estar Social, as orientações quanto à implantação dos edifícios, a distribuição de equipamentos urbanos, a separação de usos, a hierarquia de circulação e a busca pela qualidade ambiental através de áreas verdes abundantes, da iluminação e da ventilação naturais tornaram-se a contrapartida espacial daquele projeto de sociedade, fornecendo-lhe esquemas espaciais para sua realização (SECCHI, 2009).

O Culturalismo, por sua vez, segue a direção oposta quanto à solução para a cidade industrial, lamentando a perda da coesão social e espacial da Cidade Tradicional – mesmo que tal unidade nunca tenha existido de fato. Em geral, propuseram cidades e utopias onde a arquitetura do passado (especialmente a gótica), a pequena escala e o artesanato são fortemente idealizados. Para tais pensadores, a cidade pré-industrial tinha alcançado níveis avançados de coesão espacial, estética e social, em uma evolução iniciada com o renascimento urbano de finais da Idade Média (século XII) e interrompida apenas pela industrialização. Os culturalistas naquele momento propuseram que a máquina deveria ser domada e que as perdas decorrentes da fábrica deveriam ser recuperadas – em algumas ideias se defendia mesmo um total desestímulo à fábrica. Em especial, tal orientação buscou na cultura e na vida em comunidade seus argumentos fundamentais, atentando para o acidental, o pitoresco e o irracional enquanto fontes válidas para a qualificação do espaço construído. Ao contrário das propostas progressistas, que apostavam na redução da distinção entre cidade e campo, na predominância dos vazios sobre os cheios e na superpopulação, os modelos culturalistas geralmente propunham cidades pequenas, compactas e com forte distinção entre a área urbana e o campo. Entre as contribuições de tais pensadores, a Cidade-Jardim, proposta pelo inglês Ebenezer Howard, merece destaque por ter representado uma inovação urbana e, com certeza, por ter ocasionado algumas das raras experimentações do culturalismo até o terceiro quarto do século XX. Além disso, algumas ideias relacionadas à Cidade-Jardim contribuíram para a construção do subúrbio norte-americano e, por extensão, participaram da produção da Cidade Contemporânea. Jane Jacobs denominou de Cidade-Radiosa-Jardim (união da proposta de Corbusier à de Howard) a cidade resultante da ação dos planejadores norte-americanos a partir da Segunda Guerra Mundial, em especial a ação do empreendedor urbano Robert Moses. Para esta autora, tais ideias foram a causa de boa parte dos problemas que a forma urbana típica daquele país apresenta, em especial a redução da vitalidade urbana de suas cidades (JACOBS, 2000).

Como dissemos, a crítica de Marx e Engels também foram arroladas pela autora. Ela aponta que o grande mérito dos textos marxistas foi que **observaram** a cidade que surgia com o advento da industrialização. Enquanto os progressistas e culturalistas ignoravam a cidade real,

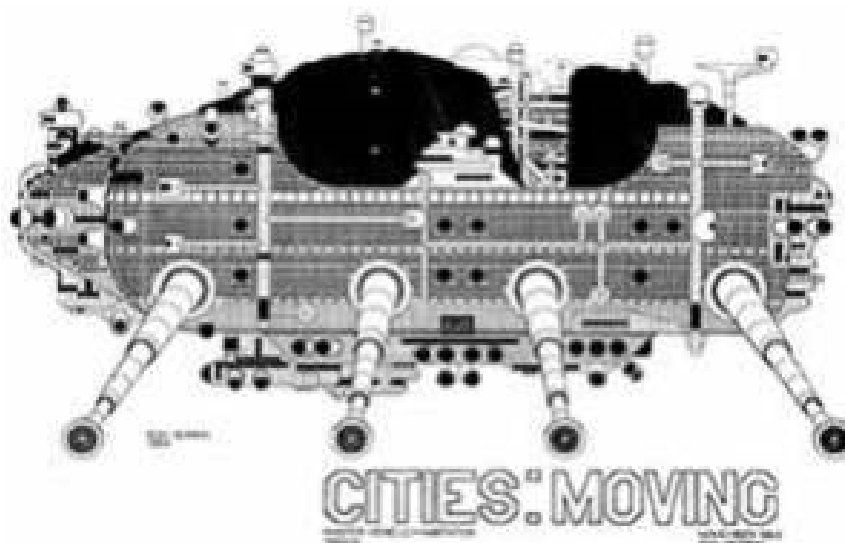
imaginando cidades futuristas ou saudosistas, para Marx e Engels a cidade deveria ser analisada e conhecida, encarando-a não como algo estranho e fora do lugar, mas como a própria realidade, como expressão no território daquele momento histórico. Por outro lado, os dois pensadores não propuseram nenhum modelo espacial, se limitando a relacionar os aspectos econômicos e espaciais das cidades inglesas à estrutura de classes daquela sociedade, o que desembocou em reflexões que influenciariam profundamente diversos campos do conhecimento, contribuindo para a compreensão do sistema capitalista e até mesmo ocasionando revoluções sociais nas décadas subsequentes.

Finalmente, Choay acrescenta a estas três orientações, uma proposta que se desenvolveu a partir da tradição norte-americana de idealização da natureza, na qual o ambiente selvagem é o *locus* da liberdade individual e da democracia, enquanto a cidade e a artificialidade são consideradas patológicas. Esta tradição perpassou o pensamento de Thomas A. Jefferson, de Henry David Thoreau e chegou ao arquiteto Louis Sullivan. Este indivíduo foi o mestre de Frank Lloyd Wright – o idealizador da Broadacre City, um modelo espacial baseado na desurbanização e em um modo de vida misto, combinando aspectos rurais e urbanos, paisagem bucólica e sistemas de alta tecnologia, assim como produção industrial de pequena escala e agricultura familiar (CHOAY, 2010).

Choay nos apresenta ainda um primeiro momento de revisão das propostas do Urbanismo Formal, que já tomava corpo paralelamente à publicação de suas primeiras teorias. Consideramos este momento como a primeira crise da nova disciplina. Tais críticas seriam cada vez mais relevantes à medida que os modelos progressistas e culturalistas eram postos em prática e as consequências de sua implementação puderam ser verificadas. Estas críticas, por outro lado, deram continuidade às duas orientações básicas das teorias, sendo que a revisão crítica de cunho maquinista é denominada pela autora como Tecnotopia e a culturalista é classificada como Antrópolis.

Os tecnotopistas argumentaram que os insucessos dos modelos progressistas foram decorrentes de seu emprego tímido de tecnologia e, por isso, propuseram o uso exacerbado da mesma, propondo cidades montadas sobre estruturas monumentais e pré-fabricadas, que geralmente produziam um solo artificial, prescindindo da topografia natural. Assim, foram propostas cidades sobre o mar, sob a terra ou elevadas do solo – como se a noção de tábula rasa fosse levada ao extremo. Esta orientação, embora sedutora em seus aspectos estéticos e por sua característica onírica – tendo sido chamada de urbanismo de ficção científica –, não produziu realizações diretas. Porém, é fato que suas propostas influenciaram indiretamente muitos outros trabalhos, como no caso do grupo inglês Archigram (figura 9).

Figura 10 – Cidade ambulante (Walking City). Proposta de Ron Herron.



Fonte: Página de internet Arqitetando.

Disponível em: <<http://arqitetandoblog.wordpress.com/2009/04/25/grupo-archigram/>>.

Acesso em: 4 jul. 13.

A parcela das críticas mais influente foi a que defendeu a consideração do homem, enquanto ser social, como foco do pensamento sobre o espaço urbano. Esta crítica se desdobrou em um novo caminho para o Urbanismo, principalmente após a Segunda Guerra, quando diversas realizações progressistas aconteceram e diversos problemas foram percebidos nela. Naquele momento, alguns estudos sociológicos – *sociological surveys* – foram incorporados à disciplina, que passou a assumir um caráter multidisciplinar: a Economia, a Geografia, a História, a Estética e outros campos de conhecimento passaram a ser fontes de estudos para o Urbanismo. Os modelos espaciais arbitrários de então, principalmente aqueles do Urbanismo Progressista, foram duramente criticados e substituídos pela ideia do Planejamento Urbano - o *planning* –, tendo Patrick Geddes, com sua ênfase no diagnóstico multidisciplinar e na escala regional como os fundamentos da nova maneira de se encarar o espaço. Como as principais críticas se dirigiram ao distanciamento e à desconsideração das condições locais dos modelos progressistas, as ideias de Geddes permitiram a criação de um instrumento de intervenção e gestão do território que ainda hoje é aplicado nas diversas cidades do mundo, tendo como princípio a leitura da cidade real e a busca por diretrizes de ação que a levem a uma situação considerada adequada aos objetivos de uma dada sociedade: expressa sob a forma de planos urbanísticos.

Embora os modelos culturalistas também tenham sido criticados, sua escassa realização frente à propostas progressistas, faz com que o Planejamento Urbano possa ser entendido como

uma crítica e uma alternativa ao Urbanismo Progressista, embora não tenha sido capaz de interromper suas realizações⁶¹. O planejamento se diferenciava dos modelos urbanistas existentes, pois afirmava que antes de qualquer intervenção projetual deveria haver um extenso e multidisciplinar estudo da realidade da área que se pretendia transformar. Assim, conhecer suas características econômicas, morfológicas, sociais e históricas eram fundamentais para se compreender o problema a ser enfrentado. Com isso, o Planejamento Urbano não busca construir modelos espaciais universais, mas ao considerar que cada situação é única, assume postura mais próxima da gestão urbana do que da predeterminação escatológica da realidade territorial – substituindo a busca pela forma ideal pela construção de um método ideal de produzir uma forma pertinente para cada situação.

Entre as novas pesquisas de cunho culturalista, a autora também destaca algumas que tiveram maior influência na prática urbanística posterior. Tais estudos não propuseram novos métodos de gestão urbana nem modelos urbanos apriorísticos, mas são extremamente importantes porque inauguraram outras considerações sobre a relação do homem com a cidade, contribuindo para o amadurecimento das ideias sobre o espaço urbano. Duas correntes principais são destacadas: o Psiquismo e o Comportamentalismo. A primeira se refere a pesquisas que visaram compreender como os cidadãos estruturam subjetivamente o ambiente urbano; já a segunda abarca as pesquisas que buscaram conhecer as relações causais entre o espaço e o comportamento. Das duas, o Psiquismo foi mais influente que o Comportamentalismo, especialmente por que se percebeu que o ambiente não é tão determinante assim no modo como as pessoas se comportam ou em seus distúrbios psíquicos – o que o produziu um rápido ocaso do segundo. Entre os pesquisadores do Psiquismo se destacam Kevin Lynch, Gordon Cullen e Jane Jacobs⁶². Destas e de outras pesquisas surgiria um novo campo disciplinar⁶³: o Desenho Urbano. Neste, estudos sobre tipologias espaciais, orientação, comunicação, conforto ambiental, estética, paisagem, morfologia e outros, são postos em relação a fim de se recuperar à prática do Urbanismo a reflexão sobre a forma urbana e sua relação com o homem. Com isso, o Desenho Urbano, ao buscar a reinserção do projeto do espaço na prática urbanística, ele restaura e define com mais precisão a função do arquiteto

⁶¹ Os proponentes deste modelo realizaram por diversos anos eventos para discussão e divulgação de suas ideias, os CIAM's. No Brasil, foram estas ideias que dirigiram a grande maioria dos planos e projetos urbanos desde os anos de 1950, tendo como ponto máximo o projeto de Brasília na década de 1960 (VILLALBA, 1999).

⁶² As obras de maior destaque dos autores citados, relacionadas ao assunto, são: *A imagem da cidade* (Kevin Lynch), *Paisagem Urbana* (Gordon Cullen) e *Morte e Vida de Grandes Cidades* (Jane Jacobs).

⁶³ A expressão *campo disciplinar* denota uma conjunção de disciplinas que, juntas definem a atividade em questão – em nosso caso, o Desenho Urbano. Esta definição é adota por Vicente Del Rio em função da dificuldade de se definir o Desenho Urbano como uma disciplina isolada e diferente de outras, como o Paisagismo, a Arquitetura ou a Engenharia (DEL RIO, 1990).

no Urbanismo, uma vez que com a prática do Planejamento Urbano e sua multidisciplinaridade o desenho do espaço perdeu lugar face às pesquisas urbanas de outras disciplinas do conhecimento. São bastante numerosos os estudos que compõem as críticas aqui mencionadas e este breve relato não pretende oferecer mais do que um breve sumário das contribuições deste intenso período. Sugerimos como ponto de partida adequado nossa principal referência nesta seção do capítulo, a pesquisa em Choay (2010).

2.4.2. As propostas e interpretações recentes

A sistematização proposta por Choay (2010) alcança trabalhos anteriores ao fim da década de 1960. A década seguinte, marcada por crises econômicas (acima de tudo, por uma crise no próprio capitalismo industrial), pode ser tomada como um momento de revisão crítica dos desenvolvimentos do Urbanismo, em paralelo às revoluções em ebulição no modo de produção. Para sermos mais precisos, o Urbanismo Formal experimentou sua primeira grande crise à medida que diversas realizações progressistas foram acontecendo no segundo pós-guerra, sendo, portanto, anterior à crise econômica dos anos de 1970. Dessas revisões da disciplina, surgiu um Urbanismo de caráter mais sociológico e empírico, baseado tanto na prática do Planejamento, de caráter multidisciplinar e diretivo, quanto no resgate do Desenho, a partir de um olhar científico para a forma urbana. Como veremos na seção seguinte, não foram apenas as revisões internas do urbanismo que produziram mudanças teóricas e práticas, mas as transformações do capitalismo também foram fundamentais nestas reorientações da prática urbana, especialmente em relação a gestão das cidades.

Para apresentarmos um esboço do caminho do Urbanismo após a década de 1960, lançaremos mão da proposta de continuidade da sistematização de Choay (2010) apresentada em Vázquez (2004), tendo como ponto de partida justamente a crise dos anos setenta. Como vimos, foi ao longo desta década que o discurso neoliberal foi proclamado, o Estado de Bem-Estar Social foi desmontado, a globalização anunciada, as TIC's desenvolvidas e fortes críticas à Modernidade foram produzidas. As grandes empresas transnacionais se estruturam neste momento e a esfera do econômico passou a, cada vez mais, assumir o controle de modo explícito sobre a política, diminuindo a ênfase nas relações nacionais e reforçando a importância das cidades nas relações de produção. As novas tecnologias de comunicação assumiram desde então papel onipresente em todas as relações, dando forma à estrutura social que escolhemos denominar aqui de Sociedade em Rede, conforme nomenclatura proposta em Castells (1999).

A proposta de sistematização apresentada em Vázquez (2004) abrange o período posterior à Crise do Petróleo do início dos anos de 1970 até o princípio do século XXI. Podemos, conforme Bourdin (2011), encerrar este período com outra crise, desta vez com a falência em 2009 do consórcio *Dubai World*⁶⁴. Este fato é apontado por Bourdin (2011) como marco da derrocada do modelo predominante de planejamento, que foi levado ao extremo nesta cidade. Tecemos algumas reflexões sobre esta última crise na seção 2.4.3.

Assim, Vázquez (2004) organiza as diversas vozes do Urbanismo recente segundo quatro visões principais: a culturalista, a sociológica, a organicista e a tecnológica. Dentro de cada uma delas, ele ainda classifica as diversas propostas em doze orientações ou, como é referido no título de seu livro, em doze camadas de interpretação. Como mencionado anteriormente, Vázquez evita realizar uma continuação mecânica da sistematização de Françoise Choay, mas propõe produzir uma classificação que evite a construção de um discurso de cunho universalizante e linear (evolutivo) dos fatos. De modo geral, o autor chama a atenção para o perigo de se construir uma História do Urbanismo, buscando ele agrupar as principais visões parciais sobre as teorias urbanas recentes e, assim evitar as práticas denunciadas pelos defensores da superação da Modernidade. Em especial, Vázquez (2004) busca enquadrar seu trabalho no pensamento exposto em Lyotard (2004).

Tal ressalva é importante – e não deixamos nós de a fazer em momentos anteriores neste trabalho –, porém o efeito que sua proposta causa é justamente continuar o trabalho de Choay e postular um referencial para a organização das ideias que tende a assumir o caráter universal que qualquer sistematização traz consigo. O remédio está menos no trabalho de Vázquez do que na confrontação (pelos pesquisadores) de suas categorias com realidades distintas daquelas onde as interpretações reunidas foram propostas. De fato, a consideração de que, por exemplo, o contexto brasileiro talvez não seja lido corretamente a partir das camadas propostas em Vázquez (2004) é o cuidado analítico primordial para reduzirmos distorções em qualquer pesquisa que busque confirmar hipóteses ou teorias a partir de sua aplicação a contextos distintos dos quais as mesmas foram produzidas. Por outro lado, tais interpretações possuem validade analítica, especialmente por a sociedade contemporânea ser cada vez mais integrada e o mundo ocidental possuir certa porção de ‘cultura comum’. Uma vez expostas tais advertências, passemos a conhecer as quatro visões e suas respectivas camadas de interpretação da cidade na contemporaneidade. No final de cada visão, Carlos Vázquez apresenta um estudo de caso, onde ele apresenta uma cidade real a partir das camadas de leitura apresentadas.

⁶⁴ Na seção 2.4.3 discorreremos brevemente sobre tal crise e suas implicações para o Urbanismo.

A primeira visão é o Culturalismo. O termo é mantido conforme proposto em Choay (2010). Sob esta orientação, encontramos as teorias e modelos de intervenção onde a cultura e a história são tomadas como os fatores fundamentais para qualquer intervenção urbana. Sob esta visão encontram-se propostas que foram desenvolvidas a partir das críticas ao Urbanismo Progressista da primeira metade do século XX. Foi bastante intensa na Europa, onde a herança arquitetônica pré-industrial é bastante relevante. Além da valorização dos centros históricos, seus discursos também buscavam opor à crescente globalização e à cultura de massas do Capitalismo Tardio os valores locais e da tradição. Vem desta visão as práticas de intervenção urbana que revalorizam ou recuperam centros históricos ou antigas áreas industriais degradadas, buscando introduzir no espaço urbano os valores da cultura, da arte e da história. Nesta visão, três camadas de leitura foram propostas: a Cidade da Disciplina, a Cidade Planificada e a Cidade Pós-histórica.

A Cidade da Disciplina tem como fundadores principais os arquitetos italianos Aldo Rossi e Manfredo Tafuri. Sua intenção era refundar o Urbanismo enquanto disciplina científica, porém partindo do estudo da forma urbana enquanto matéria individualizadora da ciência urbana. Em seu trabalho é forte a presença da sistematização de tipologias espaciais tradicionais, da busca por leis constantes e elementos formativos fundamentais de qualquer cidade. Além da forte racionalização, baseiam-se no estruturalismo para compreender a forma (a arquitetura) da cidade: a tipologia como as letras e as formas urbanas como palavras. Acima de tudo, almejam a identidade da cidade, como sendo um modo específico de viver, uma expressão social e historicamente determinada que é expressa arquitetonicamente. Embora o método de intervenção derivado de tais ideias tenha sido aplicado com sucesso na cidade de Bolonha, logo percebeu-se que o mesmo era inaplicável para sítios contemporâneos (sem áreas históricas consideráveis), cuja morfologia se distancia bastante dos elementos espaciais tradicionais. Com isso, a proposta destes italianos foi transformada em uma teoria a ser aplicada em partes na cidade, em suas áreas mais antigas e através da produção de arquiteturas em grande escala que retomassem as tipologias tradicionais sistematizadas por tais autores.

A Cidade Planificada foi a saída para a manutenção das propostas da Cidade da Disciplina. Mesmo com a crise da *Tendenza*⁶⁵ e a própria crise econômica dos países europeus, passou-se a uma estratégia de intervenção que não abandonasse o elemento cultural do plano, mas que abandonou a ideia de planos urbanos totalizadores e levados a cabo pela administração pública – especialmente foram omitidas suas intenções sociais. Assim, houve forte liberalismo

⁶⁵ Nome dado ao grupo de pensadores liderados por Aldo Rossi.

nas gestões municipais, fomentando e subsidiando projetos localizados de revitalização urbana, especialmente em áreas degradadas ou sítios históricos decadentes. Alguns teóricos, como Bernardo Secchi, apontaram para a necessidade de projetos localizados que buscassem restaurar ou criar identidades, evitando a expansão urbana e tentando costurar o tecido urbano pós ‘crise de 1970’, cuja marca fundamental seria a ruptura. Porém, o que de fato sucedeu foi que as propostas de esquerda do *Tendenza*, juntamente com suas revisões, foram apropriadas pelos promotores imobiliários e pelas administrações municipais enquanto estratégias de recuperação fundiária e de criação de imagens de credibilidade para as cidades, a partir de intervenções pontuais e dirigidas fortemente pelos interesses da iniciativa privada, produzindo a Cidade dos Promotores – uma outra faceta da Cidade Planificada.

Aliada ao liberalismo na gestão do espaço público, a artificialização dos espaços urbanos tem sido um outro desdobramento nocivo da visão culturalista. Especialmente a partir das ideias de Leon Krier, diversos projetos urbanos passaram a produzir cenários urbanos codificados arquitetonicamente como históricos, a fim de se criar, artificialmente, identidades locais e ‘cultura urbana’. A esta característica, Carlos Vázquez (2004) relaciona o termo Cidade Pós-Histórica, cuja simulação de ambientes históricos tem sido utilizados para criar ilhas paradisíacas e, ao mesmo tempo, desviar a atenção da cidade real, com seus guetos, favelas e zonas degradadas. Esta postura contribuiu para a homogeneização (urbanização, como utilizamos aqui) de diversos centros urbanos ao redor do mundo, sem falar dos processos de gentrificação decorrentes de cada projeto implementado. Nos EUA tal prática foi ainda mais intensa, em função da pouca ocorrência de cidades de arquitetura pré-industrial, criando não apenas centros cívicos mas, em muito maior escala, uma infinidade de subúrbios estilizados conforme qualquer arquitetura que se queira – mediterrânea, vitoriana etc. Neste país tal postura foi denominada de *New Urbanism*, cuja ideia central reside na noção de que o problema do país era o subúrbio e, assim que caso o desenhasse de modo adequadamente ‘cultural’, muitas mazelas coletivas seriam mitigadas. No filme *Show de Truman* temos as ideias do *New Urbanism* caricaturadas sob a forma de um reality show da vida (foto 20)⁶⁶. O autor encerra sua exposição sobre a Visão Culturalista com o caso da cidade de Berlim e sua reestruturação após a queda do muro (VÁZQUEZ, 2004).

⁶⁶ O fato de o cenário do filme ser um condomínio residencial fechado real (de nome *Seaside*), torna ainda mais relevante a crítica de tal obra cinematográfica.

Foto 20 – O Show de Truman. Filme rodado no condomínio fechado Seaside.



Fonte: Página de internet Archdaily.

Disponível em: < <http://www.archdaily.com.br/br/01-83390/cinema-e-arquitetura-o-show-de-truman-o-show-da-vida/1353349482-the-truman-show-2>>.

Acesso em 04 jul. 13.

A Visão Sociológica agrupa as interpretações da cidade tardo capitalista (ou informacional) a partir das reflexões pioneiras de Marx e Engels. Entre seus pensadores, Manuel Castells lidera as reflexões de base sociológica sobre os temas fundamentais da sociedade contemporânea: globalização, consumo de massas e informacionalismo. Tais autores buscam identificar na sociedade os movimentos que produzem a cidade. Suas diversas interpretações são reunidas pelo autor em quatro camadas: a Cidade Global, a Cidade Dual, a Cidade do Espetáculo e a Cidade Sustentável. De modo geral, estas quatro leituras se referem às características apontadas em Castells (1999), embora em cada interpretação um aspecto é posto em evidência: seja o aumento de escala espacial, da função de gestão mundial e da intensidade dos fluxos na Cidade Global; seja a intensificação da polaridade entre classes sociais e regiões do planeta, produzindo ilhas de riqueza fortificadas, gentrificação, xenofobia e outros, na Cidade Dual; seja o culto à imagem e à proeminência de atividades e lugares relacionados ao ócio, ao consumo e à cultura na Cidade do Espetáculo; ou seja, finalmente, a ascensão dos discursos reacionários, vinculados às minorias e às causas de oposição ao *status quo* capitalista, no caso da Cidade Sustentável. Além de Castells, diversos outros nomes poderiam ser mencionados aqui, tais como: Saskia Sassen, David Harvey, Edward Soja, Rem Koolhaas, Jean Baudrillard ou Robert Ventury. Fica claro que, a partir desta sistematização,

nossa pesquisa parte desta visão. Los Angeles foi o caso escolhido pelo autor a fim de exemplificar a visão sociológica (VÁZQUEZ, 2004).

O termo Visão Organicista é um pouco difuso, aparentando denotar ideias relacionadas ao discurso ambiental ou mesmo ao antiurbanismo norte-americano. Na verdade, o autor chama de organicistas as interpretações da cidade que se valem de analogias entre ela e alguma estrutura natural, a fim de discorrer tanto sobre a forma quanto a função dos centros urbanos e seus elementos constituintes. Não só são utilizados sistemas orgânicos, mas muitas reflexões fazem analogias com estruturas e fenômenos inorgânicos – colmeias, corais, ventos, topografia, marés etc.

Entre as interpretações organicistas, há três posturas distintas: a leitura da Cidade como Natureza, reúne as discussões sobre teoria do caos, fractais e sistemas complexos, cujos conceitos têm trazido novas possibilidades para a análise das transformações e dos fluxos existentes na cidade contemporânea; uma outra camada de leitura é a Cidade dos Corpos, onde a metáfora do corpo é utilizada para se compreender a cidade, embora não mais segundo a Modernidade, mas enquanto um corpo disforme, talvez adoecido, ou mesmo sem órgãos (como nas colmeias e corais), onde as diferenças, os desvios, o não-planejado, a violência e diversas doenças sociais coexistem e nem sempre são encarados como desvios; em terceiro lugar, temos a Cidade Viva, onde a fenomenologia e a psicanálise relacionam a interação e a percepção do cidadão com o meio urbano, tanto pelo seu corpo quanto pela sua subjetividade, discorrendo sobre comportamento, prazer, repressão, desejo, feminismo etc. Entre as teóricas subjacentes a tais camadas, estão Gilles Deleuze, Felix Guattari, Collin Rowe, Albert Pope, Ignasi de Solà-Morales, Zygmunt Bauman, Arata Isozaki, Peter Eisenman e Rem Koolhaas. Na cidade de Tóquio o autor ilustra estas três camadas (VÁZQUEZ, 2004).

Finalmente, a Visão Tecnológica pode ser encarada como a persistência da orientação progressista proposta em Choay (2010). Carlos Vázquez coloca que, ao contrário das constatações de Choay, no período recente muitos teóricos da visão tecnológica romperam com a miopia histórica de seus antecessores e passaram a discorrer sobre a tecnologia (especialmente as TIC's) na cidade real. Ele propõe duas camadas em sua sistematização: a Cibercidade e a Cidade Chip.

A primeira agrupa as reflexões sobre a crescente imersão da dimensão física na realidade virtual e suas prováveis consequências para a vida urbana. Na Cibercidade o autor agrupa tanto os defensores da imersão total do espaço físico no virtual (e-topia) enquanto solução para a problemática urbana (resolvendo suas questões ambientais, espaciais, funcionais, políticas, econômicas e sociais) quanto aqueles que veem na ciberrealidade um novo espaço da repressão,

do controle e da segregação social, afirmando ainda que tal imersão reduziria a já prejudicada vida comunitária e reforçaria o individualismo contemporâneo (distopia).

Já a Cidade Chip recusa ambas posturas da Cibercidade pois entende que essa interpretação tende a fugir do problema real e se aproximar da postura utópica e arbitrária dos primeiros progressistas. Esta interpretação é encabeçada por Stephen Graham, que entende que a Cidade Contemporânea – que nasce, dentre outros processos, da interação da cidade tradicional com as novas tecnologias do paradigma informacional – não pode ser lida a partir dos códigos tradicionais do Urbanismo (tipologia, espaços públicos etc). Assim, este teórico propõe que a cidade hodierna é uma máquina semelhante aos equipamentos eletrônicos, especialmente o *chip*, onde suas categorias de análise devem levar em conta a natureza fluida e desagregada de seus espaços. Graham, segundo Vázquez (2004), traz da eletrônica três fenômenos para interpretar a Cidade Chip. O primeiro é a descentralização, pois à semelhança da arquitetura de um chip, a cidade informacional possui uma forma constituída de tramas de circuitos sem centro e de fluxos multidirecionais; em segundo lugar, temos a desregulação, onde a cidade se aproxima do funcionamento do tipo ON/OFF da eletrônica, se tornando resistente a qualquer petrificação sob a forma de leis e planos totalitários e rígidos, assumindo alta capacidade de adaptação às transformações, morrendo ou florescendo repentinamente através da ação pragmática e intuitiva dos promotores urbanos; e, finalmente, Graham aponta para a desidentificação da cidade, através da profusão de não-lugares e da pouca relevância dos espaços públicos em sua concepção tradicional – tanto da era pré-industrial quanto do Estado de Bem-Estar Social.

Na Cidade Chip, não há história e a tábula rasa dos primeiros progressistas venceu, pois tal cidade cresce sobre o nada ou remove o existente a todo instante. Vai ao encontro desta postura o entendimento do arquiteto holandês Rem Koolhaas, para quem Singapura não é uma cidade, mas sim um certo número de edifícios relacionados por uma solução de continuidade, dando origem a um urbanismo de infraestruturas, de arquiteturas generalizadas e que produz cidades uniformes, uma vez que para os fluxos não importam os lugares, mas apenas os geradores e receptores de informação. As *Edge Cities*, já mencionadas anteriormente, expressam fortemente o caráter genérico da cidade dos fluxos, acêntrica, desregulada, sem identidade, codificada, vigiada, desmaterializada em suas áreas verdes e cuja vida social é extremamente manipulada – dos clubes sociais às práticas religiosas. O estudo de caso para esta visão é a cidade norte-americana de Houston (VÁZQUEZ, 2004).

2.4.3. A nova crise do Urbanismo Formal

Chamamos esta de nova, pois não é a primeira. Como vimos, poderíamos considerar sua primeira crise aquela deflagrada no segundo pós-guerra, quando os modelos progressistas e seus planos foram duramente criticados. Esta primeira crise pode ser entendida como uma descrença na arbitrariedade de seus modelos totalizadores e na incapacidade do Urbanismo Progressista de solucionar a problemática a que se propunha enfrentar. Como vimos, a partir de tais críticas foi sendo desenvolvido um outro modo de intervenção urbana, baseado na diagnose da cidade real e levando em conta seus aspectos sociológicos – o Planejamento Urbano, influenciado pelo Urbanismo Humanista das ideias de Patrick Geddes e pelos estudos da Escola de Chicago no início do século vinte. De modo mais exato, o Planejamento não nasceu no segundo pós-guerra, pois sua primeira expressão é apontada como sendo a experiência londrina no plano de Abercrombie em 1933. Porém, sua prática foi consolidada apenas em meados do século passado. Naquele momento o Urbanismo se afastou dos planos ideais e, acima de tudo, de suas fórmulas espaciais genéricas, a fim de trilhar o caminho da gestão urbana, se apresentando como um instrumento científico de análise e proposição. Assim, foram sendo criados grupos multidisciplinares, geralmente alocados nas administrações municipais, a fim de proporem políticas públicas relacionadas ao controle e à produção do espaço urbano a partir, principalmente, de certas ideias progressistas ou da cidade-jardim que não tinham sido postas de lado, mas incorporadas no processo de Planejamento.

Embora a prática do Planejamento não tenha sido abandonada desde aquele momento, ela passou por algumas transformações desde seu nascimento. Em paralelo à mudança metodológica da atividade do urbanista, trasladando seu foco do desenho para a gestão do território, houve também um outro deslocamento, desta vez da ênfase racionalista para a culturalista. A primeira crise do Urbanismo Formal produziu propostas que buscavam solucioná-la, amadurecendo a recém-inaugurada disciplina. Entre suas revisões, aquela do grupo italiano *Tendenza* talvez tenha sido a que mais contribuiu na transformação ideológica do Planejamento Urbano. Como vimos no item anterior, este grupo propôs que a cidade deveria ser lida através de sua forma, com o apoio do conhecimento histórico, buscando refundar a prática do urbanista a partir da pesquisa morfológica e de uma visão estruturalista da cidade. Esta contribuição alargou o caminho para a crescente ênfase na cultura que o planejamento das cidades tem experimentado desde as últimas décadas do novecentos, culminando em uma prática de planejamento que elegeu a cultura como ideologia que justifica todas as ações,

servindo explicitamente aos interesses do capital, em especial nos territórios dominantes da nova geopolítica global.

Esta transformação do papel do Planejamento Urbano na gestão pública tem suas raízes na própria alteração do papel das cidades e do planejamento público, decorrente das novas demandas do capitalismo. Assim, com a crise econômica dos anos de 1970, esta disciplina progressivamente passou a ser encarada como um instrumento menos científico e mais voltado para questões genéricas e subjetivas, especialmente aquelas relacionadas à cultura, a fim de validar as práticas recentes da gestão urbana, especialmente sua tendência neoliberal. Portanto, não se trata aqui simplesmente de uma crise interna ao Urbanismo, mas sim de uma reorientação de sua prática a fim de atender às novas demandas do sistema econômico, colocadas pelo Capitalismo Tardio em nascimento naquela década (ou Capitalismo Monopolista). Como vimos, o sistema taylorista-fordista entrou em colapso e o capital impôs às administrações municipais fortes posturas neoliberais em seu planejamento, utilizando lógicas empresariais e considerando a cidade não tanto mais o lugar da vida e do equilíbrio social – como na ideia do Bem-Estar Social –, mas como uma máquina de gerar renda e de competição com todas as outras cidades do mundo pelos investimentos globais.

A gestão da cidade passou a servir interesses bem definidos, especialmente os do capital imobiliário e dos homens de negócio em busca da produção de lugares privilegiados para a valorização do solo e a atração do arisco capital financeiro. Neste contexto podem ser compreendidos os processos de urbanização, gentrificação, brandificação das cidades e, acima de tudo, o aspecto empresarial de sua gestão (CASTELLS, 1999; CHOAY, 2010; HARVEY, 2006; MANDEL, 1982; MUÑOZ, 2008; VÁZQUEZ, 2004).

Conforme Bourdin (2011) e Arantes, Maricato e Vainer (2009), esta nova expressão do planejamento, de ascendência italiana, de fundação inglesa, norte-americana e francesa⁶⁷, cuja maturidade foi alcançada em solo catalão⁶⁸, é referida pela expressão Planejamento Estratégico. Além de Barcelona 92, os projetos para Bilbao (Guggenheim), Lisboa (Expo 98) e Berlim (Potsdamer Platz) foram outras experiências bem sucedidas. Orientados pelo Consenso de Washington, cuja cartilha ditou as políticas de diversos países desde o início dos anos de 1990 – especialmente na América Latina –, a gestão urbana passou a ser realizada conforme as demandas do mercado e da economia globalizada, segundo a ideologia neoliberal.

⁶⁷ Referimo-nos aqui, respectivamente, às propostas do grupo italiano *La Tendenza*, ao projeto de revitalização da zona portuária de Londres desde 1988 (Canary Wharf), à zona portuária de Nova Iorque desde 1975 (Battery Park), assim como aos grandes projetos de Mitterrand em Paris, desde 1982.

⁶⁸ Com os projetos para a cidade de Barcelona com vistas à realização dos Jogos Olímpicos de 1992.

O Planejamento Estratégico produziu efeitos bastante distintos em cada contexto. Nos países mais ricos, onde o desmonte das garantias sociais foi menos nocivo, este novo modo de gestão urbana produziu menos injustiças: isto explica porque a aplicação do método em Barcelona surtiu, aparentemente, tantos efeitos positivos e duradouros – não só o volume de capital investido ali foi superior a uma renovação urbana em um país menos favorecido, mas também a quantidade de marcos históricos na paisagem da cidade, sua tradição literária, seu estilo de vida, tudo facilitou o estabelecimento naquele momento de um nível de qualidade urbana adequado e também equilibrado socioespacialmente. Porém, as mesmas lógicas e interesses perpassam as intervenções em Barcelona: “(...) esse processo ainda recebeu a ajuda dos Jogos Olímpicos de 1992, que propiciou grandes oportunidades para acumulação de rendas monopolistas (Juan Samaranch, presidente do Comitê Olímpico Internacional, por coincidência, tinha muitos interesses imobiliários em Barcelona)” (HARVEY, 2006, p. 234).

Na virada do século XXI toda esta estrutura e modo de gestão foram desestabilizados pela crise econômica do final da primeira década do presente milênio. A prática do Planejamento Estratégico foi questionada e sua real viabilidade a longo prazo foi bastante desacreditada. Podemos tomar a crise econômica nos EUA em 2008 e a falência do consórcio *Dubai World* em 2009 como os momentos finais das duas posturas, da gestão neoliberal e do planejamento ‘a la Barcelona’ (Arantes, Maricato e Vainer, 2009; Bourdin, 2011). Alain Bourdin utiliza o termo Urbanismo Liberal para se referir a tal tipo de gestão urbana, considerada por ele como superada desde a quebra da sociedade pública *Dubai World*, que produziu o mundialmente celebrado espetáculo urbano na cidade em questão. No momento presente, conforme Bourdin (2011), o Urbanismo atravessa sua segunda crise teórica.

De modo geral, esse tipo de urbanismo depende muito de dinheiro público, mas aplica tais divisas de modo setorial e visando, explicitamente, o desenvolvimento econômico dos capitais privados parceiros nas operações urbanas⁶⁹. Conforme Bourdin (2011), em sua prática, o Urbanismo Liberal – expresso no Planejamento Estratégico –, utiliza-se de conceitos vagos e ideológicos a fim de produzir consensos entre os diversos atores envolvidos, embora sempre tenda a satisfazer a iniciativa privada, formada pelos investidores financeiros e pelo capitalismo imobiliário. Seu vocabulário impreciso não costuma ir além de palavras como: criatividade, competitividade, inovação, vocação, identidade e diversidade. Suas ferramentas fundamentais foram importadas do ambiente empresarial e expressam um dos caminhos que o capital seguiu

⁶⁹ Isto sem contar os casos mais exdrúxulos, onde certas obras são realizadas visando interesses eleitoreiros ou a retribuição econômica, por parte dos políticos, a empresas de construção civil que financiaram suas campanhas, conforme é práxis no Brasil (ARANTES, MARICATO e VAINER, 2009).

a fim de controlar o ambiente externo à corporação, a fim de ser possível realizar seu planejamento a longo prazo. Assim, o Urbanismo Liberal é baseado na concorrência, no *benchmarking*⁷⁰, nos serviços, nas finanças, na economia criativa e no consumo. Não toma partido em relação ao espraiamento urbano, às desigualdades socioespaciais, nem à dependência do automóvel particular. Busca aplicar seus esforços em áreas bastante limitadas da cidade e com certas características que as possibilitem se converter em imagens adequadas para o estabelecimento de rótulos atrativos para a cidade, disparando as características da urbanização contemporânea comentadas nesta pesquisa. Embora fale de cultura, sociedade, inclusão, igualdade e sustentabilidade, o Planejamento Estratégico lida com estes termos de modo ideológico, não intentando, de fato, trazê-los à realidade de um modo justo, conforme muitos trabalhos buscam explicitar – em nosso caso, especialmente Arantes, Maricato e Vainer, 2009; Bourdin, 2011; Castells, 1999; Harvey, 2006; Muñoz, 2008.

Além de tecer críticas ao Urbanismo Liberal e apontar sua decadência recente, Bourdin (2011) apresenta um embrião de agenda para o Urbanismo dos primeiros momentos do século XXI, pós-crise de 2009. Ele desenha suas propostas a partir de sua percepção do funcionamento da sociedade contemporânea e das falhas do Planejamento Estratégico. Deste modo, aos conceitos vagos utilizados para produzir consenso entre os atores e partir para a ação, é contraposta a necessidade da reinserção dos peritos e das teorias no Urbanismo, abandonando as receitas prontas da prática hodierna, seu vocabulário impreciso e seus lugares comuns. Com isso, o Urbanismo deve buscar estabelecer um diálogo real entre seus atores atuais, assim como produzir conceitos válidos e universalmente compreendidos – para isso, a disciplina deve extrapolar suas concepções atuais e buscar associar os objetos urbanos localizados ao contexto territorial mais amplo, aos serviços, aos atores e a outros saberes. Assim, o Urbanismo deve transformar seu perímetro de atuação e pesquisa, tirando o foco dos contenedores e o colocando mais sobre os conteúdos manipulados (ou manipuladores) da forma urbana. Na verdade, o raciocínio urbano deve transcender a morfologia a fim de buscar uma construção socialmente coesa dos **sistemas urbanos**. Para Bourdin (2011) este novo Urbanismo deve lidar com as ofertas urbanas, orientadas mas não determinadas pelos cidadãos-clientes, devendo inclusive interferir nas – e modificar as – demandas sociais, utilizando sua principal arma: a gestão das ofertas de acesso aos recursos urbanos (moradia, lazer, trabalho etc), mobilidade, autonomia e flexibilidade de usos, ambiências e percepção. O bom Urbanismo não será o do espetáculo

⁷⁰ O termo anglófono se refere à pesquisa que uma empresa faz das melhores práticas em seu ramo, a fim de as compreender e as aplicar em seu contexto.

arquitetônico ou da criação de ilhas de imagens fortes, mas aquele que criará sistemas urbanos bons, onde a coesão social existirá.

Sobre a coesão social, Bourdin (2011) comenta que a sociedade tradicional chegou ao fim e, em seu lugar, temos redes de indivíduos criadas a partir de interesses e contratos comuns, além de pequenos grupos comunitários e ideológicos. Comenta como não é possível restaurar a sociedade anterior, nem produzir bairros-aldeia ou sociedades urbanas como a do burgo medieval. O consenso, por outro lado, também não é possível, em função da tendência às múltiplas vozes e aos diversos discursos anteriormente totalizadores⁷¹. Assim, a aldeia global não será a da comunidade global, mas uma situação em que devem ser construídas sociedades onde a coexistência do conflito e da diferença existam e são geridos visando a coesão social. Deverão ser construídos dispositivos e lugares que operem processos de negociação de conflitos e coesão, especialmente relacionados aos direitos urbanos: morar, liberdade de expressão e pensamento, trabalho, mobilidade, acessibilidade, acolhimento (do estrangeiro, do turista, do exilado etc), ambiente satisfatório, segurança (não apenas em relação à delinquência mas também a outras violências⁷². Deverá, no final das contas, ser um urbanismo que priorize a cidade dos pobres.

A necessidade de se enfatizar os conteúdos e os processos leva Alain Bourdin a afirmar que “o urbanismo futuro organizará e fará funcionar dispositivos fundados em orientações estratégicas, que deverão assegurar a competitividade redefinida dos sistemas urbanos e a sua coesão social através de uma oferta urbana flexível” (BOURDIN, 2011; p. 95). Assim, as orientações estratégicas deverão ser implementadas a partir de constantes ajustes no curto prazo, partindo de previsões e leituras do cenário real, especialmente como respostas aos imprevistos do povoamento e às mudanças nos modos de vida da população. Esta atividade (que o autor denomina programação) deverá ser baseada em conhecimentos sociais, modos de vida, valores, costumes, aspectos econômicos, inovações tecnológicas e às flutuações da sociedade contemporânea.

Em suma, Alain Bourdin lança mão do termo Urbanismo de Regulação, a fim de expressar esta nova práxis de gestão urbana. Ele afirma que as cidades serão cada vez menos definidas em termos morfológicos claros, mas antes enquanto sistemas constituídos por certos problemas urbanos relacionados entre si: fim das fronteiras, multicentralidades, deslocalizações, redução da força de lugares simbólicos etc. A complexidade também é maior em função das relações entre seus diversos atores e inter-relações: uma fábrica pode ser

⁷¹ Por outro lado, o próprio relativismo não pode ser visto como a mais nova totalização?

⁷² Exclusão, segregação, desigualdade socioespaciais, preconceito etc.

favorável em seu contexto urbano, mas isto não impede que, a qualquer instante, seja fechada por decisões e cálculos tomados pela sua sede, localizada no outro lado do mundo. A ordem urbana no contexto presente é inviável, devendo o urbanista compreender os limites dos projetos urbanos e buscar lidar com a eficácia e a regulação das atividades e das formas possíveis. Essa regulação deve visar o equilíbrio, mesmo que constantemente seja desequilibrada, produzindo um tipo de ação bastante dinâmica – o que exclui a simples aplicação de receitas, mas exige um pensamento que entenda os fluxos e os responda, embora não se deixe levar pelos mesmos, como na prática recente (BOURDIN, 2011).

3. URBANIZAÇÃO CONTEMPORÂNEA NO BRASIL

“(...) é a evolução das relações entre a cidade e a indústria que vai alterar a fisionomia das cidades.”
- Charles Delfante.

A urbanização do atual território brasileiro teve início com a colonização portuguesa, no século XVI. A América do Sul era ocupada por milhões de habitantes, distribuídos em diversos grupos étnicos, de linguagens e costumes próprios. Embora houvesse civilizações que construíram cidades, na região correspondente ao Brasil viviam centenas de povos tribais em constantes parcerias e conflitos bélicos entre si. A tradição historiográfica nos apresenta este momento da formação do país, como sendo definido pela destruição de tais povos pelos portugueses, seja pela guerra, pela doença ou através do domínio cultural. Segundo o mesmo pensamento, outro dado fundamental da formação do brasileiro foi a escravidão dos negros, trazidos do continente africano ao Novo Mundo a fim de se tornarem o trator, o eletrodoméstico e a infraestrutura urbana do Brasil durante seus primeiros séculos de existência.

Do ponto de vista antropológico, aprendemos que tudo isto teria culminando na formação de um povo novo, mestiço, malandro, hospitaleiro, criativo e pacífico. Nos últimos anos, o futebol, o carnaval, a Floresta Amazônica e o Rio de Janeiro foram acrescentados a esta autoimagem⁷³. Além das obras tradicionais sobre este período formativo, pesquisas recentes têm contribuído para a desconstrução de certos lugares-comuns da História do Brasil, mostrando como, por exemplo, boa parte da população indígena voluntariamente se inseriu na sociedade urbana que se formava ou ainda como a escravidão dos negros foi uma prática instituída e aceita pelos próprios africanos – sendo normal, por exemplo, um ex-escravo almejar se tornar senhor de alguns escravos. Não queremos afirmar que não houve opressão do negro

⁷³ No episódio 15 da 13ª temporada do desenho *Os Simpsons* esta caricatura foi primorosamente exibida, quando a família protagonista da série (que em si já é uma caricatura do norte-americano), viajaram para o Brasil e se relacionaram exatamente com tais elementos definidores da imagem nacional.

ou do indígena, mas sim de ressaltar que muitos fatos possuem outras relações, afora as tradicionalmente conhecidas (NARLOCH, 2011).

Ainda hoje, existem cerca de 200 povos no território brasileiro e, por isso, pensamos ser coerente assinalarmos que nossa pesquisa focaliza a etnia brasileira, predominantemente urbana e que politicamente domina todos os outros povos indígenas, cuja população e território são bastante inferiores aos de quinhentos anos atrás. Se antes as guerras, as doenças e a própria miscigenação cultural contribuiu para a diminuição de tais etnias, atualmente a urbanização e a economia agropastoril têm dado prosseguimento a esta supressão étnica e engrossado o caldeirão de reivindicações sociais⁷⁴ relacionadas, em algum nível, com o processo de modernização e inserção econômica do Brasil na Sociedade em Rede. Embora tratemos aqui especificamente do espaço urbano, compreender estas outras questões são fundamentais para uma ação política consciente. Esta é apenas uma das peculiaridades brasileiras, fazendo companhia aos debates sobre meio ambiente e aos movimentos pelas reformas setoriais, tais como a política, a tributária, a agrária ou a urbana.

Devido ao nosso interesse – o processo recente da urbanização brasileira –, trataremos aqui o período compreendido entre a chegada dos primeiros europeus e a fundação dos primeiros núcleos urbanos até meados do século XX como um único momento. Claro que tal divisão visa apenas facilitar nossa compreensão, uma vez que tão grande período contém diversos momentos peculiares, não só quanto à urbanização mas também em relação às atividades econômicas predominantes, à constituição social ou às características políticas da sociedade brasileira. Em relação à urbanização do território, por exemplo, Nestor Goulart Reis Filho considera como um período relativamente homogêneo o intervalo de tempo entre 1500 até 1720, onde a urbanização do território colonial se deu como decorrência da atividade agrícola inicial, da indústria açucareira e à mineração, iniciada em fins do século XVII. Para ele este período representa a consolidação da rede urbana primária no solo brasileiro, a partir da qual os demais núcleos se estruturariam e a própria configuração territorial do país tomaria forma. Para Reis Filho (1968) a década de 1720 se justifica como fim deste período devido ao fim da Guerra dos Mascates (1710-1711), que é tomada por este autor como o marco da redução do domínio da vida rural e de seus senhores sobre a cidade, que agora assumia posturas de domínio econômico e político cada vez mais evidentes, com o crescente fortalecimento de seus comerciantes; ainda, esse foi o primeiro conflito social brasileiro no qual uma camada social urbana teve protagonismo. Além disso, foi no início do século XVIII que o processo de

⁷⁴ Como os movimentos relacionados à posse fundiária – urbana e rural –, ou ainda as já citadas reivindicações de gênero, ambientais e políticas.

implantação da política de centralização administrativa na colônia foi completado (REIS FILHO, 1968).

Sabemos também que, do ponto de vista da História geral do País, é proposta uma periodização a partir das mudanças no regime político, definindo assim um período colonial (do descobrimento até a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808), um breve período em que o Brasil foi a sede da Coroa (1808-1822), um período imperial (1822-1889) e finalmente o período republicano, iniciado em 1889 e que alcança nossos dias, embora tenha sido permeado por duas ditaduras – a Vargas e a Militar de 1964. Porém, nosso recorte temporal levará em conta as características do processo recente de urbanização do território e, por isso, tal periodização não representa adequadamente momentos distintos quanto à ocupação do território ou ao papel e constituição dos núcleos urbanos brasileiros, especialmente em nosso foco, pois no período republicano houve momentos bastante distintos quanto ao fato urbano. Deste modo, as divisões do período anterior à metade do século XX são consideradas por nós de importância secundária em relação à delimitação de nosso interesse neste capítulo – a urbanização contemporânea nacional. Comentamos adiante, de modo bastante breve, o período anterior à Segunda Grande Guerra, desconsiderando diversas diferenças e transformações em seus quatrocentos anos de duração, pois intentamos apenas contextualizar nossa descrição da urbanização recente do Brasil.

3.1. Urbanização brasileira anterior a 1940-50

Conforme Santos (1996), a urbanização brasileira anterior à primeira metade do século XX possui características que nos permite tomá-la de uma só vez a partir de alguns caracteres mais ou menos constantes no período. Houve, como é sabido, períodos distintos ao longo dos primeiros séculos da colônia em relação à evolução da rede urbana do país, ao grau de relevância da população e da economia urbana no contexto mais geral do Brasil – e da Coroa Portuguesa. Até o início do século XVIII, por exemplo, a urbanização foi mais intensa no litoral nordeste do país, em função da dependência dos núcleos urbanos em relação à produção do açúcar e à sua intensa comunicação com o Velho Mundo. Com o início da mineração e a decadência do comércio açucareiro, forçosamente a urbanização do território se deslocou para a região sudeste e para o interior, embora a força do litoral tenha permanecido; neste processo, lentamente o poder político e econômico se deslocou para latitudes mais elevadas ao sul da linha do Equador. Porém, nos dois momentos, a urbanização sempre foi mínima, com o Brasil atingindo no início da segunda década do século XVIII o total de sessenta e três vilas e oito

cidades. Apenas em 1920 a população urbana estimada alcançaria 10% da população total (REIS FILHO, 1968; SANTOS, 1996). De modo geral, podemos considerar que

(...) o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período imperial (OLIVEIRA VIANNA, 1966, p. 55 apud SANTOS, 1996, p. 17).

A citação seguinte explica a viabilidade da situação de boa parte da ocupação territorial brasileira até o século XIX:

O campo pode, portanto, subsistir sem a cidade e realmente, na história precedeu à cidade. Esta só pode surgir a partir do momento em que o desenvolvimento das forças produtivas é suficiente, no campo, para permitir que o produtor primário produza mais que o estritamente necessário à sua subsistência. Só a partir daí é que o campo pode transferir à cidade o excedente alimentar que possibilita sua existência (SINGER, 1980, p. 12-13).

Embora tal relação seja confirmada, ela ainda carece de considerar o fator político, a escolha de uma dada sociedade em produzir cidades. Em nosso caso, embora houvesse as condições necessárias para o fenômeno urbano em algumas regiões da colônia, o mesmo não acontecia naturalmente, como a fala de Paul Singer parece dizer. Mesmo quando o campo alcançava condições de permitir vida urbana no Brasil, as relações econômicas e políticas internacionais nas quais este território estava envolvido fomentaram, nestes primeiros séculos, a existência de uma sociedade agrária e voltada para o Velho Mundo, funcionando como uma hinterlândia das cidades europeias – apenas olhando com esta abrangência, é possível compreender como o excedente do campo foi transferido para as cidades: mas foram as europeias, muito mais que as brasileiras, que receberam o produto da terra.

Segundo Reis Filho (1968), nos dois primeiros cem anos da colonização brasileira a vida urbana local era intermitente e bastante dependente das atividades agrícolas. Os senhores de engenho, por exemplo, possuíam casas nos núcleos urbanos, mas não as utilizavam habitualmente, vivendo na zona rural e mantendo vínculos com a área urbana especialmente para participar de sua vida política, através da qual seu papel dominante naquela sociedade era efetivado. A gestão econômica e política da colônia era exercida pelos senhores do campo, embora progressivamente tenha sido transferida para as mãos de portugueses e da Coroa, à

medida que o contexto internacional se transformava, o Governo Geral se consolidava e a descoberta do ouro acontecia. Ao final do período considerado (ou seja, a década de 1720), a vida urbana tinha peso relevante em todos os aspectos, intensificando a relação entre as regiões rurais e os núcleos urbanos locais. Por outro lado, afora o comércio local e os poucos profissionais liberais existentes, a dinâmica urbana era sustentada basicamente pelo funcionalismo público necessário ao controle e manutenção das atividades agrárias de exportação. Portanto, para nosso interesse, consideramos o início do século XVIII um primeiro período distinto quanto à urbanização, marcado pelo estabelecimento de uma rede urbana primitiva, pelo controle do Governo Geral e pela presença de atividades tipicamente urbanas em seus principais centros, seguindo a periodização de Reis Filho (1968).

Embora houvesse evoluções no sistema político e um constante crescimento da população total do Brasil entre 1720 e o final dos oitocentos, foi apenas a partir das últimas décadas do século XIX que mudanças significativas no ritmo e na qualidade da urbanização puderam acontecer. Se durante o período colonial a relação pouco diferenciada de campo e cidade cumpria o papel do Brasil no sistema mercantil internacional, no Império (1822-1889) os núcleos finalmente adquiriram feições mais urbanas, apresentando maior diferenciação em relação às áreas rurais, seja quanto à forma ou quanto ao conteúdo dos mesmos. Especialmente, a capacidade urbana de acumulação do capital mercantil deu às cidades força financeira própria para manter a evolução da produção rural e o nascente e restrito mercado interno. Por outro lado, a dependência do escravo limitava as possibilidades de expansão da economia doméstica, contribuindo para a manutenção de uma rede urbana muito pouco integrada (como um arquipélago de núcleos urbanos), onde o predomínio dos centros litorâneos se manteve – embora ao longo do século XIX as atividades burocráticas nas capitais do interior do território e nas regiões mineradoras também contribuíram para a ampliação do processo de urbanização e para o crescente predomínio hierárquico das áreas urbanas sobre as rurais (EGLER, 2001).

Conforme Santos (1996), entre 1890 e 1940 é possível perceber uma mudança importante na urbanização nacional: houve aumento da população ativa no terciário e uma diminuição relativa naquela envolvida nos setores primário e secundário. As capitais dos estados foram as protagonistas na intensificação da urbanização neste momento, tendo sua economia majoritariamente sustentada pelas atividades agrícolas em suas zonas de influência – o que também ocasionava oscilações no número de habitantes urbanos nas mesmas, devido às

características de tais atividades⁷⁵. Outro aspecto que ocasionou o incremento nos índices de urbanização deste período foi o já citado funcionalismo público, novamente privilegiando as capitais (SANTOS, 1996).

Deste modo, até meados do século XIX, o Brasil podia ser considerado um “arquipélago gigante”, com subespaços justapostos e com pouco relacionamento entre si, mas apenas com o mundo exterior. No interior destes espaços havia alguns polos mais dinâmicos, mas funcionando de modo autônomo uns em relação aos outros. É fundamental salientar que, a partir da metade dos oitocentos, a produção cafeeira no Estado de São Paulo, que influenciava uma área considerável, incluindo parte de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, estabeleceu uma unidade regional bastante dinâmica, com relações internas de interdependência e integração. Isto foi possível tanto pela mecanização do território (com linhas férreas, aparelhamento de portos e instalação de meios de comunicação) quanto por mudanças sociais, com o surgimento ali de formas capitalistas de produção, trabalho, consumo e outros. Tudo isso produziu, pela primeira vez, uma região com fluidez considerável, não relacionando-se apenas com o mundo exterior, mas também com seu mercado interno. A mecanização do território das lavouras de café, especialmente devido às linhas férreas, contribuíram ainda para levar o processo de urbanização para o interior do país, em direção à bacia do rio Paraguai, na província do Mato Grosso (EGLER, 2001). Cabe salientar porém, que este caso foi único no período, limitado espacialmente e voltado apenas para si e para o comércio exterior. E isto é bastante relevante, pois foi a partir deste território que o processo de industrialização brasileiro se desenvolveria, alçando a região Sudeste à dianteira econômica do País, que passaria a ser polarizado pela capital paulista (SANTOS, 1996).

Assim, entre meados dos oitocentos e a década de 1930, podemos entender a estrutura territorial brasileira constituída a fim de viabilizar a produção de riqueza no campo, cabendo às cidades a função administrativa e a comercialização da riqueza agrária tanto para o exterior quanto para o crescente mercado interno. Sem a escravidão, novas relações de trabalho se desenvolveram no período, como o trabalho assalariado nas regiões cafeeiras paulistas, a produção familiar nas pequenas propriedades do Sul e as relações de parceria no Nordeste (EGLER, 2001).

O último momento de nosso grande período pré-Segunda Guerra, pode ser considerado como iniciado a partir da década de 1930, quando transformações de cunho político e

⁷⁵ O caso de Manaus e Belém, em relação à produção de borracha, são os exemplos clássicos da relação, naquele período, entre a população urbana de uma capital e as atividades agrícolas dominantes em sua região de influência (SANTOS, 1996).

organizacional permitiram outro impulso na urbanização brasileira, devido à intensificação do processo de industrialização nacional e ao estabelecimento de seu mercado interno. A elite brasileira, de discurso nacionalista e modernizador, impulsionou o estabelecimento de uma nova lógica econômica (a industrial) e territorial (a integração nacional), lançando as bases para o processo recente de urbanização brasileira, pautado pela mecanização do território, pela fluidez, pelo predomínio do urbano e pelo crescente papel da iniciativa privada nas diversas áreas da sociedade. Do ponto de vista político e econômico, esta década poderia ser tomada para assinalarmos o início do processo de industrialização da sociedade brasileira e também para dividir temporalmente nossa breve exposição. Porém, conforme veremos adiante, foi apenas no período compreendido entre o fim da Segunda Grande Guerra e a década de 1980 que a lógica de industrialização prevaleceu, com a formação de um mercado nacional e com esforços para a mecanização do território em escala alargada. Isto promoveu o crescimento da terceirização e contribuiu para o processo de urbanização, fortemente vinculado ao comércio e aos serviços. Com isso, não só cada vez mais rápido a população brasileira cresceria, mas apresentaria aumento rápido nas próprias taxas de crescimento populacional urbano, estabelecendo “(...) uma urbanização cada vez mais envolvente e mais presente no território” (SANTOS, 1996, p. 27).

Cabe acrescentar que este quadro corrobora a observação de Castells (1999) sobre papel fundamental dos Estados nos aspectos econômicos, sociais e políticos da história de um povo. Como já assinalamos, um país não se torna econômica nem politicamente dominante simplesmente porque foram desenvolvidas inovações tecnológicas em seu território, mas pela capacidade da administração pública em possibilitar ou se apropriar de tais desenvolvimentos, quaisquer que sejam. Em nosso caso, o processo de urbanização brasileiro não foi retardado ou acelerado em cada momento ou região simplesmente pela existência ou conhecimento de certas técnicas, mas pela ação política em cada contexto, seja na transformação da colônia em uma hinterlândia europeia, rural e escravocrata, seja em sua posterior conversão em nação industrializada e urbana, ainda que submetida às nações mais ricas e marcada pela contradição.

Julgamos que este relato da evolução da urbanização nacional anterior à década de 1940 nos é suficiente, pois permite uma visão rápida de alguns momentos relevantes para o estabelecimento da condição da rede urbana nacional contemporânea, especialmente seu caráter litorâneo, heterogêneo e polarizado. A leitura de certos trabalhos de síntese são fundamentais para uma compreensão mais profunda do assunto; para este aprofundamento sugerimos, além de Reis Filho (1968) e Santos (1996), a consulta às pesquisas em Buarque de Holanda (2010), Marx (1991) e Prado Júnior (2007).

3.2. Urbanização brasileira após 1940-50

A aglomeração urbana, mesmo no longo momento em que não foi o fenômeno predominante da ocupação, desempenhou papel importante no sistema socioeconômico brasileiro, atuando como centro político, como ponto de armazenamento da produção exportadora e como nó, especialmente no litoral, do circuito mercantil mundial. Porém, como vimos, alguns momentos foram fundamentais na consolidação da atual rede urbana do país e, acima de tudo, para sua conversão de país rural em urbano e industrial – e, na fase atual, informacional.

Consideramos que o período imediatamente posterior à Segunda Grande Guerra constitui-se como outro momento peculiar quanto ao processo de urbanização brasileira, em função de observar-se nele, especialmente até a década de 1980, um constante e acelerado crescimento populacional urbano. Como mencionado, a partir dos anos de 1930 o Estado lançou mão de políticas que permitiram o desenvolvimento industrial nacional e o estabelecimento do mercado interno. Quanto à produção industrial, o período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960 pode ser encarado como um momento de transição, onde a produção industrial nacional e o mercado doméstico ainda estavam em consolidação e operavam de modo bastante restrito, especialmente à região paulista; a produção agrícola para exportação ainda era a fonte principal da acumulação brasileira e o País era extremamente dependente da importação de bens de produção. Esta situação, embora mudando lentamente, predominou até o governo militar, cujas políticas aceleraram o processo de industrialização, fortalecendo o mercado doméstico e contribuindo para a formação de uma rede urbana integrada em escala nacional e, posteriormente, global (EGLER, 2001).

Conforme nossa periodização, que se refere ao fenômeno da urbanização e não diretamente ao processo de industrialização, nossa década chave é a dos anos quarenta, especialmente após o grande conflito bélico⁷⁶. No período 1940-80 percebemos um novo nível de urbanização no País, tanto em números absolutos quanto em velocidade de crescimento, embora seu primeiro momento de aceleração tenha ocorrido já desde as décadas imediatamente anteriores à virada do século (Tabela 1).

⁷⁶ Esta divisão é inspirada em Santos (1996), nossa principal referência para os itens 3.1.1. e 3.1.2. Além disso, sua relação com a industrialização é evidente, pois nesta década o governo Vargas empreendeu diversas ações no sentido de fomentar a produção industrial nacional e integrar o território.

Tabela 1 – Brasil: proporção da População Urbana em relação à População Total.

Ano/Década	População Urbana
1872	5,90%
1890	6,80%
1900	9,40%
1920	10,70%
1940	31,24%
1950	36,16%
1960	45,08%
1970	56,00%
1980	65,10%

Fonte: SANTOS, 1996, p. 20.

Conforme a tabela 1, observamos que a urbanização do país se intensificou, do final do período imperial até a década de 1940. Neste período a população urbana do interior ainda estava em relativo isolamento em relação aos outros núcleos urbanos, porém em crescimento devido ao incremento de capitais mercantis locais, ocasionando investimentos privados na região cafeeira paulista: companhias de telefone e de energia, bancos, escolas e postos de gasolina. Relativamente, o peso do terciário também aumentava em relação ao primário e secundário.

Conforme Santos (1996, p. 29), “Entre 1940 e 1980, dá-se a verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira”. A taxa de urbanização salta, em quarenta anos, de 26,35% para 68,86% (SANTOS, 1996). Em números absolutos isto significa que enquanto a população total triplicou, a urbana foi multiplicada por sete vezes e meia. Este processo acelerado fez com que, a partir da década de 1960, a taxa de crescimento da população urbana superasse a da população total. Comparando a década de 1980 com a atual, percebemos que em 2010 a população urbana era 30% maior que a população total em 1980, embora entre as duas décadas a população tenha aumentado menos que no período até 1980: a total em aproximadamente 50% e a urbana duplicando de tamanho; assim, a relação entre os índices de crescimento do período posterior à 1960 teve comportamento semelhante, porém apresentando uma desaceleração em ambos os ritmos. Finalmente, o processo culminou no predomínio da população urbana sobre a rural, alcançando um índice de 84,36% em 2010 (Tabela 2).

Tabela 2 – Brasil: evolução populacional total e urbana entre 1980 e 2010.

Ano	População total	População urbana	Proporção
1980	121 150 573	82 018 938	67,70%
2010	190 755 799	160 925 792	84,36%

Fonte: IBGE, 2011.

Ao analisarmos tais números e sua relação com o território, perceberemos que o processo de urbanização do Brasil, a partir de meados do século passado, ocorreu de modo concentrado e marcado tanto pela metropolização quanto pela desmetropolização. Desde os anos de 1950, a população não apenas começa a crescer de modo acelerado, mas ela passa a se localizar em cidades e, preferencialmente, em seus núcleos médios e grandes. Santos (1996) observa que um núcleo médio varia de tamanho conforme o momento analisado, uma vez que uma cidade média em 1950 era tida como tendo população superior a 20 mil habitantes, enquanto nos anos de 1980 núcleos deste tamanho são considerados pequenos. Assim, nos anos cinquenta ocorreu um aumento do número de núcleos com população superior à 20 mil habitantes; entre esta década e o início da década de 1980, ocorreu uma urbanização concentrada, com diversas cidades de tamanho médio surgindo; finalmente, especialmente a partir de oitenta, o País alcançou o estágio da metropolização, com o aumento de cidades com mais de 1 milhão de pessoas. Entre 1970 e 1980, a região periférica das metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro absorveram 11,61% do aumento populacional do País, enquanto que seus municípios-centro receberam 13,97%, totalizando um quarto do incremento total de brasileiros no decênio considerado.

Em paralelo, a crescente população do País também se instalou fora das regiões metropolitanas, aumentando constantemente o número de cidades com mais de 20 mil habitantes, conforme comentamos. Isto impactou o fenômeno da metropolização, uma vez que embora as metrópoles brasileiras continuamente cresciam em tamanho e quantidade, houve também uma progressiva redução no percentual da população que nelas vive em função do crescimento populacional em núcleos médios. Em 1950, 32,07% da população estava em núcleos com mais de dois milhões de habitantes, enquanto que em 1980 tais núcleos abrigavam apenas 21,75% da população total. No mesmo período, o maior crescimento se deu entre as cidades com população entre 200 e 500 mil pessoas, passando de 12,99% para 15,91% (SANTOS, 1996). Dados recentes confirmam esta tendência, mostrando que os maiores núcleos abrigam 14,44% da população total e os médios 15,31% do total em 2012, ultrapassando os primeiros. Entre 2000 e 2012, a maior taxa de crescimento populacional foi observada entre os municípios de população entre 200 e 500 mil habitantes. Por outro lado, o processo de metropolização continua, pois em 2012 as 15 regiões metropolitanas abrigavam 37,26% da população brasileira, número superior ao de 2000, quando o índice era de 37,04%, o que confirma a intensificação do padrão vislumbrado por Milton Santos já na década de 1990 (Tabela 3).

Tabela 3 – Brasil: taxas médias geométricas de crescimento anual (%), segundo as classes do tamanho dos municípios (número de habitantes): 2000-2012.

Classes de tamanho dos municípios (n° hab.)	Taxa de crescimento (%)
Até 10.000	-0,667
Entre 10.000 e 20.000	0,000
Entre 20.000 e 50.000	0,873
Entre 50.000 e 100.000	0,689
Entre 100.000 e 200.000	1,786
Entre 200.000 e 500.000	2,081
Entre 500.000 a 1.000.000	1,606
Acima de 1.000.000	1,648
TOTAL	1,122

Fonte: Página de internet IBGE.

Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2204&id_pagina=1>

Acesso em: 10 mai 2013.

Entre os fatores que explicam o forte crescimento populacional brasileiro a partir do fim da Segunda Guerra, destaca-se a redução da mortalidade, causada pela melhoria das condições sanitárias, dos padrões de vida gerais e ainda pelo fato de a população se urbanizar – este último aspecto se deveu à grande população que se dirigiu às regiões cujo processo de industrialização já tomava corpo, especialmente no Sudeste. Paralelo a isso, o País também experimentava, no período considerado, taxas altas de natalidade. A partir dos anos oitenta do século XX, embora a expectativa de vida e a mortalidade infantil continuassem experimentando melhorias, as taxas de natalidade diminuía a cada década, em função do controle familiar e da popularização dos métodos contraceptivos.

Ocorreram também mudanças na relação entre as taxas de crescimento das populações rural e agrícola. Entre 1940 e 1980 Santos (1996) mostra que gradativamente a população residente no campo tem ou diminuído ou crescido mais lentamente que a agrícola, conforme a década e a região consideradas. Isto é explicado tanto pelo processo de urbanização quanto pelas transformações pelas quais o campo tem experimentado ao longo do século XX, especialmente em função de sua mecanização. A população brasileira tem se tornado urbana e o campo tem deixado de ser o lugar de residência para ser apenas o da produção; o Brasil ainda possui a produção agrícola e o extrativismo como atividades econômicas exportadoras bastante relevantes, porém cada vez menos população é necessária para a manutenção da produção no campo. Assim, a crescente mecanização do campo também tem diminuído a possibilidade de vida rural e transferido sua população para as cidades. A maior parte da população vive nas grandes regiões urbanas do país. Ainda mais, a própria mão-de-obra demandada pelas atividades produtivas no campo também passou a viver nos centros urbanos, seja o cortador de cana ou o agrônomo. Estes dados estão por trás do crescimento observado na população agrícola

até 1980 e explicam as diferenças entre a população urbana, agrícola e rural brasileiras no período (SANTOS, 1996).

Acima de tudo, tanto a população rural quanto a agrícola têm perdido importância relativamente à população urbana, pois com o predomínio desta as atividades terciárias e secundárias têm se tornado as principais na produção de riqueza do País e na ocupação de sua população economicamente ativa. Uma breve verificação dos dados mais recentes, dando continuidade à tabela de Milton Santos (que vai até 1980), mostra que a população agrícola, após a década de oitenta passou também a decrescer e em proporção maior do que a rural. Entre 1980 e 1995 a população agrícola caiu em 15,4% e a rural em 10,8%. Entre 1995 e 2006 a agrícola perdeu 7,4% de sua população, enquanto a rural apresentou queda de 5,6%. Tais dados apontam tanto para a continuidade da urbanização da população brasileira, quanto para a crescente mecanização do território, reduzindo a população rural e a quantidade de trabalhadores empregados no campo (Tabela 4)⁷⁷.

Tabela 4 – Brasil: evolução das populações agrícola e rural.

Ano	População Agrícola	População Rural
1960	15 454 526	38 418 798
1970	17 581 964	41 054 053
1980	21 163 729	38 566 297
1995	17 903 890	34 381 785*
2006	16 567 544	32 428 485*

Fonte: SANTOS, 1996; IBGE, 2008.

*Dados interpolados, em função da diferente periodização dos censos consultados.

Para compreender com mais precisão estes novos aspectos da urbanização nacional, Santos (1996) propõe uma abordagem alternativa para se classificar os territórios do Brasil, tomando-os enquanto regiões agrícolas ou urbanas. Em função das novas relações entre as cidades e suas áreas rurais, a tradicional relação dicotômica entre espaço rural e urbano perdeu a capacidade de explicar a realidade; como alternativa, Santos (1996) propõe que o espaço total brasileiro deve ser compreendido como sendo composto por regiões urbanas e regiões agrícolas, superando a visão onde cidade e campo são diametralmente distintos e isolados um do outro. Haveria, portanto, um Brasil Agrícola, onde

(...) a área de exportação, isto é, de produção que procura um mercado distante, seria, sobretudo a área rural, e isso tanto mais quanto a agricultura regional seja moderna (SANTOS, 1996, p. 67).

⁷⁷ O termômetro desta mecanização é a quantidade de máquinas agrícolas empregadas. Pelos dados disponíveis, o número de tratores tem apresentado crescimento contínuo desde 1970. Em 1980 eram 545.205 tratores e em 2006 o número era de 820.673, um crescimento aproximado de 50% (IBGE, 2008).

Assim as regiões agrícolas são aquelas que funcionam como grandes áreas de produção agrícola cujas cidades se adaptam às atividades do meio rural, respondendo ao seu consumo produtivo e às demais demandas oriundas das funções agropastoris ou agroindustriais. Claro que, como em qualquer cidade, os centros urbanos de regiões agrícolas possuem certa independência em relação às atividades primárias imediatas, porém neste caso sua economia e relações são orientadas fortemente para as atividades agrícolas; inclusive, o fenômeno da mecanização e informacionalização do campo tem produzido crescimento populacional em diversas pequenas cidades, promovendo migrações que não mais se destinam apenas às metrópoles ou às cidades médias – o caso dos nordestinos que se mudam para pequenas cidades no interior do Centro-Oeste e Sudeste a fim de trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar é um exemplo abundante dos últimos anos. Já no Brasil Urbano

(...) a área “de exportação” seria tanto a rural quanto a urbana, mas sobretudo a urbana. É evidente, porém, que tanto mais importante a *região urbana*, tanto mais forte nela será a divisão interna do trabalho, com os diversos núcleos que a compõem vendendo uns aos outros bens intermediários e finais (SANTOS, 1996, p. 67, grifos do autor).

Assim, uma região urbana é aquela onde predomina as cidades sobre o território rural, assim como as atividades terciárias e secundárias sobre as primárias; são áreas mais densamente povoadas e de domínio urbano, permeadas por espaços agrícolas cuja produção é voltada preferencialmente para os núcleos urbanos imediatos. Embora sejam propostos apenas dois tipos de espaços devemos entender os dois conceitos apresentados enquanto situações ideais, uma vez que cada região pode funcionar de modo mais ou menos urbano ou agrícola, conforme sua história e contexto próprios.

Corroborando as proposições de Castells (1999), a participação das diversas áreas do território brasileiro no fenômeno da globalização econômica tem ocasionado, quanto mais incluída uma região for, a superação do par analítico campo-cidade, pois as relações locais tornam-se mais imbricadas e, além disso, também relacionadas intimamente com regiões distantes do planeta. Isto vale tanto para as regiões urbanas quanto para as agrícolas, as quais são incluídas nas redes econômicas globais mediante o aparelhamento informacional do território e das atividades que nele acontecem – seja pela instalação de infraestruturas de comunicação e transportes, pelo crescimento de ocupações e atividades altamente dependentes da informação e de trabalho científico ou pela utilização de produtos impregnados de trabalho

intelectual e científico⁷⁸ (como no caso das sementes e implementos agrícolas geneticamente modificados). Tais fenômenos são patentes na região polarizadora do país, embora também estejam presentes em graus variados e em ritmo crescente por toda parte, inclusive na região amazônica ou no semiárido nordestino (SANTOS, 1996).

No Brasil, o momento de abertura econômica e de integração de parcelas consideráveis do seu território na economia global se deu durante o governo militar, embora em sua última década. Entre o golpe de 1964 e o início dos anos oitenta, a política ditatorial empreendeu grandes esforços a fim de ampliar a integração do território nacional e de consolidar a indústria nacional e seu mercado doméstico. Foi este movimento que permitiu à indústria nacional se manter, à medida que o mercado brasileiro aumentava em poder de compra e em escala.

A economia se desenvolveu, tanto para atender seu crescente mercado doméstico quanto para atender a demanda externa, mantendo seu papel de grande exportador agrícola e também passando a exportar alguns industrializados. A expansão da classe média e o acesso das classes mais baixas ao crédito também permitiu a expansão industrial nacional. Além do crescimento da produção material, os produtos imateriais também experimentaram enorme crescimento e tornaram-se consideráveis para a economia do país, especialmente nos setores da educação, saúde, lazer ou informação.

Porém, a partir de 1980, com a crise financeira e o crescente endividamento interno e externo do país (a década perdida), progressivamente a política nacionalista e progressista do governo militar recuou, abrindo espaço e cedendo poderes crescentes às grandes corporações transnacionais, dando início ao processo de integração brasileira à economia global, via desmantelamento do Estado de Bem-Estar Social, mesmo em sua forma nacional precária. Foi neste período que o processo de desmetropolização apontado por Santos (1996) se acentuou e outros centros econômicos dinâmicos começaram a se desenvolver – Fortaleza, Manaus, Brasília-Goiânia e outros. Em princípio, o meio técnico-científico-informacional se concentrou nas regiões e nas atividades já avançadas do ponto de vista produtivo e técnico, embora recentemente aconteça a generalização do processo, com a expansão do espaço de fluxos às diversas regiões do país.

Desde o governo de Itamar Franco, a economia brasileira tem conseguido manter estabilidade em sua moeda e conter a violenta inflação que a caracterizou desde os últimos

⁷⁸ Santos (1996) utiliza o termo meio técnico-científico-informacional para se referir aos territórios assim transformados, incluídos nas relações econômicas contemporâneas através das novas TIC's e dos transportes. Tal nomenclatura corresponde ao espaço de fluxos (CASTELLS, 1999), que leva em conta a informatização do território, sua infraestrutura, seus nós de processamento – cidades e outros –, assim como o modo como os grupos dominantes se distribuem pelo território.

momentos da ditadura militar. O então ministro Fernando Henrique Cardoso foi um dos indivíduos centrais na reestruturação econômica do país, muito alinhada com os princípios neoliberais do Consenso de Washington – trazendo consigo a estabilidade, mas também o corte de gastos nos sistemas sociais públicos e a privatização de empresas nacionais estratégicas, a fim de se estabelecer o celebrado Estado Mínimo, considerado a saída adequada aos impasses do Brasil e sua inserção correta na economia global. O país passou também a enxergar mercados maiores, especialmente com a criação do Mercosul e o estabelecimento de cadeias produtivas entre nações, a fim de competir com maior força na etapa monopolista do capitalismo. Assim, a política pública tende a ser fortemente ditada pela esfera econômica, onde as nações – e cada vez mais, as cidades – estão lutando entre si para captar os fundos privados internacionais, através de estratégias cambiais e monetárias, na escala nacional, e através de revitalizações, propaganda e isenções fiscais, nas cidades.

Quanto à urbanização, é neste contexto que o papel crescente das cidades médias é percebido, assim como o das novas regiões metropolitanas. Após os anos de 1980, o processo de desmetropolização tem sido acentuado, com as cidades entre 200 e 500 mil pessoas crescendo mais rapidamente que todos os outros tipos de cidades e abrigando parcela considerável dos brasileiros. Por outro lado, novas regiões metropolitanas surgiram nas capitais dos estados – atualmente são 50 regiões metropolitanas, entre as quais: Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Brasília, Salvador e Campinas (IBGE, 2010) – tornando a divisão territorial do trabalho mais complexa e os fenômenos da economia contemporânea mais dispersos pelo território, embora as tradicionais diferenças socioeconômicas entre o norte e o sul, entre o litoral e o interior, entre São Paulo e o restante do território, ainda persistam (EGLER, 2001; SANTOS, 1996).

3.3. Quadro geral da urbanização contemporânea no Brasil

Entre os desdobramentos do processo nacional de urbanização, industrialização e, nas últimas décadas, de informacionalização brasileira, destacamos em primeiro lugar a consolidação de sua polarização, com a região paulista assumindo uma posição de gestão e domínio sobre o restante do território nacional. Com isso, o país passou a orbitar em torno da metrópole de São Paulo, presente em tempo real em qualquer outra região brasileira integrada. Isto se intensifica mesmo em face da relativa desindustrialização deste território, pois embora a função produtiva tenda a se descentralizar, as atividades de gestão da produção e aquelas relacionadas ao mercado financeiro ou aos ramos de tecnologia mais avançados se concentram

fortemente na metrópole de São Paulo (Tabela 5). O pioneirismo industrial desta região e certas medidas do Estado, concentrando capital e mecanizando este território, permitiu que o mesmo se tornasse o mais incluído nas novas relações informacionais de produção. Deste modo, o fato da Região Metropolitana de São Paulo abrigar grandes sedes de empresas nacionais e estrangeiras permite que a partir deste território possam ser controladas as principais atividades econômicas do país, independente de sua localização, via presença do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996).

Tabela 5 – Brasil: concentração das Sedes das Grandes Corporações por Estado em 1998 (por receita operacional líquida)

Região	Cem maiores empresas privadas nacionais	Cem maiores empresas estrangeiras	Cem maiores bancos privados nacionais	Bancos estrangeiros
Região metropolitana de SP	35	54	45	94
Interior de SP	3	7	0	0
RJ	18	13	22	3
RS	9	4	7	0
MG	6	7	5	0
BA	7	1	2	0
Outros Estados	22	14	19	3
TOTAL	100	100	100	100

Fonte: balanço anual – Gazeta Mercantil.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000300004&script=sci_arttext>.

Acesso em: 12 mai 13.

Em segundo lugar, temos também a crescente complementaridade entre as regiões mais integradas e o surgimento de outras fortes centralidades no Brasil. Se, em escala nacional, a onipresença de São Paulo é bastante forte, observamos também a coexistência, viabilizada pelos sistemas informacionais, de grande especialização territorial das tarefas. Vimos anteriormente que este fenômeno ocorreu em escala global, ocasionando, por exemplo, a desindustrialização de áreas tradicionalmente industriais em certos países e a migração de plantas industriais inteiras para regiões do mundo que não haviam experimentado a industrialização ou que eram muito pouco industrializadas. Em paralelo, no território brasileiro a divisão territorial do trabalho também tem sido aprofundada, criando uma situação de forte complementaridade entre seus diversos territórios. Não só nas modernas áreas rurais, mas entre as cidades é tanto maior a especialização quanto mais integradas são entre si e entre as redes econômicas transnacionais. Uma das implicações mais importantes desta nova integração é que os fluxos entre tais áreas são intensificados, uma vez que as mesmas tendem a ser interdependentes umas das outras – há

maior circulação de informações, mercadorias e pessoas entre cidade e campo, entre cidades e entre regiões. Fundamental é compreender que este processo é retroalimentado, pois o incremento dos movimentos permite aprofundar a divisão territorial do trabalho que, por sua vez, implica em mais intensos fluxos, produzindo um ciclo virtuoso – ou vicioso, conforme ironia insinuada em Santos (1996).

Decorre deste quadro que certos fenômenos da urbanização contemporânea são percebidos no contexto brasileiro, especialmente em suas regiões metropolitanas – e ainda mais em São Paulo. A própria metropolização e o surgimento de São Paulo como cidade de relevância global, por exemplo, nos permite afirmar que este centro urbano encarna nossa principal experiência de Cidade Global, fenômeno exclusivo do atual momento da urbanização mundial.

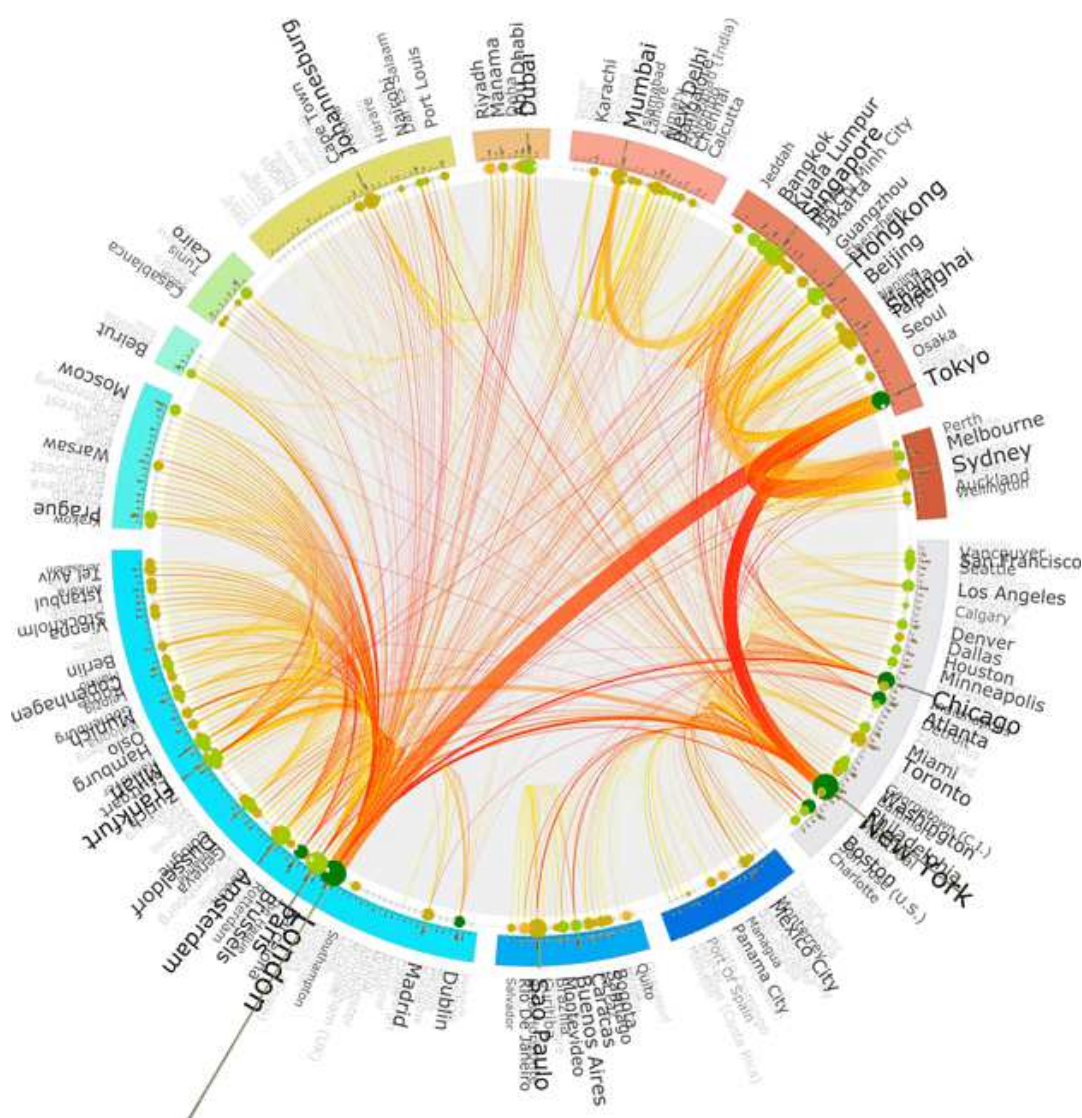
Por outro lado, é importante compreender que a posição do Brasil na economia internacional se dá de modo periférico e dependente, especialmente em relação aos EUA e à Europa. De fato, esta é a posição de toda a América Latina e isto é percebido especialmente em nossa grande metrópole, plena de contradições socioespaciais, abrigando imensa massa de pobres em suas favelas ou na rua, convivendo com edifícios vazios à espera de valorização, com grandes condomínios fechados e com localizações fortemente incluídas nas redes globais de produção e poder. Obviamente os abismos sociais entre pobres e ricos no país não são simplesmente consequência direta da posição latino-americana no contexto mundial, como se a culpa pelas mazelas sociais brasileiras fossem dos países mais ricos. Ao contrário, as desigualdades sociais, a corrupção generalizada e a dependência econômica e produtiva do país têm gênese interna.

Assim, aliada aos fenômenos da urbanização e da metropolização da população nacional nas últimas décadas do século XX, consolidou-se uma crise urbana generalizada, deteriorando os sistemas naturais e diversos aspectos da vida urbana: “de novidade, o aprofundamento da miséria que vem com a globalização acarretou a explosão de violência em escala até então desconhecida, e que seria denominada de violência urbana” (MARICATO, 1996, p. 52). Isto produziu no Brasil uma situação onde “(...) ao lado do intenso crescimento econômico, o processo de urbanização com crescimento da desigualdade resultou numa inédita e gigantesca concentração espacial da pobreza” (MARICATO, 1996, p. 55). Embora São Paulo, nossa Cidade Global, seja expressão do fenômeno urbano contemporâneo, ela também igualmente designa o processo histórico da urbanização brasileira, marcada pela desigualdade territorial, pela injustiça social e pela posição periférica em relação ao contexto mundial (MARICATO, 1996; 2001).

A inclusão brasileira nas redes econômicas globais se dá de modo a manter a relação dependente e secundária do Brasil em relação aos países e regiões centrais do capitalismo e também sua estrutura social interna (CASTELLS, 1999; MARICATO, 2001; SANTOS, 1996). Dada a importância das cidades no contexto presente, são muito relevantes estudos como os disponíveis pela *Globalization and World Cities Research Network* acerca das características e do monitoramento das cidades globais na economia. Entre outros estudos, uma hierarquização proposta por esta instituição das cidades globais em todo o mundo contribui para a compreensão da condição brasileira na economia global. Em uma lista publicada em 2010, apenas São Paulo figura entre as cidades globais do tipo *alfa* (correspondendo ao terceiro nível hierárquico, atrás das cidades *alfa+* e *alfa++*; apenas Nova Iorque e Londres figuram no nível hierárquico superior, embora Tóquio, conforme outros critérios, também eventualmente apareça no mesmo nível que as duas anglófonas). Interessante que até o nível *alfa*, somente São Paulo, Buenos Aires e a Cidade do México representam a América Latina. Nos três níveis superiores, elas se encontram ao lado de sete europeias, seis da América do Norte, onze asiáticas e uma da Oceania, ilustrando também a crescente importância de certas regiões da Ásia na economia global, especialmente o caso chinês. A cidade do Rio de Janeiro aparece apenas como sendo *beta-*, o sétimo nível hierárquico. Finalmente, a lista aponta ainda Porto Alegre e Curitiba no décimo e último nível, o *gamma* GaWC (2012).

Sendo assim, conforme nossa proposta, podemos compreender o Brasil como possuindo uma região fortemente contemporânea – a grande metrópole paulista –, onde o terciário é bastante desenvolvido, cuja função diretiva é destacada e onde as atividades do capital financeiro são bastante concentradas; acima de tudo, tal área participa de modo mais intenso de redes econômicas globais de ordem superior (Tabela 5 e Figura 9). Em uma segunda posição, teríamos a região metropolitana do Rio de Janeiro, seguida por Curitiba e Porto Alegre, em um terceiro patamar de participação nas redes. A Figura 9 a seguir ilustra a intensidade da participação de diversas cidades nas redes econômicas – as cidades sul-americanas encontram-se na porção inferior e azul do disco. Por outro lado, em cada uma destas regiões avançadas, processos de periferização e de concentração espacial de pobreza marcam a paisagem social de seus centros, trazendo à tona as relações desiguais ainda definidoras de nossa sociedade – o que corrobora a caracterização de Castells (1999) da Cidade Global, cujo território é marcado pela fragmentação, pela segregação e pelas operações de inclusão-exclusão em seu interior. Em uma sociedade onde a desigualdade e a segregação acontecem em níveis bastante mais intensos do que em países mais ricos, tal aspecto se apresenta também bastante mais perverso.

Figura 11 – Disco ilustrando nível de troca de fluxos entre diversas cidades, agrupadas por proximidade geográfica.



Fonte: GAWC, 2012.

Além da relevância da metropolização, a partir das últimas décadas do século XX o processo de urbanização brasileira e seu crescente grau de informacionalização têm produzido um quadro urbano de forte diversificação e complexidade em relação às suas formas, conteúdos e inter-relações. Já comentamos como, nas regiões onde há mais intensa aplicação de tecnologias e de ciência, constatamos maior complementaridade entre seus diversos nós, fomentada pelo aumento da fluidez, em função das novas TIC's, em tais territórios, independente de ser tratar de áreas predominantemente urbanas ou de produção rural avançada – territórios classificados por Santos (1996) como regiões urbanas ou agrícolas, conforme exposto no item 3.1.2.

Todo território incluído nas redes globais é adaptado a fim de realizar a melhor função, de acordo com suas vocações, para as redes que o selecionaram, seja de controle, de produção industrial, de formação de mão-de-obra, de atividade agrícola exportadora etc. Uma das consequências mais relevantes disto é que com esta crescente interdependência e complementaridade, oriundas da integração das regiões nas redes econômicas, a tradicional classificação hierárquica baseada na relação entre tamanho e função da cidade não mais consegue explicar o fenômeno urbano. Quanto mais incluída uma cidade for nos processos econômicos contemporâneos, mais ela será diferente de outras, mesmo que se tratem de núcleos urbanos de mesmo tamanho. Isto se dá não só entre as metrópoles, mas nas cidades médias e pequenas também podemos observar tais relações de complementaridade e especialização produtiva, conforme as vantagens de cada localização. Se Milton Santos diz que “(...) é uma nova maneira de ser metrópole incompleta” (SANTOS, 1996, p. 54), afirmamos também que é uma nova maneira de ser **cidade** incompleta. A fluidez do território, física e informacional, tende a produzir alta integração na rede urbana e, por consequência, alta diferenciação e interdependência entre os nós desta rede.

A forte especialização e fluidez dos territórios traz consigo aumento do consumo e da demanda por produtos diferenciados e com alto valor agregado. Na recente fase produtiva nacional, onde empresas multinacionais operam com grande intensidade e em franca guerra contra as nacionais, observamos um considerável aumento na oferta e na diversidade de produtos e serviços, seja para o consumo final ou para o consumo demandado pelas atividades de produção. Exemplo interessante do segundo tipo é o caso da atividade agrícola, cujas sementes, implementos e sistemas de monitoramento carregam muito esforço em pesquisas de ponta e investimentos. Assim, não só as regiões urbanas se tornaram áreas de intenso consumo final, mas especialmente as regiões agrícolas têm se tornado localizações de intenso consumo produtivo. Com isto, nestas últimas as cidades menores têm se especializado e passado a assumir outras funções, funcionando como estoque de capital, de equipamentos, de mão-de-obra, de sementes e de implementos para as atividades agropastoris avançadas, fornecendo os produtos e profissionais necessários à produção avançada no campo. Acima de tudo, a cidade pequena de tais regiões também tem se tornado “(...) o lócus da regulação do que se faz no campo” (SANTOS, 1996, p.52). Com isso, tais núcleos deixaram de ser a tradicional cidade dos notáveis – da professora primária, do padre, do médico, do latifundiário, do juiz – para ser a cidade econômica, com o agrônomo, o veterinário, o bancário, o piloto agrícola e os diversos profissionais da produção agrícola se tornando seus atores protagonistas (SANTOS, 1996).

Outro reflexo destas reestruturações funcionais e territoriais é a mudança percebida nos padrões migratórios nacionais. Dois fatos são notórios desde a década de 1950: houve grande afluxo de pobres das regiões mais carentes do país para as duas grandes metrópoles, buscando empregos na indústria e nas demais atividades urbanas; e também houve crescente migração da classe média para cidades de tamanho intermediário. No final do século XX este movimento também passou a se dirigir a outros centros, produzindo outras regiões metropolitanas, repetindo em intensidades mais brandas o processo paulistano e carioca. Este fenômeno deu forma à realidade metropolitana brasileira, marcada pelo crescimento populacional acelerado e pela intensa segregação socioespacial. Com isso, a urbanização recente do Brasil assistiu em um primeiro momento uma forte migração para certas capitais – especialmente São Paulo e Rio de Janeiro –, produzindo estas duas grandes metrópoles; em paralelo e, cada vez mais relevante, um outro movimento tem acontecido, que tende a descentralizar a população no território, produzindo tanto outras áreas metropolitanas quanto o surgimento de muitas cidades médias em todas as regiões.

Em relação às cidades médias, predomina-se o fluxo migratório de população de classe média letrada⁷⁹, que se transfere para estas localidades a fim de trabalhar nas atividades industriais e agrícolas destas regiões, além de buscarem fugir do ambiente inóspito das metrópoles. Os núcleos médios têm também se especializado na formação de mão-de-obra informacional, que pode ser absorvida localmente ou ser empregada nas grandes regiões metropolitanas. Estas mudanças foram viabilizadas, como já dito, pela crescente especialização produtiva dos núcleos médios, nos quais diversas indústrias têm se instalado, principalmente no sudeste e sul do país devido às deseconomias de aglomeração dos grandes centros e aos benefícios – e incentivos fiscais – encontrados fora das regiões metropolitanas, mas suficientemente próximos e integrados aos principais mercados consumidores.

A conjugação destes fluxos têm produzido um quadro onde paralelamente observamos tanto o processo de metropolização quanto o de desmetropolização, complexificando a rede urbana brasileira, seja do ponto de vista morfológico ou do funcional. Conforme Santos (1996) destaca, no final do século XX o crescimento relativo da cidade de São Paulo era inferior ao do estado de São Paulo e ao resto do país; ainda, o autor mostra que o mesmo acontece caso se compare as regiões urbanas metropolitanas com as regiões agrícolas modernas, que geralmente

⁷⁹ Porém, não necessariamente mais culta. O processo de informacionalização da economia e do trabalho exige, conseqüentemente, mão-de-obra mais letrada e com formação educacional mais prolongada, pois as ocupações têm se tornado embebidas em ciência e tecnologia, quer se trate de um sistema de monitoramento ou de um trator (SANTOS, 1996).

apresentam um crescimento econômico relativo superior ao das primeiras. Em números absolutos, obviamente, as metrópoles ainda crescem mais, embora a taxa de crescimento das cidades médias tenha sido geralmente superior ao da metrópole paulistana.

Fechamos este quadro geral da urbanização contemporânea brasileira reforçando sua tendência à complexificação morfológica e funcional, possíveis graças à intensidade com que certas regiões do país vêm sendo equipadas com infraestruturas informacionais e se constituindo como nós das principais redes econômicas presentes no Brasil. Em especial, a região paulistana e seu entorno imediato – que engloba ainda parte de Minas Gerais e da Região Sul –, foi consolidada enquanto o grande centro econômico, produtivo e consumidor do Brasil. Inclusive, mesmo que falemos de descentralização e desmetropolização, estes processos acontecem predominantemente dentro desta região, tornando seus centros fortemente integrados e especializados o que, como vimos, produz uma situação de grande interdependência e constante intensificação de fluxos entre seus nós e outros pontos ao redor do globo – em muitos casos, conforme o ramo de atividade que considere, esta região se relaciona mais intimamente com localidades fora do país do que com as outras regiões brasileiras.

Por outro lado, as redes urbanas regionais, vinculadas às capitais dos estados, continuam experimentando processos de forte integração e de metropolização, como atesta a lista das 50 regiões metropolitanas brasileiras (IBGE, 2011). Não só isso, mas como apresentamos na Tabela 3, as cidades com população entre 200 e 500 mil habitantes são as que apresentam o maior índice de crescimento populacional e que atualmente abrigam mais pessoas que as metrópoles, produzindo a complexidade morfológica mencionada. Do ponto de vista da ocupação espacial, o Brasil tem observado a progressiva interiorização de seu território, embora ainda persista a concentração litorânea (herança colonial) e a centro-sul, especialmente após ciclo do café e de Brasília. A marcha urbana desceu o litoral acompanhando o poder político e a produção econômica brasileira ao longo dos últimos cinco séculos até a sua configuração atual. A consolidação da rede urbana é explicada como resultado desde as pioneiras lavouras de cana-de-açúcar do Nordeste, passando pelas interiorizações decorrentes da descoberta do ouro, da produção do café, da construção de Brasília e da proteção das fronteiras nacionais, via fomento colonizador da Ditadura Militar (Figura 10).

Figura 12 – Brasil: graus de urbanização.



Fonte: Página de internet Professor Marciano Dantas.

Disponível em: <<http://professormarcianodantas.blogspot.com.br/2012/06/nova-dinamica-da-rede-urbana-brasileira.html>>

Acesso em 09 jul. 13.

Paralelamente à produção do quadro urbano delineado aqui, o Brasil Rural tem passado por profundas transformações. Conforme Santos (1996) o termo rural cada vez mais tende a não designar corretamente a realidade (as formas e conteúdos) do campo. Embora em intensidades menores, algumas das regiões de produção agrícola têm sido transformadas e se aproximado da situação que já é comum em muitas regiões da Europa e dos EUA: a perda do status rural no campo, que passa a manifestar o modo de vida urbano. Em regiões agrícolas de produção avançada quase não se encontram mais população vivendo no campo e praticando a subsistência, mas seus trabalhadores moram nas cidades e se deslocam diariamente para o

campo a fim de trabalhar. Não só isso, mas também as atividades praticadas no campo têm se distanciado das práticas tradicionais destas áreas, que passam a receber a implantação de grandes distritos industriais, de usinas de energia e, o caso mais frequente, tornam-se áreas de produção agropastoril avançadas, com altos índices de mecanização e de emprego de insumos e de mão-de-obra especializada. Por outro lado, a vocação agroexportadora nacional continua sendo um dos principais apoios da economia nacional e da manutenção de uma balança comercial favorável – que só é possível, no Brasil, em função das grandes exportações de grãos, de carnes e de minérios, embora a contribuição de alguns itens manufaturados também têm cada vez mais engrossado qualitativamente as exportações nacionais.

Embora deixamos claro que nos interessa diretamente nesta pesquisa compreender os aspectos definidores da urbanização recente, seus novos caracteres e fenômenos tanto global quanto nacionalmente, é necessário reforçar que juntamente com as novas formas e funções urbanas, é fundamental destacar que a problemática socioespacial brasileira, ao ser cada vez mais mergulhada nas novas lógicas econômicas de conexão e desconexão de regiões nas redes globais (Castells, 1999), tem sido aprofundada de modo acelerado e contribuiu na produção da atual crise urbana: êxodo rural e concentração espacial da pobreza, favelas, desigualdade de distribuição do meio técnico-científico-informacional, segregação socioespacial, especulação imobiliária e dispersão urbana. Não se trata de novidade, mas de uma intensificação dos desajustes internos da nossa sociedade. Assim, o processo de urbanização contemporânea brasileira tem produzido dois países, o Brasil Incluído e o Brasil Excluído – e, diferentemente das anteriores dicotomias brasileiras entre o Norte e o Sul, o Litoral e o Interior, ou entre as regiões das capitais e as outras, estes dois brasis estão presentes em toda parte: há áreas e populações incluídas e excluídas em cada região e em cada cidade.

3.4. A Cidade Brasileira Contemporânea

Ao quadro apresentado anteriormente correspondem transformações na escala urbana, especialmente no modo com que as cidades se estruturam no território, quanto à forma e à função. Cada vez mais, não só as metrópoles, mas também as cidades médias têm apresentado aquelas características consideradas próprias da urbanização recente apresentados nesta pesquisa no Capítulo 2. De modo geral, mesmo muitos núcleos pequenos apresentam certos aspectos contemporâneos (segundo nossa nomenclatura) conforme seu grau de participação em redes econômicas maiores – como nas áreas agrícolas avançadas.

A rede urbana brasileira cada vez mais expressa o padrão da recente divisão internacional do trabalho, com atividades vinculadas às redes globais distribuídas segundo diversos critérios ao longo do território brasileiro, conforme o grau de inserção de cada região na dinâmica mundial, assim como as vantagens e vocações presentes em cada lugar. Já no espaço intraurbano, é possível perceber como aquela divisão internacional influencia nas centralidades territoriais, especialmente na especialização funcional do trabalho no interior das áreas urbanas mais avançadas. Na cidade de São Paulo, por exemplo, existem múltiplos ramos de atividades em seu território intraurbano, apresentando um terciário complexo, grande presença de atividades de gestão tais como sedes de grandes corporações e instituições financeiras. Além disso, ainda na escala dos núcleos urbanos, também se observa uma crescente divisão socioespacial do trabalho, produzindo espaços fragmentados, segregados e diferenciados: cada vez mais, diferentes funções são desempenhadas pelas diferentes classes e grupos sociais, distribuídos de modo diferente no território urbano.

Na rede urbana nacional há regiões mais e menos incluídas nas dinâmicas internacionais, ocasionando ora presença ora ausência de certos ramos avançados do capitalismo, assim como produzindo espaços urbanos mais segregados e especializados ou, nos casos menos incluídos, regiões menos dinâmicas e pouco diferenciadas internamente. Não só isso, mas conforme o grau de inclusão de certa região nas redes econômicas internacionais, menos ela se relacionará com os espaços próximos fisicamente, mas distantes do ponto de vista de suas atividades principais. Em muitos casos, uma cidade estabelece fluxos intensos com regiões em outros continentes do planeta enquanto seu território circunvizinho permanece alheio a suas atividades. A situação metropolitana apresenta esta lógica de modo mais patente, coexistindo em seu interior tanto regiões altamente incluídas e autossegregadas, quanto regiões totalmente desconectadas dos circuitos econômicos dominantes e, conseqüentemente, destinadas à segregação imposta pelo *status quo* local e reforçada pelas relações globais presentes naquele território (CASTELLS, 1999; SANTOS 1996).

Para se compreender a urbanização brasileira recente é necessário compreender certas peculiaridades da produção de cidades no Brasil. O espaço intraurbano brasileiro é, desde sua gênese, marcado por problemáticas bastante parecidas em todas as regiões, a ponto de não ser errôneo falar simplesmente da existência de **uma** problemática urbana nacional. Embora possam diferir quanto ao tamanho, forma, tipo de atividade ou região, nossas cidades têm apresentado os mesmos problemas em toda parte: grande déficit habitacional, segregação socioespacial, desigualdade na distribuição e qualidade dos serviços e infraestruturas no espaço intraurbano, depredação ambiental e violência urbana. À medida que o tamanho do núcleo

aumenta, mais patentes se tornam tais problemas – novamente, a metrópole os expressa de modo máximo, embora certas metrópoles possam ser mais desiguais do que outras, assim como certas regiões são mais ricas e menos desiguais do que outras.

Os problemas são conhecidos, mas não basta simplesmente afirmar que uma sociedade desigual e injusta produz um espaço desigual e injusto, pois isto é óbvio. É necessário compreender como este espaço é produzido. Apesar das diversas facetas do processo de urbanização brasileiro, para nosso interesse é suficiente compreender apenas um aspecto da produção de nossas cidades: a especulação imobiliária. Santos (1996) denominou de Urbanização Corporativa a urbanização promovida após a Segunda Guerra no Brasil. Com esta expressão o autor se referiu ao modo como as empresas privadas do ramo imobiliário atuaram subsidiadas por volumosos recursos públicos de uma maneira que favoreceu quase que exclusivamente seus próprios objetivos econômicos, ignorando as urgentes demandas sociais e territoriais da sociedade brasileira ao longo do século XX⁸⁰. E tudo isso foi realizado respaldado pelo aparato regulatório do período.

A produção do espaço urbano no país aconteceu na esteira da busca crescente pelo lucro fundiário. Este é auferido através do exercício da especulação dos preços dos imóveis, permitida pela legislação e viabilizada pelos cofres públicos. Este processo contribuiu para a criação de um espaço urbano entremeado por vazios, espraiado, segregado, desigual e fortemente polarizado, que enriqueceu poucos e deixou muitos sem acesso às oportunidades da vida urbana. Esquemáticamente, esta Cidade Brasileira é organizada de um modo bastante claro, possuindo uma periferia pobre, uma área comercial e um bairro de ricos, geralmente com acesso facilitado ao centro. O restante de seu tecido é ocupado de modo mais ou menos homogêneo, tanto do ponto de vista social quanto espacial, compreendendo a maior parte do espaço intraurbano. Em cidades de populações mais volumosas, este esquema tende a se complexificar, especialmente em função de processos de descentralização, coesão e segregação espacial que se intensificaram com a aceleração do crescimento urbano e a recente diversificação das atividades em seu interior (CORRÊA, 1997; MARICATO, 1996; 2001; SANTOS, 1996). Apesar de todas as etapas pelas quais o Planejamento Urbano Brasileiro passou, esta situação foi produzida pelo emprego sistemático e eficiente do Zoneamento, que determina o modo de ocupação e uso do solo permitidos em cada porção do território. Este instrumento permite àqueles que detêm o poder de determinar as regras de cada zona urbana criá-las visando a satisfação de quaisquer interesses que lhes aprouver. E este poder tem sido, de fato, posto em

⁸⁰ Nos referimos aqui especialmente à atuação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SNH) durante praticamente todo o Regime Militar.

ação em benefício de interesses pouco favoráveis à maioria da população (FELDMAN, 2001; VILLAÇA, 2009).

À medida que a urbanização brasileira se acentuou e a demanda por imóveis cresceu, a especulação imobiliária acompanhou este movimento. O ganho especulativo com a cidade acontece através de uma lógica bastante simples, principalmente pela desmesurada produção de solo urbano e de sua retenção especulativa (estoque de mercado), que permitem ao capital imobiliário produzir constantemente desequilíbrios de valor na cidade a fim de gerar localidades privilegiadas e as comercializar a preços maiores (VILLAÇA, 1998). Este processo foi potencializado pelo automóvel, que viabilizou a intensificação da produção horizontal do solo urbano – assim como o elevador permitiu a multiplicação da área construído na vertical (o solo criado), amplificando o potencial comercial dos lotes.

Portanto, mais do que suprir racionalmente o déficit habitacional de um país em intensa urbanização e crescimento populacional, a Urbanização Corporativa almejava acima de tudo produzir loteamentos e unidades habitacionais. Como dissemos, é fundamental para o mercado que haja constante produção espacial da cidade. Lucrativa para seus empreendedores, a intensa produção de solo urbano produziu o quadro urbano apresentado anteriormente. As grandes periferias pobres, fruto desta produção especulativa, exercem um papel fundamental no funcionamento da valorização fundiária. É justamente a produção desta precariedade que valoriza as áreas mais servidas pelos sistemas urbanos públicos (áreas menos periféricas), uma vez que o surgimento de outras áreas menos valiosas e mais periféricas tornam as outras relativamente mais bem localizadas que as últimas: assim, a cada novo loteamento distante, todas as demais áreas da cidade se valorizam, pois foi criada uma localidade mais precária que as existentes. Assim, o capital imobiliário ganha ao comercializar o novo loteamento, mas também ganha ao valorizar a localização das áreas existentes, parceladas ou não (os vazios).

São justamente estas novas áreas as que tradicionalmente receberam os mais pobres, produzindo a conhecida dicotomia centro-periferia e os processos de segregação socioespacial citados. No Brasil, com raras exceções, a segregação aconteceu de mãos dadas com o distanciamento geográfico entre as áreas habitacionais das classes desfavorecidas e as regiões da cidade onde se localizam os empregos, as infraestruturas e os serviços urbanos básicos ofertados pelo Estado. Este quadro existe porque os interesses privados do capital imobiliário coincidiram (e ainda coincidem) com os interesses da classe política. Isto explica o sucesso da Urbanização Corporativa na produção das cidades brasileiras, marcadas pelas periferias pobres, sem infraestrutura adequada e parcamente atendidas pelos sistemas de transporte, saúde e

educação. Tudo isso aconteceu financiado pela transferência de muito dinheiro público para o capital imobiliário.

A Cidade Brasileira, especialmente devido à especulação imobiliária que a tem produzido, é potencialmente difusa. É a cidade dos vazios especulativos e da periferia pobre e praticamente desconectada do restante do tecido urbano, não raro se confundindo com a zona rural. Nos últimos anos, outros fenômenos têm surgido no espaço intraurbano nacional, introduzindo transformações na tradicional forma urbana apresentada anteriormente, mas que, ao mesmo tempo, têm reforçado a típica pulverização brasileira da cidade pelo território e sua marcante segregação. Entre as principais mudanças, apontamos os processos de descentralização espacial, que se tornaram recorrentes nas médias e, especialmente, nas grandes cidades brasileiras. Em geral, estas novas centralidades são produzidas tanto em função da escala das aglomerações quanto devido à diversificação funcional dos centros urbanos. Entornos de *shopping centers*, centros de negócio avançados e áreas especializadas estão entre as novas centralidades mais comuns, embora centralidades menos dinâmicas também têm sido formadas em áreas distantes dos centros tradicionais, visando atender demandas locais de comércio e serviços em regiões de concentração populacional razoável. Como é de se esperar, o surgimento destas novas centralidades não acontece desligado das lógicas de mercado tradicionais, que buscam na criação de centralidades novas oportunidades para a especulação, à medida que centralidades mais antigas já não permitem mais ganhos tão rápidos e volumosos.

Outro aspecto é que nas regiões mais dinâmicas a Cidade Brasileira tem se relacionado de modo mais integrado com sua hinterlândia, o que torna inadequada a mera dicotomia cidade-campo para explicá-las: em tais áreas a vida urbana mudou profundamente o campo, seja através da implantação de áreas industriais ou da forte informacionalização da atividade agropastoril. Não só isso, mas a complexificação da periferia e as descontinuidades nos tecidos urbanos também estão produzindo relações distintas nas escalas municipal e regional, ocasionando a ocorrência de algumas das novas formas da urbanização contemporânea; em especial, é notória a alteração do lugar de moradia dos mais ricos, que cada vez mais se mudam para condomínios horizontais de alto padrão, geralmente localizados nas periferias urbanas. Esta nova tipologia urbana tem fomentando ainda mais a difusão e o espraiamento urbano, através da criação de bolsões de riqueza em áreas historicamente habitadas pelos mais pobres. Outro fenômeno semelhante, embora mais complexo é o do surgimento das cidades-dormitório em algumas regiões metropolitanas. O caso das cidades-satélites de Brasília é emblemático: diariamente uma multidão de pessoas saem das diversas cidades circundantes para trabalhar no

Plano Piloto e voltar para seus domicílios no final do dia para dormir e reiniciar a rotina no dia seguinte.

Se no caso das cidades dormitório de Brasília tais pessoas não moram próximo do trabalho em função do alto custo de vida no Plano, cada vez mais frequente é a escolha de um local de moradia propositalmente distante das áreas mais densas da cidade. É o caso dos mais ricos, que progressivamente vêm abandonando as áreas mais centrais e se assentando em enclaves urbanos cada vez mais complexos e autônomos em relação ao restante da cidade – que passa a ser vivida por tais classes de modo seletivo, através de deslocamentos de um espaço fechado para outro: do condomínio para o *shopping center* ou para o local de trabalho. É o *lock living* tupiniquim, elemento central do *marketing* de tais empreendimentos imobiliários (BAUMAN, 2009; MUÑOZ, 2011). Tais modos de morar, inspirados nos subúrbios norte-americanos, acrescentaram mais um produto imobiliário ao mercado brasileiro, ao lado dos tradicionais conjuntos populares e loteamentos convencionais. Em alguns casos, o local escolhido pelas classes de maior poder econômico nem precisam estar no mesmo município em que trabalha. Esta crescente autonomia do local de moradia em relação ao trabalho foi possível graças tanto à popularização do automóvel particular e das TIC's, quanto pela política de transportes nacional, que é praticamente limitada ao modal rodoviário e ao automóvel particular – deixando a maioria dos cidadãos com baixa mobilidade urbana. O caminho adotado pelo Brasil, próximo ao dos EUA, ocasionou o incremento da produção industrial automobilística e a geração de diversos empregos relacionados a este ramo produtivo; porém, se comparado aos problemas gerados, esta escolha foi bastante comprometedora para seus proponentes.

Entre os efeitos colaterais das transformações recentes destacamos a intensificação dos processos de periferização e segregação socioespacial, fruto das novas possibilidades de deslocamento e comunicação contemporâneas. No contexto recente, tais inovações não apenas permitiram às empresas maior flexibilidade e especialização em sua implantação no território nacional, mas também as populações mais inseridas adquiriram maior liberdade quanto à escolha de seus locais de moradia, trabalho e lazer. Cada vez mais, para o brasileiro incluído menos interessam as questões urbanas tradicionais: espaço público, equipamentos urbanos, sistema de transporte coletivo etc. Como vimos, esta população vive a cidade de modo fragmentado e descontínuo, passando de um espaço privado para outro e, em sua percepção, a realidade urbana é reduzida a tais espaços e aos percursos que os conectam. Na presente situação convivem portanto duas realidades: para a população pobre e periférica a regra é a baixa mobilidade urbana, restringida a deslocamentos locais e a um tênue movimento pendular entre seus bairros e as áreas dos postos de trabalho alcançáveis. Já para os indivíduos de maior

poder aquisitivo, os movimentos tendem a ser mais comuns, intensos e difusos – superando a mera pendularidade. Os mais ricos podem ir a qualquer lugar a qualquer momento, especialmente pelo acesso ao automóvel particular e a existência de um sistema viário que favorece as áreas mais nobres da cidade com largas avenidas e outras infraestruturas. Em acréscimo ao tradicional movimento pendular casa-trabalho do século XX, nas regiões mais integradas surgiram os movimentos de toda parte para toda parte e, por extensão, os territoriantes, descritos no capítulo anterior, se proliferam. Assim, no Brasil coexistem duas cidades sobrepostas, a dos incluídos e a dos excluídos – o que não significa que entre as duas não existam laços de dependência, relações de troca ou contiguidade espacial (MUÑOZ, 2011).

Outra peculiaridade do caso brasileiro é a reduzida quantidade de processos significativos de gentrificação. Isto é explicado pelo fato de que a industrialização brasileira ocorreu em tempos recentes, fazendo com que suas áreas industriais ainda estejam ocupadas e o fenômeno da desindustrialização seja pouco frequente. Grandes áreas urbanas degradadas são raras em nossas cidades, ocorrendo basicamente em poucos centros urbanos brasileiros – especialmente nas metrópoles paulista e carioca. Além disso, as ações governamentais de renovação urbana são muito pontuais e de pouca envergadura econômica – como é comum em países periféricos. Mais do que grandes renovações, restaurações e implantações de museus e edifícios de escritórios de ponta, as operações urbanísticas nacionais tendem a ser predominantemente viárias, abrindo largas avenidas, túneis, viadutos e outras infraestruturas que valorizam certas áreas interessantes para o capital imobiliário.

Nas últimas décadas têm crescido o número de intervenções alinhadas com a manipulação do cultural, incorporado ao discurso ideológico dos planos urbanos e criando as típicas paisagens urbanais (MUÑOZ, 2011). Ações como a restauração do Pelourinho em Salvador – talvez nosso maior caso de gentrificação –, o Rio-Cidade na metrópole carioca, ou a transformação da região da Luz, em São Paulo, são exemplos da mudança nacional recente da orientação dos planos urbanos realizados no país. Em comum nos três casos, temos a intenção de revitalizar áreas consolidadas nas três metrópoles, a descrença em planos totais e racionalistas, a parceria com a iniciativa privada e ação em escala reduzida como catalisadora de mudanças para toda a sociedade – e é esta última ideia justamente a sua grande falácia, conforme defendido em Arantes, Maricato e Vainer (2009). Em nossa opinião, com a aproximação da Copa do Mundo e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, o Brasil viverá um novo período de sua urbanização, marcado pela realização intensa de operações urbanas substanciais semelhantes às realizadas nos países centrais desde a década de 1980, alinhando de maneira defasada e desigual certas localidades de interesse aos capitais (ou que lutam para se tornar

interessantes) com as demandas espaciais, estéticas e ideológicas das lógicas recentes do planejamento das cidades na Sociedade em Rede. Com tais intervenções urbanas de grande escala, o fenômeno da Urbanização poderá ser mais facilmente percebido em algumas das capitais do país, naquelas onde as obras serão mais volumosas; especialmente, a cidade do Rio de Janeiro poderá se destacar, em função de abrigar os dois grandes eventos. Finalmente, é fundamental compreender que em nosso caso, estes grandes projetos são realizados em

(...) uma sociedade com duas velocidades (...). Dizer (com a melhor boa vontade do mundo) que justamente a ambição estratégica dos novos Grandes Projetos Urbanos é promover a “articulação” entre vanguarda e retaguarda (por solidariedade ética? cívica?) é ignorar que na verdade estes dois pólos – desde sempre “articulados” – são, tanto quanto as tão decantadas novas centralidades que pretendem estar induzindo, a expressão material e simbólica da concentração espacial de poder e riqueza exigida precisamente pelo comando das cadeias produtivas mundiais (ARANTES, MARICATO e VAINER, 2009, p. 70).

Esta nova realidade urbana decorre especialmente da modernização recente do território do país e de sua abertura para as demandas da última fase do capitalismo. O Brasil faz parte da Sociedade em Rede, mesmo que de modo incompleto. Desde as últimas décadas do século passado, o país buscou viabilizar sua integração na economia globalizada, se abrindo para as corporações multinacionais e competindo com as outras nações no mercado mundial. Esta modernização econômica e produtiva tem produzido, por um lado, uma multiplicação na capacidade de geração de riquezas concentradas e, por outro, um aumento significativo da pobreza generalizada. Isto ocorre quer se olhe para o campo ou para a cidade.

O processo de informacionalização e globalização da economia possui diferenças, caso se compare seu caminho nos países centrais e nos periféricos. No caso brasileiro, país periférico, a contemporânea atualização do território se dá de modo seletivo e restrito, uma vez que é limitada tanto pelo modo como o mesmo foi mecanizado a fim de se industrializar quanto pela política nacional guiada pelos interesses do capital global. Santos (1996) aponta como em nosso caso a modernização recente se deu de modo a incluir uma

(...) produção extrovertida, o triunfo do consumo dirigido e desculturalizante, a despolitização da política e o desmaio da cidadania, com a instalação de regimes fortes, freqüentemente (sic) militares, indispensáveis ao financiamento da nova ordem produtiva, com imposição de enormes sacrifícios às populações envolvidas. Tudo isso é facilitado pelo fato de que, no período atual, também se afrouxaram os princípios de moralidade internacional (SANTOS, 1996, p. 105).

Vimos como no capitalismo tardio (ou monopolista) as grandes corporações, pela sua grande capacidade de produzir riquezas, postos de trabalho e impostos, possuem não só crescente poder econômico, mas sobretudo grande poder político. Não só conduzem as práticas de consumo, através de sua imposição de gostos e modas pela publicidade, mas também influenciam diretamente nas políticas públicas, especialmente a fim de dirigir os investimentos estatais no território, selecionando as regiões e o tipo de infraestrutura que o Estado deve implementar a fim de que possam atuar. Vimos como a integração dos territórios e a redução de barreiras comerciais passaram a ser de interesse mundial e tornaram-se os discursos ideológicos dos governos em toda parte a fim de justificar ações modernizadoras de cunho puramente econômico, dando-lhes a aparência de que se dirigem ao progresso da coletividade. Territorialmente, estas ações são sempre seletivas e pontuais, ocorrendo apenas onde há algum interesse para o capital. Deste modo, influenciadas pelas redes globais e também pelos agentes nacionais em seus diversos níveis de atuação, tais decisões políticas estão entre as raízes das grandes desigualdades socioeconômicas entre as regiões do país⁸¹, tanto na escala regional quanto na intraurbana.

Neste contexto, Santos (1996) ainda chama a atenção que na Cidade Brasileira Contemporânea ocorre uma crescente segmentação social, onde grupos homogêneos se reúnem a fim de reivindicar privilégios para si, especialmente em relação ao consumo. Entre tais grupos, destacam-se entidades de classe profissional, associações de bairro, de tipos de proprietários, de grupos étnicos ou de comportamento sexual. Mais do que afirmar identidades, estes buscam conseguir para si vantagens de toda ordem, sejam jurídicas, materiais ou simbólicas. Com isso, a organização social se fragmenta em pedaços fechados e em competição, abandonando contestações globais e inviabilizando a construção do cidadão – que é substituído pelo usuário e pelo consumidor. No final, o sentido de democracia e cidadania se perdem e a dimensão pública se torna território de ninguém e sem razão de ser⁸².

⁸¹ É importante salientar que não entendemos que foram apenas as decisões políticas mal intencionadas que produziram as diferenciações territoriais conhecidas. Características locais, tanto físicas quanto humanas também fazem parte da explicação da realidade exposta neste capítulo, como a presença de solos cultiváveis, um clima favorável, forte empreendedorismo local, a ação de certos indivíduos, heranças do passado do país ou mesmo decisões tomadas em outras partes do mundo também contribuíram para que certas cidades e regiões se sobressaíssem do ponto de vista socioeconômico e político.

⁸² As recentes manifestações populares em ocorrência nos quatro cantos do Brasil, potencializadas pelas redes sociais, talvez sejam a prova de que a situação de alienação percebida por Milton Santos no final do século vinte esteja sendo revertida de modo rápido e alentador, mesmo em face de suas fraquezas e incoerências internas. Aguardemos a passagem do tempo para uma melhor análise da História que está sendo construída no hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A cidade e todos os seus serviços públicos estão destinados a todos os seus habitantes”
- Leon Battista Alberti.

A presente apresentação do fenômeno urbano recente visa contribuir para a formação de uma matriz interpretativa do mesmo, a partir do relacionamento dos temas mais consensuais sobre a definição da sociedade e da cidade na contemporaneidade. As características gerais apresentadas aqui contribuem para a construção de fundamentos sobre os quais reflexões mais aprofundadas sobre o processo hodierno de urbanização e, especialmente, sobre o caso brasileiro, sejam desenvolvidas. Nossa hipótese é que só a partir de uma melhor compreensão das relações entre sociedade, técnica e espaço, é possível conhecer de maneira adequada os aspectos fundamentais das novas dinâmicas territoriais, evitando reduzir o olhar a uma aproximação puramente sociológica, geográfica, econômica ou arquitetônica.

Assim, o território do homem foi abordado tendo como certo a sua natureza política e não-acidental. Isto nos permitiu escapar da visão que relaciona técnica e desenvolvimento socioeconômico de modo unívoco e determinista. A Sociedade em Rede nasceu de decisões difusas, em algumas localidades e nações que não apenas desenvolveram novas técnicas, mas especialmente que se apropriaram de inovações técnicas e organizacionais, permitindo que algumas regiões assumissem – ou continuassem – em posição de domínio sobre as demais. Por outro lado, a nova ordem informacional não se trata apenas de novos modos de concentração e expressão de poder, mas também se desdobra em novos modos de vida, especialmente nos campos da cultura e da comunicação.

Portanto, o contexto recente das cidades deve ser lido enquanto um dos aspectos da realidade social total: como produto, mas acima de tudo como sendo a principal expressão material da Sociedade em Rede. Mais do que conectar pessoas de modo instantâneo ou acelerar seus deslocamentos pelo planeta, assistimos ao desenvolvimento de um novo modo de experimentar a realidade, quer se trate da experiência do indivíduo com o seu território, com as informações ou com os seus semelhantes. Conforme Castells (1999), o intenso emprego das

novas tecnologias, tanto nos processos produtivos quanto nas relações diárias corriqueiras (especialmente nas comunicações) produziu o que este autor denomina de espaço de fluxos. Como vimos, esta expressão denota a presente fusão da percepção do espaço e do tempo tradicionais (da materialidade e da história) com a experiência da realidade virtual e sua instantaneidade. Assim, cada vez mais, conforme uma sociedade está mais incluída nas novas relações econômicas, mais seus processos serão mediados – ou mesmo viabilizados – pelas novas TIC's.

Como apontamos, o território deve ser considerado enquanto uma dimensão da totalidade social e não simplesmente um anteparo sobre o qual as coisas tomam forma. Mesmo sendo um artefato que **sofre transformações** decorrentes das decisões do homem, o modo como ele é estruturado **influencia** as relações sociais que nele ocorrem. Através da técnica, os homens transformam o planeta a fim de alcançarem suas metas e é no espaço que o homem da Era Informacional continua existindo – mesmo que a experiência espaço temporal tenha sofrido transformações intensas nas últimas décadas. Ao contrário de muitos prognósticos, a digitalização das informações e as novas tecnologias não culminaram em uma existência atemporal e muito menos no desprezo pelas relações territoriais ou pela realidade física e urbana. A cidade, após as primeiras décadas da revolução informacional, continua mantendo sua posição central em todas as regiões incluídas nas redes econômicas globais, assim como o contato humano físico não perdeu sua importância⁸³. Com a nova etapa do capitalismo o papel das cidades se diversificou bastante, assim como sua relação com o território de modo geral; a revolução informacional e o surgimento da realidade virtual não ocasionou a superação da cidade nem nos inaugurou uma sociedade pós-urbana, mas muito pelo contrário.

Como vimos, as cidades tendem a funcionar como nós – ou como concentração de nós – para diversos tipos de redes. Embora isto seja algo inerente à natureza das cidades desde seu surgimento, com a recente intensificação dos fluxos os centros urbanos testemunham as relações em rede assumirem relevância superlativa, qualquer que seja o aspecto que se observe. Não apenas as cidades continuam sendo os lugares fundamentais para a realização das atividades do homem, mas as inter-relações entre as mesmas permitem potencializar praticamente todas os processos da sociedade – especialmente o produtivo. Os novos meios de comunicação informacionais e o incremento nas possibilidades de deslocamento produzem uma

⁸³ Embora os novos modos de comunicação intensificaram as possibilidades de relacionamento humano, eles o fizeram através da mediação e não do encontro presencial. Por outro lado, isto necessariamente não é algo negativo, uma vez que é justamente no excesso da mediação que podemos perceber a necessidade da presença e do contato físico com outros seres humanos.

existência em duas camadas sobrepostas: o indivíduo está em uma cidade mas também está em contato com qualquer lugar do planeta, a qualquer instante. Cada cidade existe, mas também coexiste com diversas outras cidades do mundo, em tempo real e em real dependência umas das outras: quais produtos que consumimos diariamente que foram produzidos no município em que estamos?

As cidades na contemporaneidade têm apresentado alguns aspectos recorrentes conforme observamos as áreas mais integradas às redes econômicas globais. Embora transformações morfológicas intraurbanas aconteçam – e elas são importantes e devem ser consideradas –, a grande mudança, do ponto de vista da urbanização, é que o modo de vida urbano tende a não mais estar restrito ao território da cidade. Não é exagero considerar que, para muitos indivíduos e atividades, uma experiência urbana global já é uma realidade: embora vivam em uma cidade específica, eles podem trabalhar à distância para uma empresa que está espalhada em diversos países e sediada em outro lugar; não só isso, mas podem possuir amigos e fazer viagens frequentes para qualquer parte do planeta e por qualquer motivo; mesmo na escala local, muitas pessoas podem morar em uma cidade e se deslocar diariamente a outra cidade, não apenas para trabalhar mas também para realizar atividades não previstas e nem obrigatórias, especialmente aquelas ligadas à cultura e ao lazer.

A Urbanização Contemporânea tem produzido centros urbanos bastante interdependentes entre si, o que finalmente rompeu – nas regiões mais incluídas – as fronteiras da cidade enquanto definidoras da vida urbana. O planeta cada vez mais é urbano, não apenas por ter mais da metade de sua população vivendo em cidades, mas porque cada vez mais o modo de vida urbano tem substituído o rural em suas regiões mais urbanizadas, mesmo que consideremos as pessoas que vivem no campo ou as atividades que nele são realizadas. É a partir desta compreensão que boa parte dos fenômenos urbanos recentes devem ser percebidos, seja a dispersão urbana, a metropolização, os territoriantes, a urbanização, o planejamento estratégico, o *lock living* etc. Do ponto de vista morfológico, a Urbanização Contemporânea é marcada pela novidade da Megacidade (conforme termo de Castells, 1999) assim como pela difusão espacial, que produz uma ocupação total do território, rarefeita mas concentrada em diversas centralidades. Paralelamente, do ponto de vista funcional observamos a consolidação da Cidade Global (SASSEN, 2001), que não é apenas grande, mas que também exerce domínio econômico e territorial em escala mundial, concentrando atividades de gestão, de produção intelectual, do capital financeiro e de produção tecnológica de ponta; do mesmo modo, as atividades também se difundiram pela rede urbana mundial, acontecendo em cada região conforme as vantagens locais e as decisões dos nós de controle das diversas redes econômicas.

A Urbanização Contemporânea é, portanto, marcada tanto pela concentração quanto pela descentralização dos conteúdos; as formas urbanas irão responder a estes movimentos, especialmente em função das decisões, por parte dos gestores, no sentido de viabilizar os territórios face às demandas econômicas globais, tornando-os mais interessantes do que outros: cada vez mais, os Estados buscam tornar as suas cidades mais vantajosas para os diversos ramos do capital, ocasionando disputas entre cidades por todo o planeta. Com isso, também foi desenvolvido uma outra prática no campo do Planejamento Urbano. Sumariamente, este novo modo de gestão urbana pode ser compreendido como sendo o resultado da inclusão da visão estratégica (econômica, empresarial etc) nas rotinas tradicionais de regulação espacial e funcional da cidade. Mais do que isso, o Planejamento Estratégico substituiu os objetivos do Planejamento Clássico (que era a produção da cidade do Estado de Bem-Estar Social) por esforços para a criação de situações favoráveis para que as cidades se tornem competitivas no jogo global econômico, atraindo melhores capitais, melhores profissionais e melhores consumidores para si. Neste recente modo de gestão, não apenas a existência de certas infraestruturas ou vantagens fiscais são necessários, mas a cultura e a imagem são requisitos indispensáveis – conforme seus proponentes sugerem – para o sucesso de um centro urbano. Como vimos, estas novas práticas urbanas, geralmente chamadas de revitalizações, requalificações e renovações urbanas⁸⁴ se tornaram a principal ferramenta – senão a única – do Planejamento Contemporâneo. Isto não significa que todas as cidades realizarão tais operações urbanísticas, pois são poucas as que conseguem concentrar o investimento público necessário e encontrar os parceiros privados com interesse e capacidade para isto; de modo geral, nestes casos, as estratégias de captação de recursos e de criação de imagens fortes em tais cidades ficam restritos a campanhas de publicidade e a pequenas obras de maior visibilidade. Assim, mais do que a real qualificação do espaço urbano, desejada até pouco tempo atrás nos discursos e teorias de planejamento, as práticas recentes se afastaram de quaisquer discursos e planos totalizadores para a cidade, assim como tendem a usar menos termos técnicos e parâmetros científicos, se apoiando em termos do universo empresarial e em conceitos vagos como criatividade, inovação, cultura, história, sustentabilidade etc. Entre estas mudanças, o novo papel do campo simbólico na produção da Cidade Contemporânea nos faz pensar que não teria a própria cultura se tornado uma infraestrutura urbana ou mesmo como um artifício de

⁸⁴ Em boa parte dos casos, os três termos significam a mesma coisa: são projetos urbanos realizados em pequenas porções da cidade, em parceria entre o poder público e a iniciativa privada, onde muito dinheiro público é gasto para implementar certas infraestruturas e equipamentos urbanos, enquanto alguns grupos privados investem capital na restauração de edifícios antigos ou na construção de novos, sob índices urbanísticos diferenciados e com a garantia da exploração imobiliária, comercial e de serviços na área sob transformação.

sinalização para o capital financeiro e imobiliário global. Na Sociedade em Rede, que também é do Espetáculo e do Consumo, não é um absurdo entender a cultura enquanto uma *commodity*, conforme a precisa definição de Harvey (2006).

Para Bourdin (2011) a falência do grupo *Dubai World* em 2009 deflagrou uma crise nesta práxis urbana, embora seus métodos ainda persistem em meio às desconfiças e críticas de muitos, que veem no Planejamento Estratégico simplesmente uma manifestação, na gestão urbana, do pensamento neoliberal. E isto não é sem razão, porque é justamente o abandono das intenções totalizadoras e de cunho social presentes (pelo menos em discurso) no Planejamento Urbano Pós-Guerra que fortemente diferencia o Planejamento Estratégico das práticas anteriores. Por outro lado, Bourdin (2011) propõe como agenda que o planejamento deverá tanto superar a atual ênfase na imagem, nos conceitos vagos e na atuação restrita a parcelas privilegiadas da cidade, quanto superar suas barreiras burocráticas e ser ágil de modo a acompanhar as rápidas mudanças do contexto socioeconômico atual.

No Brasil, é possível reconhecer os caracteres apresentados anteriormente, mas em expressões peculiares. Em relação às cidades, os fenômenos considerados acontecem em uma realidade que é resultado de um processo de urbanização rápido, não planejado e que ocasionou o inchaço de poucas cidades e a exclusão social e segregação social de muitas pessoas. As cidades brasileiras ainda são bastante caracterizadas por uma forte expansão horizontal e pelo monocentrismo expressos, esquematicamente em uma ocupação territorial em quatro partes: a precária periferia dos pobres, a área central aparelhada, a pequena área dos ricos e o restante da cidade, que abrange suas áreas e populações intermediárias. Assim, as operações do tipo liga-desliga que as redes econômicas operam por toda a parte, acontecem no território brasileiro de modo ainda mais nocivo, uma vez que esta sociedade já realizou diversas ações exclusivas ao longo de sua história e que explicam sua situação presente: a Escravidão, a Lei de Terras, o Sistema Nacional de Habitação, o zoneamento urbano etc (FELDMAN, 2001). Neste contexto, as demandas de tendência liberal das gestões urbanas só podem contribuir para o agravamento da realidade desigual nacional. Historicamente, a prática do Planejamento Urbano no Brasil foi constantemente conduzida de modo a favorecer poucos e pequenas parcelas da cidade. Por isso, a adoção dos métodos do Planejamento Estratégico nas cidades brasileiras, não apresenta muitas novidades, pois se trata de uma sociedade em que a seletividade e a arbitrariedade das intervenções urbanísticas sempre aconteceram, assim como a aplicação de dinheiro público a fim de favorecer pequenos grupos também tem sido uma prática recorrente (MARICATO, 1996; 2001).

A reflexão sobre a Urbanização Contemporânea proposta aqui não possui um fim em si mesma, mas é considerada um caminho necessário para a transformação das cidades brasileiras. Embora a pesquisa seja relevante para todo cidadão, seus resultados são de interesse específico para os indivíduos envolvidos diretamente com a produção da cidade, sejam representantes políticos, técnicos da administração pública, pesquisadores ou profissionais relacionados à produção da cidade. A fim de se pensar a prática urbanística futura no Brasil, a partir dos fenômenos, das práticas e reflexões recentes, é fundamental compreendermos como nossas cidades vêm sendo construídas, quais seus principais atores, quais lógicas as direcionam e qual o papel que a gestão urbana pública tem exercido desde seus primeiros momentos. Mesmo conhecendo os principais aspectos da Crise Urbana Brasileira – exclusão socioespacial, depredação ambiental, violência urbana, ocupação e uso irracionais do solo, deficiência de serviços e infraestruturas fundamentais etc –, é fundamental compreender não apenas como os mecanismos e lógicas da produção deste espaço se dão, mas também é necessária uma correta compreensão do papel que a gestão das cidades do país desempenhou e tem desempenhado na construção da realidade urbana brasileira. Embora o capital imobiliário seja um ator bastante eficiente e egocêntrico em sua atuação, a força dos outros dois protagonistas – o gestor público e o cidadão – é suficiente para transformar o contexto e sanar seus principais problemas.

Para cumprir este intento, apresentamos a seguir alguns apontamentos sobre as práticas de planejamento e teorias urbanas mais influentes ao longo dos últimos 150 anos no Brasil, especialmente a partir de dois textos bastante conhecidos. O primeiro, de Flávio Villaça, possui o título *Uma breve contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil* (VILLAÇA, 2009) e nos traz uma síntese das práticas de planejamento de cidades que engloba nossa periodização, especialmente o século vinte. O segundo traz um breve, mas contundente relato do surgimento do planejamento liberal contemporâneo, se concentrando em analisar seus efeitos na desigual realidade brasileira: *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*, de Ermínia Maricato (ARANTES, MARICATO e VAINER, 2009).

Segundo Villaça (2009), o Planejamento Urbano é entendido como sendo ações e discursos do Estado a fim de organizar seu espaço construído, sendo assim distinto do projeto urbano – que lida com o **desenho** do espaço da cidade. Em seu texto, o autor considera o planejamento do ponto de vista geral (*latu sensu*) e específico (*stricto sensu*). No primeiro, ele aloja todas as ações que não se caracterizam como projetos: planos diretores (que é o planejamento *stricto sensu*), zoneamento, planejamento de cidades novas e o urbanismo

sanitarista. O segundo caso considera apenas a corrente das ações e discursos que desembocaram nos atuais planos diretores⁸⁵.

No Brasil, desde suas primeiras ações efetivas de planejamento, observamos uma mudança de nomenclatura e conteúdo ao longo dos últimos 150 anos, passando dos *Planos de Melhoramentos e Embelezamento* para o *Urbanismo*; depois, deste para o *Planejamento Urbano/Plano Diretor* que, por sua vez, caem em desuso e são substituídos pelo *Plano Integrado*; recentemente, porém, o termo *Plano Diretor* voltou ao vocabulário corrente do planejamento urbano nacional. No plano metodológico, estas mudanças foram acompanhadas de uma progressiva redução dos enormes volumes, dos diversos mapas e das inúmeras estatísticas sobre uma infinidade de problemas; em seu lugar, os planos têm passado a designar simplesmente um projeto de lei, com poucos mapas e diversos princípios (diretrizes e objetivos).

O primeiro período considerado pelo autor compreende a produção dos planos de melhoramentos e embelezamento. Eles foram a expressão, no Brasil, do planejamento de raízes renascentistas, canonizado nas transformações em Paris, Barcelona e outras cidades europeias. Não só isso, mas o próprio movimento norte-americano *City Beautiful* também foi uma consequência e uma renovação das ideias europeias de planejamento urbano e produziu também grande influência no período. De modo geral, no Brasil os planos de embelezamento buscavam produzir monumentalidade nos espaços centrais e centros cívicos, sendo utilizados ideologicamente pelas classes dominantes de nossa sociedade, que buscavam ‘embelezar’ as áreas nobres da cidade – renovando sua arquitetura e removendo populações indesejadas de tais áreas. Villaça (2009) aponta o ano de 1875 como início do planejamento *lato sensu* no Brasil, quando a Comissão de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro apresentou um documento que objetivava a criação de um plano geral para a cidade, orientado pelas ideias de embelezamento e melhoramentos: alargamento e retificação de vias, criação de novas praças, aterros etc. Diferente das fases seguintes, neste período os planos produzidos eram realizados na cidade de modo bastante fiel ao prescrito e

(...) a classe dominante brasileira tinha uma proposta urbana, que era apresentada com antecedência e debatida abertamente. Suas condições de hegemonia eram tais que lhe permitia fazê-lo. Manifestações dessa hegemonia foram, por exemplo, o *slogan* “O Rio civiliza-se”, referindo às reformas de Passos, cunhado e difundido na época; ou a tranqüila

⁸⁵ Atuais em relação à Villaça (2009), escrito em 1999. Deste modo, não nos referimos aqui aos Planos Diretores demandados pelo Estatuto da Cidade, lei vigente desde 2001.

(sic) franqueza com que um senador da época exprimia suas idéias (sic) sobre a remodelação urbana e sobre o lucro especulativo (VILLAÇA, 2009, p. 197).

O final do período dos planos de embelezamento testemunhou o início do emprego dos termos Urbanismo e Plano Diretor. Não se tratou apenas de uma mudança de nomes, mas a partir da segunda década do século XX o discurso da classe hegemônica começou a se distanciar da justificativa estética para se aproximar dos conceitos de eficiência e racionalidade. Os problemas crescentes que as cidades começavam a experimentar não permitiam mais que os planos e seus discursos fossem tão explicitamente voltados para a valorização fundiária e a criação de áreas privilegiadas na cidade – a elite passaria então a distanciar seu discurso das intenções reais motivadoras das transformações urbanas praticadas. Neste segundo momento a cidade eficiente passou a ser o objetivo, embora o interesse imobiliário continuasse presente. O espaço urbano deveria ser equipado a fim de facilitar a produção e a reprodução do capital, valorizando obras de infraestrutura e deixando de lado as de habitação. Novamente, os EUA foram referência para esta mudança, em especial suas pesquisas sobre a relação entre solo urbano e economia, trazendo ao palco dos gestores públicos as demandas do empresariado. No Brasil, esta integração dos economistas, sociólogos, geógrafos, advogados e outros na prática do planejamento formalizaram a prática denotada pelo termo Urbanismo e o produto deste, o Plano Diretor – precursores da ideia do Planejamento Integrado. Embora precursor, este momento de transição é marcado pela justificativa econômica e racional dos planos, ao contrário dos Planos Integrados, que se apresentavam como resultado de uma ‘verdade científica’, auto justificados.

A década de 1930 é considerada por Villaça (2009) como o momento da superação do simples emprego dos conceitos justificativos do período anterior (1875-1930) – embelezamento, sanitarismo ou eficiência. Naqueles anos a relevância do operariado brasileiro, excluído da cidade oficial, não permitia que os planos e seus discursos fossem mais abertamente elitistas e o caos urbano que se iniciava deveria ser mencionado, mesmo que de modo superficial. Resumidamente, os governos não podiam mais anunciar (discurso) as obras que iam ser feitas, pois iriam contra o interesse popular e, por outro lado, caso anunciassem obras de interesse popular as mesmas não seriam feitas, pois eram contrárias aos objetivos das classes dominantes, especialmente no setor imobiliário e de transportes. Assim, como saída adotada, os discursos tornaram-se ficção, a fim de evitar contestações; com isso, as obras realizadas passaram a não constar nos planos, mas a acontecerem de uma vez, objetivando especialmente a valorização de certas áreas da cidade através de obras viárias voltadas ao transporte particular.

Em 1930 foram realizados os planos de Agache para o Rio de Janeiro e o de Prestes Mais para São Paulo, inaugurando este segundo período, cujo fim ocorreu apenas na década de 1990: o plano intelectual, científico, integrado e multidisciplinar, o plano-discurso cuja verdade encontra-se nele próprio e não em sua viabilidade ou coerência face à realidade que busca transformar. Conforme Saboya (2008) podemos subdividir esta etapa em três momentos: o primeiro, formativo e com pouca produção de planos diretores (os Planos de Conjunto – 1930-1965). O segundo, iniciado em 1965, marcado pela abundância de planos extremamente tecnocráticos e alienados, produzidos por grupos privados contratados pelos governos: trata-se do momento de consolidação do plano-discurso. Tecnicamente este modo de planejamento foi adjetivado como sendo Integrado (os Planos de Desenvolvimento Integrado – 1965-1971). Este colocou a culpa pelo caos urbano nos planos de embelezamento, por confiarem apenas nos aspectos físicos para a solução dos problemas; portanto a saída deveria ser a união das esferas social e econômica à física, a partir de ações pretensamente científicas, cujo resultado solucionaria as questões fundamentais da urbanização brasileira. Até a década de 1970 estes planos seriam gigantescos (os superplanos) e, a partir dos anos setenta, passariam cada vez mais a serem simplificados, removendo diagnósticos e mapas, e baseando-se em ações que deveriam ser implementadas posteriormente em outras leis e obras (os Planos sem Mapas – 1971-1990): surgiam assim os planos de diretrizes e objetivos louváveis e incontestes, permitindo a eliminação de possíveis conflitos e ocultando as reais intenções de seus proponentes. Em suma, são “(...) planos que dizem como serão os planos quando eles vierem a ser feitos” (VILLAÇA, 2009, p. 221).

A expressão Plano Diretor então foi retomada, embora visando designar esta fase de planos sem mapas. A atividade do planejamento urbano passaria a se realizar preferencialmente nas próprias prefeituras, mas assumindo a forma de pesquisas urbanas que geralmente nunca alcançam os gabinetes do executivo. Os planejadores pensam a cidade, mas ficam afastados tanto das administrações quanto dos problemas reais de seu objeto de estudo. A única exceção é o zoneamento, que tradicionalmente é descolado dos planos e cabalmente implementado – mas sempre empregado à serviço dos interesses das classes dominantes (ARANTES, MARICATO e VAINER, 2009; FELDMAN, 2001; VILLAÇA, 2009).

Embora o Planejamento urbano no Brasil tenha sido, antes de tudo, ideológico, foi a partir de 1960 que ele assumiu as feições com que alcançaram o final do século XX. Ao substituir as ideias de embelezamento, a elite brasileira importou as ideias funcionalistas empregadas na Europa e nos EUA a fim de justificar à – e ocultar da – coletividade suas ações reais. Como o título de Erminia Maricato indica, foram trazidas ideias de outros lugares,

enquanto um certo lugar (o da exclusão) foi novamente deixado de fora das ações do planejamento. O principal problema urbano brasileiro não foi alvo dos planos: as classes mais baixas foram deixadas à margem da sociedade, tanto social quanto espacialmente. Ideologicamente, tais áreas (como as favelas) são tidas como fruto da falta de planejamento, mas elas são justamente o resultado da omissão premeditada do planejamento realizado (ou discursado) pelos sucessivos governos municipais. O problema não foi a ausência de planos, mas a ausência da pertinência dos mesmos, assim como sua real implementação. Ainda pior é o fato de que quando tais grupos reivindicam direitos ou aparecem na mídia são vez após outra rotulados como marginais, subversivos e desocupados. De fato, sua única opção é a ilegalidade – trabalhos informais e habitação improvisada, porém isto

(...) não é fruto da ação de lideranças subversivas que querem afrontar a lei. Ela é resultado de um processo de urbanização que segrega e exclui. Apesar de o processo de urbanização da população brasileira ter se dado, praticamente, no século XX, ele conserva muitas das raízes da sociedade patrimonialista e clientelista próprias do Brasil pré-republicano, como já foi mencionado (ARANTES, MARICATO e VAINER, 2009, p. 155).

Nosso processo de urbanização, além das já citadas características e dinâmicas, foi marcado por três grandes características que explicam sua situação presente. Em primeiro lugar, ele foi conduzido paralelamente à criação de leis ambíguas e pela aplicação arbitrária das mesmas, favorecendo sempre as classes dominantes e objetivando a manutenção do *status quo*. Além disso, as gestões urbanas tradicionalmente investem na cidade de modo localizado e motivado por interesses particulares, especialmente em obras viárias em localidades já valorizadas pelo mercado imobiliário – os discursos que acompanham tais obras sempre se baseiam na ‘teoria do bolo’: primeiro devemos crescer, para depois distribuir. Porém, sempre poucos crescem e a distribuição nunca acontece. Em terceiro lugar, a industrialização foi realizada com baixos salários e, conseqüentemente, a grande população que se dirigiu às cidades mais industrializadas não conseguiu ter acesso ao mercado imobiliário em função de sua baixa renda; a única saída foi habitar áreas longínquas ou outras porções da cidade que estavam fora dos interesses imobiliários do mercado: morros, margens de cursos d’água etc (ARANTES, MARICATO e VAINER, 2009; FELDMAN, 2001).

Villaça (2009) completa seu texto considerando a última década do século XX como o momento inicial de uma transformação na visão tradicional do Plano Diretor. Ele comenta como seu aspecto tecnocrático tem sido questionado e a ideia de que o plano deva ser um documento

político, por outro lado, surgiu. O diagnóstico científico, cujo objetivo é descobrir os problemas sofreu duras críticas em função de seu papel central nos discursos do plano: se o diagnóstico é científico, logo o plano é válido. Villaça (2009) argumenta que o diagnóstico deve ser posto a serviço das decisões políticas, deve ser empregado para a solução de um determinado problema e não como uma ferramenta de descoberta de problemas, pois

Os problemas a serem atacados num plano diretor, bem como suas prioridades (...) são uma questão política e não técnica. São questões que devem estar nas plataformas dos movimentos populares e dos partidos políticos. O diagnóstico técnico servirá, isto sim, e sempre *a posteriori* (ao contrário do tradicional), para dimensionar, escalonar ou viabilizar as propostas, que são políticas; nunca para revelar os problemas (VILLAÇA, 2009, p. 236).

O texto de Villaça (2009) foi publicado em 1999 e, portanto, não foi produzido no contexto do Estatuto da Cidade. Por outro lado, sua leitura daqueles últimos momentos do plano, da entrada de questões políticas e a crítica à função ideológica dos aspectos técnicos dos planos antecederam a inclusão, no Estatuto, de temas centrais do debate urbano brasileiro. Certos instrumentos urbanísticos, como o *IPTU Progressivo no Tempo* ou o *Parcelamento, Edificação e Ocupação Compulsórios*, assim como aqueles relacionados à legalização fundiária e à participação popular no processo de planejamento, certamente manifestaram as mudanças percebidas na sistematização deste autor. Para mais informações sobre o Estatuto da Cidade e seu processo de constituição, ver Saule Júnior e Rolnik (2001).

Finalmente, as propostas relacionadas ao Planejamento Estratégico paralelamente estão em implementação em algumas cidades brasileiras, conforme a capacidade financeira de cada uma. A versão brasileira de tal pensamento tem suas peculiaridades devido ao contexto nacional. A maior parte dos exemplos nacionais estão nas capitais do país, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, mas também na região Sul, Nordeste e Centro-Oeste. No Norte sua ocorrência é muito rara, se limitando a poucos projetos nas capitais de seus estados. Exemplos conhecidos são a revitalização da região da Luz, em São Paulo; a orla marítima do Rio de Janeiro; a revitalização do Pelourinho, em Salvador ou mesmo o projeto para o mercado do ‘Ver o Peso’, em Belém. A cidade de Curitiba, famosa pelas ações de planejamento sob a gestão do arquiteto Jaime Lerner são, enquanto conjunto e visibilidade, as mais relevantes na história recente da urbanização brasileira. Embora seja temerário reduzir as ações de Lerner a simples ações de Planejamento Estratégico, há aspectos deste nas realizações na capital paranaense. Especialmente, a noção de acupuntura urbana de Lerner, que propõe a intervenção

pontual como caminho para a transformação da cidade faz eco à ideia mestra daquele tipo de planejamento, que produz planos e investe dinheiro apenas em porções da cidade, a partir do discurso de que tais ações pontuais irão reverberar em toda o tecido urbano. O arquiteto e ex-prefeito de Curitiba, por outro lado, afirma que a acupuntura urbana “(...) não visa substituir o processo de planejamento das cidades e sim contribuir para uma transformação rápida. É um começo” (FILIZOLA, 2011).

Tais ações foram bastante pontuais, com pouca participação da iniciativa privada e de arquitetos globais, assim como foram também modestas em seus orçamentos, quando comparadas aos projetos mais famosos. Porém, o tempo presente define um momento ímpar do Planejamento Estratégico no Brasil, em função de dois grandes eventos que acontecerão nos próximos anos em seu território. Vimos a íntima relação entre planejamento e propaganda urbana na prática da gestão das cidades nas últimas décadas. Um dos caminhos mais populares da produção de imagens urbanas de qualidade é a busca pela hospedagem de grandes eventos mundiais. E, nesta década, parece ter sido o momento das cidades brasileiras neste jogo, pois estão previstos dois grandes eventos globais: a Copa do Mundo do Brasil (2014) e as Olimpíadas do Rio de Janeiro (2016). Além desses dois eventos – que são os dois maiores do mundo – a cidade de São Paulo lançou candidatura para sediar a Exposição Universal de 2020, que é o terceiro maior evento global. Não se trata, como dissemos, do início desta prática, mas sim suas primeiras expressões relevantes no contexto nacional.

As obras estão em andamento e já suscitam discussões diversas, especialmente devido à enorme quantidade de dinheiro público investido em pequenas parcelas e equipamentos urbanos das cidades que sediarão os eventos. Nos parece ainda que, como parte das ações, estão sendo ainda realizadas limpezas de certas localidades da cidade via remoção dos moradores de rua que as habitam, por exemplo. Para nós trata-se de uma ação bastante alinhada com a produção de localidades de valor na cidade e não, como se alardeia, uma busca pela solução do problema do *crack* ou dos sem-teto. O momento em que estas internações começam a ocorrer, às vésperas daqueles eventos, é bastante suspeita; porém, temos esperança que nossa opinião esteja equivocada quanto às reais intenções em tais medidas. Como contraponto, é interessante a visão do dr. Dráuzio Varela, que apoia a decisão em função da urgência em se remover seres humanos fora-de-si das ruas, porém acrescenta

A internação compulsória acabará com o problema? É evidente que não. Especialmente, se vier sem a criação de serviços ambulatoriais que ofereçam suporte psicológico e social para reintegrar o ex-usuário. Se esperarmos avaliar a eficácia das internações pelo número dos que

ficaram livres da droga para sempre, ficaremos frustrados: é preciso entender que as recaídas fazem parte intrínseca da enfermidade. (...) Está mais do que na hora de pararmos com discussões estéreis e paralisantes sobre a abordagem ideal, para um problema tão urgente e dramático como a epidemia de crack. Se a decisão de internar pessoas com a sobrevivência ameaçada pelo consumo da droga amadureceu a ponto de ser implantada, vamos nessa direção. É pouco, mas é um primeiro passo (VARELA, 2013)

Por ora, resta acompanhar, fiscalizar, protestar e, após os eventos, avaliar os resultados de tais empreendimentos – mesmo que já saibamos boa parte das prováveis respostas, em função do ocorrido em outras cidades do mundo: algumas áreas valorizadas, lucros para os atores privados, reforço na imagem oficial da cidade e as áreas esquecidas da mesma permanecendo intocadas.

A partir deste breve esboço histórico das práticas urbanas adotadas no país durante sua urbanização recente, percebemos que as formas empregadas na gestão das cidades, suas ferramentas e seus conceitos predominantes ao longo dos últimos 150 anos variaram consideravelmente; por outro lado, a raiz dos problemas urbanos tem permanecido intocada: ainda estamos a caminho de se estabelecer um tipo de Planejamento Urbano em que os reais problemas urbanos do Brasil sejam encarados e a máquina pública seja realmente posta em funcionamento a favor do estabelecimento da justiça socioespacial e, acima de tudo, para a formação de **cidadãos** – conforme o significado original desta desgastada palavra.

Para que essa transformação ocorra, um passo importante é a criação de uma agenda nacional para as cidades brasileiras que seja construída não apenas pela sociedade civil organizada, mas também pelo poder público e pela iniciativa privada. Qualquer proposta que exclua um destes três atores, em nossa opinião, encontrará enormes empecilhos para deixar de ser apenas mais um exemplo de boas ideias que ficam no papel. Para isto, é necessário que as presentes barreiras entre o mercado imobiliário, a intelectualidade e o poder público sejam rompidas – especialmente as barreiras entre o universo acadêmico e as outras duas esferas. Herdamos, conforme Villaça (2009) destaca, a ideia de que o planejador é um tipo de poeta, de pesquisador idealista e distante da vida real, envolto a pesquisas intermináveis, diagnósticos redundantes e discursos de esquerda. No Brasil, para que os pontos de uma agenda deste tipo possam ser implementados é preciso haver uma conciliação entre pesquisa, produção e gestão da cidade. É necessário o estabelecimento do diálogo, o que implica em ouvir as outras partes e que todas falem a mesma língua.

Não queremos dizer com isso que, no Brasil, não há agendas para as cidades ou que existe total desconexão entre os diversos setores da sociedade. Entre outras iniciativas, o Fórum Nacional de Reforma Urbana é um caso bastante feliz de proposição de agendas e busca por integração entre diferentes vozes. Desde 1987 o Fórum vem articulando organizações e indivíduos com o objetivo de reverter a Crise Urbana Brasileira. Entre as conquistas do FNRU, destacamos a criação do Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001), que determina que certos municípios devam produzir planos diretores (do tipo Sem Mapas) segundo princípios bem definidos – especialmente, a Sustentabilidade Urbana e o combate à especulação imobiliária. Seu principal mérito foi tornar obrigatória para os municípios a implantação de alguns instrumentos urbanísticos que combatem a especulação imobiliária, favorecem a regulação fundiária e insere práticas de democratização da gestão territorial – regulamentando alguns princípios presentes na Constituição de 1988. Na esteira dos avanços, é importante mencionar ainda a criação do Ministério das Cidades e o recente acesso à casa própria às famílias de renda inferior a salários mínimos, pelo programa *Minha Casa, Minha Vida*, cuja influência do FNRU é perceptível.

Por outro lado, boa parte dos problemas continua intocada. Mesmo com a obrigatoriedade dos instrumentos urbanísticos do Estatuto da Cidade, a especulação imobiliária ainda acontece de modo intenso, em função de brechas deixadas propositalmente nas legislações ou devido à tradicional aplicação arbitrária das leis (Feldman, 2001). Quanto ao MCMV, embora todas as faixas de renda passaram a ter acesso à casa própria, os mais pobres ainda moram muito longe, em habitações precárias e em parcelas das cidades desprovidas de quase tudo. Embora alcançaram acesso à moradia regularizada, ainda lhes faltam quase todas as outras benesses da cidade. Dizendo de outro modo, não viram o seu Direito à Cidade plenamente realizado, que

(...) é definido como o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia e justiça social; é um direito que confere legitimidade à ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito a um padrão de vida adequado. O Direito à Cidade é interdependente a todos os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, concebidos integralmente e inclui os direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. Inclui também o direito à liberdade de reunião e organização, o respeito às minorias e à pluralidade étnica, racial, sexual e cultural; o respeito aos imigrantes e a garantia da preservação e herança histórica e cultural (FNRU, 2013).

Nesta agenda para as cidades brasileiras, a participação do cidadão é fundamental. Uma vez que a legislação já estabeleceu os canais de participação e gestão democrática, é necessária a utilização eficiente dos mesmos. Os cidadãos já participam de alguns momentos do processo de planificação urbana, mas ainda de forma bastante insipiente e desorientada. Especialmente, a sociedade civil organizada, os especialistas na produção da cidade – arquitetos, geógrafos, engenheiros, economistas etc – e os órgãos públicos devem promover a educação popular acerca das dinâmicas da produção da cidade, assim como a compreensão de seus problemas e o conhecimento das soluções possíveis conhecidas e comprovadas. Noções de urbanização, tais como usos do solo adequados ao contexto, densidades adequadas, mobilidade urbana, questões hídricas e outros aspectos devem ser tratados como de interesse comum e sair dos ambientes acadêmicos e especializados. A população só vai poder contribuir quando compreender como, porque e para quem o espaço urbano vem sendo produzido no Brasil; enquanto o cidadão não perceber como a especulação imobiliária, por exemplo, impacta em sua vida diária, será muito difícil algo relevante acontecer, uma vez que o habitante não conseguirá compreender a fonte de seus problemas urbanos.

Do ponto de vista metodológico, tanto Villaça (2009) quanto Bourdin (2011) apontam para a necessidade de se remover os discursos ideológicos dos planos urbanos contemporâneos. Sejam os tradicionais planos-discurso brasileiros (ARANTES, MARICATO e VAINER, 2009) ou o abusivo emprego dos conceitos vagos do Planejamento Estratégico (a cidade sustentável, democrática e inovadora), os envolvidos no planejamento devem lidar com os aspectos reais da cidade real: preços do solo, déficits habitacionais, custos dos serviços, qualidade ambiental etc. Termos claros e conhecidos de todos, processos compreendidos e interesses antagônicos conciliados são fundamentais na viabilização de uma gestão urbana eficiente.

Paralelamente ao estabelecimento de um melhor diálogo entre todos sobre o governo do território e da superação dos discursos ideológicos dos planos, são necessárias também mudanças nas legislações urbanísticas e nos modos de realizar o planejamento territorial. Dentre outras coisas, às cidades brasileiras ainda faltam mecanismos legais (parâmetros urbanísticos) que superem o emprego convencional de seu mais aplicado instrumento jurídico: o zoneamento. Historicamente, ele tem sido o grande meio através do qual a cidade é controlada e os objetivos do capital imobiliário tornam exitosos. Ainda hoje, é no zoneamento que percebemos a materialização de diversos interesses e conceitos sobre a cidade, especialmente na modo como ele cria as diversas zonas urbanas. Deve ser superada a criação de regras que permitem o espraiamento, a segregação ou que se restringe a impor afastamentos e alturas. As regras urbanísticas ligadas ao uso e ocupação do solo devem ser pensadas a fim de alcançar

certas configurações claras e devem fazê-lo de modo explícito, especialmente buscando: densidades populacional e de ocupação do solo adequadas; mistura de usos que incrementem a vida urbana; ausência de grandes enclaves murados; áreas verdes e sistema de drenagem integrados à paisagem urbana e aos espaços públicos de permanência; grande mobilidade urbana para todas as classes; paisagem urbana de alta qualidade estética, simbólica e física; serviços e equipamentos urbanos acessíveis a todos as pessoas e em todas as partes da cidade.

Conforme a proposta de mudança no paradigma do planejamento contemporâneo apresentada em Bourdin (2011), o Brasil deve buscar a superação de considerações puramente morfológicas na gestão de suas cidades, passando a um Urbanismo que compreenda e busque governar os diversos sistemas urbanos e seus processos correlatos, a fim de controlar adequadamente a oferta das funções urbanas fundamentais, como moradia, transporte, lazer, trabalho etc. Além da tradicional tarefa de controlar a forma da cidade e definir zonas de organização espacial dos usos do solo, o Planejamento do século XXI deverá se ocupar especialmente com os processos subjacentes ao sistema urbano global, compreendendo seus atores, suas variáveis e o modo como cada função e atividade interfere nos diversos subsistemas da cidade, a fim de sempre fazê-los convergir para uma situação em que haja equilíbrio e justiça socioespacial. Conforme Bourdin (2011), tratar-se-á de um Urbanismo de Regulação, cujo foco são os fluxos presentes nos sistemas constituintes do sistema urbano global.

A partir dos trabalhos pesquisados e confrontados nesta pesquisa foi possível delinear as tendências gerais e os traços distintivos da Urbanização Contemporânea. Especialmente, ansiamos que estas reflexões possam contribuir para a pesquisa da Cidade Brasileira Contemporânea e para a prática dos profissionais da área do Urbanismo. Acima de tudo, buscamos a troca da cidade da desigualdade e da exclusão pela cidade da diversidade e da inclusão socioespacial. A Era da Informação oferece possibilidades únicas para a cidade, conforme algumas experiências bastante animadoras comprovam, especialmente quanto à mobilidade, à comunicação, aos espaços públicos e à justiça socioespacial. Perpassando esta dissertação, está a convicção de que nem tecnologia e nem as cidades são o problema, mas sim o meio no qual as decisões se materializam; mais importante que a reforma da cidade é a reforma das intenções e conceitos que antecedem a própria realidade urbana. A melhor solução para a sociedade no território ainda é a cidade.

REFERÊNCIAS

ALEXA. Top sites. **Alexa**: The Web Information Company. Disponível em: <www.alexa.com>. Acessado em 20 out. 2012.

ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BAETA, Rodrigo Espinha. **A configuração da Cidade Colonial Hispano-Americana e o Problema do Barroco**. In: XI Encontro Nacional de pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional. Salvador: ANPUR, 23-27 mai. 2005. Disponível em: <http://vsites.unb.br/ics/sol/itinerancias/publicacoes/periodo_colonial.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2011.

BANHAM, Reyner. **Teoria e Projeto na Primeira Era da Máquina**. Tradução: A. M. Goldberger Coelho. Coleção debates. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução: Eliana Aguiar. São Paulo: Zahar, 2009.

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. Tradução: Silvia Mazza. 4ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BLOGGER. Tour do Blogger. **Blogger**. Disponível em: <www.blogger.com>. Acesso em: 19 out. 2012.

BOURDIN, Alain. **O urbanismo depois da crise**. Tradução: Margarida Souza Lôbo. Lisboa: Livros Horizonte Ltda, 2011.

BRITO, Thaís; TEIXEIRA, Carlos Alberto. Rio é Patrimônio Mundial como paisagem cultural urbana. **O Globo Rio**. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/rio-patrimonio-mundial-como-paisagem-cultural-urbana-5363704>>. Acesso em 05 out. 2012.

BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em Rede**. 1999. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHEVITARESE, Leandro Pinheiro. **As 'Razões' da Pós-modernidade**. In: Analógos. Anais da I SAF-PUC. RJ: Booklink, 2001.

CHOAY, Françoise. **O Urbanismo**. São Paulo: Perspectiva. Série estudos, 2010.

CORREIA, Roberto Lobato. Processos Espaciais e a Cidade. In: **Trajetórias Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.121-143.

DE CASANOVA. Marta Zednik. Origens e trajetória histórica de Uberaba. **Prefeitura de Uberaba**. Disponível em: <<http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/conteudo,328>>. Acesso em: 01 nov. 2012.

DE MASI, Domênico. **O ócio criativo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

_____. **Criatividade e grupos criativos**. Rio de Janeiro: Sextante, 2005.

DEBORD, Guy. **A Sociedade do Espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DECANDIA, Lidia. O tempo e o invisível: da cidade moderna à cidade contemporânea. (Tradução: Maria Margarida Cavalcanti Limena). Em: **Margem**, São Paulo, n. 17, p. 181-195, jun. 2003.

DEL RIO, Vicente. **Introdução ao Desenho Urbano no processo de Planejamento**. São Paulo: Pini, 1990.

DELFANTE, Charles. **A Grande História da Cidade**: da Mesopotâmia aos Estados Unidos. Tradução: Luís Couceiro Feio. Lisboa: Instituto Piaget, 2000.

EGLER, Cláudio A. G. **Subsídios à Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil**: Configuração e Dinâmica da Rede Urbana. Petrópolis, 2001.

EISENMAN, Peter. O fim do clássico: o fim do começo, o fim do fim (1984). In: NESBITT, Kate (org). **Uma nova agenda para a arquitetura**. Antologia teórica (1965-1995). Coleção Face Norte, v. 10. São Paulo: Cosac-Naify, 2006.

EISNER, Will. **Nova York**: a vida na grande cidade. Tradução: Augusto Pacheco Calil. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

FELDMAN, Sarah. **Avanços e limites na historiografia da legislação urbanística no Brasil**. R. B. de Estudos Urbanos e Regionais. Nº 4, mai. 2001.

FERRARI, Célson. **Curso de planejamento municipal integrado**: urbanismo. 4ª ed. São Paulo: Pioneira, 1984.

FILIZOLA, Paula. As agulhadas de Jaime Lerner. (2011). **Política do Bem**: um espaço para divulgar, estimular e multiplicar boas ideias. Disponível em: <<http://politicadobem.wordpress.com/2011/08/06/as-agulhadas-de-jaime-lerner/>>. Acesso em 12 jul. 13.

FNUR. Carta Mundial pelo Direito à Cidade. **Fórum Nacional pela Reforma Urbana**. Disponível em: <<http://www.forumreformaurbana.org.br>>. Acesso em: 12 jul. 13.

FUSTEL DE COULANGES, Numa Denis. **A cidade antiga**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. Coleção: obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2009.

GIEDION, Sigfried. **Espaço, Tempo e Arquitetura**: O desenvolvimento de uma Nova Tradição. Tradução: Alvamar Lamparelli. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

GLAESER, Edward Ludwig. **Os centro urbanos**: a maior invenção da humanidade. Como as cidades nos tornam mais ricos, inteligentes, saudáveis e felizes. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GOITIA, Fernando Chueca. **Breve História do Urbanismo**. Lisboa: Presença, 1992.

GRUPPO A12; NOLL, Udo; SCUPELLI, Peter. **Parole**. Disponível em: <<http://aporee.org/parole/>>. Acesso em: 29 mai. 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Rural 2007** (2008). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 13.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010** (2011). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 15 mai. 13.

HALL, Peter. **Cidades do amanhã**: Uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva. Série estudos, 1995.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução de Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2006.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. **Corpografias Urbanas**. Arqutextos. Revista Vitruvius, ano 08, fev. 2008. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/08.093/165>>. Acessado em 10/ago./12.

KOHLSDORF, Maria Elaine. Breve Histórico do Espaço Urbano como Campo Disciplinar. In: FARRET, Ricardo Libanez. **O espaço da cidade**. São Paulo: Projeto, 1985.

_____. **A Apreensão da Forma da Cidade**. Brasília: Universidade de Brasília, 1996.

KOOLHAAS, Rem. **Nova Iorque Delirante**: um manifesto retroativo para Manhattan. Tradução: Denise Bottmann. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo**: a lógica cultural do Capitalismo Tardio. Tradução: Maria Elisa Cevalco. 2ª ed. São Paulo: Editora Ática. Série Temas, v. 41, Cultura e Sociedade, 2007.

LAMAS, José Maria Ressano. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 6ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

LE CORBUSIER. **Precisões**: sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

LE CORBUSIER. **O Urbanismo**. Tradução: Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LE PARKOUR BRASIL. **Le Parkour Brasil**. Disponível em: <<http://www.leparkourbrasil.blogspot.com.br/>>. Acessado em 12/mai./12.

LIMA, Raimundo. **Para entender o pós-modernismo**. Revista Espaço Acadêmico, n. 35, abr., 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/035/35eraylima.htm>>. Acesso em: 25 out. 2012.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. Lisboa: Martins Fontes, 1982.

_____. **A boa forma da cidade**. Massachusetts Institute of Technology. 1981. Tradução: Jorge Manuel Costa Almeida e Pinho. Lisboa: Edições 70, 1999.

LYOTARD, Jean-Françoise. **A condição Pós-Moderna**. Tradução: Ricardo Corrêa Barbosa. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. 1ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Brasil, cidades: uma alternativa para a crise urbana**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARX, Murilo. **Cidade no Brasil, terra de quem?** São Paulo: Ed. Nobel, 1991.

MOCELLIM, Alan. **Lugares, Não-Lugares, Lugares Virtuais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Florianópolis: UFSC v.6, n.3, jan.- jul. 2009.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas**. Título original: The city in history. Tradução de Neil R. d Silva. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MUÑOZ, Francesc. **Urbanización: paisajes comunes, lugares globales**. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.

NARLOCH, Leandro. **Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil**. São Paulo: Leya, 2011.

NASDAQ. Página Inicial. **Nasdaq**. Disponível em: <www.nasdaq.com>. Acesso em: 20 out. 2012.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de. **Evolução do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1966.

ONU-HABITAT. Informe Global sobre Assentamentos Humanos (2011). **ONU-HABITAT: Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos**. Disponível em: <www.onuhabitat.org>. Acesso em: 30 nov. 12.

PONS, Joana Maria Seguí; REYNÉS, Maria Rosa Martínez. Los transportes y el espacio geográfico. In: PONS, Joana Maria Seguí; REYNÉS, Maria Rosa Martínez. **Geografía de los Transportes**. Palma: Universitat de les Illes Balears, 2004.

PORTAL São Francisco. Descobrimento do Brasil. **Portal São Francisco**, 1996. Disponível em: <<http://www.portalsaofrancisco.com.br/alfa/descobrimento-do-brasil/descobrimento-do-brasil-2.php>>. Acesso em 24 out. 2012.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil (1500/1720)**. São Paulo: Editora da Univ. de São Paulo, 1968.

ROSSI, Aldo. **A Arquitetura da Cidade**. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

SABOYA, Renato. Urbanismo e Planejamento Urbano no Brasil – 1785 a 1992. 2008. **Urbanidades: Urbanismo, Planejamento e Planos Diretores**. Disponível em: <urbanidades.arq.br/2008/11/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/>. Acesso em: 18 jun. 2013.

SAFATLE, Vladimir. O Pós-modernismo nunca existiu. **Carta Capital**. (2012). Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/cultura/o-pos-modernismo-nunca-existiu/>>. Acesso em: 25 out. 2012.

SANTOS, Milton. Estrutura, processo, função e forma como categorias do método geográfico. In: SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2008. Cap.4, p. 67-79.

_____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade: novos horizontes para a reforma urbana**. Cadernos Pólis nº 4. São Paulo: Pólis, 2001.

SASSEN, SASKIA. **The Global City: New York, London, Tokyo**. 2ª ed. New Jersey: Princenton University Press, 2001.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates, 2006.

_____. **A cidade do século vinte**. São Paulo: Perspectiva. Coleção Debates, 2009.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

_____. Apresentação. In: MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. Tradução de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro Andrade e Dinah de Abreu Azevedo. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultura, 1982.

GAWC. THE WORLD according to GaWC 2010. Leicestershire, 2010. **Globalization and World Cities Research Network**. Disponível em: <<http://www.lboro.ac.uk/gawc/gawcworlds.html>>. Acesso em: 22 nov. 2012.

VARELLA, Drauzio. **Interação Compulsória**. **Dr. Drauzio**. Disponível em: <drauziovarella.com.br>. Acesso em: 19 mar. 2013.

VÁZQUEZ, Carlos Garcia. **Ciudad hojaldre**: Visiones urbanas del siglo XXI. Barcelona: Gustavo Gili, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

_____. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁKS, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos. **O processo de Urbanização do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1999.

WIKIPÉDIA. Wikipédia. **Wikipédia**: A Enciclopédia Livre. Disponível em: <pt.wikipedia.org>. Acesso em 20 out. 2012.